1946
Tip. e Enc. A PORTUENSE
R. Conde de Vizela, 80—PORTO

D. JOÃO DE CASTRO

BIBLIOTECA HISTÓRICA DE PORTUGAL E BRASIL

publicada sob a direcção do
VISCONDE DE LAGOA
DA ACADEMIA PORTUGUESA DA HISTÓRIA

SÉRIE RÉGIA:

- DA VIDA E FEITOS DE EL-REI D. MANUEL, de D. Jerónimo Osório – 2 volumes.
- D. TEODÓSIO II, PRÍNCIPE E 7.º DUQUE DE BRAGANÇA, de D. Francisco Manuel de Melo, tradução de Augusto Casimiro.
- A RAINHA D. MARIA FRANCISCA DE SABÓIA, de António Álvaro Dória.
- CRÓNICA DO CONDE D. HENRIQUE, D. TERESA E INFANTE D. AFONSO, de Frei António Brandão.
- CRÓNICA DE D. AFONSO HENRIQUES, de Frei António Brandão
- CRÓNICA DE D. SANCHO I e D. AFONSO II, de Frei António Brandão.
- CRÓNICA DE D. SANCHO II e D. AFONSO III, de Frei António Brandão.
- CRÓNICA DE D. DINIS, de Rui de Pina.
- CRÓNICA DE D. JOÃO I, de Fernão Lopes – 2 volumes.
- HISTÓRIA DE PORTUGAL RESTAURADO, do Conde da Ericeira – 4 volumes.
- CRÓNICA DE CINCO REIS DE PORTUGAL, edição diplomática da Crónica inédita quatrocentista, contida no códice n.º 886 da B. P. M. do Pôrto, com capítulos inéditos da versão portuguesa da Crónica Geral de Espanha, referentes a Portugal, outros textos e um estudo de A. de Magalhães Basto, seguido da edição actualizada da Crónica de *Cinco Reis de Portugal* – 2 volumes.

SÉRIE ULTRAMARINA:

I – TRATADO DOS DESCOBRIMENTOS ANTIGOS E MODERNOS, de António Galvão.
II-III – VIAGEM DE FRANCISCO PYRARD, de Laval – 2 volumes.
IV – DIÁRIO DA VIAGEM DE VASCO DA GAMA – 2 volumes.
V – HISTÓRIA DA ETIÓPIA, do jesuita Pêro Pais – 3 volumes.
VI – ÁSIA PORTUGUESA, de Manuel de Faria e Sousa – 6 volumes.
VII – D. JOÃO DE CASTRO, de Elaine Sanceau.

SÉRIE CIMÉLIA:

I – OPÚSCULOS HISTÓRICOS, de Damião de Góis.

SÉRIE MISCELÂNEA:

I – MEMÓRIA V (PARA A HISTÓRIA DA LEGISLAÇÃO E COSTUMES DE PORTUGAL), de António Caetano do Amaral.

Retrato de D. João de Castro, executado por Gaspar Corrêa para a Galeria dos Governadores no Palácio de Goa

ELAINE SANCEAU

D. JOÃO DE CASTRO

TRADUÇÃO DO INGLÊS POR

ANTÓNIO ÁLVARO DÓRIA

REVISTA PELA AUTORA

BIBLIOTECA HISTÓRICA – SÉRIE ULTRAMARINA
LIVRARIA CIVILIZAÇÃO - EDITORA

DESTA EDIÇÃO FÊZ-SE UMA TIRAGEM ESPECIAL DE 200 EXEMPLARES NUMERADOS, EM PAPEL DA COMPANHIA DO PRADO, DE MAIOR FORMATO, RUBRICADOS PELA AUTORA

PROPRIEDADE DA
LIVRARIA CIVILIZAÇÃO – PÔRTO

PREFÁCIO

Entre a plêiade brilhante de lusófilos ingleses da nossa época, o nome de Miss Elaine Sanceau é, inegàvelmente, dos mais dignos da nossa gratidão Vivendo no nosso país desde 1930, aqui tem escrito as mais importantes das suas obras, cujos temas são todos portugueses. Apaixonada pela nossa história, tem procurado levar ao conhecimento de quantos falam a língua inglesa os feitos sem par de algumas das figuras mais representativas da nossa terra, não se cansando de salientar, com o devido relêvo, tanta coisa que lá fora a nosso respeito se ignora, tanta coisa que, diga-se aqui entre nós, muitos portugueses ignoram ou de que desdenham.

Inglesa de origem, educou-se na Suíça francesa. É, como tantos outros seus compatriotas ilustres, anglo-saxónia de educação latina. Isto, a nosso ver, em Miss Sanceau como em outros ingleses, teve o condão de suavizar um pouco os seus juízos a respeito de personagens e acontecimentos portugueses. Em geral, os latinos somos um pouco incompreendidos dos povos do norte. A nossa exuberância e loquacidade meridional, do país do sol, do céu azul, das côres alacres, da paìsagem risonha, triunfal no esplendor estival, não se casa bem com o recolhimento dos nórdicos, dialogando quási por monossílabos, vivendo quási perenemente cercados de nevoeiros, sob céus de chumbo, que faz esbater tôdas as côres, ainda as mais violentas.

Evidentemente que a muitos meridionais se apresenta

como incompreensível o mutismo dos habitantes dêsses climas inóspitos, o seu ar sério, quási agressivo, a sua intolerância religiosa (que se nos afigura incompatível com a larga tolerância política), os seus juízos nem sempre justos àcêrca dos homens do sul, numa palavra tudo quanto os caracteriza e os define.

Em regra, porém, só excepcionalmente o anglo-saxão sente despertar o interêsse pelos povos do meio-dia europeu, facto que tem ocorrido, quási sem excepção, apenas com os que deixaram a ilha brumosa em que repousam os restos de Shakespeare e a cidade por onde ribombou o verbo tonitruante do dr. Johnson, para virem até aqui, até ao céu perpètuamente azul e onde as sombras se recortam com a nitidez de um contra-luz. Assim foi com Shelley, com Southey, com Byron nos começos do século passado. Assim foi nos começos do actual com o prof. E. Prestage -- casado até, em primeiras núpcias, com uma portuguesa de alta nobreza intelectual—e com o sr. Aubrey Bell, que aqui passou o melhor de trinta anos, percorrendo Portugal de ponta a ponta, aprendendo a amar o nosso país nos seus costumes, nas suas paìsagens e nas obras dos seus maiores escritores, sem que êsse amor (excessivo, talvez, em um inglês fleumático e formalista) obnubilasse, um momento só, a sua ampla e justa visão crítica. Assim é hoje com Miss Elaine Sanceau, cujo contacto com o mundo de língua portuguesa começou quando primeiro residiu no Brasil.

Educada, como dissemos, na Suíça francesa, aí deve ter aprendido a conhecer melhor os povos latinos, desvestindo-se daquela camada de preconceitos a que nos referimos, própria de um estrangeiro transplantado para outro país que, além de falar língua diferente, de ter religião e costumes diversos, pertence a raça diversa da sua, quere dizer possui um conjunto de idéias e de tradições, incompatível, por vezes, com o seu. Por isso, quando mais tarde teve de instalar-se no Brasil, país em que existe grande amálgama de raças, mas cujo substractum *é latino, a distinta*

Autora dêste livro não deve ter encontrado outras surprêsas que não fôssem as da exuberância meridional elevada ao máximo pela influência, boa ou má, de um clima tropical, que leva tantas vezes à desfiguração das imagens e daí à dos homens e dos seus actos.

Em 1930 veio, como se disse, para Portugal, e quatro anos mais tarde fixava residência na linda, histórica e tranqüila aldeia de Leça do Bailio, por onde ainda deve pairar a sombra venerável dêsse austero D. Fr. Vasques Pimentel, evocado sombriamente no livro conhecido de Arnaldo Gama. Ali vive, numa quinta de lindo nome florido, entre a paz campestre, a dois passos do rio que deu o nome a algumas das povoações que banha, rio tranqüilo e bucólico, cujas margens melancólicas tocaram a alma do poeta do Só. *Cremos que foi nesse recanto remansoso que Miss Sanceau, devotada ao estudo da nossa história, escreveu tôdas as suas obras de assunto nacional. Logo em 1936 se editava em Londres o seu primeiro livro* Indies Adventure, the Amazing Career of Afonso de Albuquerque, *publicado três anos depois pela Livraria Civilização, em tradução portuguesa, com o nome de* O Sonho da Índia – Afonso de Albuquerque.

No fim dêste mesmo ano de 1939 publicou-se a primeira tradução portuguesa de uma obra sua antes do original inglês: Em demanda do Preste João. *Efectivamente, só em 1943 saíu a edição inglesa, logo seguida em 1944 de uma edição americana.*

Em 1942 aparecia, ainda em edição da Livraria Civilização, a tradução de O Infante D. Henrique, *cujo original inglês a guerra impediu até hoje de publicar.*

E hoje, ainda antes do original inglês, sai êste D. João de Castro, *cuja tradução nos coube, desta vez, a honra de fazer. De facto, na nossa já longa carreira de tradutor de obras inglesas dedicadas a Portugal e à sua história, parece-nos que, sem desprimor para seus ilustres Autores, nenhuma foi escrita em tão bela linguagem*

como esta. É certo que a totalidade das obras por nós traduzidas versam assuntos de erudição, em que só excepcionalmente podem brilhar as galas do estilo. Em Portugal, como em tôda a parte, o escritor de erudição raras vezes cuida do estilo com o amor de um Eça de Queirós, de um Flaubert ou de um Macaulay.

Miss Sanceau, trate embora de assuntos eruditos, jamais deixa de burilar a frase com cuidados que tanto são de nosso agrado de meridionais amantes das frases belas. É que Miss Sanceau é, antes de mais, uma prosadora de recursos, que nunca esquece o valor que o estilo pode dar a uma obra e a influência que pode ter sôbre o tema tratado. E neste livro vão os nossos leitores ter a oportunidade de comprovarem o nosso acêrto, embora através de uma tradução bem pálida, sob a qual tantas vezes se escondem as belezas do original. E é esta uma faceta do talento da Autora para que nos permitimos chamar a atenção dos leitores, na certeza de que não é das menos importantes a considerar na obra desta escritora, a quem devemos todos a maior gratidão pelo desinterêsse do seu trabalho em prol da nossa terra, de cuja história é cultora apaixonada.

Embora de pequeno vulto, a obra de Miss Sanceau vale pela qualidade, e também pelo escrúpulo, pelo cuidado e pela meticulosidade da investigação, ao mesmo tempo que a serenidade dos juízos e a objectividade dos conceitos a colocam na primeira fila dos ingleses que têem versado a nossa história. Tudo isto faz juz, cremos, à nossa gratidão, principalmente nos dias turbados que estamos a viver, em que as paixões nem sempre deixam lugar à serenidade de visão e à justiça no julgar.

Por isso, como português que, apesar de tudo, não desconhece, nem desculpa os erros dos seus (de hoje e do passado), nós lhe manifestamos a nossa pequenina parcela de gratidão, gôta de água no meio da gratidão dos milhares de portugueses, que nem sempre têem sabido compreender até onde tem chegado o esfôrço dos estrangeiros, particularmente os ingleses, por nos compreenderem a nós.

Com efeito, parece ir começando a desaparecer êsse espírito particularista exacerbado ao máximo sob o signo de um nacionalismo exaltado, de que ainda há espécimes à face da Terra, e que gerou esta guerra monstruosa, brutal e anti-humana a que assistimos, pávidos, durante seis longos anos. Os homens, passada a tormenta, buscam hoje novos rumos e procuram chegar a uma íntima colaboração entre os povos, tendente, antes de mais nada, à abolição de tudo quanto não seja capaz de pôr têrmo às hecatombes do género daquela a que há pouco assistimos. Dado o natural desconto ao que de ingénuo e excessivamente cândido possa existir no fundo de tais aspirações, a verdade é que só pela colaboração de todos os povos, afastado para plano remoto tudo quanto possa perturbar essa colaboração, os homens podem chegar a estabelecer sôbre a Terra uma era de paz fecunda, embora não eterna. Para criar ambiente propício a êsse estado de espírito estão, em primeiro lugar, as relações intelectuais entre os povos, podendo considerar-se verdadeiros beneméritos os sábios, os eruditos e os escritores que para tal contribuam. Saibamos, por isso, compreender o pensamento norteador dos estrangeiros que nos amam e que, como Miss Sanceau, são devotados divulgadores daquilo que mais nos honra e envaidece – a nossa História.

Braga, Outubro de 1945.

ANTÓNIO ÁLVARO DÓRIA

Capítulo I

O Moço Fidalgo

D. Álvaro de Castro resolvera que seu filho segundo seguiria os estudos.

Talvez a cultura intelectual nem sempre fôsse necessária ao morgado, pois os cuidados desta vida tinham de recair sôbre êle, mas julgaram-na conveniente saída para o irmão mais novo. Só um homem rico podia ter que deixar a filhos mais novos; porém os conhecimentos intelectuais podiam levar a lugares de destaque na Igreja ou no Estado, em especial quando os filhos eram de bom nascimento.

D. Álvaro de Castro provinha de origem nobre. Os seus antepassados, que tinham vindo para Portugal com a linda Inês — a *Colo de Garça* de trágica memória — descendiam de Reis castelhanos. Estava aparentado com as mais nobres famílias de Portugal, e casara com uma filha do Conde de Abrantes. Figura distinta, viajara e estivera em Roma e em Jerusalém. A sua conversação brilhante proporcionava-lhe êxitos na sociedade. Quando êle aparecia, reüniam-se-lhe à volta admiradores para lhe

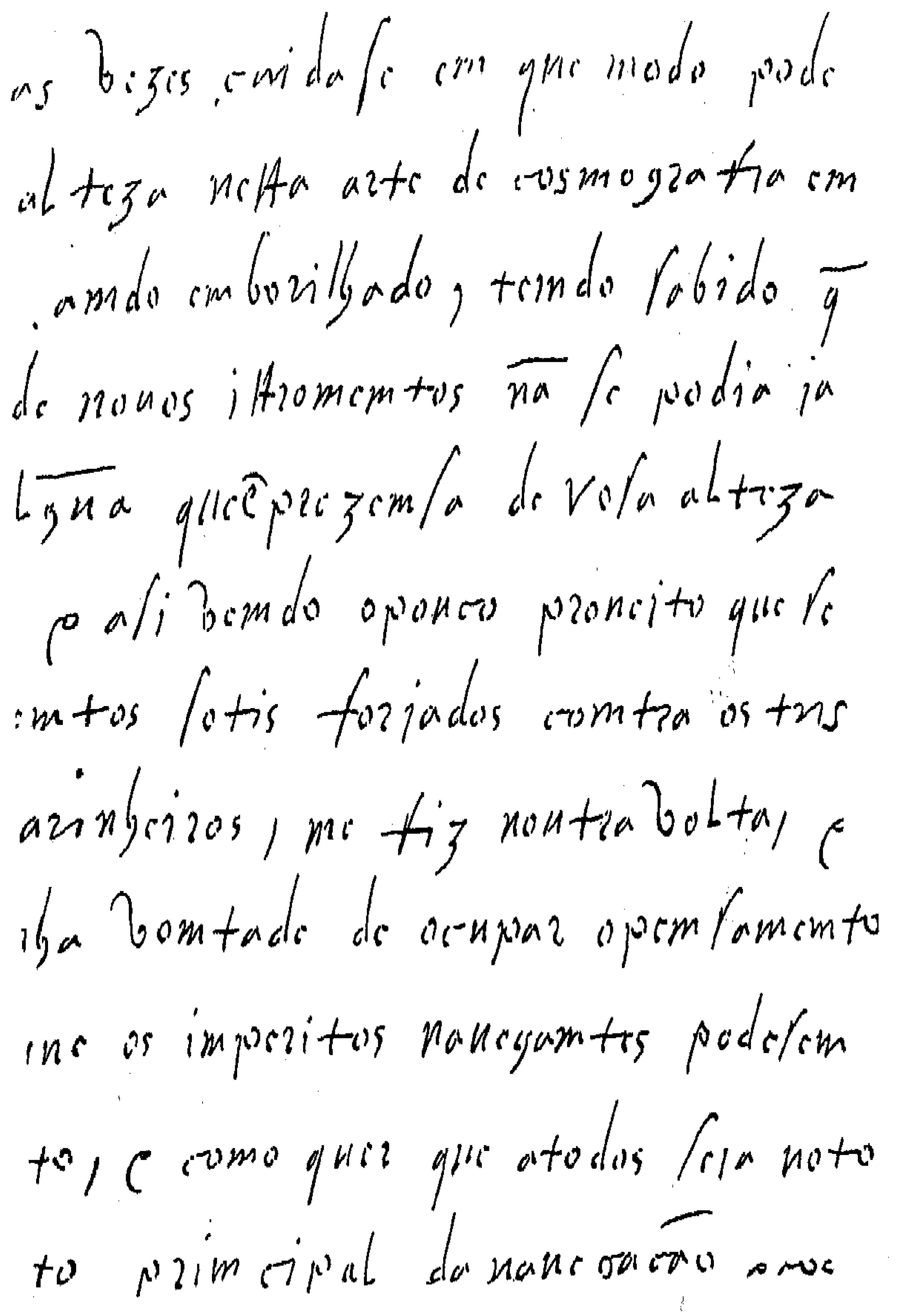
ouvirem as anedotas e aplaudir-lhe os ditos espirituosos.

D. Álvaro e D. Leonor, sua mulher, viviam com espavento, rodeados de criados, de pajens, de donzelas e de escravos. Êle era Governador da Casa do Cível de Lisboa e Vedor da Fazenda, e gozava do favor de D. Manuel, o *Venturoso*. Os jovens Castros, apoiados em tal influência, tinham boas perspectivas a considerar.

Quando lhe traçaram o futuro, João, o filho segundo, rapaz de rosto comprido e olhos negros, que sabia perfeitamente o que queria, não protestou. Com seu pai não havia possibilidade de discutir. Além disso, o estudo era interessante e gostava muito dêle, pelo que se aplicou da melhor boa vontade aos livros.

Ao mesmo tempo, se lhe fôsse dado escolher escolheria a carreira militar. Apesar de rapaz sisudo, que lia e pensava muito, João não sentia atracção pela vida sedentária. ¡Numerosas vozes o chamavam para a vida cativante do mundo de acção que o rodeava, pois era um mundo cativante aquêle em que nascera uma pessoa, no maravilhoso ano de 1500, e em Lisboa, a mais maravilhosa das cidades!

O século abrira com acontecimentos que abalaram o mundo. O caminho marítimo para o Oriente dourado acabava de se mostrar. No Oriente, um vasto continente novo começava a desenhar-se no mapa, desde que a esquadra de Cabral tocara no Brasil, e os cosmógrafos portugueses convenceram-se de que esta mesma costa seguia em direcção ao Norte, para além das Índias de Colombo, até às costas geladas do Lavrador. A concepção de um mundo novo destruíra tôdas as noções geográficas da Europa, tal como o acesso directo às terras das especiarias lhe revolucionara a economia



Autógrafo de D. João de Castro, da primeira fôlha do «Primeiro Roteiro da Costa da India», dedicado ao Infante D. Luís

Estas terras das especiarias haviam despertado maior interêsse do que a «quarta parte do mundo», ainda sem nome. Enquanto nações invejosas do Norte e mercadores do Levante rangiam os dentes, o Rei de Portugal monopolizava sossegadamente o comércio de pimenta e mandava os seus súbditos dobrar o recém-descoberto Cabo para darem combate aos muçulmanos do Oriente e ditarem leis aos Príncipes indianos.

Tôdas as primaveras viam as «armadas da Índia» sair a foz do Tejo, transportando os mais belos tecidos fabricados pelos teares europeus, além de corais e água de rosas, mercúrio e alúmen para os mercados orientais. E como os «Inimigos da Fé», os árabes, punham objecções ao seu novo rival no comércio, os navios seguiam carregados com bombardas, falconetes, colubrinas e pólvora, assim como com grande fornecimento de pelouros.

Regressavam dezóito meses mais tarde – ao voltarem, sempre faltavam alguns – carregados de pimenta e gengibre da costa do Malabar, canela de Ceilão e cravo das Molucas. A «Casa da Índia», situada à beira do rio, armazenava tôdas estas especiarias, e ali se reüniam os mercadores estrangeiros para as comprar, munidos de sacos de ouro. Às vezes não chegava um dia inteiro para contar o dinheiro, e os compradores eram despedidos até ao outro dia.

Eram assim as transacções comerciais na Lisboa do século XVI. Os seus cais constituíam uma Babel, em que se ouviam numerosas linguagens. Além de empório das especiarias do Oriente, Lisboa era então, como hoje, o pôrto de embarque para tôda a parte. Ali se juntavam homens de tôdas as nações, para seguirem viagem ou negociarem, e muitos viviam lá, como ainda hoje acontece, simplesmente por gostarem do clima.

A cidade, cosmopolita e bela, reclinava-se nas suas colinas cheias de sol, sôbre o vasto estuário azul—caminho luminoso que levava ao extrêmo do mundo. Era a cidade do mar, com uma caravela sôbre as ondas por armas. No seu pôrto abrigavam-se navios de tôdas as nações marítimas da Europa. As suas ruas viam-se cheias de marinheiros de tôdas as nações.

A vida inteira da cidade fazia-se à beira da água, em volta do vasto terreiro junto do rio, ao qual iam dar tôdas as ruas principais. Era ali o mercado onde os pescadores expunham a sua pesca, os padeiros o seu pão, os camponeses as suas frutas e hortaliças. Ali se viam os fornos reais a arder todo o dia para cozerem o biscoito para as armadas. Ali existiam os estaleiros, onde o trabalho jamais cessava. Ali ficava o Arsenal, edifício imponente cheio de armamento de tôda a espécie para ser utilizado no mar ou em terra; e ali havia também o palácio do Rei *Venturoso*.

Nenhuma Côrte da Europa podia comparar-se a esta. Nenhum Rei reünia à sua volta assembléia tão exótica. Os seus escravos e cativos vinham de tôdas as terras da África e da Ásia, e lindas raparigas da Índia e da Malásia serviam a Rainha. Embaixadores das Côrtes orientais assistiam às suas audiências. O Xá da Pérsia e os Reis de Java e do Sião mandavam-lhe presentes. Ali se podiam encontrar monges negros da Etiópia, enviados do Preste João da Abissínia, pilotos árabes do Mar Vermelho e viajantes chineses apanhados em Malaca.

E ali também vinham os capitães, tisnados pelo sol, chegados de mares distantes e de remotos campos de batalha, para beijarem a mão do seu Soberano e depor-lhe aos pés trofeus duramente

ganhos. Nenhum Rei podia orgulhar-se de que os seus súbditos fôssem tão longe, ou fizessem tais proezas, ou vissem tais coisas. Os heróis abundavam na Côrte de D. Manuel, que achava isso natural.

Calmo e afável, de vida sossegada, o Rei *Venturoso* recebia as homenagens das variadas multidões, e por onde quere que fôsse seguia-o uma orquestra ambulante a tocar charamelas, sacabuxas, cornetas, harpas, tambores e rabecas. Quando êle caminhava ouviam-se atabales e trombetas. Enquanto comia, cantores mouros cantavam e tocavam alaúde. Na Côrte de D. Manuel reüniam-se os melhores músicos de tôda a Europa, e ao som dêles e durante todo dia —dentro e fora de casa, trabalhando e descansando —o Rei caminhava melodiosamente, e a música embalava-o quando à noite ia deitar-se.

Era uma Côrte alegre. Ao jantar, enquanto soavam as harpas, os pajens dançavam. Aos domingos à noite e nos dias-santos, realizava-se um baile no Paço, a que concorriam tôda a juventude e tôdas as belezas, e até o próprio Soberano não deixava de tomar parte nêle.

A vida era um espectáculo permanente na órbita do Rei *Venturoso*. Quási todos os dias êle vestia roupa nova. O seu guarda-roupa e o seu guarda-jóias trasbordavam de rubis, pérolas e brocados do Oriente. O barco em que dava os seus passeios era ornado de sêdas.

Saía a cavalo pelas ruas de Lisboa com cinco elefantes à frente, adiante dos quais seguia o rinoceronte, presente do Sultão de Cambaia. Após o Rei, ia um cavaleiro persa, levando uma pantera prêsa de uma corrente. Os habitantes de Lisboa, que se divertiam muitas vezes com êste espectáculo, deviam ter ficado tristes quando por fim o Rei mandou a maior parte do seu «circo» de presente ao Papa.

Era de esperar que essa magnificência, digna de um sátrapa, fôsse acompanhada de orgias e libertinagens à moda oriental; mas tal não se deu. A Casa Real possuía uma respeitabilidade burguesa. Parece que o Rei *Venturoso* não tinha vícios. Foi um marido fiel às três mulheres sucessivas, e pai digno dos seus nove filhos. Levantava-se cedo e não bebia vinho. Os seus banquetes inocentes consistiam de fruta e bolos de açúcar.

Era também um intelectual. Dizem que nunca se sentava a comer sem estar acompanhado de letrados com quem conversava, apesar de nos causar estranheza que pudesse manter-se uma conversação tão elevada, enquanto as frautas se ouviam e os pajens saltitavam.

Todavia, o Rei cuidava de que os moços da sua Côrte tivessem outras ocupações além de dançar. Acreditava no valor da educação dos fidalgos jovens, e quando um dos seus moços fidalgos mostrava indícios de inteligência, tinha de freqüentar aulas diárias de retórica e de gramática na Universidade de Lisboa.

Parece que em redor do trono de D. Manuel, houve muitos rapazes esperançosos entre os quais encontramos nomes de grande distinção. O historiador João de Barros diz que entrara para o serviço do Rei «da idade do jôgo do pião». Também ali vemos Damião de Góis, então de onze anos, humanista em embrião, todo êle observação e curiosidade, confraternizando com os arménios mandados a Portugal pelo Preste João, e o jovem Gaspar Correia, futuro historiador da Índia, também ali passou alguns dos seus primeiros anos até ir, em 1512, para o Oriente, na qualidade de secretário do grande Albuquerque.

Ali se criou também D. João de Castro, com seu

irmão D. Fernando. Como outros moços fidalgos, estava ajoelhado ao lado da cadeira real enquanto D. Manuel comia, e passava-lhe as frutas que o Monarca partilhava benignamente com os seus jovens dependentes. Ao que parece, Fernando e João foram os preferidos do Rei entre os rapazes chamados a desempenhar esta agradável função.

Mas o sol real teve um terrível eclipse quando João tinha doze anos. O incidente surgiu entre os numerosos dependentes que seus pais mantinham. D. Álvaro e D. Leonor possuíam muitas escravas em casa, algumas das quais muito bonitas. Estas raparigas, devemos acentuá-lo, não eram negras. As damas nobres gostavam de ter escravas brancas, naturalmente arrebanhadas entre os serralhos de Marrocos e do Levante.

Fôsse qual fôsse a sua origem, uma rapariga da casa de D. Leonor cativou o coração de um dos criados do marido. D. Álvaro e a mulher despediram o homem, mas êste voltou a ocultas e prosseguiu com o namôro.

D. Álvaro ficou doido de cólera. ¡Não queria coisas dessas em casa! Mandou prender o culpado e vergastá-lo de tal modo que êle não ficou com um único ponto são na pele.

O rapaz jurou vingar-se, parecendo que gozava de certa influência na Côrte. Vestido apenas com os calções e só com um barrete na cabeça, esperou que o Rei fôsse à missa.

— ¡Veja o que o seu Governador me fêz por falar-lhe à escrava! — exclamou êle, mostrando-lhe as costas.

— Vai para casa e veste-te — disse o Rei sensatamente. E prometeu fazer-lhe justiça.

Naquele mesmo dia, estava D. Álvaro sossegadamente em casa, quando foi surpreendido por um mensageiro da Côrte, que o informou de que a par-

tir de então se encontrava suspenso das suas funções e ainda condenado a uma multa de 500 cruzados. ¡O dinheiro foi arranjado com grande dificuldade, e Lisboa inteira ficou em suspenso ao ter notícia de que D. Álvaro de Castro caíra em desgraça! Em tôda a roda dos Castros houve grande indignação, ficando assente, em conselho da família, que os jovens Fernando e João deviam cessar a sua assistência junto do Rei.

E assim, uma bela manhã, abandonado o seu ofício na Côrte, os dois rapazes foram dar um passeio a cavalo. Tudo isso estava muito bem, mas teria sido mais discreto não ir cavalgar ostensivamente por debaixo das janelas do paço. D. Manuel, que se encontrava dentro a jantar, olhou para a praça e viu os faltosos a divertir-se.

– ¿Aquêles não são os filhos de D. Álvaro de Castro? – preguntou.

E tendo-lhe dito que eram, encheu-se de cólera.

– Risquem-lhes os nomes dos registos! – exclamou.

E assim se fêz, o que provocou ainda maior rancor e cólera.

Então, D. Leonor – mulher «muito sagaz e prudête» [1] – entendeu que chegara a ocasião de agir ela, e preguntou ao guarda-roupa o que devia de fazer para tornar a alcançar o favor real para o marido e os filhos, respondendo-lhe o conselheiro que a persuasão pacífica seria o melhor meio de convencer o Rei.

– Dêle podeis obter tudo por meios brandos. O caminho mais fácil seria por intervenção da rainha velha D. Leonor, irmã de D. Manuel, que se sabia ter sôbre êle grande influência.

E assim as duas Leonores conspiraram e servi-

---

[1] *Crónica de D. Manuel*, de Damião de Góis, Parte III, cap XL.

ram-se do seu tato feminino junto do Rei, com muito proveito. D. Álvaro foi por fim chamado outra vez à Côrte, censurado pelos seus erros e reintegrado no favor régio. A seguir os nomes de João e de Fernando registaram-se de novo nos livros, voltando novamente a partilhar da sobremesa real.

Êste incidente é o único apontado dos primeiros anos de D. João de Castro passados na Côrte de D. Manuel. Quer a infância, quer a adolescência, passou-as êle nessa Lisboa caleidoscópica, espectáculo infindável a desenrolar-se diante dos seus olhos, ao mesmo tempo que lhe chegava aos ouvidos o eco das batalhas no Ultramar. Na verdade, a trovoada distante impressionava-o mais do que todo o esplendor da cavalgada real. O jovem João era rapaz sério e sonhador. Não se deixou deslumbrar pelo ouro e pelas jóias que brilhavam à sua volta, nem mesmo se interessou muito por isso. Sabia que havia de ser pobre, mas a idéia de ir conquistar uma fortuna além-mar, como tantos outros filhos segundos haviam feito, não entrava nos seus planos. João não queria fazer fortuna. Apenas desejava desembainhar a espada pela fé e pelo Rei, praticar feitos iguais aos dos heróis da antiguidade. Jamais pediria qualquer recompensa material. Apenas ambicionava a glória.

Pode haver quem suponha que João era um jovem ferrabraz. Mas êle não o era; era antes romanesco. Por um lado sonhava com o clangor do aço, as lutas cavalheirescas em que os soldados tomavam parte, os heróis morriam e os valentes arriscavam as vidas; – por outro lado sentia-se prêso do mistério silente da natureza; não era a linda Natureza, sorridente e obediente das éclogas e das bucólicas – essa matrona nutrida, que figura nas alegorias, com o corno da abundância nos braços roliços –, que interessava êste

rapaz. As quintas que os seus parentes e amigos possuíam fora das muralhas da cidade, com os pomares, os vinhedos, os olivais e os campos lavrados, não tinham grandes encantos para êle. O que amava era a floresta e as montanhas – a serra de Sintra, onde o pai possuía alguns hectares de floresta espessa e muito velha, a revestir encostas bravias de rochas ameaçadoras. Nascentes límpidas como cristal brotavam ali do coração das colinas e sumiam-se no fundo do precipício verde e sombrio. Nos pontos em que as frondes se abriam, a vista alcançava o espaço, através da planície côr de púrpura, centenas de pés abaixo, até à linha branca das ondas a desfazerem-se naquela costa encantada, onde se dizia que homens marinhos saltavam por cima dos rochedos, e os pescadores ouviam tritões a tocar nas suas buzinas.[1] Ao longe, o Atlântico azul rolava as suas vagas até aos misteriosos horizontes, onde os navios iam para ver as maravilhas do abismo. O céu e o mar chamavam a juventude para as terras remotas e para a aventura. João viu muitos parentes seguir por aquêle caminho.

Não se sabe ao certo se D. Álvaro passava muito tempo em Sintra. Talvez a propriedade fôsse principalmente lugar de caçadas. «Terra onde meu Pay e avós se criarão»[2] assim a descreve o filho João, que amou aquelas árvores e rochedos com todo coração e tôda a vida.

---

(1) «Nos nossos dias», conta Damião de Góis, «um homem andava à pesca, com linha e anzol, entre os rochedos do Promontório Bárbaro, perto da capela de Nossa Senhora; inesperadamente saltou para um rochedo um tritão macho, com a barba comprida, peito crespo, rosto não muito disforme, e aspecto perfeitamente humano». ¡E tambem «um camponez sério e digno de crédito» contou ao escrivão da Casa da Índia ter visto outro tal! (Ver Damião de Góis. *Lisboa de Quinhentos*).

(2) *Testamento de D. João de Castro*, publicado por Cristóvão Aires de Magalhães Sepúlveda. Lisboa, 1901.

Mas o pai entendia que êle devia estudar, e por isso agarrou-se aos livros. Aprendeu a fazer uma linda caligrafia italiana. Estudou humanidades, retórica e gramática, e absorveu tôda a cultura clássica com que os homens do Renascimento enchiam a conversação polida.

Talvez D. Álvaro de Castro achasse isto suficiente, mas o filho não parou ali. As humanidades eram boas – interessantes até onde iam, mas naquela época vertiginosa pareciam um pouco estáticas. Sem dúvida, tôda a sabedoria vinha dos antigos, mas a acção pertencia aos modernos. ¿Como podia um homem ter os olhos postos na Antiguidade, quando todos os dias se abriam horizontes desconhecidos de gregos e de romanos, e os seus próprios compatriotas eram os pioneiros? Nas palavras do seu contemporâneo Pedro Nunes, o grande matemático e cosmógrafo, de quem mais tarde João havia de aprender tanto:

«Nam ha duvida que as navegações d'este reyno de cem anos a esta parte são as mayores: mais maravilhosas: de mais altas e mais discretas conjeyturas, que as de nẽhuma outra gente do mundo. Os portugueses ousaram cometer o grande mar Oceano. Entraram por elle sem nẽhum receio. Descobriram novas ylhas, novas terras, novos mares, novos povos; e o que mais he: novo ceu e novas estrellas... E fezeram o mar tam cham que nam ha quem hoje ouse dizer que achasse novamente alguma pequena ylha, algũs baxos, ou sequer algum penedo, que per nossas navegações não seja já descoberto.»

Era desta maneira que os olhos vigorosos e ávidos da geração nova viam o heróico mundo novo que seus pais lhe haviam revelado, e se preparavam para lhe desvendar os mistérios e abrir novos caminhos.

¿Como podia uma pessoa concentrar-se ùnicamente no estudo das letras, quando havia todo o fascinador reino da ciência a explorar? O campo infinitamente vasto da geografia, o estudo do Oceano enganador, infindável, sempre diferente e jamais conquistado por completo, e, acima de tudo, a matemática, legada aos árabes pelos gregos, mas só havia pouco aplicada a fins práticos, com resultados que revolucionaram uma época. A moderna ciência da navegação, baseada na matemática, libertara o Oceano e abrira o mundo a Portugal. A altura do polo ao meio dia, o cálculo do grau, o problema da longitude—tais eram os temas predilectos da discussão elevada entre os homens. Na Côrte de D. Manuel eram o assunto do dia. Aí estava um estudo capaz de dominar os espíritos curiosos. João de Castro deu-se com entusiasmo à matemática.

Estudou-a juntamente com o infante D. Luís, diz o seu biógrafo, mas é pouco provável que fôsse naquela época. O Príncipezinho, segundo filho de D. Manuel, era mais novo seis anos do que D. João de Castro — diferença insignificante numa idade mais avançada, mas um abismo na adolescência. Nem mesmo D. João de Castro, como Jacinto Freire de Andrade dá a entender, poderia ter sido ensinado naquela época por Pedro Nunes. Êste futuro farol do mundo científico era, de facto, mais novo dois anos do que o seu futuro discípulo. (1)

(1) Jacinto Freire, no entanto, tem razão ao atribuir um interêsse precoce pela navegação e pela cosmografia a D. João de Castro. Na *Enformação que Dom João de Castro Governador da India mandou a El Rey dom Joam sobre as demarcações de sua Conquista & del Rey de Castella*, refere-se à discusão travada «no tempo del Rey seu pay que santa gloria aya», por ocasião da visita de «hũ arenegado Ceziliano de nacimento que passava de 20 annos que andava na Arabia, E navegava muitas vezes neste golfão», por cuja informação D. Manuel mandou Jorge Reinel, Mestre de cartas de marear, traçar uma carta. Nessa ocasião, D. João devia ter menos de 18 anos. (*Tratado da Sphaera*, págs. 117 e 118).

Fôsse quem fôsse então o seu mestre, D. João de Castro estudou matemática com tanta devoção como se tencionasse vir a ser professor dela. Familiarizou-se com os instrumentos empregados pelos navegadores — o astrolábio, o quadrante e a balestilha. Considerou as variações da agulha magnética, e especulou com o problema do verdadeiro meridiano. Fêz-se também bom desenhador, capaz de traçar cartas e mapas, perfeitos e cuidados como êle gostava do trabalho.

Estas coisas eram absorventes. É fora de dúvida que D. Álvaro esperava ver o filho vir a ser um teórico e um intelectual. Vendo o rapaz agarrado aos livros de modo tão brilhante, o pai mal podia imaginar que não fôsse esta a sua vocação. ¿Não se tornaria na verdade, aquêle rapaz estudioso um mestre grave, a observar o mundo das alturas do seu estudo pacífico?

Mas, neste período da sua vida, D. João de Castro não queria o sossêgo. O seu amor pela cultura não era académico. As teorias são fascinantes, é certo, mas apenas quando podem comprovar-se pela prática. O mesmo poderia dizer-se dos estudos clássicos: ¿Como havia alguém de contentar-se simplesmente com ler os feitos dos heróis da antiguidade, quando os seus compatriotas estavam, todos os dias a praticar acções mais admiráveis do que as que impressionaram a Grécia e Roma? A adolescência de D. João de Castro coincidiu com as duas décadas mais dramáticas dos anais da expansão portuguesa ultramarina. Anos seguidos, desde a época em que êle aprendeu a andar, todo o país retinia com os grandes feitos dos seus filhos.

Em 1504, Duarte Pacheco (outro matemático!), com 77 portugueses e 100 indígenas, defendera Cochim, durante uma estação chuvosa inteira, contra o poderio de Calecute, 50 vezes superior em número.

Em 1507, Afonso de Albuquerque levara seis navios com 400 homens ao Gôlfo Pérsico, e conquistara a cidade de Ormuz.

Em 1509, D. Francisco de Almeida – tio-avô de D. João de Castro – desafiara as fôrças navais do Egipto, e destruíra completamente a frota do Sultão em frente de Dio.

Em 1510, as hostes turcas do Idalcão (Ismail Adil-Khan) foram derrotadas por Afonso de Albuquerque, e a rica ilha de Goa acrescentada à coroa de D. Manuel.

O ano imediato viu cair a brilhante cidade de Malaca nas mãos do punhado de homens de Albuquerque, assegurando assim a Portugal o domínio das portas do Extrêmo Oriente. António de Abreu saíu de Malaca a descobrir as ilhas das Especiarias (Molucas), enquanto Albuquerque regressava à Índia para alcançar novas vitórias sobre o Idalcão.

Em 1513, o conquistador levou a sua esquadra ao estreito de Babelmândebe e fêz tremular, pela primeira vez, a bandeira portuguesa no Mar Vermelho, enquanto o Egipto e a Arábia tremiam de pavor.

Em 1515, Albuquerque reconquistou Ormuz e construíu aí uma fortaleza, justamente às vésperas da morte no zénite da sua glória...

Trágica e triunfante, a epopeia da Índia ribombava a distância, e com tôdas as armadas chegavam ao reino histórias impressionantes, enquanto a Côrte brilhava de trofeus ganhos à custa de muito sangue.

Mas o ruído da guerra fazia-se também sentir mais perto de Portugal. A poucos dias de viagem por mar, estavam as fortalezas africanas – escola de guerreiros: Ceuta, de onde Portugal, durante os últimos cem anos, desafiara os exércitos dos Reis de Marrocos e de Fêz; Tânger, a conquista mais orgulhosa do rei

D. Afonso, o *Africano*; Arzila, famosa nos anais das heróicas guerras de guerrilhas; e Safim, onde Nuno de Ataíde – cognominado o *Incansável* pelos inimigos – levava o terror ao coração da mourama, a muitas milhas no interior.

Ali estavam também Azamor e Mazagão, a conquistar as quais o Rei *Venturoso* mandou em 1513 uma fôrça de 13 mil infantes e 2 mil cavalos. O chefe da expedição foi o Duque de Bragança em pessoa. Durante todos os dias, até partirem, os seus homens, todos vestidos de branco com cruzes vermelhas no peito, se postavam em frente do paço, diante do rio. O entusiasmo popular não conhecia limites. O fervor cruzado aquecia todo o país. Gil Vicente fazia vibrar a Côrte com a representação da sua entusiastica *Exortação da Guerra*, e os maiores fidalgos portugueses tomavam parte na armada.

Azamor e Mazagão foram conquistados naquele ano. A ocidente do Estreito de Gibraltar, Portugal fixara-se com firmeza ao longo da costa africana, e Nuno de Ataíde, em uma espectaculosa incursão, levou os seus homens até às muralhas de Marrocos.

E assim, ano a ano, ao longe e nas proximidades, o ruído dos combates e os altos feitos de armas retumbavam com sonoridade através dos mares. Para um jovem estudante, debruçado sôbre o seu Euclides e o seu Ptolomeu, êle enchia o ar e chegava até ao céu.

A obediência fôra, com certeza, levada longe de mais quando se tinha dezóito anos e se era homem. D. João ouviu a sua geração pôr-se em marcha, parecendo que só êle estava condenado a ficar para trás. Era mais do que podiam sofrer a carne e o sangue.

D. João de Castro fugiu e embarcou para Tânger.

Capítulo II

De guarnição em África

«Em a Afriqua me naçerã as barbas» [1] escreveu D. João de Castro mais tarde. Ali adquiriu a experiência, assim como aspecto viril, porque lá serviu às ordens de bom mestre.

O capitão de Tânger era D. Duarte de Meneses, que pertencia àquela ilustre família tão famosa na história do Marrocos português. Era um guerreiro endurecido, que não se deixava pear por princípios elevados, como o demonstrou depois ao chamarem-no para governar a Índia; era, porém, chefe militar de competência. Quer antes quer depois do intermezo oriental, serviu a pátria em Tânger com confiança e êxito. Efectivamente, quando D. João de Castro para lá foi, consideravam-no um herói.

Naquelas áridas fortalezas do norte da África não havia o que Albuquerque chamara «os fumos da Índia» para fazerem andar a cabeça à roda. Podiam ali criar-se reputações, mas não era fácil adquirir fortuna individual ou para a coroa. Talvez ainda menos para esta! A conservação dêsses baluartes ao longo da costa marroquina era o sacrifício mais custoso para o prestígio português.

Nada produziam e tinham de abastecer-se de tudo do reino: cereais, vinho e carne para alimentação, tecidos para vestuário, armamento e tôdas as armas de guerra, madeira e pedra e cal para a construção dos fortes, e homens para os defender. O dinheiro caía dentro delas como num poço.

(1) Tôrre do Tombo, *Colecção de S. Lourenço*, vol. v, fól. 123.

Eram precisas esquadras para transporte. Todos os anos se perdiam centenas de vidas, ¿e para quê? Oito fortalezas: Ceuta, Alcácer-Ceguer, Tânger, Arzila, Azamor, Mazagão, Safim e Agadir – protegiam a navegação cristã no Estreito, atemorizavam os piratas da costa atlântica e desafiavam os reinos muçulmanos de Fêz e de Marrocos. ¡Era, sem dúvida, um espinho cravado no flanco do Islão, mas muito dispendioso de manter!

Se houvesse paz naqueles sítios, talvez os seus recursos agrícolas produzissem frutos; mas as incursões de parte a parte devastavam os campos em tôdas as estações, e mouros e cristãos preferiam que assim fôsse. Duas raças inimigas – cada uma delas convencida de que destruir a sua rival era alcançar rápida entrada no céu – atiravam-se uma à outra com todo o entusiasmo por amor da sua Fé e a salvação das suas almas. ¡Ainda mesmo quando os seus Reis assinavam um tratado de amizade, como D. Afonso V e Mulei Cheque fizeram em 1470, dispunha-se uma cláusula àparte, pela qual as guarnições das fortalezas dos dois campos podiam mùtuamente fazer incursões nos territórios respectivos, sem êsses actos serem considerados quebra da paz!

Ao menos pode dizer-se que as fortalezas da África produziam belos soldados. Alguns dos maiores capitães da época mais gloriosa de Portugal, como Afonso de Albuquerque, fizeram o seu tirocínio nas armas nas costas marroquinas; agora chegava a vez de D. João de Castro ser pôsto ao remo.

Durante vários anos, levou a vida monótona, embora excitante, dos soldados em serviço entre a terra inimiga e o mar. Esta vida passou-se por detrás das sólidas muralhas, que rodeavam o castelo, e a tôrre de menagem, onde era forçoso estar alerta noite e dia. No alto da tôrre mais elevada havia

um sinal pôsto acima do mastro, em que uma espécie de cêsto subia e descia para indicar quando a costa estava livre ou não. Se se via no tôpo, queria dizer que tudo corria bem, e as sentinelas conservavam-se no seu pôsto, a atalaia, no alto dos montes. Portanto, quem quisesse podia sair a cavalo pelas portas da cidade, e os homens podiam cultivar os campos e apascentar o gado sob as muralhas. Se as tropas inimigas fôssem vistas ao longe, os vigias dos postos de observação davam sinal à cidade, a sentinela da tôrre tocava a rebate e o cêsto descia até meia haste. Então todo o gado era recolhido e todos os homens desarmados deviam abrigar-se atrás das muralhas. O Capitão e os seus homens de armas saltavam para os cavalos e partiam ao encontro do inimigo.

Esta guerra marroquina tinha uma táctica sua, dependente quási inteiramente do movimento, da rapidez e da surprêsa. A clássica batalha campal raras vezes se travava. De ambos os lados as operações consistiam principalmente em fossados relâmpagos, cavalgadas nocturnas, violentas escaramuças de cavalaria ligeira, destruições mútuas de sementeiras, e roubo de gado.

Como estavam muito próximas uma da outra, as guarnições de Tânger e de Arzila actuavam às vezes em conjunto. Quando o vento soprava do lado favorável, Tânger podia ouvir o tiro de Arzila a dar sinal, e os homens saíam então em socorro da praça irmã. Quando o vento faltava, mandava-se um recado de barco, ao longo da costa. Tratando-se também de incursões ofensivas, um capitão costumava às vezes convidar o seu colega para o acompanhar, e os seus séquitos respectivos cavalgavam lado a lado, pelos montes silenciosos, à luz da lua.

Para os infelizes camponeses da terra — os «mouros de paz», como lhes chamavam —, que lavravam a terra à volta dos fortes cristãos e pagavam tributo em géneros, ou para os súbditos mais ínfimos do Rei de Fêz, esta vida de constantes incómodos era um tormento, mas não há dúvida de que os seus superiores se divertiam imenso.

Todavia parece que os inimigos não sentiam muito ódio ou aversão uns pelos outros. De facto, os seus encontros habituais parecem ter criado mútua estima. Entre os chefes rivais, em especial, todo o comércio era amenizado pelas regras de delicadeza usuais entre cavalheiros. ¡Roubavam-se mùtuamente o gado, destruíam-se mùtuamente as sementeiras, levavam-se mùtuamente os jovens para se obterem resgates, mas nunca se esqueciam as regras das boas maneiras!

Quando Mulei Abraão, de Alcácer, regressava de roubar fora das muralhas de Arzila, nunca deixava de mandar uma mensagem cortês ao Conde de Redondo, então governador daquela praça. O mouro apresentava-lhe cumprimentos, dizia que beijava as mãos da Condessa e manifestava a esperança de que o desculpassem pelo mal que fizera. Aquilo eram os azares da guerra. ¡E, acrescentava com urbanidade Mulei Abraão, com certeza da próxima vez a sorte estaria do lado dos cristãos!

O Conde e a Condessa mostravam-se também muito delicados. Quando Mulei Abraão estava em campo, a dama enviava-lhe cêstos de bolos e doces da sua cozinha e água fresca para beber em dia de calor. Bem lhe podia êle beijar as mãos.

Entre os subordinados, as relações, no intervalo das incursões, eram também muitas vezes cordiais. O cronista Bernardo Rodrigues, nascido e criado em Arzila, tinha por grande amigo um mouro de Larache, chegando até a ficarem na casa um do outro.

Esta mútua tolerância entre expoentes de fés rivais não se tornava extensiva a quem fôsse considerado renegado. Os «mouriscos»—mouros conversos, que combatiam ao lado dos cristãos – nada tinham a esperar quando caíam nas mãos dos muçulmanos. Sabe-se que um infeliz João Vaz, convertido em criança à fé cristã, foi, mais tarde, aprisionado pelos mouros. Nem tôda a influência do Conde junto de Mulei Abraão, nem todos os bolos da Condessa, mandados para adoçar o filho do Rei de Fêz, puderam valer a João Vaz. Os *mulás* haviam tomado conta dêle. Como se recusasse a renegar a fé, besuntaram-lhe todo o corpo com alcatrão e queimaram-no vivo.

Tais eram o lado sombrio e o luminoso da vida nas fortalezas africanas durante a mocidade de D. João de Castro.

Pouco se sabe do papel que lá desempenhou. Naquela vida contínua de guerra de guerrilhas não há muitos nomes a destacar ao lado dos chefes combatentes. Sabe-se, ao menos, que o estudioso mancebo se mostrou soldado valente e cheio de entusiasmo. O capitão apreciou-lhe imenso as proezas e armou-o cavaleiro com a própria espada.

Durante todo êste tempo, D. Álvaro de Castro, em Portugal, acalentava a cólera. O vagabundo estava proïbido de voltar a casa [1].

---

[1] É isto o que deduzo das escassas informações existentes respeitantes à mocidade de D. João de Castro. Jacinto Freire de Andrade diz que, abandonando os estudos, «fugindo se embarcou para Tanger», ao que Pedro de Mariz, nos seus *Diálogos de Vária História*, acrescenta que «por alguns desgostos o lançou seu pay de casa». Como se sabe que D. Álvaro de Castro era autoritário e irascível, isto tem visos de verdade.

Capítulo III

O filósofo na Côrte

O Governador de Lisboa estava zangado com o filho. Talvez tivesse desejado que João viesse a suceder-lhe no cargo, o que seria profissão própria de um filho segundo letrado. Como, porém, o rapaz teimava em seguir a vida de soldado, Fernando, que vivia em casa, podia preparar-se para o substituir. Por conseguinte, D. Álvaro mexeu os cordelinhos, existindo documento datado de 22 de Maio de 1521, com a assinatura real, que nomeia D. Fernando de Castro sucessor do pai na Casa do Cível.[1]

O futuro do jovem D. João não parecia risonho. Sem ninguém em casa para o ajudar, nada lhe restava senão servir indefinidamente no Ultramar. Todavia, não é provável que ficasse triste. A vida militar agradava-lhe, e êle era filósofo. Riqueza ou pobreza, tudo era a mesma coisa para êle.

Vimos, porém, que recebera a aprovação do seu capitão. Um humanista talvez não interessasse D. Duarte, mas um Meneses apreciava um bom soldado. Achando que aquêle rapaz merecia ajuda, escreveu, em têrmos cheios de entusiasmo, ao Rei, àcêrca das proezas do mancebo. D. João de Castro, dizia êle, servira bem e merecia recompensa. D. Duarte estava absolutamente certo de que êle se mostraria digno de qualquer cargo ou distinção que lhe conferissem.

Não se conhece o original desta carta, pelo que a data está sujeita a controvérsia. Segundo Jacinto Freire, não era dirigida ao Rei *Venturoso*, atribuin-

---

[1] Tôrre do Tombo. *Corpo Cronológico*. Parte 1.ª Maço 28. Doc. 33.

do-lhe data posterior a Dezembro de 1521. Nesta época, porém, encontrava-se D. Duarte de Meneses na Índia. É possível que, quando em 1522 teve conhecimento da subida do filho de D. Manuel ao trono, o Governador escrevesse para o reino a recomendar a D. João III o seu antigo protegido. Se assim foi, a carta chegaria a Portugal em 1523. Em 1524 encontramos D. João de Castro de regresso a Portugal. Tendo lido o elogio de D. Duarte, o Rei mandou chamá-lo, escreve Andrade, «por huma carta tão honrada, como se lhe não quizera fazer outra mercê».

Que quisesse ou não, esta carta elogiosa era então, ao que sabemos, a sua única recompensa [1]. Parece que a brilhante recordação de D. Duarte não teve conseqüências. Talvez o Rei aguardasse que o próprio D. João de Castro lhe viesse dizer da sua justiça. Era o costume. Poucas pessoas hesitavam em demonstrar os seus serviços ou em salientar o que entendiam ser recompensa conveniente; e se nos lembrarmos dos muitos casos de ingratidão real, não podemos censurá-las por isso.

Todavia, se o Rei esperava que D. João de Castro pedisse qualquer coisa, enganava-se. A despeito do que êle entendesse merecer, D. João era muito orgulhoso para pedir alguma coisa. ¡Com efeito, considerava ponto de honra não o fazer! Por isso pouca admiração deve causar que os que se calavam nada recebessem, sabendo-se que pouco recebiam os que falavam.

Diz-se que o Rei não gostava de D. João de Castro por êle se mostrar acanhado em exigir qualquer

(1) Não foi nesta ocasião que recebeu a comenda de Salvaterra, como Jacinto Freire deixa percebeer. A carta régia que a confere a D. João de Castro é datada de 31 de Janeiro de 1535 (*Chancelaria de D. João III*, liv. 44, fol. 163). Chego a duvidar de que a tal «carta tão honrada» fôsse escrita na ocasião indicada pelo autor.

coisa. Reservado e orgulhoso, o jovem Rei não se sentia inclinado a admitir essas qualidades nos outros. Pouca importância deu então ao voluntário que regressava da África.

Houve, todavia, quem desse por êle: o infante D. Luís. Êste jovem Príncipe brilhante — rapaz de dezóito anos pouco mais ou menos — muito diferia do Rei seu irmão.

D. João III era lento, fleumático e correcto — inteligente, mas de espírito pouco flexível. D. Luís era ardente, vivo e versátil — tudo quanto executava fazia-o sob o impulso do coração. Amava as letras, e a ciência fascinava-o; adorava as armas e os feitos cavalheirescos. Era perfeito cortesão, escrupulosamente obediente ao seu senhor e irmão mais velho, guerreiro sempre pronto a fazer frente a tôdas as dificuldades da vida de campanha, ao mesmo tempo que estudioso persistente e generoso protector da cultura em tôdas as suas formas.

D. João de Castro — pobre, altivo, bravo e culto — chegando da África com louros recentes em volta da jovem cabeça, falou à alma romanesca do Infante. Estudante e cavaleiro — espada em uma das mãos, livro na outra — aqui estava um homem como o coração de D. Luís queria. E D. João interessava-se profundamente pela navegação e pela cosmografia, preocupações favoritas do Príncipe. E assim, tornou-se o herói modêlo do Infante e seu amigo para tôda a vida. D. Luís tomou para membro de sua casa aquêle espírito tão semelhante ao seu, e, juntos, os mancebos procuravam penetrar os segredos da esfera, e fizeram experiências com instrumentos náuticos.

D. João de Castro passou uma temporada agradável na Côrte, na órbita do infante D. Luís. A Côrte era muito diferente da que conhecera na infân-

cia. A pompa alada, triunfal e harmoniosa, que enchera o reinado de D. Manuel, dera lugar a algo de mais comedido e grave. O esplendor ainda se via, mas a exuberância passara, porque com a morte do Rei *Venturoso* começara uma era de gradual desencanto.

A mudança era inevitável e natural. D. Manuel atravessara a vida como homem deslumbrado pela própria sorte feliz. Nascido príncipe de segunda ordem e insignificante – filho mais novo de um filho segundo do Rei, criado no meio da mesquinhez e da subserviência, à sombra do seu formidável primo D. João II – uma volta inesperada da roda da Fortuna abriu-lhe a sucessão do trono, a soberania oceânica que os seus antecessores haviam preparado, e o Império do Oriente. Reinou no período da glória e do apogeu da Nação, quando os seus súbditos proclamavam que os mares de todo o mundo pertenciam a Portugal; quando nenhuma ilha era demasiado distante para as suas caravelas; e quando nenhum exército de infiéis lhes parecia grande de mais para vencer. Foram êsses, anos de entontecer. Nada admira que D. Manuel, trazido da relativa obscuridade para esta luz deslumbrante, vivesse no êxtase estonteante de quem viu todos seus sonhos tornarem-se verdadeiros.

É claro que o caso do filho era muito diverso. D. João III, educado para a púrpura de um trono imperial, não se deixara cegar por um esplendor que sempre lhe fôra familiar.

Não se deixava cegar, mas pesava-lhe. D. João III não tinha temperamento romanesco. Rapaz grave, religioso e muito consciencioso, era Rei de Portugal e dos Algarves, daquém e dalém mar em África, senhor da Guiné e da conquista, navegação e comércio da Etiópia, Arábia, Pérsia e Índia; possuía fortalezas ao

longo de tôda a costa atlântica da África e em redor do Oceano Índico; dominava Malaca, chave do Extremo Oriente; a sua bandeira flutuava das costas da Arábia às Molucas e ao mar da China; no hemisfério ocidental, as florestas do Brasil aguardavam que os seus pioneiros as fôssem desbravar. Êste vasto Império – maior do que qualquer outro jamais conhecido – era seu, descoberto, conquistado e aberto por uma Nação com cêrca de milhão e meio de habitantes, sem dispor de riqueza material ou de auxílio externo de qualquer espécie. Parecia impossível – foi milagre –; mas tornava-se evidente que um dia alguém havia de pagar as custas.

D. João III rezava para não ser êle, para poder conservar os domínios da coroa do pai e legá-los intactos ao filho. Mas podia ver que o dia do ajuste das contas estava próximo. Êle bem via que, apesar de se derramarem grandes riquezas dentro do reino, também se derramavam fora ao mesmo tempo. Sabia que nem tôdas as especiarias do Oriente chegavam para pagar o custo das suas armadas; que tôdas as suas fortalezas tinham guarnições reduzidas, e que os campos de Portugal estavam por lavrar, enquanto mancebos vigorosos embarcavam todos os anos para irem morrer nos mares remotos. Êle ouvia o seu povo faminto pedir pão, e procurava ajudá-lo, com o tesouro a esgotar-se. Via o sangue da Nação a escoar-se todo, enquanto os piratas assaltavam costas distantes e sem defesa, e o espectro da ruína se vislumbrava por entre o esplendor. Ainda não se tornara aparente para os que olhavam de fora. A nau do Estado podia continuar a fazer uma demonstração de bravura, mas os mais perspicazes sentiam já que ela caminhava em direcção aos escolhos. Alguns espíritos realistas entre os conselheiros do Rei falavam já

de redução e desmantelamento dos fortes. O Monarca ouvia-os com relutância, mas no fundo do coração via bem que um dia assim tinha de ser.

Entretanto, sustentava com dignidade a pesada coroa, fazendo tudo quanto podia para impedir que caísse o prestígio da sua pátria, elevado a tão grandes alturas pelos antepassados. A Côrte de D. João III era pomposa, majestosa, um pouco solene. Ainda se via ali o brilho material das jóias e dos brocados. Ainda brilhava sem eclipse a glória de poetas como Gil Vicente, Sá de Miranda, Bernardim Ribeiro, de humanistas e de homens de letras. Mas as nuvens já começavam a obscurecer o horizonte, e o frio da ruína próxima sentia-se no ar.

Apesar disso, esta Côrte grave e meticulosa agradava talvez mais ao paladar de D. João de Castro do que o melodioso circo do tempo de D. Manuel. Êle era um mancebo sossegado, que parecia mais velho do que a idade e não se deixava tentar dos divertimentos frívolos. «Soube philosophar entre as diversões da Corte» [1], diz Andrade, e achava sem dúvida agradável renovar a convivência intelectual após os anos de isolamento em Tânger.

Todavia, a vida não é só filosofia para um mancebo de 24 anos; na Côrte havia atractivos que êle não podia deixar de ver. D. João de Castro apaixonou-se. A dama era sua segunda prima, D. Leonor — filha daquele Leonel Coutinho, morto em 1510, em Calecute, a combater ao lado do Marechal, seu parente. Leonor era uma rapariga encantadora, aparentada com o grande Conde de Marialva. ¡A família resolvera, com admiração (econòmicamente), que ela devia constituir por si uma fortuna, tanto mais que uma Coutinho convinha a qualquer, mesmo sem

1) Jacinto Freire de Andrade, *Vida de D. João de Castro*, pág. 3.

dote. Portanto, quando D. João de Castro começou a cortejá-la, informaram-no de que devia amar a jovem apenas pela sua pessoa.

Esta atitude teria afugentado a maioria dos namorados daquela época de líricos apaixonados mas também de observadores atentos do proveito material; o nosso filósofo, porém, não se importava nada com isso. O aspecto financeiro do casamento não lhe interessava e, pela sua parte, Leonor contentou-se com ser noiva de um pobre. Quem, dizia-se, não ficou contente foi o velho governador D. Álvaro de Castro, mas nesta altura já êle tinha pôsto de parte tôda a esperança de exercer qualquer influência sôbre o filho.

Lamentado pelos amigos mundanos, o jovem par casou levando pouco mais que o amor, indo viver para Almada, a esconder a sua felicidade no isolamento.

O casamento deve ter-se efectuado em 1524, vendo a Côrte os dois noivos raras vezes durante alguns anos a seguir ao acto. Foi, com certeza, em Almada, em 1525, que lhes nasceu Álvaro, o primogénito.

Em 1527 ainda se conservavam em Almada, quando o Rei escreveu de Coimbra a D. João de Castro «porque eu me queria servir de vos em cousa que muyto compre a meu serviço, vos encomendo e mamdo, tanto que esta virdes, venhaees a mim, e sejaees nesta corte o mais em breve que poderdes: e de ho asy fazerdes, como de vos comfio, receberey prazer, e vo lo aguardecerey» [1].

Qual fôsse êste assunto urgente ignoramo-lo, assim como o tempo em que dêle se ocupou D. João de Castro. Que o Rei ficou satisfeito e lhe agrade-

(1) Cit. por Fr. Francisco de S. Luis, *Vida de D. João de Castro*, Doc. n.º 1.

ceu, pode coligir-se do facto de em 1532 conceder a D. João uma tença anual de 30$000 reis «avemdo eu respeito aos servysos que tenho recebydos de dom Joaõ de Castro fydalguo de minha casa e aos que ao diamte espero delle receber» (1). A quantia não era grande, mas convinha a um homem casado, já pai de filhos.

Por essa época deram-se algumas mudanças na vida de D. João. Além do nascimento sucessivo dos três filhos Álvaro, Fernando e Inês, ocorrera a morte do pai e a do irmão mais velho, que o deixaram herdeiro do património familiar, que não parece ter sido grande. Sabe-se que D. Álvaro vivera com grande estadão, mas naturalmente para além das suas posses. O certo é que ao filho tocou uma fortuna pequena. Parece que tudo quanto recebeu foram os terrenos na serra de Sintra. Mas D. João de Castro não poderia desejar melhor, sonhando construir o lar do seu coração dentro das clareiras de rocha, que se mostravam acima daquele horizonte azul.

Ainda não chegara porém o momento de gozar tais coisas. A sua residência em Portugal deve ter sido muito intermitente. «Seis vezes passei em a Afriqua» (2), escreveu êle ao Rei em 1539. Não se encontram ali as datas dessas vezes, mas sabe-se que em 1534, quando Safim estava cercada pelos mouros, D. João de Castro comandou uma caravela para ali ida com reforços.

O cêrco foi duro, mas a fortaleza agüentou-se, tendo o inimigo retirado por fim. Safim salvou-se – mas ¿por quanto tempo, e à custa de quanto dinheiro e de quanto sangue?

D. João III fazia as contas com tristeza.

---

(1) Tôrre do Tombo. *Chancelaria de D. João III*, liv. 16, fól. 180.
(2) Tôrre do Tombo. *Colecção de S. Lourenço*, Vol. V., fól. 123.

– ¿Devo abandonar Safim ou Azamor? – preguntou aos conselheiros, mandando a cada um dêles uma fôlha com a situação financeira em que se encontrava.

– ¿Não será sacrilégio abandonar essas cidades ao infiel? – murmuravam muitos dêles.

Mas o Bispo de Lamego dizia prudentemente

– Deus não pede impossíveis!

– A Índia e outros lugares são mais lucrativos, sendo preferível aí concentrar os esforços – era a opinião do Grão-Mestre de Sant'Iago. Outros, porém, diziam ser uma vergonha deixar o que seus pais haviam ganho. Quanto às finanças da nação, só Deus lhes podia dar remédio – acrescentava um indivíduo, sentindo-se incapaz de lidar com os algarismos.

A decisão foi adiada por então, porque nessa altura os olhos da Europa meridional começavam a virar-se com ansiedade para o Oriente.

O terrível corsário Barbarroxa saíra de Constantinopla, com uma poderosa esquadra e com destino desconhecido.

Capítulo IV

O pirata Barbarroxa

O terrível corsário Barbarroxa Khair-ed-Din era o herói do Islão e o opróbrio dos cristãos. Rumeliota de origem albanesa, começara a vida pacìficamente como oleiro em Mitilene. Só depois da morte de um irmão pirata êle abandonou a roda e foi juntar-se a outro irmão, também corsário de Barbaria. A partir de então, jamais olhou para trás. ¿Que encanto poderia haver na monótona arte de oleiro, quando havia todo o Mediterrâneo azul a saquear?

Khair-ed-Din e seu irmão Arouf – ambos barbi-ruivos – varriam com as suas galés tôda a costa. De Jerba, no gôlfo de Gabés, onde tinham o quartel-general, interceptavam tôda a navegação e incendiavam e saqueavam as cidades. Apesar de não conseguirem tomar Bougie, conquistaram Jifela aos genoveses, e arrancaram Argel e Cherchel aos chefes indígenas. Além de roubarem as costas da Itália, tomavam parte, freqüentemente, nas dissensões que dividiam os Príncipes berberes do norte da África. Houve mais de um dêles que mandou chamar os dois irmãos para vencerem o rival. Os piratas apressavam-se sempre a cumprir, mas em regra terminavam por assassinar o seu protegido, apossando-se-lhe dos tesouros e ocupando-lhe os domínios.

Era uma bela vida, mas Arouf foi vencido por ela. Quando matou o Príncipe de Tlemcen, que invocara o seu auxílio, a facção rival pediu socorro à Espanha, e, no combate que se seguiu, Arouf encontrou a morte.

Khair-ed-Din jogou com mais habilidade. Impôs a sua supremacia a tôda a costa, e, para assegurar-se uma defesa poderosa contra qualquer inimigo, ofereceu as suas conquistas a Solimão, o Grão Turco.

O Sultão *Magnífico* recebeu muito bem Barbarroxa. Nomeou-o Bey-ler-bey ou Almirante da Turquia nas águas da África do norte. Apoiado por uma esquadra poderosa, o barbi-ruivo Khair-ed Din recebeu ordem de impor o domínio otomano a Trípoli, Túnis e Argel.

Foi a isto que os Reis cristãos começaram a prestar atenção. Enquanto simples piratarias no mar, o caso era normal – os Cavaleiros de Rodes podiam muito bem olhar por isso. Agora com os turcos, o caso era outro. O crescente poder dos otomanos estava já a causar mal-estar em muitos sectores.

«Aquy he novamente afyrmado que o turquo cõ o seu barba roxa tẽ tomado Tunez» [1], escrevia ao Rei o Embaixador português, o que tornou D. João III apreensivo. Túnis não o afectava muito; ¿mas o que havia de ser, depois, de Ceuta?

¡Realmente o que havia de ser de Ceuta! – dizia o Imperador a Álvaro Mendes de Vasconcelos, que representava Portugal em Barcelona. ¡Carlos V receava pelas possessões africanas do seu querido irmão! O Imperador era Rei de Aragão, de Nápoles e da Sicília, e por isso achou inquietantes os turcos em Túnis. De facto, tão inconveniente era a sua vizinhança para êle quanto agradável ao Cristianíssimo Rei de França. Francisco I, o mais discretamente que podia, dava todo o apoio a Barbarroxa.

Então o Imperador chamou os veteranos da Itália. Reüniu a infantaria da Espanha, levantou recrutas na Alemanha e na Flandres, mandou vir galés de Nápoles e da Sicília, e o seu almirante André Dória congregou as fôrças navais de Génova, enquanto da parte dos Cavaleiros de Rodes e dos Estados do Papa vieram ainda mais navios.

O Imperador ainda não achava isso bastante. O que êle queria eram caravelas – as famosas caravelas de Portugal. Em conversa com o Embaixador português fêz largas insinuações ao caso. A situação, dizia, era grave, pelo que pedia encarecidamente ao seu querido irmão que se armasse para a defesa comum.

Álvaro Mendes resmungou e respondeu com hesitações, à maneira dos diplomatas, que os encargos e despesas do seu Rei já eram muito grandes.

---

(1) Carta de D. Henrique Mendes a D. João III. Roma, 13 de Outubro, de 1534. Tôrre do Tombo. *Corpo Cronológico*. Maço 53, Doc. 123.

Encontrava-se em luta constante com o infiel, mas se realmente o Imperador necessitasse do seu auxílio, era fora de dúvida que alguma coisa havia de arranjar-se. (1)

Todavia quando o Imperador passou das insinuações ao pedido directo, D. João III prestou-lhe atenção benévola. Quer Ceuta fôsse ou não ameaçada, o turco era já inimigo poderoso na Índia. Durante os anos anteriores, os exércitos de Solimão tinham andado a espalhar-se pelas costas do Mar Vermelho e a fazer tentativas para se aproximarem do Oceano Índico. O Egipto fôra já absorvido, e às portas do Babelmândebe batia um poder mais energico do que o dos mamelucos. Todo o golpe vibrado no sentido de enfraquecer a Turquia era dado contra o inimigo mais poderoso do Império português do Oriente. Por isso, quando Carlos V anunciou a intenção de partir ao encontro de Barbarroxa com todo o poderio dos seus domínios, o cunhado de Portugal prometeu auxiliá-lo. Mandou 20 caravelas e o seu grande galeão *São João* – o mais altivo e o maior dos navios existentes – além de outro galeão *Frol de la Mar* e diversos navios para transportarem cavalos. Esta esquadra devia navegar sob o comando de António de Saldanha, marinheiro experimentado e valente.

A expedição foi popularíssima. Um assalto a Túnis para ir queimar as barbas de um pirata ia ao encontro dos desejos dos crentes devotos e dos espíritos romanescos. Os voluntários ofereceram-se às centenas, e D. João de Castro, que acabava de regressar de Tânger, foi um dos primeiros a oferecerem-se,

(1) Ver carta de Álvaro Mendes de Vasconcelos para El-Rei, 12 de Agôsto de 1534. Tôrre do Tombo. *Corpo Cronológico*. Maço 53. Doc. 123.

«de que Receby prazer, – escreveu o Rei ao Conde da Castanheira, seu ministro – e ey por bem que elle vaa, e que lhe mandeis daar hũa caravella» (1), e, dirigindo-se ao próprio D. João, o Monarca escreveu: «vos agardeço a vontade com que sey que follgaes de me servir... Bem certo sou que nam he necessario emcomendarvos da maneira que me nesta vyagem aveis de servir; por quam bem vysto tenho como o fazeis em todallas outras» (2). E assim, D. João seguiu com António de Saldanha, comandando uma caravela.

Inútil é dizer que o seu fiel amigo e admirador, o infante D. Luís, estava ansioso por ir também, mas a isto o Rei pôs objecções, pois receava que podia levar a interpretações erróneas se mandasse o irmão servir sob as ordens do Imperador. ¡Carlos V e D. João III mantinham as melhores relações, mas cada um queria que o outro ocupasse o lugar próprio! O Rei de Portugal teve sempre o cuidado de sublinhar que a categoria imperial do seu colega, por muito brilhante que fôsse em outros pontos, na Península não tinha significação alguma. Apenas seria homenageado como Rei de Espanha, nem mais nem menos! – dissera D. João. E como soubesse que Carlos V, desde a sua aclamação, jamais se levantava para receber os Embaixadores, o Rei de Portugal desde essa ocasião recebeu-os sempre sentado. Do mesmo modo se manteve inabalável quando o Imperador deu a entender gostar que o tratassem por «Vossa Majestade», e que o seu colega, nas suas cartas, não empregasse tão livremente o simples pronome *vós*. Os Reis

(1) *Cartas de D João III*, publicadas pela Universidade de Harvard. N.º 185. 8 de Março de 1535.

(2) Carta de D. João III para D. João de Çastro. Publ. por Fr. Francisco do S. Luís, *ob. cit.*, doc. n.º 2.

de Portugal, deu a entender D. João ao querido irmão, não adoptavam êsses têrmos recém-criados. ¡Êle havia de dirigir-se ao Imperador à moda de Portugal, onde até os vassalos empregavam muitas vezes o modesto *vós* quando falavam ao seu Soberano!

Por isso, talvez com receio de o Imperador interpretar mal o seu consentimento, o Rei recusou ao princípio deixar partir o irmão. Então D. Luís seguiu o exemplo do seu herói – e como D. João de Castro fugira para Tânger muitos anos antes, assim D. Luís saíu de Portugal em segrêdo, seguindo por terra para se juntar em Barcelona à esquadra do Imperador. O Rei, tendo mantido o prestígio do cargo mostrando relutância em dar o seu consentimento, fêz o papel de quem se deixa convencer e mandou ao fugitivo a licença para seguir. Naturalmente D. Luís já a esperava.

Entretanto os aliados haviam começado a reünir-se em Barcelona, onde se entretinham com a laboriosa delicadeza de um congresso internacional.

António de Saldanha fêz uma pomposa entrada no pôrto. O imponente galeão *São João*, seguido de 20 caravelas em elegante formação, tôdas de bandeiras ao vento e com os canhões espreitando pelas escotilhas, seguia vagarosa e altivamente ao largo da costa. Passaram e repassaram em frente da cidade, «para nos verem bem» (1) – disse António de Saldanha ao Rei. Depois, a um sinal dado, tôdas as velas foram colhidas ao mesmo tempo, «q̃ he a maior cortesia que se no mar faz» (2).

Ao princípio esta saüdação pareceu passar despercebida do séquito do Imperador, que não conhe-

(1) Carta de António de Saldanha para D. João III. 4 de Maio de 1534. Biblioteca Municipal do Pôrto. *Fundo Azevedo*. Cód. 76. 3.
(2) Ibid.

D. João III

cia os têrmos da etiqueta naval. Todavia, quando lho explicaram, António de Saldanha diz que «lhe pareceo muy bem... e não quis bolir com a bandeira, porque isto soo fiqua reservado para V. A.» (1). Sua Alteza devia ter apreciado muito isto.

A salva disparada por um navio de cada vez causou muita satisfação. «Eu não quis que tirassem juntas, – explica o comandante – posto que parecera milhor soo porque vissem a artelharia que cada caravela tinha» (2). Começando pelos navios armados mais ligeiramente, ouviu-se o troar de cada um dêles em separado, terminando pelo majestoso ribombar do grande galeão. Com certeza todos ao mesmo tempo teriam feito mais barulho, mas ouvir 20 caravelas a disparar à vez foi um entretenimento demorado. Parece que o Imperador ficou satisfeito. !Quando se encontrou com António de Saldanha disse-lhe que se soubesse que o seu irmão de Portugal lhe ia mandar tal auxílio não daria ordens para se aprontarem tantas galés, pois aquêles navios e canhões bastariam por si sós para vencer Barbarroxa sem mais ajuda!

André Dória chegou pouco depois com as referidas galés, havendo novas salvas. !Desta vez os navios portugueses responderam todos ao mesmo tempo, o que – declarou Saldanha – foi ainda mais bonito do que no dia anterior!

Ao som estridente das trombetas e frautas, acompanhado pelo disparar da artilharia ligeira, os capitães portugueses desembarcaram, vestindo as suas melhores galas. Fizeram-se visitas e trocaram-se cumprimentos. O Imperador era a gentileza em pessoa, e todos se mostravam muito amáveis.

(1) Ibid.
(2) Ibid.

O *São João* – a maravilha do tempo – foi aberto aos visitantes, sendo o primeiro o embaixador Álvaro Mendes, levando com êle um grupo de jovens fidalgos castelhanos, ansiosos por irem ver um navio tão poderoso e por verem os canhões. Gostaram muito de tudo, diz António de Saldanha, mas a sua alegria não foi sem nuvens. Barcelona tinha um pôrto desabrigado; o galeão, mesmo ancorado, tinha balanço, ao que parece, pois começaram a sentir-se enjoados, e deixando o Embaixador com os seus compatriotas, os jovens elegantes dirigiram-se apressadamente para terra.

O Imperador em pessoa fêz uma visita de surprêsa ao grande galeão – pelo menos devia ter sido uma surprêsa, mas disse-o ao Embaixador, que logo preveniu António de Saldanha. Por isso, quando Carlos V chegou, encontrou o navio engalanado, as cobertas tôdas revestidas de tapeçarias, os fidalgos luxuosamente vestidos, e um lanche frio pronto para êle e constituído por fiambre, azeitonas, frutas de conserva e vinho.

O Imperador serviu-se com cautela, mas ordenou aos do seu séquito que comessem e bebessem. Olhava para tudo e tudo admirava, e voltou para terra no seu escaler, satisfeito mas – regista António de Saldanha indiscretamente – um pouco enjoado!

Quando ia a sair, outra salva atroou os ares. Saldanha notou com satisfação que a esquadra desaparecia por detrás de uma espessa nuvem de fumo. O Imperador achou bonito, mas os seus tímpanos deviam ter começado a sentir-se cansados com aquilo. De futuro não queria mais salvas! – disse êle com amabilidade, agora que já sabia do que a esquadra portuguesa seria capaz.

Em terra tudo eram festas e alegria. O Duque de Cardona deu um jantar às senhoras casadas da cidade e aos capitães visitantes. À noite dirigiram-se para uma sala ornamentada onde houve mascaradas e baile. A festa prolongou-se até tarde «e quasi meia noite me vim para o galeão onde sempre durmo, e ainda ficarão na festa» (1) escreve António de Saldanha.

Em Barcelona – citamos ainda a mesma fonte – eram as senhoras casadas quem mais se divertia (2). Alguns dias depois do banquete em terra, o Duque de Cardona foi visitar o galeão, levando consigo dez a doze destas senhoras. O Conde de Benavente também fazia parte do grupo, assim como o Duque de Alba, mas êste, infelizmente, não pôde alcançar o navio. ¡O altivo Duque chegou junto do galeão tão enjoado que teve de voltar para casa, o que devia ter sido humilhante diante das damas!

Estas beldades subiram para o navio muito bem dispostas, e serviram-se corajosamente de refeição leve. António de Saldanha fôra avisado e tinha tudo preparado. Trombetas e frautas fizeram-se ouvir para satisfação dos convidados, e o galeão disparou alguns dos seus canhões, «isto por honrra das damas» (3).

Reüniões a bordo como esta eram, sem dúvida, muito agradáveis, mas o que é bom também cansa. O galeão despertou tanto interêsse que os visitantes chegavam todos os dias. «Certifico a V. A. – escrevia o atarefado capitão – que hera tam perseguido de gentes que me foi necessario tirar as portinholas e defender a entrada» (4).

---

(1) Carta de António de Saldanha, de 31 de Maio de 1535. Manuscrito da Biblioteca Municipal do Pôrto.
(2) Ibid.
(3) Ibid.
(4) Ibid.

¡Mas então, quem, senão o infante D. Luís, havia de cair no meio dessa festa beatífica! Contente por ter obtido a tardia licença do irmão para seguir, acompanhado de um séquito brilhante fornecido pelo Rei, com dinheiro a seu favor e com ordens rigorosíssimas respeitantes ao modo como devia proceder, D. Luís chegou a Barcelona e caíu nos braços do seu querido cunhado.

Então o amor internacional mostrou-se ainda mais fervoroso, e as gentilezas tornaram-se cada vez mais dominadoras. O Imperador e o seu hóspede não podiam recolher-se porque nenhum dêles queria sair primeiro pela porta. Por fim o Carlos V, agarrando com firmeza o braço do Infante, quási o levou à fôrça à sua frente. D. Luís, que não podia lutar mas estava resolvido a não se deixar vencer, arrancou uma tocha ao pajem que estava mais próximo para alumiar o caminho ao imperial anfitrião. Era uma demonstração maravilhosa de boas maneiras, mas seria extenuante acompanhá-la.

A Embaixada portuguesa não podia deixar de ter também a sua parte. Os recém-chegados instalaram-se todos ali, e tôda a casa estava atravancada de camas e de mesas. Havia tantos jovens vestidos de sêda, a passear em Barcelona que António de Saldanha receava que fôsse difícil cumprir as determinações do Rei. D. João III abrira, havia pouco, uma campanha contra o luxo, e «nos não vestimos sêda – escreve Saldanha – porq̃ o manda assy V. A. todavia ey de trabalhar por isso ainda que alguns capitais e mancebos o ão por mal athe ver outro recado» (1).

D. João de Castro não sobressai no meio de tôdas estas diversões. Os passatempos mundanos

(1) Ibid.

nunca foram do seu gôsto, mas António de Saldanha cita-o como um dos dois capitães que consultava a respeito de tôdas as coisas, porque D. João de Castro e Pêro Lopes «certo são homens para isso» (1).

É provável que a gente mais séria se sentisse contente por ter de deixar os divertimentos de Barcelona e de partir para a missão para que tinha vindo. Foi no último dia de Maio que o Imperador embarcou na galé de André Dória, partindo a esquadra para a costa tunesina, pelo caminho da Sardenha.

Era uma fôrça naval imponente. Saldanha fala de 160 navios «afora a Armada de V. A. que são vinte Caravellas e este galeão, e *Frol de la Mar* e a urca e tres caravellas que levão cavalos alguns por mandado do Infante» (2). Os navios de Portugal foram mandados para a vanguarda, e assim atravessaram o mar com as galés seguindo-lhes na esteira.

Confirmou-se então a notícia de que Barbarroxa se fixara em Túnis, com tôdas as suas galés no pôrto da Goleta. O corsário estava a reforçar o mais que podia as suas defesas, enquanto os tunesinos o observavam com indiferença. Mulei Hassan, seu soberano destronado, aguardava no interior, a alguns dias de viagem, esperando ansiosamente a intervenção estrangeira. Pedira auxílio ao Imperador algum tempo antes, mas preferia não vir ao encontro dêle. ¡Entre as mudanças e os azares da guerra, havia vantagens em conservar-se neutro! Por isso Mulei Hassan estava em observação à distância, enquanto a grande esquadra do Imperador avançava para a costa.

Os navios ancoraram na baía de Túnis, de onde

(1) Ibid.
(2) Ibid.

duas fragatas de Marselha pareciam ansiosas por escapar. Explicaram que tinham vindo tratar do resgate de uns cativos, mas o Imperador, em dúvida, apresou-as. Por elas soube que Barbarroxa se encontrava no castelo de Túnis com 4 mil turcos, e tinha mais 2 mil na Goleta, lugar fortemente defendido. A acreditar-se nos prisioneiros fugidos de Túnis e que vieram ter à frota, o capitão francês falava com conhecimento de causa – diziam êles que êle tinha superintendido em pessoa nos trabalhos! (1).

Quem quere que os tivesse feito, fizera-os bem. «Crea V. A. – escreve António de Saldanha – que herão tam fortes e tam ordenados e com tanta artelharia nelles que não sey Principe no mundo que o mais abastamente pudera fazer nem com mais concerto, somente V. A.» (2), apressa-se êle a acrescentar lealmente.

O Imperador, com todos os seus homens – portugueses, espanhóis, italianos e alemães – instalou-se em frente de Túnis e da Goleta e deu comêço às operações. Houve surtidas e escaramuças entre os olivais, e constantes duelos de artilharia – relatando uma testemunha ocular que todos os dias se disparavam pelo menos 22 balas de canhão para dentro do acampamento, «ben perto da tenda do ēmperador» (3).

O infante D. Luís desempenhou importante papel em tôdas as batalhas travadas com os mouros, e nos intervalos discutia os problemas do Universo com D. João de Castro. «Lembra-me que nos campos africanos da grande e miseravel Cartago – dizia

(1) *Tomada da Goleta*, fragmento anónimo que parece ser de testemunha ocular. Tôrre do Tombo. Gaveta 17. Maço 9, n.º 6.
(2) António de Saldanha. Carta escrita de Túnis. 16 de Julho de 1535. Biblioteca Municipal do Pôrto.
(3) *Tomada de Goleta*, cit.

D. João ao amigo, anos mais tarde – jamais os ardentes rayos do sol, nem as asperas e continuas corridas podiam ser ocasiam que aparecendo eu em sua Real tenda, inda com muita parte de suas virtuosas armas vestidas, me nam praticasse qualquer proposito de Cosmografia» (1). E casualmente chegavam à conclusão de que Ptolomeu e os antigos haviam errado: «Põem a Cartago em 32 graus e $^2/_3$ e ele está em 38 $^1/_3$ tomada por mym a altura na Goleta muitas vezes no tempo que o Emperador passou a Tunez...» (2).

A infeliz Cartago agüentou-se várias semanas antes de ver-se reduzida pelas operações combinadas do exército e da marinha. O Imperador determinou, de acôrdo com André Dória, que António de Saldanha dirigisse o ataque por mar. Estas combinações parece que não se efectivaram sem obstáculos. Pelas cartas de António de Saldanha, sabemos que entre êle e André Dória não se chegou a êsse perfeito entendimento que oficialmente se diz existir em tôdas as conferências entre aliados. As caravelas deveriam ser levadas pelas galés até onde pudessem alcançar os fortes com o seu fogo, mas quando chegou a hora, diz Saldanha, nenhuma galé se moveu para ocupar o seu lugar, tendo os navios de manobrar sem elas. As galés chegaram depois, parece, mas não antes de o galeão e as caravelas tomarem posições e terem estado a disparar para as tôrres da Goleta duas horas inteiras.

Os capitães escolhidos para o primeiro assalto foram Pêro Lopes, Simão de Melo, Henrique de Macedo – que todos possuíam navios muito bem

(1) D. João de Castro, *Roteiro de Goa a Dio*. Ao Serenissimo e Invictissimo Infante Dom Lois.
(2) Ibid.

armados – e D. João de Castro «que, diz António de Saldanha, em sua pessoa supria por mais Artelharia»! [1] Estas caravelas e o galeão deviam começar o fogo, e sete dos navios do Imperador tinham de acompanhá-los e apoiá-los. Entretanto, as outras caravelas e galés alinhariam ao longo da costa para interceptarem todos os reforços vindos de Túnis.

O fogo da Goleta era muito violento e o navio de D. João de Castro parece que foi o que mais sofreu. Projécteis de pedra, um dêles com nove palmos de circunferência, caíam como chuva na sua caravela, que não obstante agüentou o bombardeamento. Pelo que diz António de Saldanha, sabe-se que os sete navios que tinham de acompanhar o assalto jamais se moveram, exceptuando um, que ficou a respeitosa distância. ¡Quanto às galés de André Dória, Saldanha não se lhes refere em melhores têrmos do que muitas vezes os aliados se referem uns aos outros! Mas afirma ao Rei que todos os seus capitães se comportaram «como quem são», e que «Louvado seja Nosso Senhor, a frota de V. A. se avantajou bem da outra» [2] – acrescenta êle com satisfação patriótica.

Fôsse como fôsse, as tôrres da Goleta foram desmanteladas pela artilharia portuguesa e uma violenta batalha em terra completou a vitória. Os turcos retiraram para Túnis, e a esquadra de Barbarroxa ancorada no pôrto, foi aprisionada.

¿Marchariam os aliados à tomada de Túnis? – foi a questão discutida a seguir. Muitos diziam não haver necessidade, porque Barbarroxa não podia conservá-la durante muito tempo depois de perder a Goleta. Mas o infante D. Luís era partidário do

(1) António de Saldanha, carta cit.
(2) Ibid.

avanço. O pôrto sem a cidade de nada valia, declarou. O Imperador concordou com êle, pelo que o exército avançou novamente, cheio de calor e de sêde debaixo do sol de Julho. Alguns chegaram a morrer de insolação nas áridas planícies, mas o Imperador animava os outros prometendo-lhes um rio de água fresca logo adiante. O ânimo voltou fortalecido por esta miragem, e o exército avançou até entrar em contacto com os homens de Barbarroxa. Os turcos receberam-nos com uma salva de artilharia, mas os cristãos estavam ajoelhados em frente do crucifixo do Imperador, e as balas de pedra passaram-lhes por cima das cabeças. A batalha travou-se, os cristãos puseram os turcos em fuga, e retiraram-se para descansar fora das muralhas da cidade – não junto do fresco rio que o Imperador descrevera de modo tão aliciante, mas em redor de alguns poços de água salobra.

No dia seguinte reacendeu-se a batalha. Barbarroxa ofereceu corajosa resistência, mas tinha poucas probabilidades de êxito. Túnis era uma grande cidade sem fortes muralhas, e os habitantes não queriam defendê-la. Detestavam do fundo do coração o seu conquistador turco, e queriam tornar a ver no trono o soberano natural. Por isso ninguém interveio quando alguns renegados arrombaram as portas da prisão e, armando oito mil prisioneiros, os libertaram. Êstes ocuparam imediatamente a cidade e o castelo à retaguarda de Barbarroxa, e convidaram o Imperador a entrar.

E assim terminou a campanha. Barbarroxa fugiu para a península de Bon, onde ninguém se deu ao cuidado de ir incomodá-lo. O Imperador entregou Túnis à soldadesca para os três habituais dias de saque, e depois restaurou no trono o exilado Mulei Hassan, como vassalo da Espanha.

Nada mais lhe restava a fazer senão agradecer aos seus aliados e despedi-los: «*El armada y los cavalleros que aqui vinieron* – escreveu êle, entusiasmado, ao «Senhor Rei de Portugal seu irmão» – *lo han hecho tan bien que de todo me queda la obligación que tales obras merecen*» (1). Diz-se que se propôs armar cavaleiro a D. João de Castro, mas êste já o fôra anos antes, em Tânger, por D. Duarte de Meneses.

Em Outubro de 1535, a armada portuguesa desfraldou as velas triunfalmente a caminho da pátria, indo cada capitão enriquecido por vinte mil cruzados, oferecidos pelo Imperador como sentida prova de gratidão.

D. João de Castro recusou o dinheiro.

Capítulo V

A Penha Verde

«Eu tenho hũa quinta a par de Cintra, que se chama, quinta da fonte de El Rey, a qual eu fis, e lhe tenho grande afeiçom pella fazer, e por ser em terra onde meu Pay e avós se criarão» (2)...

Depois das pompas e espectáculos de Barcelona, depois do calor, do pó e do sangue derramado em Túnis, D. João de Castro retirou-se, com D. Leonor sua mulher, para as sombras dos bosques, em busca de sossêgo.

Ali encontraram o que buscavam. O seu

(1) Carta notável da mão do imperador depois da jornada de Túnis. *Anais de D. João III*, Memórias e Documentos.
(2) Testamento de D. João de Castro.

ninho de águias na encosta da serra, rodeado pela antiga floresta de sobreiros, era uma plataforma acima do mundo, longe de todo o tumulto ou de qualquer ruído que não fôsse o cantar das aves, o sussuro do vento por entre as árvores e o som da água nos córregos.

O palácio mourisco, onde no verão a Côrte perturbava a calma silvestre, parecia longe, separado pelas pregas protectoras dos montes circundantes. O castelo no alto da serra era uma concha abandonada, relíquia de tempos antigos; mais nenhuma habitação humana surgia por entre os bosques verdes de castanheiros que se estendiam acima da casa de D. João.

Quinta da Fonte d'el-Rei fôra o primeiro nome por que a propriedade se conhecera, tendo-o recebido de uma fonte que borbulhava de uma rocha próxima, em terras pertencentes à Coroa. *Quinta da Penha Verde* (1) veio a ser o nome escolhido por D. João de Castro para o seu retiro; todos os seus momentos de lazer os dedicava com deleite a torná-la de acôrdo com o seu ideal.

Essa visão não era por forma alguma utilitária. D. João de Castro não era agricultor, nem tampouco arquitecto paisagista, à moda dos moldes clássicos do Renascimento. A casa que herdara estava construída em terra de floresta. Parece que esta fôra em parte derrubada e limpa e ali se plantaram árvores de fruto, mas D. João de Castro mandou deitá-las abaixo, substituindo-as outra vez por árvores de floresta: cedros e faias, carvalhos e pinheiros. O seu

(1) Que já era conhecida pelo nome do Penha Verde no tempo de D. João, prova-se pela carta de Pero Leytam (15 de Maio de 1547), na qual diz ao Governador: «Jam Fernandez e eu nã falamos em outra cousa senam em pena Verde», e continua dando informações da quinta. *Col. S. Lourenço*, IV, fol. 83.

ideal de jardim era a floresta. Mandou atravessar os bosques por arruados, drenou as águas correntes para lagos de mosaico, e desenhou santuários campestres para o alto dos montes. Quanto ao resto, deixou a Natureza entregue a si mesma—um paraíso de clareiras sombrias e de lagos de âmbar, com visões azuis do espaço e da distância enquadradas pelas árvores.

A «estranha e nova agricultura» (1) de D. João de Castro provocou muitos comentários e franzer de sobrolho entre os seus contemporâneos. Seria mais fácil compreender o «regresso à terra» preconizado por certos poetas de espírito bucólico. Sá de Miranda e os seus amigos, «árcades de Entre Douro e Minho» proclamavam em versos harmoniosos, de entre as férteis quintas dos arredores de Celorico-de-Basto, as alegrias da vida campestre, e regalavam os seus visitantes com os produtos domésticos e as frutas deliciosas.

Compreendia-se bem que assim fôsse. Filhos de uma terra agrícola, havia muitas vezes um lavrador escondido no fundo do coração de um cortesão, e até mesmo os que não sentiam qualquer desejo de cultivar o solo compreendiam que outros o pudessem sentir. ¡Mas D. João de Castro não lavrava o solo! Muito ao contrário, restituía-o à braveza primitiva. O culto pelo selvático parece ser do gôsto moderno, devendo D. João de Castro ter sido considerado, sem dúvida, meio louco, se não fôsse a amizade do infante D. Luís. O olhar de um Príncipe dá prestígio ao seu objecto. Essa é talvez a razão por que os arroubos de D. João, apesar de incompreendidos, encontrou admiradores.

Parece que o irmão do Rei visitava freqüente-

(1) Jacinto Freire de Andrade, *ob. cit.*, pág. 8.

mente a Penha Verde, e levava consigo o sábio Pedro Nunes. Êste homem de ciência, havia pouco regressado de estudar no estrangeiro, e que então desempenhava as funções de cosmógrafo-mor, encontrara no infante D. Luís discípulo entusiasta. D. João de Castro mostrava também grande desejo de aprender com êle, e as lindas noites na serra de Sintra deveriam ser admiráveis para a observação das estrêlas. É de supor que os três entusiastas observavam ali os signos do Zodíaco e faziam cálculos sôbre o movimento das esferas—os três céus a moverem-se perpètuamente de oriente para ocidente, e acima e em volta dêles todos o Empíreo, onde em eterna imobilidade as almas dos Justos viam uma luz oculta aos olhos mortais. ¿Havia uma Música das Esferas como alguns antigos supunham? D. João de Castro admitia que, no sentido literal, não havia. Era uma imagem com que procuravam demonstrar a maravilha e o deleite dessas «altas e gostosas contemplações que enlevão os grandes entendimentos, porque penetrar os movimentos dos Ceos, E acabar de caír nelles, ver sua perpetua ordem, seu estranho concerto, sua altissima variedade, isto pera os altos engenhos e a mais suave música, E a mais alegre melodia que se pode no mundo imaginar» (1).

Todavia descia das alturas celestes para gozar o convívio dos outros amigos. A paz silvestre da Penha Verde não atraía apenas astrónomos. D. Rodrigo Pinheiro, futuro Bispo de Braga—prelado cortesão, erudito, amigo seguro e conselheiro leal—era íntimo de D. João de Castro. O todo-poderoso Conde da Castanheira, favorito do Rei e do infante D. Luís, e ministro da Coroa, também mostrava por êle grande consideração, amizade que era animada

(1) **D. João de Castro**, ***Tratado da Sphaera*, pág. 20.**

pela mãe do Conde – D. Violante de Távora, velha dama entusiasta e a admiradora mais ardente de D. João. Ela declarava que o amava como filho – e era sincera no que dizia, comentava D. Rodrigo Pinheiro, porque se havia no mundo alguém cujos sentimentos fôssem transparentes, êsse era D. Violante! ([1]).

Ali também ia Lucas Giraldes – figura muito diferente dos outros no grupo da Penha Verde. Nem era Príncipe, nem prelado, nem cortesão, nem homem de ciência; era um feliz homem de negócios, cujo nome – de origem florentina – aparece em documentos referentes a importantes negócios comerciais com a Coroa e nas cartas particulares de D. João de Castro. Só pela atracção dos extremos se pode explicar a intimidade entre o homem que mais desprezava a riqueza material e o poderoso financeiro de Lisboa. Íntimos eram êles. Lucas Giraldes era confidente e amigo de confiança de D. João de Castro. Freqüentava a Penha Verde. Encarregava-se dos negócios de D. João quando êle estava ausente; foi guia e conselheiro de D. Leonor durante as ausências do marido, e amigo e companheiro de brinquedos dos filhos dos dois. Para Lucas Giraldes, que era solteiro, o atractivo da Penha Verde era ser um lar feliz. Não iria lá tanto para ouvir debates eruditos e discussões de homens de ciência, como para alegrar-se com as risadas de um bando de crianças travêssas.

Tôdas elas eram simpáticas: – o mais velho dos filhos, Álvaro, sensato e estudioso como o pai; o leviano Fernando, e o pequeno Garcia, de génio

([1]) «Ella he pesoa se ha hi neste mũdo a q̃ se podem ver os boffes». (Carta do Bispo de Angra para D. João de Castro. *Col. S. Lourenço*, IV, fól. 408).

alegre – criança ao pé de quem, segundo Lucas Giraldes dizia, ninguém podia estar triste. Entre os dois primeiros rapazes veio a irmã Inês, que cresceu depressa e dentro em pouco casaria com D. Luís de Albuquerque; depois houve a Joaninha, e por fim a Leonorinha – a mais nova de todos.

Cercado pela mulher, pelos filhos, pelos amigos, pelos seus bosques e os seus livros, os dias de D. João na Penha Verde decorriam com supremo contentamento. Mas nunca lhos deixavam gozar por muito tempo. A conservação de um império mal armado não podia consentir que os seus servidores descansassem, nem o homem que fugira para Tânger na mocidade podia esperar adormecer sôbre os louros no meio da vida. E assim aconteceu que, em 1538, quando D. Garcia de Noronha, seu cunhado, foi para a Índia como Vice-Rei, D. João de Castro foi mandado com êle para o ultramar.

D. João partiu com prazer – parece que, com efeito, êle se ofereceu para ir. Embora lhe custasse: deixar o lar e a família, a aventura de uma viagem à Índia e os prováveis feitos na luta contra o infiel falavam à sua alma romanesca. O homem de ciência também se sentiu encantado. O seu amigo infante D. Luís dera-lhe um belo instrumento, a descoberta mais recente de Pedro Nunes – e por meio do qual podia calcular-se a posição de um navio pelo sol, a tôdas as horas do dia, e não apenas ao meio-dia como até então. E êle ia fazer experiências àcêrca das variações da agulha, e da relação que êste fenómeno podia ter com a longitude. Porque o cálculo da longitude era o problema que preocupava todos os eruditos desta época, encontrando-se o Rei especialmente interessado na sua solução. Independentemente da ciência – o domínio sôbre as Ilhas das Especiarias dependia dêle! Os portugueses

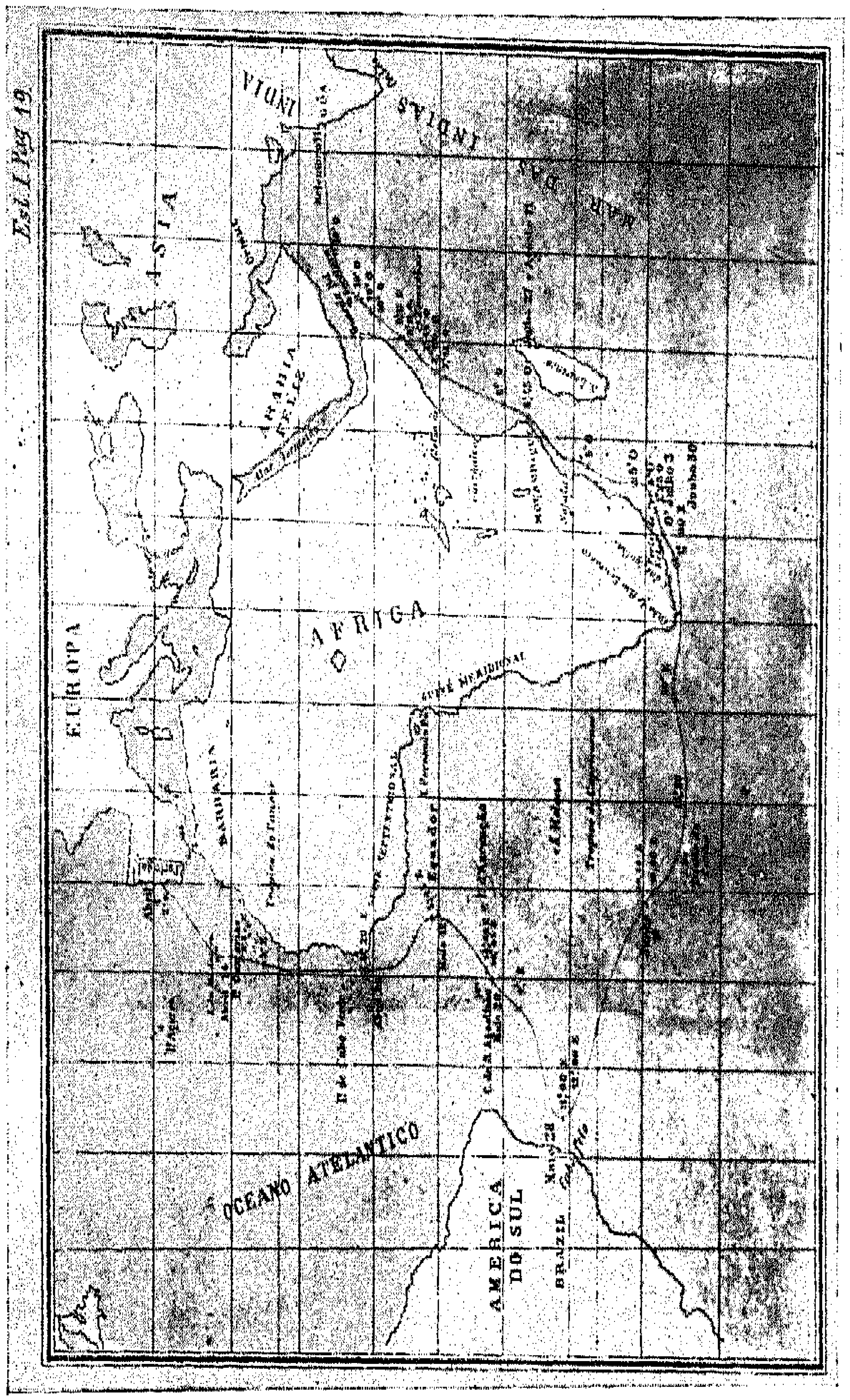
haviam lá chegado pelo caminho do arquipélago malaio em 1512, mas oito anos depois os castelhanos, conduzidos pelo desertor Magalhães, tinham-nas alcançado pelo Ocidente. Fernão de Magalhães declarava que as ilhas se encontravam no hemisfério do Imperador – o Rei de Portugal afirmava que o meridiano de Tordesilhas *lhas* atribuía. A questão fôra discutida por uma comissão de sábios em congressos e conferências durante os últimos quinze anos, mas, como não se encontrara ainda processo de calcular a longitude com rigor, as discussões eram sempre estéreis. D. João de Castro foi encarregado pelo Rei e pelo Infante de estudar êste problema cósmico no alto mar.

Êle era interessantíssimo. D. João empacotou os seus astrolábios e agulhas, e o precioso instrumento novo, não esquecendo uma colecção de livros escolhidos. Levou o seu Ptolomeu e também o seu Plínio, bem como outros geógrafos clássicos, para verificar-lhes as descrições sempre que possível nos lugares próprios.

Quanto aos filhos – um pelo menos devia ir com êle. Álvaro, o mais velho, tinha já treze anos. ¿Porque não deveria ir começar a ver mundo? Na mocidade, D. João fugia de casa para ver horizontes mais vastos – seus filhos nunca deveriam fazer o mesmo, porque seu pai havia de iniciá-los! Não se sabe o que D. Leonor pensou disto.

O Rei informou D. João de que ia ganhar mil cruzados por cada ano que servisse no ultramar. Ofereceu-lhe a capitania de Ormuz, que, todavia, D. João recusou. Nada fizera, disse, para merecer tanto. Na Índia seria apenas simples soldado.

Portanto, tendo disposto tudo de acôrdo com as suas idéias pessoais, D. João embarcou com o filho no



Mapa da viagem de D. João de Castro, de Lisboa a Goa

excelente navio *Grifo*, e levantou ferro para o Oceano Índico.

Esperava-se que os turcos ali se encontrassem.

Capítulo VI

De Lisboa a Goa

O sultão Solimão o *Magnífico* recebera com calma a notícia da perda de Túnis. Tinha êle outros planos em mente, e à volta do Oceano Índico estavam a preparar-se interesantes coisas. Uma derrota no Mediterrâneo seria amplamente compensada, se pudesse vibrar um golpe de morte no seu velho rival do Oriente.

Solimão Paxá, governador do Cairo e homónimo do Sultão, informou-o daquilo que pôde. O Paxá chegou a Constantinopla com um rico tesouro, apanhado em Jidá, segundo explicou. O rei Badur de Cambaia, ao norte da Índia, mandara alguns anos antes as suas riquezas e a mulher favorita para o Mar Vermelho, para as salvar das garras dos invasores mogóis. Badur fôra morto em Dio pelos portugueses, e o expedito Solimão Paxá quando o soube, mandou logo a Jidá e apossou-se do tesouro.

Mostrou-o ao Sultão. ¿Que uso mais nobre podia dar-se a tais riquezas, disse êle, do que o de expulsar do Oceano Índico os inimigos do Islão? O momento parecia oportuno para isso. Os portugueses haviam tido questões com o reino de Cambaia, e a fortaleza de Dio estava em perigo. O Idalcão de Bijapor, que ainda lançava olhos cobiçosos sôbre Goa, entraria em qualquer coligação. O Samorim de Calicute sentir-se-ia feliz por prestar assistência.

Os turcos tinham apenas de dar o golpe oportunamente, e todos os bons muçulmanos se regozijariam por reaverem às mãos o comércio da pimenta.

O Sultão ouviu-o com benevolência. Essa idéia fôra familiar em Constantinopla durante muito tempo. Desde que D. Francisco de Almeida destruíra em 1509 a esquadra de Mirocem (Mir Hussein), os turcos ameaçavam sempre voltar à Índia. Todos os anos se espalhava o rumor de que uma grande esquadra ia a caminho – que estavam a construir-se navios e fôrças a reünir-se em Suez, os quais daí a pouco atravessariam o estreito do Babelmândebe em direcção ao Oceano Índico. E todos os anos, desde o tempo de D. Francisco de Almeida, os Governadores portugueses da Índia recebiam ordens de irem a Suez para queimar a esquadra turca. Mas, apesar de haverem decorrido três décadas, nem os turcos voltaram, nem os navios de Portugal chegaram ao extremo do Mar Vermelho.

A emprêsa era, de ambos os lados, mais fácil de dizer do que de executar. Por um lado, a navegação daquele mar interior e baixo era muito difícil para os navios oceânicos; pelo outro, era um impedimento a lembrança penosa da artilharia e da ciência náutica portuguesa.

Por isso as galés da Turquia ficaram em Suez, junto da costa, apodrecendo ao sol. E freqüentemente os portugueses entravam no Estreito e navegavam até onde a estação lho permitia, o que nunca se fêz para além de Jidá: – os riscos eram demasiados. Alguns dias de demora durante a época da volta da monção, e tôda a esquadra seria apanhada. Nenhum navio podia sair do Estreito desde Maio até Julho ou Agôsto. Isto representava três meses no Mar Vermelho, a suar e a sufocar sob o calor intenso, sem comida fresca, água fresca ou ar fresco – morrendo

nas costas calcinadas. Já por duas vezes se tentara a emprêsa, e de ambas elas com resultados desastrosos.

Por isso, embora portugueses e turcos continuassem a ser a sombra negra uns dos outros, o dia do ajuste de contas ia-se adiando continuamente.

Os dois Solimões entenderam chegado o momento. O Sultão deu ao Paxá o comando da esquadra, com 1500 janízaros, além de 2 mil soldados turcos recrutados em vários portos do Mediterrâneo. No Cairo, Solimão Paxá intensificou os preparativos ainda mais, arrancando mais dinheiro aos cidadãos que governava e construindo ainda mais galés em Suez.

Escusado é dizer que a notícia dêstes armamentos se espalhou de Suez até à costa indiana, e do Bósforo ao Oceano Atlântico.

O Rei de Portugal reagiu. ¡Desta vez parecia que da parte dos turcos era a valer! Devia mandar à Índia uma fôrça de demonstração tal que fizesse gelar o sangue de cada otomano. A primeira idéia que teve foi mandar o irmão D. Luís, e chamou às armas os seus fidalgos.

A excitação da Nação subiu de ponto. Dizia-se que o plano do Rei tinha em vista uma esquadra de 40 navios com 8 mil homens. Os fidalgos mais ricos prepararam-se para equipar navios seus, e prontificaram-se mandar os filhos mais novos. Os herdeiros tinham também de ir! – decretou o Rei; e a agitação chegou ao rubro. Ergueu-se um côro de protestos de pais indignados. Um filho primogénito podia ser chamado para a defesa da Metrópole – podia ser mandado libertar as guarnições da África – mas os pais não mandariam os herdeiros para a India. O Rei insistiu por que desta vez deviam ir, e os pais inquietos apelaram para a Mesa da Consciência. Os

Bispos pronunciaram-se contra o Rei, e D. João III declarou que se os filhos mais velhos ficassem, seu irmão também não iria.

No fim de contas, a esquadra não partiria sob o comando de pessoa real, nem devia consistir de 40 navios. Onze foi o total dos que puderam ser mandados, e os 8 mil homens reduziram-se a 2.500. Mesmo assim, era a expedição mais imponente que, havia muitos anos, seguira para o Oriente. Levava 800 fidalgos, instruídos e equipados, e experimentados na guerra. A maioria dos soldados, porém, não provinham de uma escolha cuidadosa. Haviam sido arrebanhados nas estradas, nos campos e nas prisões, por todo o país. O problema humano estava a tornar-se em Portugal cada vez mais agudo, e desta vez todos os processos de recrutamento por parte dos funcionários dêle encarregados pelo Rei, não conseguiram mais do que uma horda de vadios famintos, de criminosos ou de rapazes imberbes.

O comandante, o novo vice-rei D. Garcia de Noronha, tinha uns 60 anos, e era homem prematuramente encanecido e neurasténico. Na mocidade servira na Índia, às ordens do tio, o grande Albuquerque, juiz severo, que tivera em elevada conta as capacidades de D. Garcia, e lhe augurava brilhante carreira. Mas parece que nada disso aconteceu. Raras vezes se ouve falar de D. Garcia após 1515, quando voltou à pátria. Por essa época casou com a irmã de D. João de Castro, e continuou a servir o Rei em funções relativamente pouco interessantes.

Em 1538 encontramo-lo velho — velho até para os seus 60 anos — desiludido da vida, desagradável, orgulhoso e muito pobre, pai de uma numerosa família de filhos e filhas.

D. João III, rei menos ingrato do que o pai fôra, achou que devia fazer-se alguma coisa por D. Garcia, que não só tinha 43 anos de serviço a seu favor, mas também ascendência e relações das mais distintas no país. Uma pessoa como êle podia ser elevada a um cargo de categoria sem humilhar o orgulho dos seus subordinados fidalgos. O cargo de Governador da Índia era o mais alto que podia ser desempenhado por um súbdito, e foi êste que o Rei concedeu a D. Garcia, abrilhantado pelo título de Vice-Rei [1]. Era uma honra que só fôra conferida duas vezes nos últimos trinta anos. O 1.º Vice-Rei, D. Francisco de Almeida, recebera o título para impressionar os turcos. O segundo homem a usá-lo foi nada menos que o próprio Vasco da Gama, quando o Rei o mandou ao Oriente para chamar à ordem os capitães insubordinados. D. Garcia era agora o terceiro, e, como o primeiro, foi feito Vice-Rei para fazer tremer a Turquia com mêdo de Deus.

Parece, todavia, que o reconhecimento chegou tarde de mais. D. Garcia estava cansado e velho, e morto para os entusiasmos. Considerou o cargo como um fardo a suportar, na esperança — diziam as más línguas — de poder tirar qualquer proveito no Oriente, e assim suavizar as suas preocupações familiares.

A nomeação parece ter sido impopular. D. Garcia

---

(1) Já em 1534, parece que o rei resolvera incumbir D. Garcia do cargo de Governador da Índia. Ver a carta de 22 de Setembro de 1534, escrita pelo Rei para chamar D. Garcia de Safim, porque — diz D. João III — «por folguar de vos fazer nisto mercee vos escolhy pera me servir de voz na capytanya moor e governança das partes da India»; e mais adiante «esprevo e mando a Nuno da Cunha meu capitam moor e governador, que nellas [as naus da armada] se venha». Ignoramos por que esta determinação não veio por então a executar-se. O caso é que Nuno da Cunha ainda ficou a governar a Índia mais cinco anos.

não criara muitos amigos mesmo quando era novo. O seu mau génio, como sempre acontece, tornou-se pior com a idade, e, pela época em que foi à Índia segunda vez, ninguém o podia suportar senão o cunhado.

Êsse cavaleiro-filósofo era querido por quási todos. As pessoas que vivem em mundos àparte raras vezes são bulhentas. Têem sempre uma porta à mão para fugirem às pequeninas contrariedades da vida.

D. João de Castro gostou da viagem – «a mais bem aventurada viage que foy vista – escreveu êle de Moçambique ao Rei – asy de vemtos prosperos e mares bonançosos como de saude e bôas desposyções que nosso Senhor deu a todollos soldados que o ymos servir nesta samta guerra» (1).

A missão de D. João dentro da armada era, como recorda ao Rei, ùnicamente relativa «as cousas que toquão ao seo, mar, e ar» (2), o que parece se quadrava muito bem com êle. Teve tempo de sobra para estudar as variações da agulha, «de que os pilotos tanto se aqueixão» (3), e diz que obteve novas luzes sôbre o assunto, «o que faz muito ao caso pera as deferenças que ouve entre Vossa Alteza e o emperador e pode aver sobre a repartição do mundo» (4).

Além disso, êle calculara os graus de longitude que separam o Brasil do Cabo de Boa-Esperança, e adquiriu tal confiança nos dados obtidos que se prontificou a defendê-los contra a opinião de sábios ou de ignorantes.

O instrumento que o infante D. Luís lhe dera dava as provas mais satisfatórias. Com êle, pôde

(1) Carta para El-Rei, de Moçambique, 5 de Agôsto de 1539.
(2) Ibid.
(3) Ibid.
(4) Ibid.

calcular a posição a tôdas as horas do dia. Estudara também os ventos e as monções, e «do que disto soube estou satisfeito» (1).

Observou as aves do ar e os peixes do mar, e tomou nota das plantas que cresciam nas terras por onde a armada passava. Corrigira erros de latitude dos pilotos anteriores, e levantou diversas cartas marítimas. Considerara igualmente os eclipses da lua – e «De tudo isto tenho feyto hum roteiro que poderá ocupar duas mãos de papell mandal o ey a Vossa Alteza nas primeiras naos que partirão da imdia levando me noso Senhor lla e não o mando agora por estar esprito de ruim letra e a viagem não ser imda acabada» (2).

Embora dedicado ao Rei, o livro não se destinava a cortesãos. Era, adverte o autor, mais técnico do que interessante, mas não o escrevera «para se ler a damas e a galantes, e se aproveitarem delle nas côrtes e paços Reaes, mas os de Leça e Matosinhos» (3), quere dizer, para os marinheiros. Em linguagem clara e simples, sem as flores de retórica tão queridas dos escritores daquele século, o *Roteiro de Lisboa a Goa*, de D. João de Castro, demonstrou ser útil manual para os pilotos de longo curso.

É, com certeza, um livro técnico, cheio de descrições pormenorizadas de experiências feitas com instrumentos hoje desusados, mas até o leitor leigo encontrará nêle mais alguma coisa do que isso. Êste diário de cinco meses de viagem, quási todo o tempo efectuada longe da vista de terra, deixa transpirar algo do terror e do encanto dos abismos, e a sua monotonia é a da própria vastidão vazia dos mares.

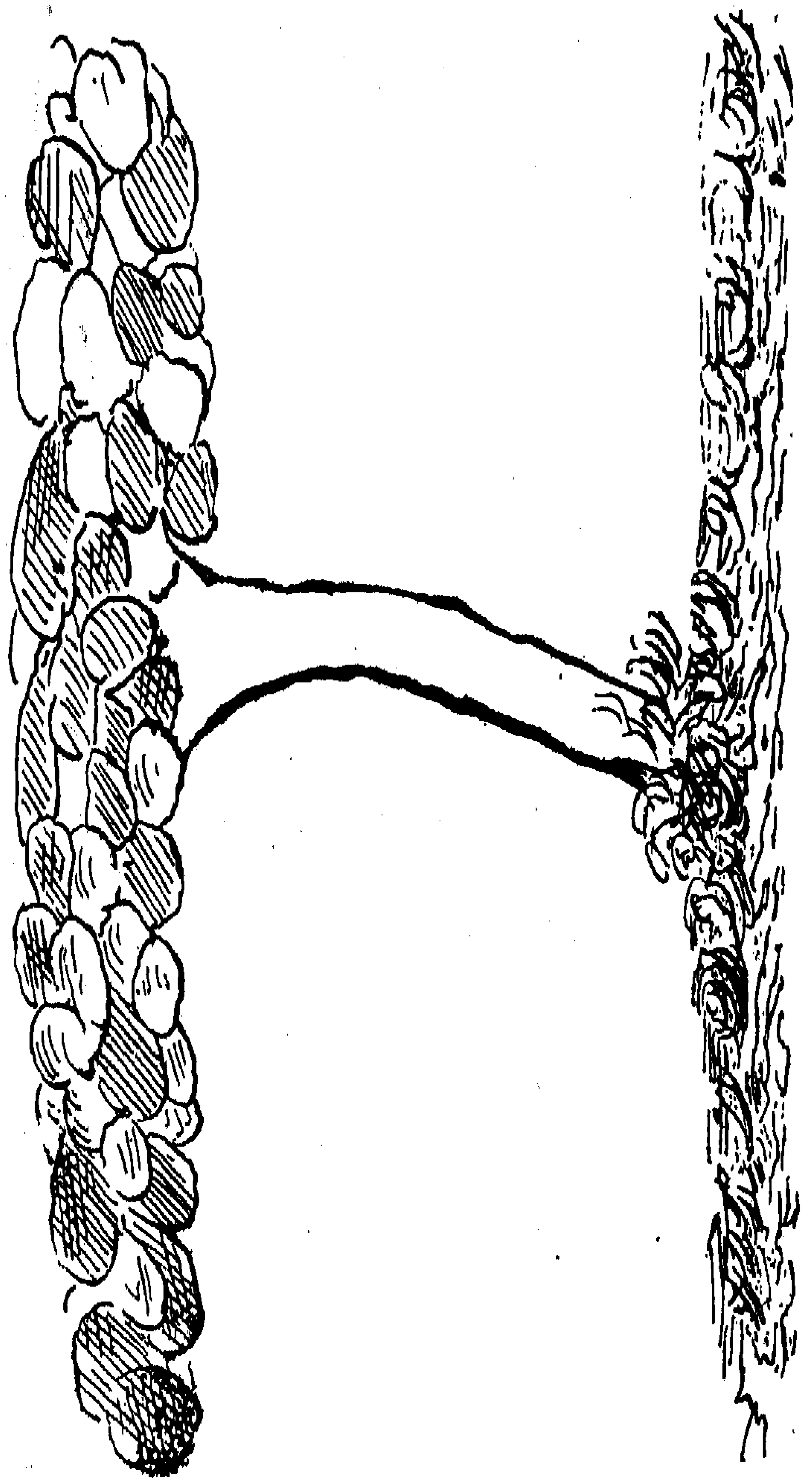
(1) Ibid.
(2) Ibid
(3) D. João de Castro, *Roteiro de Lisboa a Goa*. Prólogo.

¡E que entusiasmo vibra por detrás do relato, cuidadosamente pormenorizado, das experiências! Chegamos quási a partilhar do alvorôço de D. João quando êle experimentou pela primeira vez o seu novo instrumento certo dia à alvorada, com a ilha de Palma a desvanecer-se ao norte e o navio a pairar imóvel num mar vítreo. Tomou então a posição e registou por escrito os seus cálculos, entregando o papel selado ao pilôto, para ser aberto depois das observações usuais do meio-dia. «Veome dizer que estavamos em altura de 29 graos $^1/_3$ e em continente abrio o escrito e vio a minha, de que ficou muito espantado»!(1) Determinar cuidadosamente a posição de um navio a outra hora que não o meio-dia era coisa nova na arte de navegação.

Esta posição constituía assunto de permanente interêsse, a que os desvios dos melhores instrumentos, então empregados, davam algo de incerteza e de surprêsa. A latitude apenas podia calcular-se com precisão em terra, ancorado, ou em águas sossegadas, mas com o balanço de um navio no alto mar mal podia obter-se exactidão. Todos os dias, a bordo do *Grifo*, D. João, o pilôto, um sábio doutor Luís Nunes, e vários marinheiros faziam os cálculos àparte, comparando-os depois e discutindo-os. As diferenças eram às vezes grandes, sendo interessante saber quem é que se aproximava mais da verdade.

Como de costume, veio a capítulo o Ptolomeu, que, tal como em Túnis, se viu estar em falta. O prestígio do sábio alexandrino, oráculo universal, embora não estivesse ainda desbancado por completo, nessa altura já se encontrava profundamente abalado. D. João diz que êle situara as Ilhas Afortunadas na posição ocupada pelo arquipélago de Cabo-Verde.

(1) Ibid., pág. 38.



Tromba vista por D. João de Castro na viagem de Lisboa a Goa e desenhada por ele, «Roteiro de Lisboa a Goa.

Êle não conhecia aquilo de que falava porque «não é racional crer que fôssem estas as Ilhas dos Bem-aventurados!» As Ilhas das Górgonas talvez fôssem as de Cabo-Verde — as Medusas podiam muito bem ter vivido sôbre aquelas rochas calcinadas, — mas a descrição das Ilhas Afortunadas adapta-se melhor às Canárias.

Navegando para o sul, muito para além das conjecturas de Ptolomeu, o *Grifo* embrenhou-se nos mares infinitos, e de Abril até aos fins de Junho não avistou terra. Os outros navios que o acompanhavam viam-se de tempos a tempos, e perderam-se outra vez nos nevoeiros do Oceano, quando a armada, dispersa pelo vasto Atlântico, se dirigiu para S. O., em direcção ao Brasil, em busca de ventos favoráveis. Às vezes muitas aves seguiam o navio, outras os seus únicos companheiros eram as vagabundas andorinhas do mar. Às vezes, de noite, o mar aparecia da côr do leite; era «manga de peixe que avia pouco desovara» (1), explicava o pilôto aos maravilhados noviços que nunca haviam visto a fosforescência.

No dia 9 de Maio o navio abriu um grande rombo a meia-nau. Estiveram todo o dia às bombas até «a naao se fazer noutra volta e marear da banda de bombordo, pera então podermos tomar esta agoa». (2)

A 10 de Junho, à luz da lua, um arco-íris branco e púrpura brilhou no firmamento nocturno. D. João escreveu que era «Cousa fermosa para ver; e averá vinte annos que o vi outra noite, sendo a lũa cheia, em a cidade de Lisboa» (3).

---

(1) Ibid., pág. 113, 24 de Abril.
(2) Ibid., pág. 129.
(3) Ibid., pág. 198.

Estava-se a 27 de Junho. O vento soprara sem cessar durante todo o dia «sem ter repouso em nenhũa parte... este dia á tarde me pareceo que via terra» ([1]). O pilôto disse que era impossível, mas êle próprio a viu ao fim de meia hora. Reconheceu o Cabo das Agulhas, assim chamado pelos navegantes porque diziam que ali as agulhas das bússolas indicavam o verdadeiro norte, sem desvio para oriente ou ocidente.

Lançaram a sonda, mas não encontraram fundo. Na neblina do anoitecer, o sombrio cabo desapareceu da vista. Durante mais cinco dias não voltaram a ver terra, e depois a costa de África principiou por fim a surgir por entre os nevoeiros marinhos. Um vento agreste encrespava as vagas que se quebravam na costa desolada, a qual seguia de NE para SO.

Estavam chegados ao Oceano Índico, e àquelas «prayas tão desejadas dos navegantes». ([2]). Passado o Cabo de Boa-Esperança, os marinheiros, vendo aproximar-se o fim da viagem, deixavam para trás de si «tantos Receos, tantos sobresaltos, tantas fortunas de tamanho e tão tempestuoso golfão» ([3]).

Todavia a costa que se estendia diante dos seus olhos era inóspita — terra desconhecida, excepto quando havia qualquer catástrofe marítima — montanhas misteriosas, que nenhum branco havia escalado, e se erguiam temerosas sôbre os traiçoeiros rochedos, onde os navios encontravam a morte. Densas florestas revestiam os montes a perder de vista, e do recesso das árvores subia o fumo das fogueiras. D. João desenhou «huns penedos muito altos e muito

(1) Ibid. pág. 228.
(2) Ibid.
(3) Ibid.

fermosos» ([1]) e apontou-lhes tôdas as características, para uso futuro dos navegadores.

Fêz também cuidadosas observações das rápidas correntes que desciam ao longo da costa: «estando a nao em calma lancavamos paaos e outras cousas ao mar e marcandoas com a agulha, achavamos que nos hião desaparecendo pera a banda dos sudueste» ([2]).

No dia 14 de Julho viu-se fumo a pairar à superfície do mar até à altura de um navio, exactamente a meia légua de distância. Por cima moviam-se pesadas nuvens, por baixo do qual a água refervia, e num abrir e fechar de olhos repentinamente ergueu-se no ar. Parecia, escreveu D. João, a tromba de um elefante, sugando a água para dentro daquelas nuvens, de que saía fumo. O estranho espectáculo durou um quarto de hora — D. João fêz um esbôço dêle — e depois a tromba de água degenerou em chuva torrencial, ao mesmo tempo que se ouvia o ribombar de trovão.

Na escuridão da noite uma luz brilhante, que se via no mar, preveniu o *Grifo* da aproximação das Ilhas Primeiras. Ao alvorecer de 23 de Julho, surgiram as ilhas, baixas e sem água, mas revestidas de árvores, vendo-se um navio ali ancorado. Era um dos da esquadra, parecendo que já ali se encontrava havia mais de um mês, acendendo fogueiras tôdas as noites para avisar os outros.

As Primeiras ficam próximo de Moçambique, No dia imediato avistaram a ponta de Mocambo. e Ptolomeu surgia de novo no horizonte. Pensando bem, disse D. João, esta longa ponta de terra baixa e coberta de árvores, que entrava pelo mar ao lado da

(1) Ibid., pág. 262.
(2) Ibid., pág. 269, 5 de Julho.

pequena faixa arenosa, deve ter sido o Promontório Prassos dos antigos.

A 28 de Julho saíu do pôrto de Moçambique um pilôto para orientar o *Grifo* até ao ancoradouro da ilha de S. Jorge, e no dia 29, à hora de véspera, «nos fizemos a vella... e fomos surgir dentro do porto» [1].

Moçambique era «hum dos milhores portos que tenho visto» [2]. Protegido de todos os ventos, podia abrigar trinta navios. Ficava a meio caminho da viagem das armadas da Índia que regressavam, à metrópole ou de lá chegavam. Paravam ali ao fim de quatro meses de viagem, para reparar os estragos causados pelos ventos do Atlântico do sul. No regresso deviam parar ali de novo, para se certificarem de estarem em condições de afrontar o Cabo das Tormentas. Era uma ilha plana e arenosa em que nada mais havia senão palmeiras. Os portugueses tinham construído ali uma fortaleza e uma feitoria, para negociar com as tribos indígenas do interior.

A armada de D. Garcia esteve em Moçambique durante doze dias. D. João escreveu as suas cartas ao Rei e ao infante D. Luís, fêz um desenho do pôrto e dos palmares da costa, não omitindo os elefantes e as girafas e outros animais corpulentos que se encontravam na floresta do interior.

Continuou ali as experiências descobrindo finalmente a razão de certos desvios da agulha, até então inexplicáveis. Fazendo observações perto de uma peça de artilharia, viu que as agulhas magnéticas ficavam loucas. «Isto teve me muito suspenso, até que entendi a causa, e foy hum berço que estava no mesmo lugar, onde eu queria

(1) Ibid., pág. 305.
(2) Ibid., pág. 306.

fazer as operações, o ferro do qual berço chamava a ssy as agulhas.» [1] Isto foi tomado em consideração para certos resultados extraordinários obtidos em outras observações anteriores feitas durante a viagem; «foy por as fazer perto donde estava algũa peça de artelharia, anchoras, ou qualquer outro ferro, como me passava a todas as partes da nao, buscando lugar conveniente a esta obra.» [2]

A 11 de Agôsto a armada zarpou de Moçambique – a última etapa da viagem. Subindo vagarosamente a costa africana, D. João continuou a tirar notas e a fazer os seus pequenos esboços no livro: a ilha Comora, semelhante a uma tôrre de encontro ao céu – o delicado nevoeiro translúcido, que se espalhou uma noite sôbre um mar de leite – um halo lunar de círculos e de raios de luz, «mostras tão fermosas e dignas de se contemplarem» [3] – D. João ficou convencido de que o Cabo Delgado era o Promontório Rapta, «muito conhecido de Ptolomeu», [4] – Quíloa, outrora rainha daquela costa, era a cidade a que êle chamava Metrópole Rapta – perto de Magadoxo era a terra dos trogloditas austrais «chamados agora cafres» [5] – e Diógenes descera um dia esta costa desde Guardafui até ao Cabo Delgado. As regiões solitárias e pouco familiares do sul, vazias de história e de lenda, ficavam agora para trás. Dirigindo-se para o norte, ao longo da costa oriental da África, o sábio do Renascimento volta felizmente ao seu mundo clássico, e a 26 de Agôsto os marinheiros avistaram novamente a Estrêla Polar «que foy grande prazer aos navegantes.» [6]

(1) Ibid., pág. 308.
(2) Ibid., pág 308.
(3) Ibid, pág. 344, 26 de Agôsto.
(4) Ibid, pág. 320.
(5) Ibid.
(6) Ibid., pág. 344.

As costas indianas foram então anunciadas — agradàvelmente, primeiro, por bandos de aves como as que se viam nas praias de Portugal — de modo mais sinistro, dois dias depois, por serpentes que nadavam no mar — «a terra e o mar da India — comenta D. João — naturalmente crião estes serpentes e cobras nas quaes se acha todo o genero de peçonha.» ([1])

Finalmente, a 11 de Setembro, levada pela briza da tarde, a armada adiantou-se no crepúsculo até à embocadura do Mandovi, e «duas horas de noite surgimos na barra de Goa, maes por a bondade de nosso senhor que por nossos merecimentos, arte e saber, onde se acabou a nossa viagem e este livro», ([2]) escreve D. João no histórico fundeadouro, enquanto aguardavam o alvorecer.

Para D. Garcia, que já fizera esta viagem, o nascer do sol naquelas paragens talvez lhe evocasse muitas recordações trágicas e heróicas. Ali desembarcara em rapaz para conquistar a fortaleza turca de Benastarim; daquela barra, Albuquerque olhara pela última vez para a cidade do seu coração; neste rio, uma esquadra de famintos desafiara todo o poder do Idalcão, quando naquelas águas, havia trinta anos, o valente irmão de D. Garcia morrera. Dias épicos — mas que restava? Para muitos, glória — riquezas para poucos — para a maior parte feridas, doença e ingratidão. D. Garcia de Noronha via Goa ao fim de muitos anos, e tôda a sua alma se enchia de amargura.

D. João de Castro, com a satisfação de um arboricultor, deixava deleitar a vista nas árvores magníficas.

([1]) Ibid., pág. 372. Nota do autor.
([2]) Ibid., pág. 373.

Capítulo VII

De Goa a Dio

Goa estava cheia de ruído. ¡Desta vez os turcos sempre tinham vindo! Dois dias antes de se avistar ao longe a armada do Vice-Rei, um homem valente, chamado Miguel Vaz, chegou apressadamente de Dio: os navios do Sultão pairavam ao largo da costa. Miguel Vaz vira-os com os próprios olhos — 14 galeões reais em ordem de batalha, seguidos de 7 galés, com um séquito de outras unidades.

¡Ali estava a esquadra turca, há tanto tempo esperada! Parecia que as suas intenções eram atacar Dio. António da Silveira, capitão da guarnição, escreveu para Goa ao Governador dizendo que poderia agüentar-se, mas pedindo que tivesse a armada da Índia preparada para fazer frente sem demora ao inimigo, e «ganhar tamanha honra como lhe Nosso Senhor trouxera às mãos, que era a mor que na India se podia ganhar em muytos annos.» ([1])

Nuno da Cunha, Governador havia quási dez anos, ficou excitadíssimo. Vestiu-se de cetim carmesim, guarnecido a prata. Afivelou ao cinturão uma espada de esmalte dourado, e pôs na cabeça um chapéu de cetim com pluma vermelha. Todo resplandecente, montou o seu corcel malhado, ajaezado de ouro, e saíu acompanhado de cavaleiros e fidalgos, todos luxuosamente vestidos.

«Senhores honrados, nobres fidalgos — disse êle —, lembrados sereys que a India foy ajudada a ganhar com o sangue de nossas gerações, e porque esta lem-

---

([1]) Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, III, pág. 884.

brança tereis, e por quem vos sois, escuso muyto volo falar, sómente darmos muytos louvores a Nosso Senhor trazer-nos ás mãos estes seus inimigos, os rumes, pera remate de nossas honras, dandonos d'elles vencimento como a elle Nosso Senhor lhe aprazerá por sua grande misericordia». (1)

A resposta foi tão decidida quanto êle a poderia desejar. Todos se ofereceram para ir a Dio com o primeiro contingente de socorro. Os navios que estavam no pôrto aprontaram-se para sair, e preveniram-se outros que andavam dispersos pela costa.

Dois dias depois, o Vice-Rei chegou. Dizem que Nuno da Cunha não voltou a sorrir. Substituído! Exactamente na ocasião em que se oferecia a maior das oportunidades durante todo o seu govêrno. ¡E era mal empregada em D. Garcia! Êle ouvira dizer que os turcos tinham chegado e não manifestou alegria nenhuma. À sua alma desiludida aquilo nada dizia.

Nuno da Cunha, interiormente enraivecido, procedeu com a máxima correcção. Mandou um fidalgo como seu representante a apresentar os seus cumprimentos ao Vice-Rei. Em terra, declarou o visitante, estavam, preparados para êle alojamento, cama e comida.

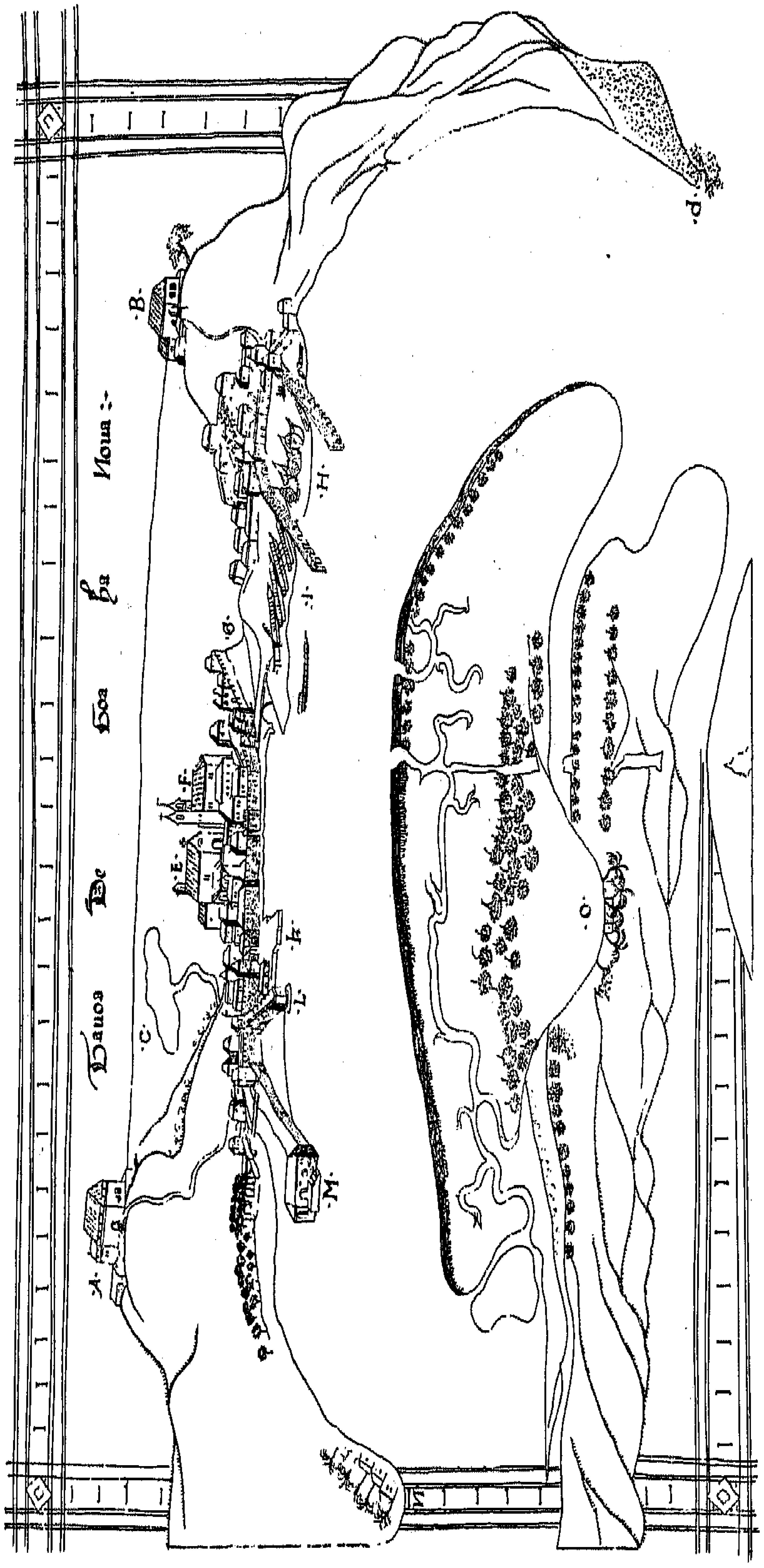
«— A cama he a cousa com que mais folgão os velhos» (2), — respondeu escarninhamente D. Garcia.

Quando êle desembarcou, deram uma salva em sua honra.

«— Despeza sem proveito» ! (3) — grunhiu o Vice-Rei.

Tanto êle como o seu antecessor saüdaram-se com reserva, e, trocando sarcasmos delicados, dirigiram-se para a igreja.

(1) Ibid., pág. 895.
(2) Ibid., IV, pág. 11.
(3) Ibid.



Goa a Nova — do «Roteiro desde Goa até Dio», por D. João de Castro

Ali, D. Garcia conservou-se tanto tempo de joelhos que Nuno da Cunha se convenceu de que êle o queria maçar. Depois de esperar com impaciência durante algum tempo, sentou-se numa cadeira, porque, disse Gaspar Correia, «a detença do rezar do Visorey era mais desdem que devoção» (1) — ¡o que parece um estranho modo de manifestar desagrado por alguém!

Os dois continuaram a contrariar-se, quási faltando à missa no outro dia, porque cada um dêles esperava que o outro fôsse o primeiro a chegar. Por fim, Nuno da Cunha chegou à pressa e tardíssimo à igreja, indo depois visitar o Vice-Rei. Encontrou D. Garcia a levantar-se, tendo passado a manhã na cama.

Isto não deixa perceber que D. Garcia quisesse manifestar grande actividade. Gaspar Correia diz peremptòriamente que não queria. Mas Gaspar Correia jamais gostou de D. Garcia. É provável que a sua inimizade viesse de longe, de quando o sobrinho de Albuquerque era mancebo arrogante e Correia um dos oficiais mais novos da secretaria do Governador.

Não foi Gaspar Correia o único que desaprovou a atitude do Vice-Rei. Os homens da Índia, que estavam todos prontos para a luta contra o infiel às ordens de um chefe tão entusiasta como êles, caíram das nuvens ao verem a súbita substituïção de Nuno da Cunha por êste velho aborrecido.

Em sua opinião, D. Garcia não podia fazer qualquer coisa em têrmos, dizendo uns para os outros que êle ficara aborrecidíssimo com a perspectiva de combater os turcos. ¡Tudo o que êle esperava encon-

(1) Ibid., pág. 12.

trar na Índia era um emprêgo confortável, com oportunidades para arranjar dinheiro!

Nem ao menos atendiam a que D. Garcia saíra para a Índia, quando em Portugal tôda a gente falava do perigo turco. Ao mesmo tempo é certo que o problema financeiro parece tê-lo preocupado mais do que qualquer outro. E isto admite certa desculpa. Todos os Governadores da Índia andavam preocupados com a falta de dinheiro. D. Garcia encontrou os cofres vazios como de costume, e procurou arranjá-lo de todos os lados. O seu primeiro acto foi contrair um empréstimo com os cidadãos de Goa — acto que não era muito próprio para criar popularidade.

Recebeu peitas? Vendeu a justiça? Vendeu cargos, tudo por dinheiro? De tudo isto o acusaram. Por outro lado, D. João de Castro escreveu ao Rei que «Ele serve Vosa A. com grãde amor; trabalha por lhe aproveitar a sua fazẽda ho mais que pode; faz justiça na tera assi a mouros como a cristãos onestamente, porque a verdadeira fugio da tera pera o ceo e creo que pera o mais alto e afastado dela. E sam estas tres cousas abastãtissimas pera ser mal quisto e capitolado.» (1)

É de pêso êste preito da parte da conhecida honradez de D. João de Castro. Se D. Garcia fôsse tão desonesto como os seus detractores diziam, a lealdade de D. João para com o marido da irmã não lhe poderia ocultar a verdade, além de que era demasiado honesto para a deturpar ao Rei. Quando muito deveria guardar silêncio sôbre o assunto. Devemos também recordar que, como observou ao infante D. Luís, os homens da Índia eram «tama-

(1) Carta de D. João de Castro a El-Rei, do ano de 1539. *Colecção de S. Lourenço*, vol. V, fól. 123.

nhos inimigos mortaes dos governadores, que se não contentam até os desfazerem em pó.» (1)

D. Garcia deve tê-los encontrado em atitude de desagrado, mas não há dúvida de ter procedido como um urso doente. Ninguém se atrevia a fazer qualquer sugestão ou observação, com mêdo da sua língua cáustica.

D. João de Castro também lhe sentiu o gume; porque foi um dos poucos que se atreveram a enfrentá-lo. Não o sabemos por qualquer relato deixado por D. João — nunca disse qualquer palavra contra o cunhado, — mas por uma carta escrita ao Rei por D. Cristóvão da Gama, filho do grande Almirante. Êste jovem, que chegara por aquêle tempo à Índia, vindo de Malaca, com D. Estêvão, seu irmão mais velho, parece ter sido o admirador mais fervoroso de D. João de Castro. D. Cristóvão declara que só a D. João se devia que a esquadra se movesse «porque segundo a condysão forte de dom Garcya se não ouvera quem lhe soportára tudo, e lhe lembrára per muytas vezes ho que comprya a voso servyso, muy mal se pudera aquabar nada». (2)

Apesar de todos os pedidos, os preparativos faziam-se com o maior vagar. D. Garcia declarou que um Vice-Rei não podia sair para o mar senão com fôrça esmagadora. Isto levaria tempo considerável de demora, se é verdade uma descrição da esquadra da Índia mandada para a Metrópole no ano anterior: «estamos nos de feição que nõ dyguo eu pera arecear rumes mas qualquer outro reves por pequeno que seja que nos aconteça pôr todo estado desta terra

(1) Carta de D. João de Castro ao infante D. Luís. *O Instituto*, vol. I, pág. 354. De 30 de Outubro de 1540.

(2) Carta de D. Cristóvão da Gama a El-Rei. De 18 de Novembro de 1540. Tôrre do Tombo. *Corpo Cron.*, Parte I, maço 73, doc. 20. Cit. pelo Cardeal Saraiva, *Vida de D. João de Castro*, nota III.

ẽ muyg rande risquo por que a armada hy nõ ha nhũa, os gualeões todos que qua ha que são quatro todos nõ valem ja nada e as guales outro tanto e esas que hy ha desesquipadas que nõ aproveitam pera nada ora os almazẽes sẽ nenhũa munição grade nẽ pequena, dinheiro muito menos que tudo...» [1] Esta carta está datada de Dezembro de 1537. Desde então o Vice-Rei chegara com onze navios, que julgamos mais ou menos capazes, e Nuno da Cunha andara a reünir tôdas as embarcações que podiam encontrar-se, e a repará-las tôdas.

Se Dio tivesse de esperar até a armada ter a fôrça suficiente, os turcos teriam tempo para fazer tudo o que quisessem. Em Goa os fidalgos praguejavam e mostravam-se enraivecidos com a demora, enquanto em Dio, cercados pelo inimigo, um punhado de homens se agüentava nas tôrres arruïnadas ou nas muralhas varejadas pela artilharia, e valentes mulheres, ao seu lado, os ajudavam a carrear os canhões.

Chegou um dia em que os últimos 40 homens válidos se reüniram, com os doentes e feridos, para tomarem a resolução final. Tôda a pólvora que possuíam foi dividida e metida em 30 panelas. Vestidos com as suas melhores roupas, esperavam a morte nas muralhas – mas passaram as horas e os turcos não apareceram. Saíram alguns homens para verem o que havia, e encontraram os postos inimigos abandonados. Os turcos tinham retirado! Haviam embarcado a artilharia durante a noite, e ao outro dia, silenciosamente, partiram para o Mar Vermelho.

O certo é que as perdas sofridas pelos turcos com os seus ataques tinham obrigado Solimão Paxá

---

[1] Carta de Martim Afonso de Sousa a El-Rei. De 24 de Dezembro de 1537. Tôrre do Tombo, *Col. S. Lourenço*, vol. I, fól, 442.

a pensar no assunto. Se êste punhado de homens puderam rechaçá-los com tanta mortandade, ¿que haveria a esperar quando chegasse a armada do Vice-Rei? Não era provável que os seus correligionários indianos os ajudassem. Os soberanos muçulmanos da costa já tinham sido consultados. Responderam com protestos de amizade e de interêsse polido, mas todos êles se mostraram rigorosamente abstencionistas. Os Príncipes não estavam satisfeitos com a expansão do poderio dos turcos [1]; além disso, o prestígio português era grande. ¿Poderia realmente a Turquia vencer Portugal no mar? Se não, como êles julgavam provável, a situação dos amigos do Sultão seria desastrosa. Portanto, nada seria mais sensato do que manterem-se na espectativa: – Destruamos os portugueses e dominemos no Oceano Índico! – insistia Solimão Paxá. – Seja como fôr, disseram os Príncipes com brandura, vão com a nossa bênção – se puderem!

Levantou-se grande alarido em Goa, quando chegou a notícia da retirada dos turcos. Vermelhos de raiva, os fidalgos praguejavam. ¡Os inimigos, por quem tinham esperado durante tantos anos, haviam podido escapar-se à sorrelfa! Por todos os lados se ouvia o nome do Vice-Rei seguido de epítetos violentos.

D. Garcia, impassível, mandou embandeirar. ¡Era muito melhor, disse êle, que o inimigo fugisse ao combate – poupava-se trabalho e despesa! Todavia seria muito bom visitar Dio, pensava êle, e assustar

---

[1] O que mais os assustou, informa D. João de Castro, foi ouvir dizer que os turcos que vinham atacar Dio «traziã selas de cavalos» Então «começarão a lamçar juizos dizendo que as selas não se fizerão pera pelejar no mar mas na tera, e foy abastante esta sospeita pera todos se acordarem juntamẽte em hũa openyam e voltarem os corações contra os turcos ẽ noso favor». Carta de D. João de Castro para o Infante D. Luis. 29 de Outubro 1559. Tôrre do Tombo. *Col. S. Lourenço*, vol. v. Fól. 113.

Cambaia com o poder naval. – Façamo-lo, pois, a tôda a pressa! – bradavam os seus subalternos. Pensavam ter ainda a sorte de poder alcançar os turcos.

Mas D. Garcia não tinha essas intenções. Os turcos haviam retirado: estava o caso arrumado. Com tempo e vento favorável, seguiu com vagar ao longo da costa indiana. Navegava durante o dia e ancorava tôdas as noites, permanecendo vários dias em cada pôrto. O cruzeiro durou de 21 de Novembro a 8 de Fevereiro, e só uma vez tiveram mau tempo. Precisamente em frente de Dabul defrontaram uma terrível tormenta, em que se perderam 2 galés e artilharia no valor de 30 mil cruzados. Gaspar Correia crê que «nom foy muyto acontecer tanto mal n'esta armada ao Visorey, porque hia a gente tão desesperada com seus vagares, e o bom tempo que perdião nam querendo andar, que lhe dizião tantas pragas e males, e tanta má ora, e com todolos diabos, que lhe todos dizião já quando o vião dar a vella, que foy maravilha nom lhe acontecer outros móres males!» (1).

Havia uma pessoa que não acompanhava o côro de más-vontades – D. João de Castro. Nêle o soldado não poderia querer outra coisa que não fôsse combater os turcos; mas em D. João sempre encontramos dois homens. O guerreiro fizera todo o possível por apressar o Vice-Rei; como falhara, cedeu o lugar ao homem de ciência, para quem esta viagem lenta era ideal, dando-lhe tempo de ver e de ouvir, desenhar e observar, fazer experiências e fazer sondagens. Calculou o ângulo do sol ao nascer e no ocaso todos os dias; observou as variações da agulha em diferentes pontos no meridiano, e concluíu que a longitude não a afecta. Em todos os portos e baías desenhava mapas, e anotava todos os baixios e

(1) *Lendas da India*, IV, pág. 72.

bancos, e voltou a escrever um livro como fizera na viagem de ida. Era, com certeza, trabalho de devoção, mas exigia muito esfôrço. Dedicando o *Roteiro de Goa a Dio* ao infante D. Luís, o autor confessa que lhe dera muito trabalho. Repetidas vezes mergulhara no mar para examinar o fundo à entrada dos rios e dos ancoradouros; seguira os ribeiros das costas pantanosas, trepara aos montes, escalara os rochedos e explorara ilhas e cabos dominados pela selva.

Essa costa indiana era fascinadora – «a mais nobre e ilustre de todalas do oniverso» (1). D. João descreve-lhe com deleite as praias de palmares e as belas baías, os rios majestosos formando portos naturais; o grande Carapatão, além das «suas beninas aguas e saudavel porto» (2), abundava em «lenha, caças, montarias, e enfenito pescado» (3); Ceitapor, desaguando na mais linda baía ao longo da costa; e ao rio Betele, com as margens sombreadas pela palmeira areca, e muitas outras árvores que retiniam com o zumbido das abelhas, chamavam os portugueses Rio do Mel.

A 39 léguas de Goa corria o rio de Dabul, tendo a grande cidade edificada nas margens. Dabul era um empório da pimenta, cheia de mercadores de todos os portos do Oceano Índico, e «frequentada casi de todalas jentes do oniverso.» (4)

D. João manifestou mais interêsse pela baía de Quelecim, sete léguas acima, onde encontrou curiosos cais naturais formados pelos rochedos que se erguiam abruptamente do rio. Era «huma das fermosas obras da natureza que tenho visto... este tavoleiro per obra

(1) *Roteiro de Goa a Dio*, Prólogo.
(2) Ibid, pág. 23.
(3) Ibid.
(4) Ibid., pág. 39.

da Grande Mestra he tam plano e posto ha olivel que a hum geometra fora muita groria imita-lo.» [1]

Entre as terras de Bijapor e as do Nizamaluco (*Nizam Melek*), corria o grande rio Beiçoim – também chamado Rio do Mel por alguns, de outros conhecido por Mar de Beiçoim, devido à grande largura da sua perigosa foz. Ficava junto de Chaúl, de trágica memória desde a morte de D. Lourenço de Almeida, filho do 1.º Vice-Rei, morto havia mais de trinta anos em combate com os turcos. Ali se construíra um forte português em 1521, ao lado de uma praia encantadora, em frente a um elevado monte.

D. João desembarcou numa ilhota arborizada, duas léguas ao norte de Chaúl, e subiu a um outeiro para estudar o plano, escrevendo depois: «me aconteceo hum caso muito pera maravilhar e foi desta maneira. Pondo eu a agulha em cima de hum grande penedo pera ver como se corria o ilheo, supito deu a rosa huma volta e pos o Norte onde dantes tinha o Sul. Quando isto vi cuidando que lhe vinha este desconcerto d'estar a rosa fora do pião ergui-a pera a concertar, e como a tirei da pedra supito tornou a dar a volta e pos o Norte em seu lugar. Ora vindo a conhecimento qu'este caso tamanho nacia da calidade e natureza da pedra, a pus e tirei muitas vezes e de todas fazia a mesma operação. Espantado eu muito deste acontecimento corri a mayor parte do monte pondo a agulha em cima de todolos penedos e pedras, mas nunqua fez nenhuma variaçam, somente achei um penedo apar do outro da mesma natureza, posto que neste nam dava a rosa tamanha volta.» [2] Todavia, como D. João verificou, os penedos não eram de pedra ímã. Mandou

(1) Ibid., pág. 151.
(2) Ibid., pág. 60.

cortar grandes bocados daquelas rochas, verificando depois que, levados para longe do seu local, não exerciam qualquer acção na agulha, nem atraíam o ferro ou o aço. O desvio da agulha devido à atracção local – fenómeno até então jamais observado pelos homens de ciência – deixou D. João perplexo e muito «pensativo».

De Chaúl a armada seguiu para Bombaim, onde D. João admirou a bela curva do pôrto entre dois cabos, situados a légua e meia um do outro. Do lado do sul erguiam-se dois montes, um apenas com uma árvore, o outro coberto por densa floresta verde. Dentro da baía grande número de ilhotas atraentes erguiam a sua orla de palmeiras acima da água profundamente azul.

A ilha de Bombaim ou Maiam, era «muito baxa e cuberta de grandes e graciosos arvoredos» [1] – D. João de Castro não podia deixar de tomar nota disso! Em Bombaim, que abundava em tôda a espécie de caça, de carne e de arroz, a fome era desconhecida. O capitão Heitor da Silveira chamara àquêle lugar «Ilha da Boa Vida», em lembrança do bom tempo que os homens da sua esquadra ali haviam passado.

A «graciosa e aprazivel» ilha de Caramia também produzia arroz, numa deliciosa planície entre dois montes, «chea de aguoas, ortas, arvoredos, e doutras muitas recreações» [2] – mas a mais interessante de tôdas estas ilhotas era a de Elefanta.

Consistia esta em dois elevados montes com profunda garganta entre êles, como se a montanha fôsse rachada a meio. Espessa floresta revestia as encostas da ravina, onde os pavões vagueavam e

(1) Ibid., pág. 81.
(2) Ibid., pág. 64.

as pombas bravas arrulhavam, e nas sombrias profundezas, um elefante de pedra, de tamanho natural, dominava a quietude da floresta.

Cavado nos rochedos por baixo da encosta do monte, «o monstruoso edifício do Pagode» ocultava os seus mistérios. Tomado de assombro, vagueou pelos seus corredores labirínticos, olhando espantado para as imagens dos deuses pagãos, gigantes e anões, e para as colunas cobertas de complicados ornatos estranhos, tudo esculpido na própria pedra. «Ó grande e temerario atrevimento»! (1) – exclamou D. João, dizendo de si para si que uma obra daquelas parecia impossível às mãos do homem. ¿Seria admissível que se fizessem coisas destas?

O matemático deve pensar constantemente nas dimensões; por isso D. João mediu o templo em comprimento e largura, e calculou-lhe a altura. Contou as colunas que agüentavam o tecto, e verificou a distância exacta a que se encontravam entre si, medindo, também a estatura de «dois mui ferozes gigantes» que guardavam a entrada do templo, um de cada lado.

Dentro do templo, contorcendo-se na sombra, os monstruosos ídolos do Hinduísmo mostravam os seus símbolos aos perplexos olhos ocidentais. Aqui via-se um homem com três grandes rostos e quatro braços; a mão direita segurava pela cabeça uma cobra-de-capelo; a esquerda mostrava uma rosa; a terceira tinha um globo e a quarta estava partida.

Noutro ponto havia um gigante com oito braços, dois dos quais erguidos para sustentar a abóbada do templo; a terceira brandia uma espada, a quarta tocava uma sinêta, a quinta agarrava pelos pés uma criança, a sexta segurava um vaso, como escudela,

(1) Ibid., pág. 66.

cingida por uma serpente que se enroscava em volta de cabeças de crianças, estando partidos os outros dois braços. Em redor do gigante havia «infenitas imagems com as mãos alevantadas como que dam graças a Deos. (1)

Uma mulher gigante, só com um peito – semelhante a amazona, diz D. João – estava noutro lugar. Uma fonte «da milhor aguoa que nestas partes tenho visto» (2) murmurava por entre o silêncio das naves de pedra. «Per todo este templo – observa D. João – nam ha imagem que tenha barba nem qu' esté vestida»! (3) Não pode descrever tôdas as estranhas e curiosas esculturas que viu, «tantas sam as novidades e istorias que se representam nele» (4).

Todo o monte parecia ôco, cheio de antros, transformados em templos a quinze toezas de profundidade, apenas iluminados pela luz que entrava pela porta.

A ilha de Salsete – fértil e rica em gados, caça e lenha para a construção de navios – era também interessante. Possuía um pagode – «obra unica e nunqua vista outra semelhante» (5) – sendo também ali a arrüinada cidade de Tana.

Outrora Tana medira uma légua de comprimento e outro tanto de largura. Tinha «sessenta mesquitas muito nobres» e sessenta tanques para água abertos na pedra, «dos quaes alguns dela seram tamanhos como dois terços do Rocio de Lixboa.» (6) As casas da cidade eram bem construídas com

(1) Ibid., pág. 68.
(2) Ibid.
(3) Ibid.
(4) Ibid., pág. 69.
(5) Ibid., pág. 70.
(6) Ibid., pág. 71.

blocos de pedra, postos uns sôbre os outros, sem argamassa, de trabalho tão perfeito que não ficava qualquer fenda entre êles.

Noutro tempo ouvia-se em Tana o ruído de noventa teares, tecendo todos panos de fios de ouro, enquanto outros 1200 os teciam de algodão. Os mercadores haviam sido famosos em todo o Oriente, mas quando D. João de Castro por lá passou, a glória de Tana já morrera. O furacão da guerra destruíra-a: a cidade fôra saqueada e incendiada três vezes, duas pelos portugueses e uma pelos guzerates; «esta cidade tam chea de povo e de riquezas, alevantada em todalas partes Orientais e que dominava tantas gentes, o dia doje de poucos e míseros moradores he huma pequena parte dela morada, mais semelhante a hum deserto e despovoado que ao que antiguamente se mostrava, e a fama de sua nobreza e soberba pregoava.» (1)

O pagode de Salsete, perto de Tana, era ainda mais espantoso do que o de Elefanta. Fôra esculpido no centro de «hum grandissimo e alto penedo» e compreendia um conjunto de «sumptuosos templos e maravilhosos edificios... sem em todo este edificio aver imagem, coluna, casa, portico, fegura, esteio, cisterna, templo, capela, nem outra cousa alguma, que nam seja lavrada na mesma pedra do penedo.» (2) Tal obra, que D. João considera impossível ao homem fazer, só podia ter sido feita «per espiritos e arte diaboliqua, o que quanto a mim nam ha duvida»! (3) Mal se atreve a descrever o que viu, diz, com mêdo de o leitor o não acreditar Mas, apesar disso, procura fazê-lo. A rocha

(1) Ibid., pág. 72.
(2) Ibid., pág. 75.
(3) Ibid., pág. 76.

estava cheia de templos e santuários, desde o que fôra edificado na base, «cheio de colunas e de outras obras mais que espantosas» (1), até ao cume, situado a 930 passos. Ofegante e maravilhado, D. João subiu um lanço de escadas «tam ingreme que casi parece sobir ao ceo», vendo dos dois lados uma sucessão «assim como casas, porticos, cisternas, capelas, patios, todos lavrados per dentro do penedo» (2). Emquanto subia, contou 83 salas, uma delas com 40 passos de comprido e 20 de largo. Outras poderiam ter abrigado 100 homens, sendo tôdas «mui altas e espaçosas» (3). Além delas, havia 15 capelas ricamente esculpidas, e 32 cisternas excavadas na rocha e cheias de água deliciosa. Os pórticos eram 56, ornamentados de esculturas e de belas inscrições. Havia mais três lanços de escadas abertas na mesma rocha, cada um dêles com trabalhos semelhantes de ambos os lados, «de modo que dentro deste penedo he duvida se podemos dizer que he edeficada huma vila se huma cidade; porque certamente que pelo seu interior ha larguo gasalhado pera sete mil homens. E as sobidas per todalas partes sam tam ingremes e deficultosas que he cousa insofrivel». (4) A parte voltada ao norte era a maior de tôdas—uma montanha feita de uma única rocha. Era também excavada de templos e de santuários. «Deve ser cousa grande e manifiqua» (5)—suspira D. João, mas não tem tempo nem fôlego para ver mais.

O dia 20 de Dezembro encontrou a armada em Baçaim, excelente pôrto cedido aos portugueses em 1534 pelo Sultão de Cambaia. Não podia encon-

(1) Ibid., pág. 77.
(2) Ibid., pág. 79.
(3) Ibid.
(4) Ibid., pág. 80.
(5) Ibid., pág. 81.

trar-se melhor abrigo para os navios durante a monção, sendo a terra circunvizinha «grandemente fertil e viçosa» (1), apesar de estar pela maior parte debaixo de água durante a estação das chuvas.

Por tôda a parte se viam árvores, nota D. João com satisfação, e à sua sombra havia grandes tanques de água — «obra certamente notavel e sumtuosa» (2) — mas êle interessava-se mais pelos obeliscos naturais, que estavam situados em uma pedreira, em frente de Baçaim. «Estes obelisquos sam infenitos em numero e estam postos com tal ordem e concerto que parecem naturalmente huns orgãos». Alguns tinham quatro faces, outros cinco, outros eram octogonais, e «cada huma destas sortes he tam polida e prefeita que parece serem lavrados, por mãos de Fidia... Todos estes obelisquos estam em pe e muito direitos, huns com os outros apegueados, porem cada hum he por si inteiro sem nacer e proceder de outro.» (3)

É claro que D. João os mediu e achou ser de nove palmos a média da circunferência, mas não pôde verificar qual fôsse o comprimento total de cada bloco — «O que deles parece em cima da terra he comprimento de 13 covados até 16; mas per muitas congeituras e sinais pode bem tirar cheguarem per baxo da terra até o andar do mar; o que sendo assi o menor obelisquo destes terá 60 covados de comprido.» (4)

¡É estranho, pensa êle, que ninguém se preocupasse com investigar isto! Estes obeliscos tinham todos os indícios de serem visitados pelo homem, mas não com o intuito «de contemprar tamanha obra

(1) Ibid., pág. 110.
(2) Ibid.
(3) Ibid.
(4) Ibid., pág. 111.

da natureza mas quebrarem pedra deles pera fazer casas»! (1)

Um vandalismo dêstes origina uma das suas explosões de indignação. «Ó vergonha e grande cobiça dos homens, que por aver estas desaventuras dos metais cavam tanto a terra que lhe tiram fora as tripas, derribam grandes outeiros, abaxam asporas e altissimas serras no andar e olivel dos campos, e não contentes de estragarem tanto a terra rompem e furam pelo mar por averem huma perla com grandes danos e perigos de suas vídas, e pera esculdrinhar huma obra tam maravilhosa da natureza são tam timidos e preguiçosos! Ora já que nam somos pera saber o comprimento destes obelisquos porque os quebramos? Nam nos abasta sermos pouco coriosos dos portentos da natureza que inda lhe apaguamos suas obras? Seja assi; nam nos ponhamos a nenhum trabalho por ver e contemplar estas e outras maravilhas, porem nam lhe sejamos contrairos, já que nam queremos pregoar tantos e tam altos misterios como nos mostra em todo lugar, nam nos encubramos e dessemulemos»! (2)

Foi no dia de Ano Novo que a tempestade rebentou. Uma forte nortada levantou-se de madrugada, mas às 8 horas aumentara com tal fúria que «começamos a nos ver em trabalho e opressão» (3).

As galés tinham colhido as velas, e ao meio-dia «o vento era tanto e o mar tamanho que nos queria comer...» (4) D. João deu ordem para limpar as cobertas e preparar tudo para uma noite tempestuosa. À hora de Completas ouviram-se gritos angustiosos acima do ruído da tormenta, vendo-se dois

(1) Ibid.
(2) Ibid., págs. 111 e 112.
(3) Ibid., pág. 129.
(4) Ibid.

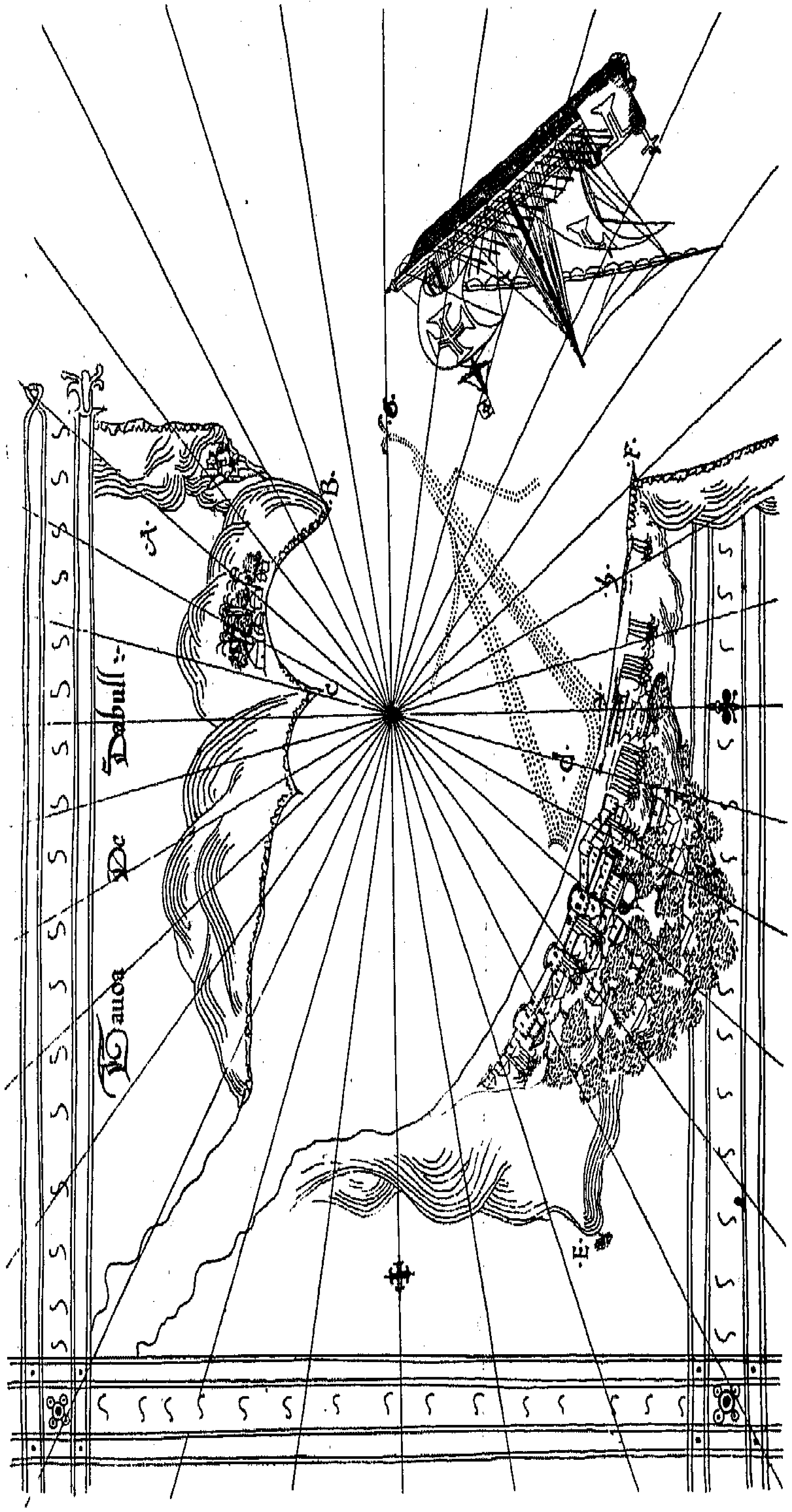
homens agarrados a um remo e a levados pelas águas. D. João mandou pairar a sua galé e procurar salvá-los, «mas ou que o seu fado era mais poderoso que minha deligencia, ou que já eram riscados do livro onde a vida de cada hum tem o seu numero certo, por qualquer cousa que fosse, eu nom os pude salvar, polo que tornei a fazer o caminho do Susueste» (1).

Viu-se outra galé arrastada, com as velas em farrapos e, sem dúvida alguma, condenada. A de D. João de Castro, já então quási submersa, não estava em condições de prestar auxílio. Como sobreveio a escuridão enquanto o vento crescia de violência ruïdosa, o navio, ao sabor das ondas, metia tanta água que «deficilmente se podia julgar se andava a galé em cima do mar se de baxo.» (2) No pequeno quarto de alva, a imagem da Virgem caíu com grande fragor no convés, e em todos os corações principiou a desvanecer-se a esperança, «parecendo que nos começava já a desamparar o devino favor.» (3)

Às 2 horas «dixe eu ao piloto que sentia vir per popa hum grande rumor e bramido, como que algum mar mayor dos costumados nos vinha cometer. Acabado de lhe dizer estas palavras veio ho espantoso e cruel mar e arrebatou ho batel e deu com ele tamanha pancada na popa da galé que cuidamos que era feita em migalhas». O leme ficara em pedaços e «loguo amainamos a vela e a esperança que ainda avia em nós, e fiquou a galé de mar em traves, de que ela era muito trabalhosa, a fora muito velha.» (4)

De madrugada o vento despedaçou a vela grande; «certamente que se tal acontecera de noite que a cousa fora de todo acabada, mas Nosso Senhor

(1) Ibid., págs. 129 e 130.
(2) Ibid., pág. 131.
(3) Ibid.
(4) Ibid., pág. 132.



O Porto de Dabul — do «Roteiro da Costa da India, desde Goa até Dio», por D. João de Castro

ordenou como se tornasse a tomar com grande fadigua nossa.» (1)

O timão quebrara-se, mas um hábil genovês conseguiu arranjar outro leme. E assim conseguiram atravessar todo o tormentoso dia, chegando ao pôr do sol em frente de Dabul.

Encontraram ali dois navios já ancorados, por êles sabendo que a galé comandada por D. Álvaro, filho do Vice-Rei, soçobrara ao largo do pôrto. Ninguém sabia se havia sobreviventes, pelo que D. João entrou no pôrto em busca do sobrinho. Encontrou o rapaz são e salvo em terra, com a maior parte da tripulação do navio, e «certo que – diz D. João – nam me lembro sentir outro mayor prazer nesta vida.» (2)

A galé que êle vira com as velas rôtas também se perdera, mas todos os homens de bordo haviam sido salvos graças a D. Cristóvão da Gama, que pudera aproximar-se no seu galeão «fazendo todo inteiro ofício de capitam e marinheiro.» (3)

O Vice-Rei acolhera-se a Danda, mais adiante, onde D. João de Castro se lhe juntou dias depois.

A armada retomou o seu caminho, dirigindo-se ainda vagarosamente para o norte, e D. João teve tempo de fazer novas observações. Estudou as correntes junto da costa e descreveu as manchas côr de sangue que flutuavam nas águas limosas do gôlfo de Cambaia.

A 8 de Fevereiro, à tarde, a armada ancorou em frente da «nobre e guerreira Cidade de Diu.» (4) D. João viu pela primeira vez essa fortaleza insular tão disputada, destinada a desempenhar tão importante papel na sua vida.

---

(1) Ibid.
(2) Ibid., págs. 133 e 134.
(3) Ibid.
(4) Ibid., pág. 214.

Guerreira era com certeza, e mostrava ainda as suas cicatrizes. António da Silveira levou com orgulho o Vice-Rei à volta da fortaleza que pouco mais era do que ruínas. Nos muros abriam-se grandes brechas, largas como ruas, tal como a artilharia turca as deixara.

Mas Solimão Paxá retirara de verdade, ninguém sabia para onde. Uns diziam que se fizera eremita, outros que o Sultão o mandara prender. A sua esquadra estava a salvo, por trás do Babelmândebe. Em Dio nada mais havia que fazer senão felicitar os vencedores e reparar os estragos. D. Garcia ficou ali durante dois meses, reconstruindo as muralhas e negociando a paz com Cambaia, e D. João de Castro fêz um desenho do forte, sondou a barra e estudou as marés equinociais.

Saíram de Dio a 24 de Março, a viagem de regresso levando apenas cinco dias! «Á meia noite sorgimos na barra de Goa, onde achamos o Viso-Rei com toda ha armada. Nosso Senhor seja sempre louvado: onde se acabou nossa viage e este livro.» [1]

Todos diziam que o cruzeiro de D. Garcia fôra demasiado tardio para ser de qualquer utilidade. Foi uma demonstração de poderio naval e um «gesto», mas nada se lucrou com isso a não ser um tratado pouco satisfatório com Cambaia.

O que ficou de mais valioso foi aquilo de que então pouco caso se fêz. O *Roteiro de Goa a Dio*, de D. João de Castro — ilustrado, pormenorizado e minuciosamente exacto — é a primeira descrição cuidada e científica daquela costa.

---

(1) Ibid., pág. 230.

Capítulo VIII

Impressões da Índia

Durante os meses chuvosos da monção, enquanto a armada jazia ociosa junto dos cais e o exército do Vice-Rei estava nos quartéis de inverno, D. João de Castro aprendeu a conhecer bem Goa.

A encantadora cidade híbrida estava situada à sombra de duas colinas, entre o rio e uma lagoa de água doce. Sob as suas palmeiras ondulantes, os velhos palácios dos Reis indianos viam-se ao lado de igrejas e mosteiros cristãos, e casas manuelinas junto de habitações indígenas. Uma população heterogénea enchia as ruas, em que os canarins de pele escura se misturavam com os soldados brancos do Ocidente, com mercadores chineses, negociantes árabes, javaneses e judeus e pálidos mestiços jovens, produtos dos casamentos mistos de Albuquerque.

Vinte e nove anos após a conquista dos portugueses, a cidade do Idalcão aumentara e transformara-se, a ponto de se tornar irreconhecível. O brilhante esplendor de uma côrte oriental desaparecera, mas o horizonte ampliara-se. Goa tornara-se grande no passado como pôrto principal do Decão, centro do comércio de cavalos com Ormuz e a Arábia; agora era, porém, a capital de um Império marítimo, que se estendia de Moçambique às Molucas.

E Goa foi a mais antiga experiência de colonização europeia no Oceano Índico. Em 1539 o período de transição não terminara ainda. Havia ali uma dúzia de raças dentro do cadinho — as virtudes e os vícios da Europa e do Oriente, misturavam-se à vista de todos, e, claro está, contaminando-se mùtuamente.

Por desgraça, o vício é mais infeccioso do que a virtude, e, por depoimentos contemporâneos, sabemos que Goa era muito viciosa.

Dois elementos distintos compunham a população. Havia os residentes, que consistiam na sua maioria de indígenas, e de grande número sempre crescente de mestiços, e uma minoria de europeus puros – os «casados» como lhes chamavam, portugueses que tinham querido casar e ficar na Índia. Noutro tempo apenas o tinham sido com mulheres orientais, mas à medida que os anos se passavam e se alcançava certo grau de segurança, a mulher branca começava a aparecer em Goa.

As primeiras a irem eram passageiras clandestinas – algumas cortesãs aventureiras, esperançadas em ganhar bom dinheiro no Oriente, onde os homens dispunham à vontade de riquesas ganhas e perdidas com rapidez. Quando Vasco da Gama foi para a Índia como Vice-Rei em 1524, encontrou várias sereias destas a bordo dos seus navios. Como era homem austero, mandou açoitá-las, tendo esta violência levantado uma tempestade de protestos. A mulher branca era tesouro tão caro que, apesar do seu passado vergonhoso, as prostitutas encontraram logo casamento honrado.

A seguir a elas, as suas irmãs honestas foram a pouco e pouco, e uma de cada vez. As damas nobres raras vezes eram levadas para a Índia pelos maridos. Mas de vez em quando chegava algum fidalgo com a mulher; sabe-se que havia mulheres desejosas de seguirem os maridos até lá, e mais de uma vez grupos de pobres raparigas de boa família – chamadas «órfãs de El-Rei» – foram mandadas por D. João III para casarem em Goa.

Misturadas com todos os habitantes, que exerciam as suas profissões e viviam e morriam junto do Mandovi, havia a populaçâo flutuante dos soldados da Índia. Chegavam todos os meses de Setembro, uns mil, pouco mais ou menos, colecção variada de heróis, rufiões, cavaleiros nobres, filhos segundos sem dinheiro e aventureiros fanfarrões. Fazendo mesuras, namorando, praguejando, fazendo barulho, resmungando, andavam pelas ruas, à espera da estação sêca em que o Governador os levaria à guerra. Os pobres comiam à mesa dos fidalgos mais ricos, os quais tinham orgulho em reünir em volta da sua mesa grande número de comensais. Quando os tempos corriam maus, e não era possível manter êsse estado feudal, os soldados pobres viam-se reduzidos a mendigar e a roubar. Raras vezes a Coroa punha de lado fundos para lhes pagar o mantimento – o Erário real não chegava tão longe. Todos os funcionarios, civis ou militares, a começar com o Governador, eram pagos em atraso. Se não podiam equilibrar-se com os honorários regulares, tinham de lançar mão daquilo que podiam apanhar. ¡Na Índia havia, evidentemente, lucros a fazer, sôbretudo se se não possuíam escrúpulos!

A tentação devia ser muito forte. Por um lado havia o Oriente pletórico, onde nos mercados brilhavam pérolas e rubis, onde magnificentes Príncipes, Vizires, Sátrapas, mercadores indianos, todos recebiam peitas e peitavam em larga escala, passando os tesouros constantemente de mão em mão. Por outro lado, vemos uma multidão de funcionários necessitados e filhos segundos sem dinheiro – com o pré sempre em atraso e numerosos parentes pobres em casa à espera. A natureza humana não seria humana, se a corrupção não fôsse o resultado disto. Todos, exceptuando os caracteres mais fortes, sucumbiam de qualquer modo.

A Índia passou a considerar-se como uma espécie de Eldorado para explorar. Albuquerque pre-

vira-o e também o receara. D. João de Castro — êsse homem que desprezava a riqueza — devia ter-se sentido cada vez mais espantado com a cupidez do homem.

Para êle a Índia era um lugar muito dispendioso. Escrevendo ao Rei, dizia: «Eu, Senhor, vim Rico a esta tera e estou pobre. Sou muyto cobiçoso de natureza e mal emcrinado, porẽ faltame abilidade pera ganhar dinheiro e imdustria pera executar mynha comdição.» [1]

Em 1539, o ouro e a prata do Eldorado não eram fáceis de encontrar por meios honestos. Não havia, com certeza, nenhum em qualquer sector do govêrno, «para armar quatro fustas — escreveu D. João ao infante D. Luís, em uma das cartas anuais que lhe enviava — não ha possibilidade. Pois para pagar soldos ou mantimentos! Ja somos desenganados! Polo qual a gente anda como pasmada e fora de si... O que me faz muitas vezes conjecturar na grande força e espantosa desprovidencia dos portuguezes, os quaes em espaço de quarenta anos poderamesgotar as riquezas da India, as quaes pareciam sobrepujarem as forças dos humanos em muitos mundos.» [2]

Era certo que o Rei mandava cinqüenta ou sessenta mil cruzados todos os anos para as despesas da Índia, «cousa grãdisyma e espantosa se bem a estimarmos — diz D. João —... em quẹ rezã esta mãdarẽ dinheiro a hũa tera cheia de minas douro e de prata e de pedras preciosas, omde os matos sam cheos darvores de canela e de pimẽta e de todalas drogas desejadas dos omẽs?» [3].

(1) Carta de D. João de Castro a el-Rei, do ano de 1539. Tôrre do Tombo. *Colecção de S. Lourenço*, vol. fól. 123.

(2) Carta de D. João de Castro para o infante D. Luís. 30 de Outubro de 1540. Publicada em *O Instituto*, vol I. pág. 354.

(3) Carta de D. João de Castro ao infante D. Luís. Tôrre do Tombo *Col. de S. Lourenço*, vol. v. fól 113.

É claro que alguém tinha a culpa. Na opinião de D. João chegou-se a êste infeliz estado de coisas por causa dos funcionários mal escolhidos que mandaram para a Índia. Os regimentos, com que êles iam providos, não podiam ser melhores — indivíduos de autoridade da Metrópole não tinham poupado tempo ou esforços para os elaborar. Todavia, ¿para que servia confiar tais documentos a funcionários incompetentes ou desonestos? O melhor regimento do mundo nada pode quando pôsto em execução por um homem mau, ao passo que um funcionário honesto e activo, com um mau regimento, ou mesmo sem nenhum, fará bem com certeza.

As observações de D. João eram justas, mas a origem de todos êstes males de então provinha de o Rei ter pouco por onde escolher. Êle tinha de tirar todo o proveito daquilo de que dispunha — bom, mau ou misto. Tudo revertia ao mesmo ponto — o potencial humano, que no tempo de D. João III começava a rarear. Após os dias gloriosos da expansão febril, a maré baixara, as fôrças vitais da raça estavam a esgotar-se. Durante quarenta anos o sangue da nação correra para a Índia. Era como deitar baldes de água no mar, além de que quarenta anos é tempo demasiado para uma Nação pequena agüentar êsse esfôrço.

O próprio D. João de Castro podia ver o que estava a passar-se. «A India — dizia êle — não somente é bastante de sumir a gente de Portugal mas quanta há em toda a Europa!» [1]

Todos os anos alguns milhares de homens caíam lá, dispersando-se e desaparecendo em territórios que iam da Arábia ao Japão. O Gôlfo Pérsico, o Coromandel, Ceilão, Bengala, Malaca, as Molucas e a China

(1) Carta de D. João de Castro ao Infante D. Luís. 30 de Outubro de 1539, publ. em *O Instituto*.

—todos tinham os seus entrepostos comerciais ou fortalezas para guarnecer. Quando um Vice-Rei ou um Governador precisava de reünir fôrças, nunca podia juntar mais de uns dois mil homens, e ainda assim êstes «sem capitãis, nẽ desceplina, ordem, comcerto nem obediencia», [1] disse D. João.

Daqueles de quem se podia dispor, a doença cobrava pesado imposto: «morrem infinitos» [2], afirma êle ao infante D. Luís. Durante a segunda estação das chuvas que passou em Goa, no hospital contaram-se setecentos mortos.

Os primeiros dois anos de D. João na Índia não se caracterizaram por acontecimentos de relêvo. Foi a Calicute com o sobrinho, filho do Vice-Rei, para celebrar um tratado com o Samorim. Parece que fêz segundo cruzeiro ao longo da costa indiana e escreveu outro livro a respeito dêle, obra infelizmente perdida. Sabemos que começou também uma Cosmografia, mas também essa desapareceu. Estas distracções científicas eram naturalmente a sua principal consolação nessa época, pois tôdas as cartas indicam que D. João não se sentia feliz no Oriente.

Isto não é de surpreender. Aquela não era a Índia que êle sonhara em rapaz, nos tempos heróicos de Albuquerque, em que, com chefe tão grande e incorruptível, havia administração limpa, e se suprimiram os aventureiros sórdidos, ao mesmo tempo que as guerras se faziam com glória e a paz se assinava com honra. Que via D. João de Castro? Glória militar, certamente—a defesa de Dio demonstrava mais do que bastava a êsse respeito—diante do inimigo o velho heroísmo manifestava-se; mas, quando

(1) Carta para o infante D. Luís, 29 de Outubro de 1539. *Col. de S. Lourenço*, vol V, fól 113.
(2) Carta para o infante D. Luís, 30 de Outubro de 1540. Publicada em *O Instituto*, vol. I, pág. 354.

faltava a coacção das grandes emergências, por tôda a parte se manifestava a desordem e o egoísmo. A Índia, para onde se mandavam todos os elementos desordeiros de Portugal, requeria mão de ferro a governá-la. D. Garcia não era o homem capaz de o fazer. Segundo o seu leal cunhado, fêz tudo quanto pôde; «Pera isto cada dia lhe cresce a vontade mas vam lhe faltando as forças e sobejando muyto os anos» [1].

Os anos de 1539 e 1540 foram época de calamidades por tôda a Índia, com a peste e a fome a devastarem a terra inteira. A oriente de Goa, no reino de Bisnaga morrera um têrço da população. Pais haviam comido os filhos, e, em certas cidades e aldeias, os desesperados juntavam-se em grupos que se lançavam aos lagos e aos rios para se suicidarem.

Na fértil costa ocidental e no norte, a fome era menos aguda, mas as condições pouco mais felizes. O reino de Cambaia via-se devastado pela guerra civil; em Dio lavrava a revolta e havia luta; em Baçaim, os guzarates atacavam os portugueses; Goa enchia-se das lamentações dos que não recebiam paga; os capitães de tôdas as fortalezas pediam dinheiro em altos brados; no rio a armada apodrecia à chuva; no seu palácio, o Vice-Rei jazia na cama: «adoeceo de velhice e das importunações e fadigas dos homẽs» [2], segundo o fiel D. João. Sofria de desinteria e, nos seis meses seguintes, foi de mal a pior.

O mesmo lhe aconteceu ao génio. Quási tôda a gente está de acôrdo em que D. Garcia era então

(1) Carta de D. João de Castro ao infante D. Luís. Tôrre do Tombo. *Col. de S. Lourenço*, vol. V, fól. 113.
(2) Carta de D. João de Castro ao Infante D. Luís. 30 de Outubro de 1540. Publicada em «*O Instituto*», loc. cit

positivamente perigoso. «São velho e ja não posso fazer nada... naom macho bẽ nesta terra nem tenho ja a desposyção nem forças para tanto trabalho» [1], escrevera êle desalentado ao Secretário do Rei. A ser assim, não devia fazer dificuldades a que outros tomassem conta do encargo. Mas êle não queria delegar a autoridade em ninguém, nem sequet consentia que lhe fizessem qualquer sugestão.

E entretanto, na Côrte do Sultão, Solimão Paxá apresentava-se como herói. Nada tinha de verdadeiro o boato de se ter feito eremita ou andar fugido. A sua fuga de Dio não o apeara. ¡Longe disso – segundo o Paxá – ela fôra uma triunfante retirada estratégica! O valor dos defensores de Dio nada perdeu no relato de Solimão. ¡Apesar de formidáveis inimigos como eram, êle defrontara-os no campo, infligira-lhes pesadas perdas e arrazara-lhes a fortaleza! ¡O Vice-Rei estava prestes a partir com reforços – três esquadras e vinte mil homens – mas como Solimão alcançara todos os seus objectivos, afastara-se com felicidade, retirando com a esquadra intacta e sem ser visto pelo inimigo! Um propagandista moderno não poderia ter feito melhor. Solimão Paxá fêz um figurão em Constantinopla, e insistiu com o amo para mandar fazer em Suez uma esquadra com vista a voltar ao Oceano Índico.

Tal era a história contada em Goa pelos fugitivos e mercadores de Ormuz. Em Suez estavam a construir-se e a reparar-se galés. ¡Daí a pouco estaria pronta uma poderosa esquadra, dizendo alguns que seria comandada por Barbarroxa! [2].

Parecia impor-se uma acção de qualquer espécie.

---

(1) Carta de D. Garcia de Noronha para o Secretário. 29 de Outubro de 1539. Tôrre do Tombo. *Corpo Cronológico*. Parte I. Maço 66. Doc. 12.

(2) Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, vol. IV, pág. 111.

A armada indiana estava ao abandono: «as galés e galeotas – escreve D. João – sam tam velhas e mal repayradas, que nehũa delas he pera atravessar golfão... os outros navios sam pouquos e estes alquebrados e quassi podres» [1]. Tentou chamar a atenção do Vice-Rei para êste estado de coisas – ao que parece com mau resultado: «ele se pôs a todo o rysquo a lhe fazer lembrança do que comprya o servyço de Vossa Alteza – escreve o jovem D. Cristóvão da Gama – a qual lembransa a ele lhe custou qaro»! [2].

D. Garcia estava realmente muito mal. Tratava desabridamente quem quer que dele se aproximasse. Os fidalgos juntaram-se para lhe pedirem que nomeasse um substituto, respondendo êle:

– «Seja Governador D. Alvaro meu filho, e nom seja outrem ninguem». [3]

D. Álvaro de Noronha era muito novo para assumir o comando; ninguém o aceitaria. Assim continuou tudo numa suspensão incómoda, aguardando-se e esperando-se a morte do Vice-Rei. Entretanto ninguém sabia o que havia de fazer. Faziam-se reüniões e tomavam-se resoluções. Discutiu-se abertamente a sucessão. Um cavaleiro, D. Pedro de Castelo-Branco, certo de ser êle o Governador escolhido, recusou-se a partir para a sua capitania de Ormuz.

D. Garcia, sabendo de certeza o que se passava, parece que se divertia sardònicamente, mandando dizer a D. Pedro «que lhe pesaria de perder o passaro que tinha na mão polo que cobiçava tomar; que não aguardasse sua mortalha, porque poderia ser

---

(1) Carta de D. João de Castro para el-Rei. Tôrre do Tombo *Col. de S. Lourenço*, vol. V, fól. 123.

(2) Carta de D. Cristóvão da Gama a el-Rei, cit. pelo Cardeal Saraiva. Vide *D. João de Castro*, de Jacinto Freire de Andrade, nota III.

(3) Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, vol. IV, pág. 112.

que seus sonhos lhe sayrião em vão» ([1]). D. Pedro protestou desastradamente que nada estava mais longe do seu pensamento; que esperava que o Vice-Rei vivesse muitos anos, e que só adiara a partida para Ormuz para poder ter o prazer de poder ir com êle contra os turcos. «O Visorey lhe mandou dizer que elle entendia bem o falar francês que lhe mandava; que logo se partisse ([2]).

As semanas iam passando e nada se fazia D. Garcia deperecia com rapidez, cada dia mais feroz Quando se sentiu fraco de mais para assinar uma sentença de morte, obrigou o criado a guiar-lhe a mão. Todos diziam que o condenado estava inocente, todos pedindo o perdão dêle. Solicitaram a intervenção do Bispo de Goa na esperança de que o conselho espiritual abrandaria o coração do Vice-Rei.

O Bispo disse-lhe que êle se encontrava muito doente, devendo confessar os pecados e além disso, preparar a sua alma.

– «Eu bem sei porque me convidaes com a confissão – respondeu o doente suspeitoso. – Eu o farey quando me comprir» ([3]).

Discutiram acaloradamente, e o Bispo retirou-se, jurando que se o Vice-Rei morresse sem os sacramentos, se recusaria a enterrá-lo em sagrado, repetindo a ameaça aos filhos de D. Garcia, acentuando que seria uma vergonha para êles que o corpo do pai fôsse para «o monturo.»

Os jovens ficaram alvoroçados. Pediram ao pai que confessasse os pecados com humildade e os salvasse da desonra. Insistiram por que mandasse imediatamente chamar o capelão. Por fim D. Garcia confessou-se

([1]) Ibid., pág. 114.
([2]) Ibid.,
([3]) Ibid., pág. 117.

Esperando encontrá-lo um pouco mais brando, o Bispo pediu-lhe então que poupasse o prêso.

– O quê? Então êle ainda está vivo?–exclamou D. Garcia. – Enforquem-no já e debaixo da janela!

A execução efectuou-se naquela manhã, e no mesmo dia, à noite, D. Garcia morreu. A sua morte foi chorada por muito poucos. Até o leal D. João de Castro, ao referir-se-lhe, não mostrou tristeza. Os filhos do Vice-Rei tiveram a satisfação de ver o pai enterrado com tôdas as honras na Catedral, e a seguir os fidalgos reüniram-se no mesmo edifício sagrado para saber quem seria o sucessor. Nenhum sabia qual dêles seria escolhido pelo rei. As «sucessões da Índia» eram segrêdo de Estado, mandado pela Chancelaria real, para ser mantido inviolável, selado e fechado.

Os fidalgos sentaram-se em bancos no meio da igreja. O Vedor da Fazenda e o Secretário estavam em frente dêles. O Vedor abriu solenemente um pequeno cofre de onde retirou um saquinho, cosido e amarrado com cordas e selado com o sêlo real, sôbre o qual estava escrito: «Socessões da India por El Rey nosso Senhor» ([1]).

Entregou o saco ao Secretário, dizendo:

– Mostrem-no a todos os cavaleiros presentes para êles verem e examinarem, com os seus próprios olhos que não foi violado.

Gravemente, o saco passou de mão em mão, ficando cada um satisfeito com ver que estava selado e intacto. O Secretário lavrou a acta do caso, assinando os doze principais fidalgos.

Então o Secretário cortou a corda e desfez os pontos que fechavam o saco, tirando de lá três cartas, tôdas do mesmo formato, seladas nos quatro cantos

([1]) Ibid., pág. 118.

com o sêlo real e com a assinatura do Rei por cima. Escolheu a que dizia: «A primeira socessão de governador que será da India, que se nam abrirá senão sendo primeiro fallecido dom Gracia de Noronho Vyso Rey» (1). Esta carta passou também por tôdas as mãos para todos poderem reconhecer a assinatura. As outras duas voltaram para o saco, que foi atado mais uma vez, selado com as armas da cidade e fechado no cofre.

Entre o silêncio de espectativa o Secretário quebrou os sêlos e levantou a carta ao alto para todos poderem ver.

—¿Alguém conhecia qualquer impedimento à sua abertura?—preguntou.

Todos disseram que não. A carta foi aberta e o Secretário leu em voz alta:

«Dom João por graça de Deos Rey de Portugal e dos Algarves, senhor de Guiné, e da conquista navegação, comercio d'Etiopia, Arabia, Persia e da India, et caetera, faço saber a todolos capitãis das minhas fortalezas da India e cavalleiros e fidalgos, e gente d'armas meus vassallos e naturaes, officiaes de justiça e fazenda, que nas partes da India me andaes servindo, que a mim apraz e hey por meu serviço, e vos mando, que sendo fallecido d'esta vida presente dom Gracia de Noronha Visorey, vós obedeçaes em todo e per todo muy lealmente, como a minha real pessoa, a Martim Afonso de Sousa, que me lá anda servindo, que eu por esta carta sómente faço governador da India, porque eu n'elle confio que me nello servirá bem e fielmente» (2).

Todavia o dito Martim Afonso encontrava-se então em Portugal, e não podia regressar antes de

(1) Ibid., pág. 119.
(2) Ibid.

dois anos. Portanto, teve de tirar-se a segunda carta do saco, sendo aberta com o mesmo cerimonial.

A segunda escolha do Rei fazia-se em D. Estêvão da Gama, filho do descobridor da Índia e irmão do jovem admirador de D. João de Castro.

—«Dou muytos louvores a Nosso Senhor—ouviram murmurar o Vedor—porque em duas sucessões que se abrirão se nam achou nomeado dom Pedro de Castello Branco» (1).

A nova nomeação agradou a todos. D. Estêvão era enérgico, agradável, generoso, rico e jovem—parecia ser tudo aquilo que D. Garcia não havia sido.

Foram buscá-lo com alegria e trouxeram-no para a igreja, onde o Bispo e o clero o benzeram com água benta. Diante do altar-mor jurou desempenhar bem e fielmente o seu cargo, servindo Deus e o Rei com consciência limpa, fazendo justiça a grandes e a pequenos, a mouros, gentios ou estrangeiros, para conservação do domínio do Rei e bem-estar da Índia.

Assim foi D. Estêvão da Gama investido naquilo que D. João de Castro chamou «perigozissimo e tormentoso cargo» (2).

Mal sabia êle que por pouco lhe escapou. A terceira sucessão trazia o seu nome—honra que não lhe teria causado satisfação.

Daquela vez D. João de Castro estava cansado da Índia—cansado do calor úmido e das chuvas intermináveis, das questões, dos murmúrios e dos rebates falsos. Êle já se sentia velho e gasto, ansiando pela paz silvestre da Penha Verde; «vymtanos tenho gastados em seu serviço—escreveu a El-Rei—os milhores e mais estimados da vida, por amor de d^os e em paguo destes trabalhos peço a vosa A. que

(1) Ibid., pág. 120.
(2) Carta de D. João de Castro para o infante D. Luís. 30 de Outubro de 1540. *Loc. cit.*

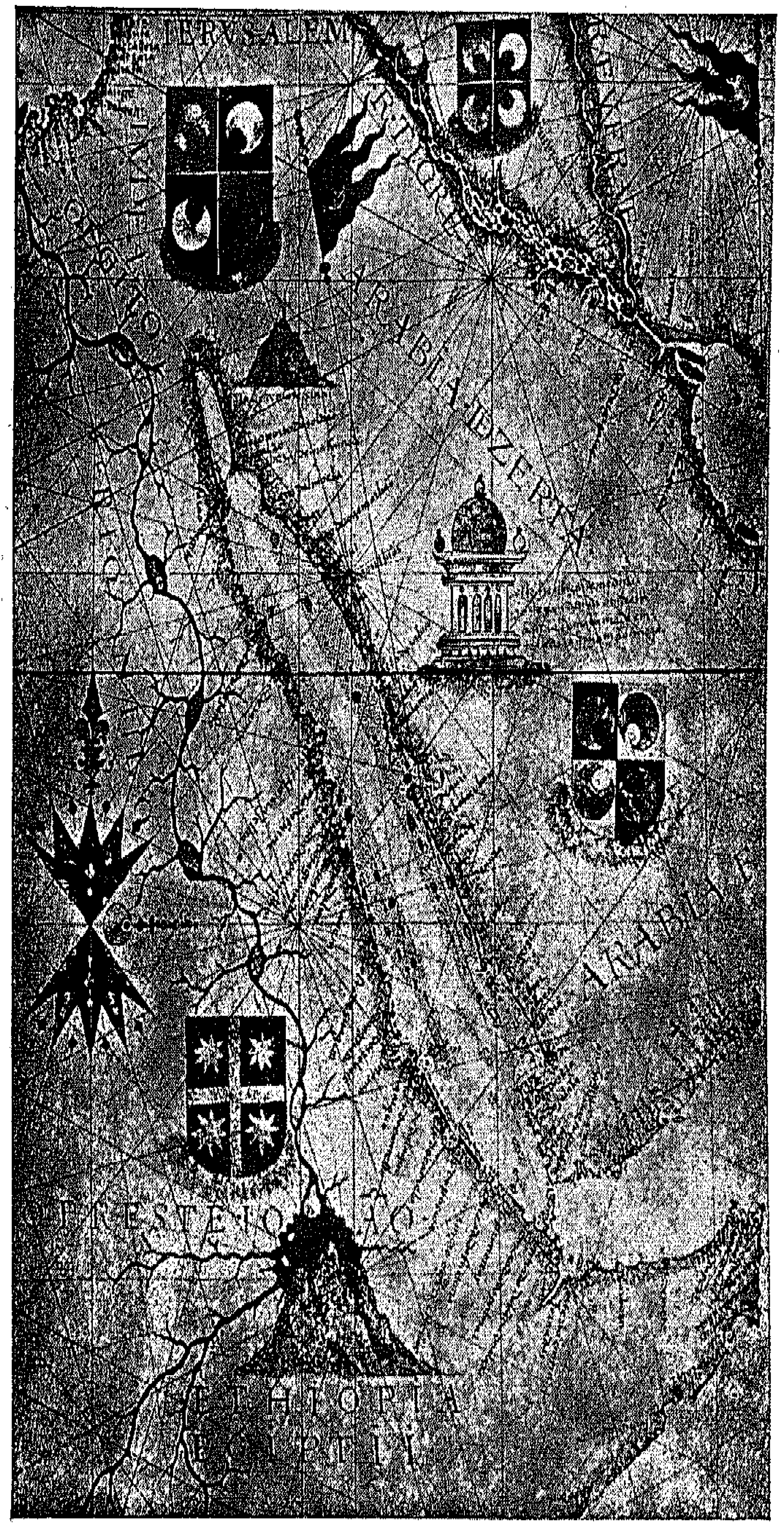
me de liçença pera me hir desta terra caminho de portugal, a fazer vida com minha molher e filhos e ha acabar estes breves e perturbados dias que me fiquam por pasar na serra de Simtra». [1] É uma nota um pouco pessimista, da parte de um homem que tinha apenas 40 anos, mas o clima de Goa é deprimente durante a monção, e D. João sentia-se talvez doente.

Fôssem quais fôssem os seus sentimentos nesta época, êle não mostrou falta de entusiasmo pelos deveres do momento.

D. Estêvão da Gama, resolvido a ir ao encontro dos turcos e a batê-los, trabalhava a tôda a pressa para preparar a esquadra do Mar Vermelho, e D. João de Castro animava-lhe o coração e a alma. Segundo D. Cristóvão, gastou tudo quanto tinha, e talvez o que não tinha, em equipar o seu navio e uma fusta para a exploração do Mar Vermelho. «Certefyquo a Vossa Alteza que mays merecem estes dous anos que ho qua servyo – escreveu o jovem entusiasta do herói –, que dez doutrem muyto bem servidos... a maneyra de seu vyver he tam necesarya qua, quomo as pregasois» [2].

Sob o vigoroso comando de D. Estêvão, os estaleiros formigavam de galés e galeões em reparação, a serem equipados e aprontados para um longo cruzeiro no ano imediato. As más-línguas deviam sentir-se satisfeitas, mas essa espécie não tem cura. No tempo do Vice-Rei, «se um homem se topava com outro – escreveu D. João ao infante D. Luís –, em lugar de o salvar, fazia grandes caramunhas que se perdia a India por não ir o vice-rei a Suez queimar

(1) Carta de D. João de Castro para El-Rei. Tôrre do Tombo. *Col. de S. Lourenço*, vol. v, fól. 123.
(2) Carta de D. Cristóvão da Gama para El-Rei. Cit. pelo Cardeal Saraiva, *ob. cit.*, loc. cit.



Mapa do Mar Vermelho — reproduzido do Portolano de Fernão Vaz Dourado (cerca de 1570)

estas galés... agora dizem que se perde a India, porque vão lá. A ida me parece mais obrigatoria» [1].

Mas depois disso, «se me Deus traz vivo deste caminho – dizia êle ao Infante – na primeira embarcação que achar irei para Portugal sem cousa deste mundo m'a poder estorvar, salvo virem turcos a India» [2].

Capítulo IX

De Goa a Suez

Correndo à frente de uma rija brisa do norte, o galeão *Coulão* cortava as ondas verdes do Oceano Índico. Gaivotas voavam em redor do mastro, e no convés uma pequena ave terrestre, vinda não se sabia de onde, saltitava, partilhando sem receio das rações dos marinheiros.

D. João de Castro, à pôpa, ao lado do seu pilôto, observava o ângulo do sol: $56\frac{1}{2}$.º acima do horizonte – «A declinação deste dia era 19. graaos 40 minutos; donde se segue starmos em 14 graaos.» [3]

Novamente vivia aquela vida! A costa indiana ficava muitas léguas para trás. O Oceano, batido do vento coalhado de velas, desenhava o seu vasto circuito em volta de um horizonte limpo e claro. Em frente ficava Socotorá, o Babelmândebe e o Mar Vermelho – essa estrada ondulante, enganadora e deserta que levava a Suez – Suez que nenhum português jamais vira, excepto os que ali haviam sido conduzidos prisioneiros.

---

(1) Carta de D. João de Castro para o infante D. Luís. 30 de Outubro de 1540. *Loc. cit.*

(2) Ibid.

(3) D. João de Castro, *Roteiro de Goa até Suez*, pág. 9.

Pela quarta vez, em quarenta anos, um Governador da Índia levava a sua esquadra ao Mar Vermelho. Durante êsses anos a bandeira de Portugal flutuara altivamente sôbre tôdas as águas indianas. Só o Mar Vermelho continuava ainda por conquistar, com areias ardentes e enseadas desertas a oferecerem abrigo onde as fôrças vencidas do Islão podiam ocultar-se e cuidar das feridas, e onde teriam possibilidade de aglomerar-se um dia para preparar o golpe vingador.

D. Estêvão da Gama estava resolvido a vencer no sítio em que os seus antecessores haviam falhado. Navegaria até Suez e queimaria a armada turca, tendo trabalhado intensamente com êste fim durante os meses seguintes à morte de D. Garcia.

O factor tempo era aqui importante por causa dos ventos dominantes no Mar Vermelho. Na primeira metade do ano levavam todos os navios para Suez, e na outra metade levavam-nos para o Estreito. Tendo em consideração a experiência do passado, D. Estêvão levantou ferro a 31 de Dezembro. Suez poderia assim ser alcançado antes do mês de Maio, em que se calculava mudasse o vento.

D. Estêvão inspeccionou a sua armada. «Mandou concertar muito bem a armada — escreveu D. João de Castro ao infante D. Luís —, e fazer de novo galés e galeotas.» (1)

D. Estêvão tinha energia impulsora e conseguiu levar tudo até final. Para mais, ao contrário dos seus antecessores, possuía fortuna pessoal e estava pronto a despendê-la em favor da coisa pública.

O resultado foi impressivo. Nos fins de Dezembro de 1540 reünira a maior armada que

(1) Carta de D. João de Castro para o Infante D. Luís. 30 de Outubro de 1540. *Loc. cit.*

qualquer Governador jamais conduzira ao Estreito. Vinte e quatro velas haviam composto a esquadra de Albuquerque em 1513. Trinta e oito constituíram a malograda expedição de Lopo Soares quatro anos depois. Em 1520, Diogo Lopes de Sequeira levara quarenta e dois navios a Maçuá. D. Estêvão da Gama ultrapassava-os então a todos, armando oitenta e dois navios para ir ao Mar Vermelho.

Eram êles de vários tipos. Verificara-se que nenhum navio de grande calado poderia avançar muito dentro do Babelmândebe. Os ventos variáveis, os traiçoeiros baixios e os bancos de areia inesperados daquelas águas pouco profundas exigiam navios ligeiros que fôssem, em caso de necessidade, movidos a remo. Por isso, grande parte da esquadra de D. Estêvão constituíam-na fustas e pequenos navios indígenas chamados *catures*. Doze galeões iam providos com a artilharia pesada, as provisões e aprestos para todos os navios mais pequenos. Cada capitão de galeão levava consigo um *catur* ou uma fusta, para onde poderia passar quando os navios pesados não pudessem ir mais avante.

Dois mil homens partiram com a esquadra, escolhidos entre os mais experimentados guerreiros da Índia. Como o sôldo era bom e havia promessa de farto despôjo, a expedição tornou-se popularíssima. Até os residentes de Goa se ofereceram para servir. D. Estêvão escolheu-os com cuidado. Não queria homens casados, nem jovens imberbes, nem velhos de fôrças a declinar. Pagava a tôda a gente antes de partir «cada hum segundo sua calidade», pelo que todos embarcaram «muy contentes . . . e muy louçãos.» (1)

(1) Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, vol. IV, pág. 161.

A largada foi espectaculosa. O Governador e todos os seus capitães e fidalgos assistiram a uma missa de despedida na Catedral, onde um sermão impressionante estimulou os ouvintes. Depois o Bispo, de pontifical, acompanhado por todos os cónegos, com os trajos mais ricos, saíu em procissão até à beira-rio, seguido do Governador e dos seus cavaleiros, resplandecentes nos seus mais belos trajos.

Acompanhados de música, chegaram ao cais junto do qual a esquadra se encontrava fundeada e embandeirada. D. Estêvão ajoelhou e beijou a imagem da Virgem antes de embarcar, enquanto o Bispo abençoava e rezava. A fortaleza deu uma salva imponente, as fustas responderam com a sua espingardaria, e a armada desceu o rio até à barra, pronta para partir no dia seguinte antes da alvorada.

O *Coulão* de D. João de Castro era um dos novos galeões. Com êle seguia um pequeno *catur*, no qual esperava profundar os mistérios do Mar Vermelho. ¡A seu lado seguia o jovem Álvaro, seu filho — feliz rapaz que, aos 15 anos, alcançava o privilégio de ver Suez!

Esta expedição ao Mar Vermelho foi o trabalho mais interessante que D. João fêz desde a sua chegada à Índia. Levava o livro de notas pronto para a viagem, que devia de descrever em latim e em português. Preparara cuidadosamente os instrumentos para as observações; à mão tinha o seu Ptolomeu e outros escritores clássicos, para a identificação dos lugares históricos.

Algas flutuantes e uma serpente que nadava anunciaram a primeira aproximação da terra. A linha recortada das montanhas de Socotorá erguia os seus cumes e as suas pirâmides acima do mar. Ilha isolada, à margem do mundo que dela nada queria senão provisões ou água para os navios que passavam,

Socotorá levava vida àparte. O forte, construído pelos portugueses em 1507, fôra desmantelado havia anos. Os franciscanos vindos por essa altura, já tinham partido. Os simples socotorinos, bela raça trigueira, ainda não perturbada pelo progresso do mundo moderno, apascentavam o seu gado em paz nas colinas perfumadas. Não possuíam cidades, aldeias, reis, magistrados, nem padres. Não lavravam o solo, não pescavam, não navegavam, nem possuíam qualquer espécie de barco. As suas casas eram cavernas ou choças de palha. Alimentavam-se de carne e tâmaras, tendo o leite como única bebida. Cada homem vestia-se com uma tanga, e uma cruz ao pescoço completava-lhe o trajo. Os socotorinos declaravam-se cristãos desde os tempos apostólicos. S. Tomé convertera-lhes os antepassados. Pouco se lembravam do seu ensino, mas espalhadas por aqui e por ali havia ainda igrejas; os insulares diziam as suas orações na língua caldaica; davam à maior parte das filhas o nome de Maria, e aos filhos o de Pedro, André ou João.

Para D. João, erudito do Renascimento, Socotorá tinha também o privilégio de figurar nas obras dos escritores clássicos: «Esta ilha de Çacotora, se me nam engano, foi chamada antigamente Dioscorides, e nella avia huma cidade tambem chamada Dioscoride, segundo parece em Ptholomeo.» (1)

Deixando a ilha entregue às suas vagas memórias do passado longínquo, a esquadra rumou em direcção ao gôlfo e à costa da Arábia. Ao alvorecer a costa rochosa de Adém, «muito alta, e fermosa», apareceu à vista, «per toda a parte aspera, e crespa.» (2) Para D. João, aquêles picos que cortavam o horizonte

(1) *Roteiro de Goa até Suez*, pág. 15.
(2) Ibid., pág. 28.

entre o céu e o mar, faziam-lhe lembrar a pátria. A costa «he mui semelhante, e da o ar da serra de Sintra, ho que, mais que outra cousa alguma, a faz nobre, e illustre,» [1] escreveu êle pensativamente. Claro!

Sem tocar em Adém, entrou a armada no Estreito. Saindo do seu galeão, D. João seguiu à frente na pequena embarcação. Entrou no canal do lado da Arábia e sondou-o de lado a lado. Desembarcando na pequena ilha de Perim, daqui assistiu à entrada da armada e ao acto de lançar ferro dentro do Estreito. Depois, com a sua habitual meticulosidade, visitou tôdas as ilhas e todos os rochedos de ambos os lados: «medi as destancias, observei o Sitio da terra, alcancei a levação do pollo, conferi os nomes antigos dos Promontorios cõ os nossos modernos, tomei aas mãos a variação, que neste lugar fazem as agulhas.» [2] Êle estava convencido de que êste estreito havia sido outrora um istmo pois «neste meo jazem tantas ilhas, Ilheos, e Penedos.» [3]

A primeira necessidade para o navio que entrasse no Mar Vermelho era um pilôto, mas tratando-se de navio cristão tornava se preciso apanhá-lo. Os navegantes do Mar Vermelho viviam em uma ilhota à entrada do Babelmândebe, mas logo que avistaram a armada todos êles fugiram. Em vão D. Estêvão mandou o irmão à terra firme, do lado da África, à procura dêles. Encontrou a aldeia de Beilur abandonada e regressou com uma útil provisão de tâmaras e manteiga, mas sem pilôto. Provava-se que não se podiam obter pilotos para Süez; tinham de se arranjar como pudessem com a ajuda de um muçulmano que haviam trazido de Dio e dizia conhecer o Mar Vermelho.

(1) Ibid.
(2) Ibid., pág. 32.
(3) Ibid., pág. 34.

Os navios seguiram cautelosamente pelo meio do Estreito, procurando o caminho por entre um labirinto de ilhas até ao anoitecer, e depois abriu-se finalmente o canal à sua frente, amplo e profundo. A luz do dia que findava descobriu uma costa desolada, quebrada por montículos de areia semelhantes a medas de trigo. Para poente erguiam-se três altas serras; de ambos os lados distinguiam-se, a perder de vista, os montículos escalvados.

Ilhas baixas, à altura do nível do mar – ilhas rochosas, cujos picos elevados tocavam as nuvens – quási tôdas sem água e nuas, excepto algumas que tinham árvores raquíticas – espalhavam a sua desolação em volta do caminho seguido pelos navios. A primeira variante constituíu-a o arquipélago de Dalak – terra plana e vermelha, em que havia vegetação e que possuía muitas cisternas de boa água.

Havia ali uma cidade com casas baixas de pedra e cal, mas também elas se encontravam abandonadas.

Deixando os galeões pesados em Dalak, à espera de vento favorável, o Governador e os seus capitães partiram para Maçuá com todos os carpinteiros, calafates e ferreiros dos navios, e com todo o breu e tôda a madeira que puderam arranjar para consertarem os navios.

Maçuá era para D. João a Ptolomaida dos antigos. Os abissínios que lá encontrou disseram-lhe que era também o pôrto onde a Rainha de Sabá embarcara para ir visitar Salomão. A Maçuá de 1541 pouco oferecia que recordasse tal passado de glória: apenas três ilhas planas e estéreis em frente das planícies de Arquico, onde os elefantes, os lôbos e os tigres vagueavam pelas selvas situadas no sopé das montanhas. Em Maçuá pròpriamente dita não havia nada, nada – nem sequer nascentes de água. A população bebia de cisternas construídas para

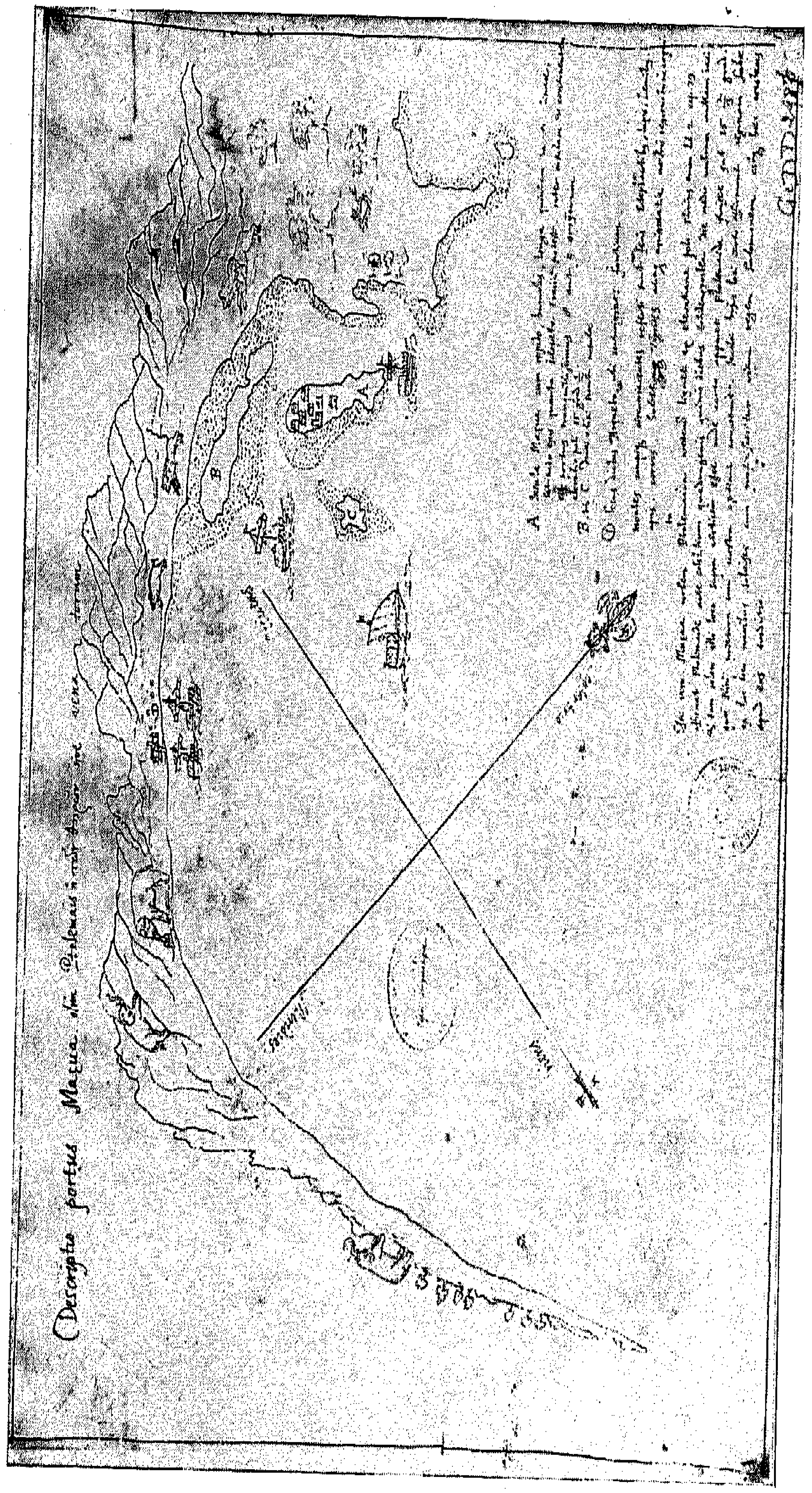
receberem a água da chuva; porém, quando a armada chegou, não encontrou habitantes. Como de costume, ao avistarem a armada longe, os habitantes fugiram para o interior. O chefe, muçulmano que se intitulava Rei de Maçuá, retirara dali com tôdas as fôrças que tinha. As ameaças para obter dêle um pilôto para Suez não deram resultado – talvez fôsse verdade que não tivesse nenhum – mas forneceu um que conhecia o caminho até Suaquém.

Em Maçuá o Governador recebeu uma Embaixada lacrimosa do Imperador da Abissínia, que se encontrava nas montanhas do interior. Apertado pela invasão das hordas de somalis, implorava o auxílio de Portugal em cartas que, diz D. João, eram «mais que piadosas e miseraveis». D. Estêvão respondeu com «amorosas respostas e cheas desperança de socorro»: (1) nessa ocasião nada mais podia oferecer senão esperanças. Qualquer demora poderia frustrar todos os seus planos. Deixando os navios maiores vazios em Maçuá, «Fizemos nosso caminho pera Suez.» (2)

Com um céu sombrio e debaixo de uma chuva miüdinha – o que constituía surprêsa no Mar Vermelho! – seguiram ao longo de uma costa solitária, em que as planícies ondulantes se estendiam a perder de vista até «tamanhas serranias, que parecem chegar ao ceo.» (3) Lançando a sonda, os navios palpavam cautelosamente o percurso, sempre através de recifes e de bancos de areia e ilhotas baixas, em que se viam de vez em quando aldeias miseráveis.

Até ali a navegação era fácil, comparada ao labirinto de rochedos submersos, de baixios, de bancos

(1) Ibid., pág. 70.
(2) Ibid.
(3) Ibid., pág. 80.



Porto de Maçua — do «Roteiro de D. João de Castro»

de areia e de recifes de coral que constituíam a defesa natural de Suaquém. Prosseguir à vela tornava-se pràticamente impossível. A esquadra colheu o pano e continuou a remo. As galés seguiam em fila, umas atrás das outras, pelo meio do único canal por onde os navios podiam passar – escura veia de água profunda, aos ziguezagues, entre sulcos de água do mar, vermelho claro ou verde vivo, de ambos os lados, correndo sôbre rochedos traiçoeiros.

Ao lado dêste mar opalescente estendia-se até às montanhas uma costa plana e pantanosa. Ptolomeu colocara ali os montes por onde vagueavam os sátiros, mas os pilotos de Suàquém nada puderam dizer a D. João a respeito dêles. Desembarcou e andou meia légua pelo interior, através de planícies silenciosas e desérticas. O único sinal de vida que viu foram monstruosas pègadas de animais desconhecidos que se dirigiam para a beira da água, vindos de diferentes direcções. «Creo nacer daqui a fabula tam espargida dos satiros» (1), concluíu D. João.

Defendido do mundo pela sua perigosa entrada, o magnífico pôrto de Suaquém, tão abrigado como uma lagoa, poderia oferecer ancoradouro para duzentos navios. Tinha a mesma profundidade até à linha de água, permitindo às embarcações amarrar junto das portas dos armazéns e lançar uma prancha para êles. D. João não podia conceber nada de tão agradável e conveniente para mercadores e marinheiros.

A cidade de Suaquém erguera-se em uma ilha a um tiro de besta da terra firme. Era uma ilha redonda e com tantas edificações que não havia palmo de terra por ocupar. Cidade limpa e bela, possuía casas brancas ornamentadas com esculturas,

---

(1) Ibid., pág 88

dominadas por um alto minarete e uma grande mesquita. Na opinião de D. João de Castro, o pôrto de Suaquém, como empório comercial, apenas podia comparar-se a Lisboa. As ruas estavam cheias de mercadores de todo o Oriente, que traziam mercadorias de Alexandria, do Cairo, de Jedá, da Etiópia, de Cambaia, do Pegu e de Malaca. O marfim e o ouro enriqueciam o mercado; os perfumes e os ungüentos custosos tornavam agradáveis as casas; o cobre, o mercúrio e o cinábrio seguiam para ali de terras ocidentais, e as provisões de tôdas as espécies, do Egipto. Como Ormuz, Suaquém, que não possuía riquezas próprias, traficava com as de tôda a terra. A água, como em tôdas estas cidades do deserto, escasseava, mas havia cisternas na terra firme.

O próprio Rei de Suaquém era um negociante que usurpara o trono depois de enriquecer. A protecção turca auxiliara-o, pelo que pagava metade dos seus direitos alfandegários ao Sultão, que amàvelmente lhe forneceu uma guarda turca – privilégio de que o Rei teria muito gôsto em ver-se livre.

Nem o Monarca feito à pressa, nem ninguém mais podia ver-se em Suaquém quando D. Estêvão da Gama chegou com a esquadra. A população, como em tôda a parte, evacuara para a terra firme. O Governador mandou o irmão à frente a pedir ao Rei que lhe entregasse os seus turcos e lhe fornecesse pilotos para Suez.

O Rei respondeu que teria muito prazer em lhe entregar os turcos – não os queria para nada! Mas nada poderia fazer-se, a não ser que D. Estêvão lhe deixasse homens para defrontar os outros turcos que o Sultão não deixaria de mandar. Quanto aos pilotos para Suez, também isso não podia ter-se em consideração. Se o fizesse, perderia o reino e a cabeça.

Os recados andavam para lá e para cá. Tornava-se claro que o Rei procurava ganhar tempo, pois mandara um correio a avisar o Sultão. D. Estêvão, que não podia esperar, perdeu a paciência e resolveu atacar.

Mandou à frente três frotas, comandadas respectivamente pelo irmão, por D. João de Castro, e por êle em pessoa. Verificaram, porém, que o inimigo desaparecera, para o interior, abandonando dinheiro e haveres no acampamento.

Foi um piquenique para as tropas. Saqueou-se acampamento e incendiou-se a cidade; os soldados batiam-se uns com os outros por causa do dinheiro. O Governador mandou deitar fogo a todos os navios muçulmanos que se encontravam no pôrto. E D. João de Castro anotou as marés à luz da lua; desenhou o pôrto e mediu o ângulo do sol seis vezes por dia.

Perderam-se dez dias em Suaquém – mais do que se podiam perder – e depois subiram vagarosamente a perigosa costa, à mercê dos ventos caprichosos, à vela e à fôrça de remos. Levaram nove dias a chegar a Dradate (hoje Pôrto-Sudão), lugar que «com muita rezam deve ser posto entre os grandes e famosos Portos,» [1] escreveu D. João, admirando a sua baía vasta e abrigada, onde podiam ver-se carneiros e cabras a vaguear na praia. Os marinheiros cavaram a terra sêca e fizeram muitos poços de boa água, pelo que lhe deram o nome de Pôrto dos Cem Poços.

Junto dêstes poços capturaram um pilôto, sob cuja orientação continuaram a viagem, mas esta era muito vagarosa para navios pesados. ¡Três semanas depois de terem deixado Suaquém, tinham andado apenas vinte e duas léguas! E estava-se já no fim de Março.

---

(1) Ibid., pág. 113.

Ancorados na espaçosa baía de Marsa Arekiai, o Governador reüniu conselho com a presença dos pilotos e dos capitães. Os pilotos declararam todos que não valia a pena ir mais além. Com vento e tempo como tinham encontrado, os navios não tinham esperança de alcançar Suez a tempo de qualquer acção útil. Sugeriu-se que o Governador regressasse com os navios maiores a Maçuá e mandasse os mais pequenos a Suez em reconhecimento. Podiam assim, pelo menos, ver e informar a respeito das galés turcas e – tendo sorte – talvez queimá-las.

Isto não agradou nada a D. Estêvão. «Certamente – disse êle – se *catures* fossem e queimassem as galés, e eu ahy nom fosse, eu queria então ser queimado e morto.» (1) Se alguém tivesse de ir a Suez, êle também devia ir e ver com os seus próprios olhos o que nenhum português livre jamais vira ainda, e fazer isto considerado impossível – chegar a Suez, ao extremo do Mar Vermelho!

O inconveniente estava em todos pensarem assim. O Governador escolheu os dezasseis barcos mais leves e mais governáveis, e todos queriam ir nêles. As acomodações eram, naturalmente, limitadas, além de que alguns homens tinham de ficar com a esquadra; nenhum, porém, queria ver-se nesse número! O resultado foi uma confusão geral. Durante cinco dias questões e recriminações violentas acordaram os ecos das costas desertas. O capitão de cada *catur* encheu o pequeno barco a mais não poder com todos os seus amigos, enquanto os que ficavam vociferavam em terra.

D. Estêvão dirigiu-lhes palavras brandas do modo mais persuasivo. Êle não escolhera ninguém, disse–cada capitão possuía o seu *catur* e ¿como podia êle impedir cada um de levar os amigos? Pediu aos outros para serem razoáveis e aceitarem o facto de algum ter de ficar. A sua missão não era menos honrosa – ¿como podia êle ir a Suez se não houvesse esquadra para lhe proteger a retirada? E, no fim de contas, êste cruzeiro a Suez podia não ser nada divertido. Êles não deviam recear de que se combatesse sem êles. Uma flotilha de dezasseis pequenos barcos nem podia transportar homens nem armamentos bastantes para atacar Suez. Tudo o que êle esperava agora fazer era observar o inimigo na sua fortaleza e fazer ao Rei um relatório a êsse respeito, visto que o mar e o tempo haviam tornado impossível levar a armada mais longe.

(1) Gaspar Correia, *ob. cit.*, vol. cit., pág. 176.

Isto restabeleceu um pouco a calma, apesar de surgirem opiniões exaltadas, de vez em quando. Os simples marinheiros e os bombardeiros foram obrigados a desembarcar e a dar o lugar aos fidalgos, mas até nisto não houve lugar para metade dos voluntários, tornando-se mais amargo o sentimento da injúria. *Baía dos Agravados* foi o nome por que daí em diante ficou conhecida Marsa Arekiai.

Não, porém, para D. João de Castro. O tumulto parece ter passado por êle sem o molestar. «Arequea – anotou êle imperturbàvelmente – he o mais forte, e defenssavel porto, que até qui tenho visto... da banda que se oppoem ao sul, tem hum arvoredo muito verde, e gracioso; mas da outra parte, que olha para o Norte, he a terra tã sterile, e açoutada dos ventos, que he cousa de maravilha... Aqui se ordenou de mandar toda a armada para Maçuá, e soomente com 16 Catures passarmos adiante. A mostra deste porto he como aqui está pintado» (1) – e esboçou-o a traço forte, indicando os pontos A B C D,

(1) *Roteiro de Goa até Suez*, pág. 125 e 126.

não esquecendo as árvores verdes acima indicadas.

A 30 de Março os *catures*, sobrecarregados, saíam para o mar e os agravados regressaram com tristeza a Maçuá.

Passando por entre os recifes, as pequenas embarcações subiram ao longo da costa, cujo aspecto começava a modificar-se. As temíveis planícies que se estendiam até às montanhas davam agora lugar a penhascos escarpados e colinas arredondadas terminadas em altos picos. Mas por tôda a parte reinava a mesma solidão opressiva de terra árida e mar vazio. Nenhum sinal da passagem do homem se via através daquela desolação, a não ser treze sepulcros de pedra – decerto sepulturas de muçulmanos, disse o pilôto – que se encontravam em um cabo de areia. «Quanto he ao mar, que jaz destas 17 legoas–escreve D. João – nam creo poder aver algumas regras, e experiencia pera seguramente se navegar; mas assi os praticos como estranhos, averem de passar á ventura, e salvarensse a caso. Porque sam tantas, e tamanhas as restingas; o mar per toda a parte está tam semeado de baxos; os parcees sam tam continuos em todo lugar, que parece cousa muito certa podermos ante caminhar a pee, que navegar, inda que seja em pequenos barcos.» (1)

Prosseguiram todavia sem qualquer contratempo e chegaram a Quilfit, que não era «menos fermoso, e nobre porto, que seguro, e muito proveitoso.» (2)

Mais àvante, Igidid, com o seu poço de água amarga a meia légua para o interior, pequeno porto, mas muito bem assombrado (3). D. João encontrou lá certas árvores que o interessaram e que

(1) Ibid., pág. 130.
(2) Ibid., pág. 135.
(3) Ibid., pág. 141.

«no tronquo pareciam Sovereiros, por serem cubertos os ramos e troncos de cortiça; mas em todo o al muito differentes: Porque as folhas delles erã muito grandes, e largas, e a maravilha grossas, e verdes; tendo humas veas grossas, que as atravessavã. Estas arvores estavam floridas, e a frol em botão aremedava a da Malva, quando sta abotoada; senam quando hesta he muito branca. E depois que abre ho botão, quer parecer Papoula branca. Cortando hum raminho, ou folha destas arvores, corre grande quantidade de leite, como se fosse a têta de huma cabra.» (1)

Em Igidid caíu sôbre a esquadra vento, trovoada, granizo e chuvas torrenciais. D. João desembarcou e fêz algumas observações em terra, mas o calor do Mar Vermelho já estava a influenciar o instrumento, pelo que êle temia que os seus resultados não fôssem exactos.

Pico sôbre pico, as montanhas, escalvadas e belas, erguiam-se a grande altura sôbre o mar até terminarem de repente no lado do pôrto de Sherm-el-Jauda. Nas planícies baixas que se estendiam para lá da cidade, os beduínos viviam nas suas tendas e apascentavam os rebanhos. Eram os trogloditas, os ictiófagos e os ofeófagos, àcêrca dos quais escreveveram os antigos. D. João diz que êles se estendiam de Melinde a Guardafui, e da costa da Arábia até Ormuz. Homens selvagens e muito escuros, viviam do roubo e da rapina, não conhecendo verdade nem lei. Comiam carne crua e bebiam leite, «o seu trajo he vil, e çujo.» (2) Velozes a cavalo e a pé, combatiam à espada e – verdadeiros filhos de Ismael – tinham a mão sempre pronta contra todosos homens,

(1) Ibid., pág. 142.
(2) Ibid., pág. 233.

Era uma costa desolada, esta. De Sherm-el-Jauda ao cabo Raselnaxef estendiam-se lúgubres planícies de areia esbranquiçada. Do mar erguia-se uma elevada ilha escalvada, sob a qual se via através da água transparente um recife com a forma de dois braços abertos.

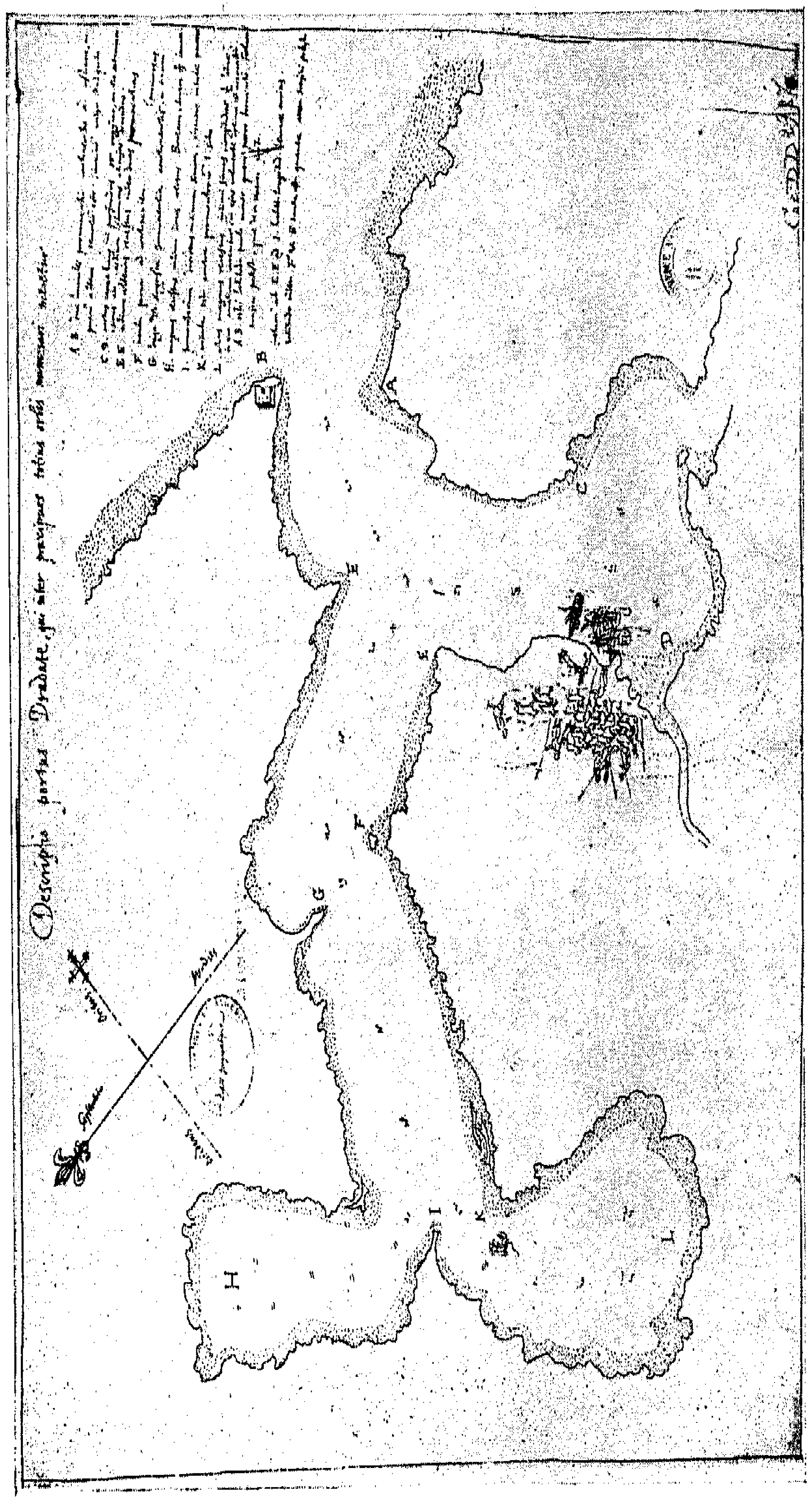
Ali estava a baía de Elnaxef, cujo significado era «Secura». Por léguas em redor nenhuma gota de água suavizava as suas costas de morte, e nos seus sinistros ancoradouros tripulações inteiras haviam por vezes morrido à sêde, quando tinham de ficar ali muito tempo por causa dos ventos contrários.

Adiante do Raselnaxef, algumas colinas verdes quebravam a monotonia da desolação arenosa. O terreno começava a erguer-se outra vez até atingir a forma de montanhas aguçadas, semelhantes a tôrres e castelos, de encontro ao céu quente. Sob êstes rochedos lunares apareciam extravagantes fantasmas que saíam do mar luminoso. O que parecia de longe um navio de velas pandas, era, ao pé, um rochedo branco, e certa ilha tinha o aspecto de um crocodilo gigantesco com as garras estendidas em atitude de ataque.

Em Gadanauhi – o Promontório Lepta dos antigos – havia lenha e água. Ali colocava Plínio os seus homens que comiam serpentes, mas D. João de Castro não achou rastos de homem. Todavia era evidentemente possível viver lá, pois que «A terra he de muita ventage de toda a outra desta costa.» [1] O leito sêco de um rio dava a perceber que havia chuvas no inverno; podiam ver-se árvores nas encostas das montanhas, e nas planícies mato e arbustos.

---

[1] Ibid., pág. 170.



O Porto de Dradate — hoje Port Sudan — no Mar Vermelho, do «Roteiro de Goa até Suez», por D. João de Castro

Junto da baía de Sherm Sheikl cresciam grandes árvores, ao lado de leitos secos de torrentes, onde havia rastos de patas de lôbos, de tigres, de camelos e de gazelas. Mas foi mais longe, sob uma montanha negra, que D. João viu, finalmente, com satisfação, árvores na verdade frondosas. «Estas arvores — escreveu com alegria — foram as primeiras, que vi nesta costa, que parecem domesticas, mansas, proprias da terra» sendo as que vira até ali «bravas, e tristes da vista, sem rama, nem fruito; mas, tendo folha, parecem nuas e secas.» (1)

Também se encontraram rastos humanos naquelas costas solitárias — as pègadas de um homem e de dois camelos seguiam pela costa, adiante dos navios — presença invisível a espiar-lhes os movimentos.

Alcocer, onde a flotilha ancorou a 18 de Abril, parecia o «lugar... mais que todo outro do Universo, sterile e triste.» (2) Não havia árvores nem verduras nos montes escuros que, calcinados, sombrios e escalvados, rodeavam a baía. Não existia peixe naquelas águas e nenhum animal podia pastar nas planícies de areia branca e pedregosa. A água dos poços existentes em Alcocer era apenas um pouco mais doce do que a do mar; as casas pareciam abrigos para o gado, feitas de pedra ou adôbe, cobertas só de palha. Lugar desprezível, mas abundante em comestíveis que para ali iam do Nilo, levados em camelos, Alcocer existia apenas para fornecer provisões que deviam ser embarcadas para todos os portos do Mar Vermelho.

Nas ruas não se via homem nem mulher. Todos tinham fugido para o Egipto, mas deixado os mantimentos. Cada casa encontrava-se cheia de

(1) Ibid., pág. 178.
(2) Ibid., pág. 186.

trigo, manteiga, mel, farinha, alhos e cebolas dispostas em cabos como as de Portugal, excelentes bolachas, azeite, grandes azeitonas, damascos de compota e provisões vivas, como carneiros, cabras e aves de tôdas as espécies.

Houve ali grande festim! Os portugueses comeram o que quiseram e levaram o que puderam. Depois incendiaram a cidade, sem encontrarem ninguém que os enfrentasse. ¿Porque haviam os indígenas de fazer oposição? – reflectia D. João, que considerava a sua fuga para o Egipto como mudança para melhor. Talvez, pensava êle, aquêles refugiados «achandosse nos abundantes campos do Egypto, passeando ao longo das frescas ribeiras do Nillo, averám que andam lá desterrados, e fóra de suas casas.» (1)

¿Porque havia gente que escolhera para viver sítio tão mau como Alcocer? – preguntou mais tarde D. João a uns muçulmanos que conheciam o país. «Responderamme que a ser o porto de mar de toda a costa mais propinquo ao Nillo.» (2) Até onde era êste navegável? Disseram-lhe que um bom pilôto podia levar um navio muito para lá de Alcocer e em direcção à Abissínia.

D. João fêz mais preguntas e soube que naquele país todos falavam árabe. Nunca chovia lá «ao que provera Deos com ordenar, que o Rio Nillo saisse duas vezes no anno de seu natural curso, e regasse os campos.» (3) O clima era a causa pela qual as casas não tinham telhado, pois não se tornava necessária protecção a não ser contra o sol, bastando para isso a palha. Porém, as casas de Alcocer tinham

(1) Ibid., pág. 187.
(2) Ibid., pág. 188.
(3) Ibid.

de possuir fortes paredes para resistirem à violência do homem. ¿Onde estavam os homens que êles receavam? – preguntou D. João e «Dixeramme que Badois [beduínos] gente preversa, e sem algum deos, os quais muitas vezes, com supitas arremetidas, e saltos desemquietavam o lugar e roubavam as requoas, que vinham do Nillo com mantimentos e outras provisoens.» (1)

Deixando as fumegantes ruínas de Alcocer, os portugueses navegaram em direcção aos rochedos vermelhos da costa fronteira, onde, dominado pelos cumes do Sinai, o minarete de Tor surgia de entre um semi-círculo de tamareiras; e, nos montes que estavam atrás, uma igreja cristã, construída pelos monges de S.ta Catarina, erguia a cruz para o céu.

Era finalmente Tor, de sagrada reputação – – cidade do deserto no meio de uma paisagem lunar, na embocadura do gôlfo de Suez, junto do Monte do Dador da Lei! Acima das montanhas escalvadas daquela sombria península existia o mosteiro, construído no lugar para onde os anjos haviam levado o corpo de S.ta Catarina mártir. ¡Eram êles os guardas de um santuário cristão, próximo do coração do Islamismo! Cada português da Índia sonhava chegar a Tor para se encontrar com os santos monges do Monte Sinai. A flotilha de D. Estêvão saüdou o grande acontecimento com uma descarga, a que lhe responderam de terra gritos agressivos. Entre as palmeiras, o aço chispava à luz do sol – e viam-se as bandeiras brancas e vermelhas da Turquia. Tornava-se claro que seria forçoso lutar com as fôrças do minarete, antes de poderem ir à igreja buscar refrêsco.

O Governador desembarcou com todos os homens e expulsou o infiel da cidade. Depois,

(1) Ibid.,

erguendo a bandeira real da Ordem de Cristo, dirigiu-se para a igreja do monte. Os frades saíram em procissão solene, levando erguida a cruz de S.ta Catarina – a mesma a que ela se agarrara quando enfrentou o martírio. ¡Frades e guerreiros caíram nos braços uns dos outros – cristãos vindos dos extremos da terra! Chorando de alegria devota, os portugueses seguiram os santos homens à igreja parcamente iluminada, onde deram graças a Deus e à bem-aventurada S.ta Catarina por os guiar até esta santa Casa, que nenhum português livre e armado jamais vira ainda.

Igualmente emocionados, os frades derramaram lágrimas de alegria e aceitaram de bom grado as festas dos soldados. ¡Fôra por milagre do Senhor, diziam êles, que em sua vida puderam ver cristãos verdadeiros nesta terra, vindos para combater os inimigos da Fé! Nunca se sonhara tal coisa desde o princípio do mundo; ¡o Sultão devia estar furioso por ver a sua fortaleza violada por tão poucos homens transportados em navios tão pequenos! Agora que os portugueses haviam encontrado o caminho, os turcos passariam a viver em receio constante pela sua volta.

Todos sentiam que devia comemorar-se condignamente ocasião tão altiva e solene. Uns, como os excursionistas de hoje, acharam expressão própria, adequada à sua emoção: o gravar os nomes na porta da igreja. Outros entenderam necessário caracterizar a ocasião com acto mais notável. Muitos mancebos pediram ao Governador que os armasse cavaleiros naquele lugar remoto e sagrado aonde nenhumas armas cristãs haviam ainda chegado.

Um dêstes candidatos tinha apenas quinze anos. É esta a primeira vez em que ouvimos falar no pequeno Álvaro, filho de D. João de Castro, desde

que êle embarcou com o pai no *Grifo* em 1538. Não ficou registado o que êle fêz na Índia durante os dois últimos anos. Os historiadores do século XVI não se interessavam pelos rapazes novos. Depois desta rápida aparição na escura igreja de Tor, Álvaro volta de novo a segundo plano. Mas a partir de então tornou-se um mancebo altivo e privilegiado. Para quantos tomaram parte naquela cerimónia – de armar cavaleiros na igreja de S.ta Catarina, à sombra do Monte Sinai – aquilo constituíu durante tôda a vida o ponto culminante dos triunfos alcançados.

D. Estêvão mandou registar o facto na sua pedra tumular, e D. Álvaro de Castro comemorou o dia glorioso acrescentando a roda de S.ta Catarina ao escudo de família.

Os monges de S.ta Catarina eram gregos e falavam árabe. Dois dêles tinham acabado de chegar do mosteiro principal do Monte Sinai, onde o corpo da Santa fôra sepultado pelos anjos. Podia alguém vê-lo?–preguntou ansiosamente D. Estêvão. Não por então–responderam os frades, que pareciam ansiosos por o convencerem. Havia quatro meses que os restos sagrados haviam sido transferidos para o Cairo em carro de ouro, sendo ali recebidos pelos cristãos com grande solenidade e pompa. Os ditos cristãos egípcios, receando as injúrias dos beduínos ao corpo da Santa, obtiveram licença do Sultão para a sua transferência. «Neste acontecimento tamanho tenho muita duvida – comentou D. João de Castro –, porque já pode ser estes frades fingirem esta nova, por medo de lhe irmos tomar este sanctissimo corpo.» [1] Pareceram ficar muito aliviados ao saberem que D. Estêvão não se

---

[1] Ibid., pág. 200.

propunha visitar o Monte Sinai. ¡Por muito satisfeitos que os bons frades pudessem estar por se encontrarem com os seus correligionários, conheciam muito bem os peregrinos para saberem que um coleccionador entusiasta de relíquias não se coíbe de nada!

D. João teve interessantes conversas com os frades. Falaram àcêrca das comunidades cristãs espalhadas pelos remotos montes da Arábia, e dos eremitas que levavam santa vida no isolamento das serranias desérticas. Também lhe falaram da nascente, a três léguas de Suez, que ainda brotava da rocha tocada pela vara de Moisés e disseram que fôra ao fundo do gôlfo, de Suez a Tor, que os israelitas atravessaram a pé enxuto o Mar Vermelho.

Esta teoria não obteve a concordância de um árabe distinto, com quem D. João contraíu amizade. Êste homem – pelo qual parece ter-se interessado mais do que pelos monges – era «muito letrado, e curioso, o que nunqua achei em nenhuum Mouro, e pergunteille, que per onde lhe parecia passarem os Judeus este mar?» (1)

– Sem dúvida – disse o árabe – pela parte da costa que está em frente de Tor.

Era essa a tradição local, confirmada por certas escrituras. D. João pensava que êle devia ter razão, «Porque se esta passage fôra per Soez, como alguuns querem dizer, que necessidade tinham os Egypcios de se meter pollo mar, a fim de perseguirem os Judeus; podendo rodear a enseada com muito pouco trabalho, e tomar lhes a dianteira? Maiormente sendo gente de Cavallo contra piãaes... E posto que em todas estas cousas intreviesse millagre, sempre

(1) Ibid., pág. 202.

vemos, que nos tais acontecimentos ha huma mostra, e maneira de rezam (1)».

¿Era verdade – preguntou êle depois ao «mouro» – que os cristãos do Cairo tinham levado o corpo de S.ta Catarina? O «mouro» respondeu que nunca ouvira falar nisso, nem lhe parecia provável. Havia quatro meses que êle próprio se encontrava no Cairo e um acontecimento dêsses não podia passar-lhe despercebido.

Abençoados pelos frades, enriquecidos com rosários santificados pelo contacto com o túmulo de S.ta Catarina, e por outras relíquias, os portugueses tiveram afectuosa despedida. D. Estêvão deu aos santos homens o estandarte real de Portugal como lembrança da visita, e, a pedido dêles, deixou de queimar a cidade dos muçulmanos.

A flotilha subiu o extenso Gôlfo de Suez, entre cumes escalvados de ambos os lados da costa. As montanhas listradas de vermelho semelhantes a muralha, erguiam-se do mar, com outeiros de areia levada pelo vento e acumulada em cada bordo. Durante o dia, nuvens pesadas e negras cobriam o céu, sendo as noites extraordinàriamente frígidas: – «sinti de noute – escreveu D. João – os maiores frios, que me lembra ter passado; e porem como vinha o sol, eram as calmas insoffrivees.» (2)

Suando e tiritando alternadamente, avançaram pelo Gôlfo – dezasseis pequenas embarcações, armadas com a artilharia mais leve com a esquadra de apoio muitas léguas para trás, num mar de baixios que navios pesados jamais poderiam passar – entrando em um bêco sem saída, que tinha no extrêmo o grande arsenal naval da Turquia. Não é

(1) Ibid., pág. 201.
(2) Ibid., pág. 222.

de admirar que os frades ficassem espantados com a audácia. Era como se alguém metesse a cabeça dentro da bôca do leão.

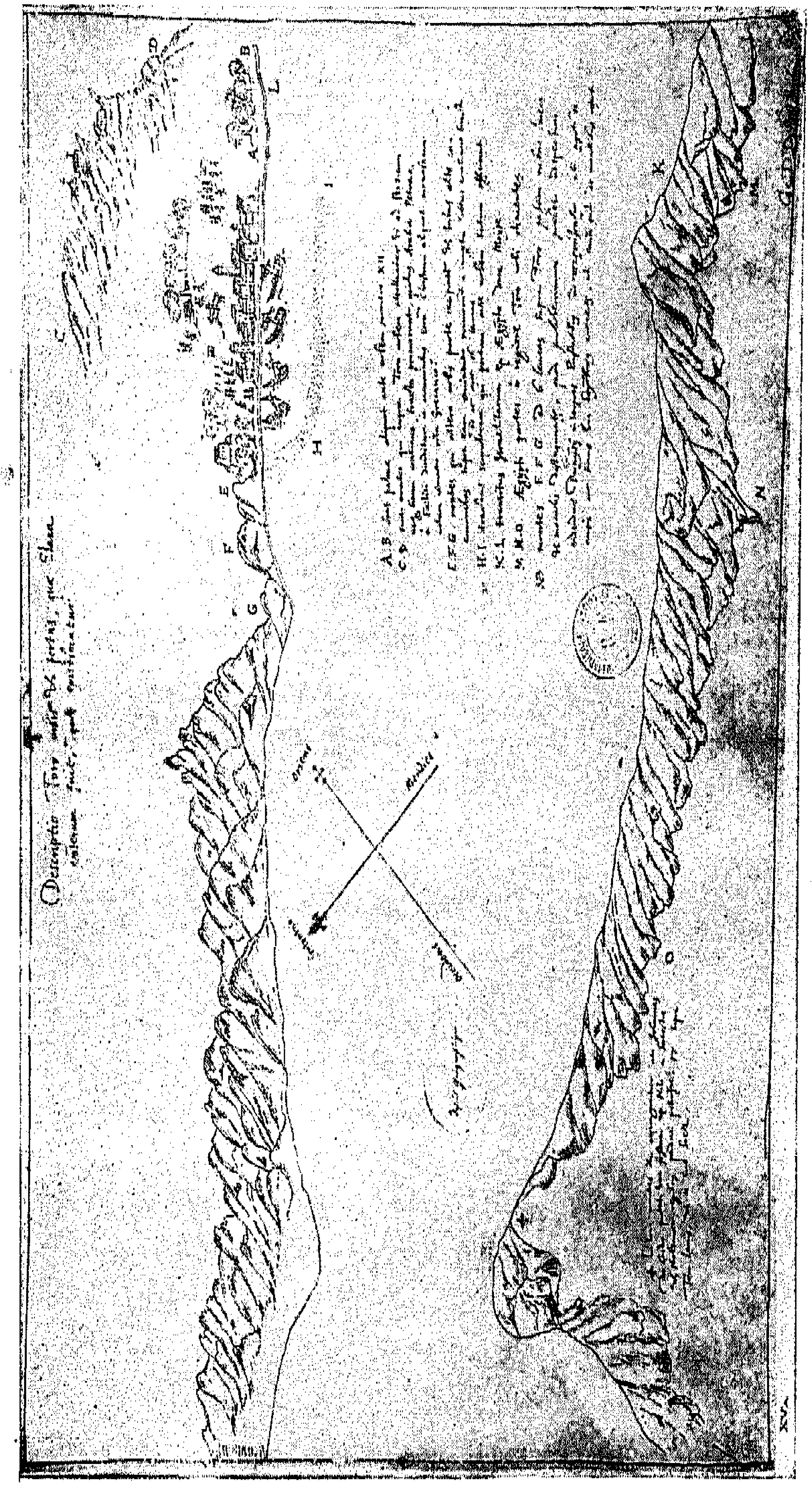
E entretanto os mensageiros do Sultão, montados em cavalos velozes, andavam a dar alarme. Com um saco de passas e um ôdre de água presos ao arção da sela, cada cavaleiro percorria léguas e léguas de deserto, mudando os cavalos quando rebentavam: «Acudir ás galés de Suez, porque os frangues as vão queimar» [1] – gritavam em tôdas as aldeias por onde passavam. Era uma corrida ao desafio com o tempo. De um lado encontravam-se os pequenos navios, movidos vagarosamente a remo ou, de vez em quando, por ventos intermitentes; do outro, os velozes cascos dos cavalos árabes, habituados à areia natal.

A flotilha avançava por entre costas em que reinava silêncio de morte. A 23 de Abril ouviu-se um tiro distante, seguido de outro daí a pouco. Os ecos retiniram e morreram entre os rochedos, perdidos no silêncio do deserto. Nada viram e nada mais se ouviu. Durante três dias navegaram no meio do silêncio imperturbado. Depois ancoraram à sombra de um cabo, sabendo que Suez se encontrava do outro lado.

Os marinheiros desembarcaram, e da terra finalmente «vimos o cabo deste mar, que ja nos parecia infinito.» O cabo impedia de ver-se o pôrto, mas distinguiam-se os mastros dos navios acima e isto «tudo juntamente nos deu prazer, e cuidado.» [2]

A noite negra desceu sôbre os montes escalvados. O Governador preparou um barco e escolheu alguns homens corajosos, corredores velozes e fortes nadadores, que mandou em reconhecimento. Despoja-

(1) Gaspar Correia, *ob. cit.*, vol. cit, pág. 198.
(2) *Roteiro de Goa até Suez*, pág. 210.



Desenho do Toro — do «Roteiro de Goa até Suez», por D. João de Castro

ram-se das roupas ficando quási nus e esfregaram o corpo com pó de carvão, para os não verem na escuridão, e com cebo, para impedirem que os pudessem agarrar. Foram para terra a coberto da noite, aproximando-se das galés o mais possível para descobrir quais eram as fôrças do inimigo.

Dirigiram-se de barco para o pôrto adormecido, onde, juntas no meio do escuro, podiam ver-se as galés. O *catur* encalhou em um recife coralino, e apesar de o desencalharem não puderam dar com o canal que levava até à costa. Em silêncio, com uma vara de apoio, receando que o ruído dos remos os denunciasse, cortaram a água na escuridão. A um tiro de besta no abismo negro, pressentiram antes de verem a terra silenciosa. Nenhum ruído de voz humana vinha de lá, nem o ladrar de cão ou o cantar de galo – Suez era uma cidade de mortos, e apesar de as galés deverem estar muito perto do barco, a escuridão ambiente roubava-as à vista.

Vencidos pela noite, os cristãos afastaram-se e voltaram para a esquadra ao amanhecer, e disseram ao Governador que os inimigos «estão d'aviso, e muyto a recado, pois assy estão callados como homens manhosos na guerra.» (1)

¡Chegara o dia de verem Suez com os próprios olhos! D. Estêvão preparou-se para defrontar o grande momento. Sem se importar com o calor, vestiu uma couraça de brocado, e cingiu a melhor espada. Pôs um capacete brilhante coberto de veludo carmezim e ornamentado a esmalte de ouro, uma rosa de ouro e prata na coroa, um rubi encastoado em diamantes na frente e uma pluma branca com pontas de prata no tôpo,

---

(1) Gaspar Correia, *ob. cit.*, vol. cit., pág. 193.

Os que o seguiam vestiram as melhores roupas e as mais louçãs; eram «a frol da India» [1]. Todos se confessaram antes de partir, beberam água e comeram conservas. Assim reconfortados, os capitães aproaram em direcção a Suez e avançaram em boa ordem ao encontro das galés turcas.

Suez, iluminada pelo sol da manhã, não era grande coisa como cidade. Salvo como base naval da Turquia e do Egipto, não tinha existência real. A lembrar eras passadas existia um pequeno castelo e duas tôrres antigas, que «deviam ser reliquias da grande cidade dos Heroas, que ja hi foi» [2], diz D. João de Castro. Mas havia também defesas modernas: poderoso baluarte protegia a entrada do pôrto, erguendo-se ao longo da praia por detrás dos estaleiros.

D. João de Castro seguia à frente, com D. Cristóvão da Gama e Tristão de Ataíde. As ordens que tinham eram de seguir ao longo da costa vendo onde melhor se tornaria possível desembarcar, e fingir um desembarque para ver como reagiria o inimigo.

Pelas três horas as pequenas embarcações estavam a contornar a praia, fazendo sondagens mesmo nas barbas das galés. Em terra quatrocentos ou quinhentos homens a cavalo galopavam de frente, e detrás de uma casa avançavam em linha de batalha oitocentos soldados, com armas a brilharem ao sol intenso.

As galés da esquadra turca eram quarenta e uma, e havia nove grandes navios de modêlo português. Dispunham-se em linha, sem mastros, ao longo do estaleiro, defendidos por poderosa artilharia do bastião.

(1) Ibid., pág. 194.
(2) *Roteiro de Goa até Suez*, pág. 214.

Ouviu-se um rugido e caíram projécteis em volta dos pequenos barcos; debaixo do fogo, retiraram-se para relatar o sucedido. O cavalo árabe ganhara esta corrida. O espião solitário do deserto, que seguia a esquadra, não espiara em vão. O aviso chegara a tempo ao Cairo, e Suez mostrava-se agora firme com os reforços recebidos. ¡Afinal, os «frangues» não puderam queimar as galés do Sultão!

D. Estêvão da Gama ferrava os dentes, mas nada podia fazer-se. A sua flotilha de pequenos navios era impotente para causar prejuízo em um pôrto fortemente defendido, quando falhara o elemento da surprêsa. Em vista do número de tropas que se encontravam em terra foi uma felicidade que os batedores não pudessem desembarcar no meio da escuridão, aliás trucidá-los-iam com certeza.

A expedição não passou assim, de uma incursão ousada — um insulto ao poderoso Solimão — mas na execução haviam visto «cousa que nunqua portugueses cuidarão ver com seus olhos, as galés do Turquo dentro no porto de Suez.» [1] Restava apenas percorrer de novo o caminho seguido, contentes por saberem que a paz de espírito dos turcos ficara abalada desde que Suez — firmeza e confiança de todo o Islão — fôra enfim violada. Por então constituía já grande triunfo.

«Este dia, pondosse o Sol, vimos a lua» [2] escreve D. João com a mesma calma desprendida com que contara as galés do Sultão debaixo da ameaça dos seus canhões. Fêz um cuidadoso desenho de Suez como dos outros portos, e procurou a história da cidade em todos os escritores clássicos.

(1) Gaspar Correia, *ob. cit.*, vol. cit., pág. 195.
(2) *Roteiro de Goa até Suez*, pág. 211.

Novamente de regresso, fora do gargalo da garrafa, observando ainda todos os penedos e ilhas, ilhotas, enseadas, ventos e estado atmosférico: os poços salgados de Salomão, a uma légua de Tor; o cometa semelhante a serpente a contorcer-se brilhante no céu noturno; a ilha circular com cavernas que pareciam antros de monstros marinhos; o Pôrto da Árvore, em que não existia árvore nenhuma e apenas encontraram um tronco sêco; o santuário muçulmano com uma bandeira de sêda e um «grande epitafio», onde era venerado pelos seus correligionários um descendente do Profeta, morto no pôrto de Behalelxame – tudo isto tem seu lugar nas notas de D. João de Castro, sendo cuidadosamente registada tôda a configuração da terra visível.

Agora que percorrera o Mar Vermelho em tôda a sua extensão, desde o estreito do Babel-mândebe até ao extrêmo do Gôlfo de Suez, deu o seu veredicto justificativo do nome. ¿Porque eram vermelhas as suas águas – porque de facto o eram, em muitos sítios, como se levassem sangue? Todos os viajantes o haviam observado, e D. João não teria sido D. João de Castro se se contentasse com registar o fenómeno sem lhe investigar a causa. «Eu, tanto que cheguei a Çacotora ate ensecar as prayas deste mar, e me por diante de Soez, jamais dia nem noute deixei de consyderar estas agoas, e contemplar a côr, e maneira da terra, que vai ao longo da ribeira E certamente, que pera nenhuma cousa tive tamanho alvoroço, como pera empregar meu trabalho em alcançar a verdade destas cousas, e escoldrinhar a occasiam dellas.» [1] As águas em si, viu-o êle logo, não eram vermelhas – «nenhuma deferença tem da

[1] Ibid., pág. 257.

côr, que nos mais tem toda outra agoa de mar» [1] – nem a côr provinha, como alguns afirmavam, da areia transportada pelo vento, pois D. João, apesar de ter assistido a muitas tempestades de areia em frente da costa, não viu que qualquer delas alterasse a côr do mar. Em geral também a costa não tinha a côr vermelha – sendo os seus montes escalvados castanhos, brancos ou até negros. Mas a água do mar era a mais límpida que se podia ver, de um vermelho translúcido, ou verde, ou branco como cristal junto dos recifes submersos que lhe constituíam a base, às vezes situados a vinte toezas de profundidade.

¿E que haveria a dizer àcêrca dos próprios recifes? D. João olhou para as profundezas límpidas e viu no fundo rochas semelhantes ao coral. Mandou os seus marinheiros mergulhar em diferentes sítios e trazer-lhe fragmentos de rocha. Por baixo das manchas vermelhas notou serem de coral vermelho ou cobertas de algas côr de laranja. Sob as listas verdes, a rocha era branca, mas coberta de algas verde claro, e nos lugares em que a água era incolor e transparente como vidro, o fundo constituíam-no simplesmente areias brancas. Todavia, o coral vermelho cobria a maior parte da sua superfície – de onde provinha a vermelhidão do Mar Vermelho, e D. João sentiu-se satisfeito por o haver explicado.

Em Maçuá o Governador e os companheiros foram recebidos com grande alegria por os que tinham ficado para trás nos navios. A sua permanência em Maçuá tinha sido pavorosa devido ao calor terrível, à doença, à falta de alimentos e às aventuras desastrosas em terra – e a sua desolação tornava-se ainda maior, pelo facto de o Governador,

[1] Ibid.

cuja vinda os libertaria da sua miséria, se considerar já como perdido.

A esquadra conservou-se ainda três semanas em Maçuá, abalada por temerosas trovoadas, durante uma das quais o mastro de um galeão foi derrubado pelo raio. ¡Aquilo não valia nada, disseram os abexins a D. João, comparado com o tempo que fazia no interior! Eram as chuvas torrenciais de Junho e Julho nas montanhas da Abissínia que faziam trasbordar periòdicamente o Nilo e inundar as planícies do Egipto. D. João ficou contentíssimo por conseguir desvendar êste mistério. Com algumas preguntas simples, disse êle, soube «o que tam grandes e soberbos engenhos de Philosophos ignoraram, e em poucas horas, sem alguma despesa, trabalho, vigia se veo a descobrir o segredo, que en tantos annos, com tantas diligencias e demasiados gastos de potentissimos Reis nam póde ser descoberto.» [1] Tentou obter dos abexins mais informações geográficas, meteorológicas e históricas relativas à sua terra, ouvindo assim falar das cataratas do Nilo, de muitas ilhas daquele grande rio, e dos «feros e pestiferos» crocodilos que infestavam as suas margens plantadas de canas. «Estas sam as cousas que pude tirar da pratica dos Abbexiis,» [2] diz êle, e não era mau de todo, acrescenta, levando em conta o serem muitíssimo incultos e nada preocupados com a antiguidade.

Preocupava-os então a desgraça do seu Imperador e as fôrças de auxílio que o Governador poderia mandar-lhe. D. Estêvão não podia negar a ajuda ao aliado do seu Rei. Por isso, concordou com mandar o irmão com quatrocentos homens para uma campanha que se considerava quási desesperada. Com o coração oprimido, viram partir aquêles alegres voluntários jovens para a vitória e para a morte; depois, no dia 9 de Julho, uma hora antes do alvorecer, a esquadra levantou ferro com céu limpo, deixando atrás de si a terra e o mar mergulhados em névoa.

(1) Ibid., pág. 64.
(2) Ibid., pág. 67.

De volta de Suez, chegaram a Goa a 21 de Agôsto. No ponto de vista científico, a expedição constituíra grande êxito. Pela primeira vez se fizera observação cuidada do Mar Vermelho de extrêmo a extrêmo, e até hoje o tratado de D. João de Castro não foi alterado para melhor.

No aspecto político, não deixou de ter significado especial. A bandeira de Portugal flutuara em tôda a extensão do Mar Vermelho, até aos estaleiros do Sultão em Suez. Constituíra acto de soberania e de desafio, a lembrar à Turquia que, apesar de ela dominar em ambas as costas, no mar ela tinha ainda de defrontar o maior poder naval da época.

No ponto de vista puramente militar, os lucros não eram tão certos, porque não havia sido possível causar dano às galés turcas. O facto era que êste cruzeiro de Goa a Suez, apesar de triunfo de audácia, fizera-se demasiado tarde. Os otomanos haviam-se já apossado firmemente do Egipto e da Arábia. Se Albuquerque vivesse para levar a cabo o programa que traçara—tomar Adém e ocupar Maçuá—a Turquia não teria oportunidade para expandir-se dêsse modo. Com Adém a fechar as portas do Babelmândebe e um forte português em Maçuá, dissera muitas vezes o grande Governador a D. Manuel, a base turca de Suez tornar-se-ia inútil. Mas Albuquerque morrera. Nenhum outro génio lhe sucedeu, e as dificuldades eram muitas. Agora que, ao fim de mais de vinte anos, a Turquia absorvera o Egipto e os Estados árabes, e conquistara Adém no seu avanço—passara

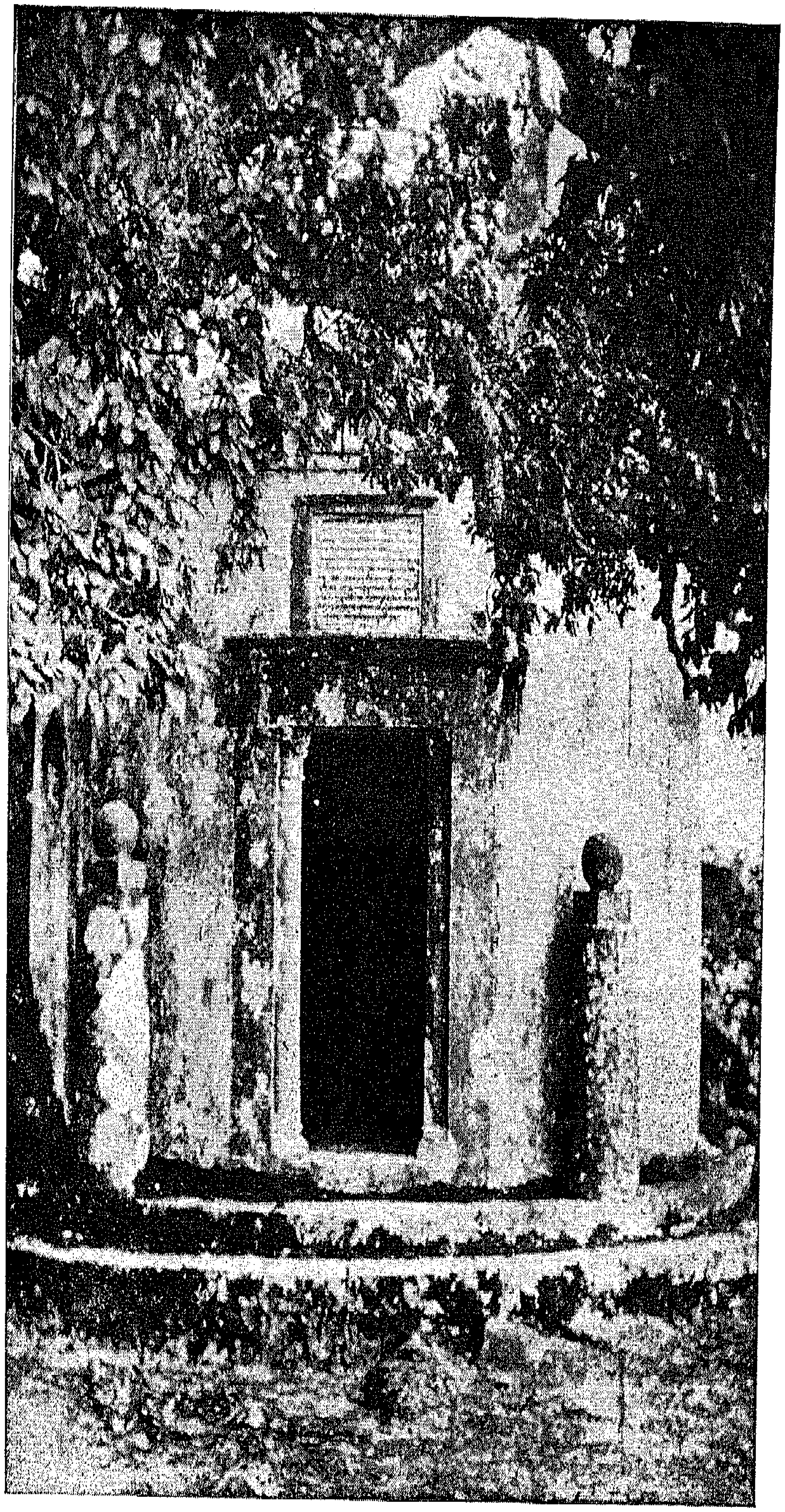
a oportunidade. Um forte português em Maçuá, com os turcos de ambos os lados, deixara de constituir política de carácter prático. D. Garcia de Noronha, na mocidade braço direito de Albuquerque, devia ter discutido muitas vezes o assunto com êle,; na velhice discutiu-o com D. João de Castro. Êste convencera-se de que o plano já há muito não era realizável – ¿para que serviria uma fortaleza, pregunta êle ao Rei, «tāto no seo dos turquos»? (1). Apenas para os obrigar a agressões mais ferozes. O melhor processo de conservar a Índia, continua D. João a aconselhar, seria com «hũa grossa e bem aparelhada armada, e tres mil homēs deseplinados na gera que posam emtrar nelas quādo cũprir»... (2)

Isto traz-nos à lembrança o dito de Albuquerque quási trinta anos antes: «três mil homens na Índia durante três anos»... De certo modo, a posição não mudara.

Mas nessa ocasião D. João já não queria saber mais da Índia. «Na primeira embarcação que achar irei para Portugal» (3) – dissera êle ao infante D. Luís. Aconteceu porém, que no ano em que regressou do Mar Vermelho não chegou à Índia nenhum navio de Portugal. O sucessor de D. Estêvão, Martim Afonso de Sousa, chegou tarde a Moçambique, tendo de ali esperar pela monção; queria aquilo dizer que não haveria esquadra metropolitana naquele ano.

Na Índia havia navios disponíveis, mas poucos marinheiros para os tripularem. D. João de Castro e alguns outros fidalgos, que também se mostravam desejosos de regressar à pátria, propuseram-se manobrar êles próprios um dêsses navios.

(1) Carta de D. João de Castro para El-Rei. *Col. S. Lourenço* vol. V, fól. 125.
(2) Ibid.
(3) Carta de D. João de Castro para o Infante D. Luís. 30 de Outubro de 1540. *Loc. cit.*



Ermida de Nossa Senhora do Monte, que D. João de Castro mandou construir na Quinta da Penha Verde

(Fotografia gentilmente cedida pelo Prof. Luciano Ribeiro)

O «navio dos fidalgos», como lhe chamaram, o *São Tomé*, tripulavam-no ùnicamente fidalgos e seus criados. O trabalho e os diferentes quartos dividiram-se por todos — cada um dêles encarregando-se à vez do leme, da manobra das velas, do alar das cordas; ao que supomos, D. João de Castro desempenhou-se do ofício de pilôto.

Os fidalgos de Portugal eram homens expeditos. Sabe-se que fizeram tudo aquilo como os marinheiros mais experimentados, resultando uma viagem excelente. O *São Tomé* chegou a Lisboa nos princípios de Julho, e assim em 1542, finalmente, D. João voltou ao lar, à sua querida Penha Verde.

Ali, com o coração a trasbordar de alegria, cumpriu um voto que fizera, erguendo uma pequena ermida no alto de um monte frondoso.

«Salutis votis
Salvos redire
Salvos redire»

Quatro séculos volvidos, esta inscrição já gasta, em pedra curtida pelos tempos e pelos anos, comemora a gratidão por tão feliz regresso.

Capítulo X

Outra vez Barbarroxa

« Dom Johão: eu elrey vos envyo muito saudar Porque queria falar comvosquo alguũas cousas de meu serviço, vos emcomendo muito que venhaes aquy amanhã a gentar, e muito vollo agradecerey

escrypta em Syntra a V dias dagosto de 1543. Rey.» (1)

Êste convite urgente da parte do seu real vizinho não encontrou D. João na Penha Verde. A sua licença, depois de dois anos na Índia, havia sido curta. Chegou em Julho, como vimos, e a 25 de Setembro do mesmo ano o Rei já o chamara do seu retiro.

Deram-lhe o comando da esquadra do reino, com ordem para ir à costa marroquina e desmantelar Safim e Azamor. Com relutância, o Rei resolvera finalmente abandonar estas duas fortalezas. Era a única coisa sensata que havia a fazer, como dissera Lourenço Pires de Távora, «pessoa de grande entendimento» (2) e Embaixador do Rei em Fêz. A sua posição estratégica não tinha valor algum para Portugal; a sua conservação ficava muito cara e nada produzia. Portanto, D. João de Castro, ao regressar, foi mandado àquela missão pois «requeria o negocio ũa cabeça de grande prudência e valor.» (3) Cumpriu-a de tal modo que demonstrou as duas coisas, porque a executou « com tanta ordem e concêrto, que, quando chegou à noticia dos mouros o que se fazia, estava tudo feito, recolhida nas embarcações a gente e artilharia e munições, cavalos e alfaias dos moradores.» (4)

A partir de então, D. João andara a cruzar entre Cascais e Ceuta, combatendo os piratas franceses em frente das Berlengas, e comboiando a armada

(1) *Vida de D. João de Castro*, por Jacinto Freire, pub. por Frei F. de S. Luís. Documento N.º 8.

(2) Fr. Luís de Sousa, *Anais de D João III*, Livro II, cap. II.

(3) Ibid.

(4) Ibid. Como Fr. Luís de Sousa diz que isto se fêz «na força do inverno», deve ter sido no princípio de 1543. No regimento, datado de 1 de Dezembro de 1542, dado a D. João de Castro na qualidade de «capitão mor darmada, que ora mandey fazer pera guarda da costa destes reinos», nada se diz a respeito de Safim ou de Azamor, mas talvez fôsse por razões de segurança.

que trazia para a Metrópole a pimenta da Índia. A missão não deixava de ser curiosa. Houve em Lisboa grande sensação quando D. João chegou a Cascais rebocando o navio pirata, expressando-se o agradecimento régio de modo amável: «A náo franceza que tomastes – escreveu o Monarca a 16 de Junho – foy muito bem feito, e me ey por bem servido de vos niso, e asy no modo que tivestes com os francezes dela, e todas vosas considerações niso foram de quem tanto desejo tem de me servir. » (1)

Os piratas franceses, que saqueavam as armadas da Índia, carregadas de mais para poderem defender-se, eram decerto um embaraço, mas podia protestar-se junto do Rei de França; apesar de êste não se importar nada com isso, oficialmente não podia apoiá-los. Com Barbarroxa tratava-se de caso totalmente diferente. Não era êle um corsário a trabalhar por conta própria – todo o poder da Turquia se encontrava por trás dêle. E Barbarroxa entrava novamente em cena. Se o sultão Solimão não perdera a cabeça com a derrota de Túnis, o mesmo acontecera com Barbarroxa. Tendo fugido com felicidade do seu esconderijo do cabo Bon, partiu para reparar os estragos da sua fortuna.

¡Não eram êles tão grandes como se supunha! Khair-ed-Din, o *Barbarroxa*, não guardava todos os seus ovos no mesmo saco. Apesar de ter perdido muito em Túnis, havia ainda muito mais esbulho prudentemente armazenado em vários portos do Levante. Um presente oportuno feito ao Sultão restabelecera-lhe o prestígio, e, com o apoio continuado de Solimão, Khair-ed-Din reassumiu a velha missão de assaltar os portos italianos.

(1) Carta de El Rei para D. João de Castro. Publicada por D. Fr. Francisco de S. Luís, *ob. cit.* doc. 7.º

Isto não podia afectar Portugal, mas Khair-ed-Din tinha outros planos a propor ao Sultão. Sabia que Solimão esperara conquistar Dio e falhara. Visto como não pudera garantir a posse de uma base indiana da qual pudesse atacar o inimigo, ¿porque não tentar alcançá-la mais perto da Turquia? Havia Ceuta! Quem dominasse em Ceuta, dominava o Estreito de Gibraltar. ¿Não fôra por essas portas que, noutras eras, os mouros haviam entrado em Espanha? Solimão era então o campeão do Islão — o que fôra uma vez, voltaria a sê-lo — e Ceuta estava longe de se encontrar fortemente defendida. Os portugueses, envaidecidos com os seus êxitos no Oriente, tinham deixado de vigiar as fortalezas que se encontravam às suas portas. Se Solimão desse a Barbarroxa as galés necessárias, êle prometia tomar Ceuta para a Turquia.

O Sultão ouviu e aprovou. ¡Depois da derrota naval em Dio e da insolente incursão de D. Estêvão até Suez, sentia gôsto em tirar a desforra! Barbarroxa recebeu carta branca e apoio incondicional de Constantinopla.

Foi o Imperador quem, mais uma vez, informou D. João III. A Carlos V parecia iminente uma invasão da Espanha pelos mouros. Novamente pediu ao seu caro cunhado para reünir as suas fôrças contra o inimigo hereditário e mandar uma esquadra sua para operar ao lado da do almirante castelhano D. Álvaro de Bazán.

O Rei de Portugal entrou em preparativos. A suspeita de Barbarroxa era exacta: Ceuta não estava preparada para agüentar um cêrco. Tinha de ir alguém imediatamente fortificá-la. Equiparam-se navios e embarcaram-se tropas. A esquadra aguardava já com as velas prontas a desfraldar-se, ainda antes de se saber quem seria o comandante.

Foi nesta altura que o Rei convidou D. João de Castro para ir jantar com êle a Sintra. Alguns dizem que o Monarca pessoalmente não simpatizava com D. João de Castro. Verdade ou não, o certo é que o Rei viu nêle um homem útil. Portanto o Monarca abriu-se-lhe: Aquela esquadra, disse êle, devia ser confiada aos cuidados de D. João. O Rei convidava-o a partir e a tomar as bandeiras dos turcos vencidos para adornar as armas dos Castros, e legá-las assim aos filhos, ainda mais gloriosas do que as recebera dos pais. O Rei disse que o invejava. Essa era a sorte dos Soberanos, suspirou êle; ¡podiam conceder honras, mas não tinham liberdade para as ganhar!

D. João beijou a mão real, e a 13 de Agôsto de 1543 partiu para Gibraltar a reünir-se ao seu colega castelhano. Os aliados saüdaram-se com os habituais cumprimentos, mas, como de costume, a cooperação não foi completa. Na primeira conferência ambos concordaram ser necessário ir procurar o inimigo sem demora, mas quando chegou a notícia da aproximação de Barbarroxa com poderosa esquadra, parece que D. Álvaro de Bazán se sentiu atacado de prudência excessiva.

D. João de Castro não se sujeitou àquilo, e encarou de sobrancelha carregada a carta de Bazán. Novos acontecimentos, dizia o castelhano, reclamavam outro conselho. ¡Os seus informadores contaram-lhe que a esquadra de Barbarroxa tinha o dôbro da dos aliados, e que seria desacertado oferecer-lhe batalha, acrescentando prudentemente que o serviço do Imperador valia mais do que a glória pessoal!

Era a velha controvérsia militar — ofensiva ou defensiva? D. Álvaro de Bazán, comandante prudente, acreditava que vale mais fortificar-se, ao

passo que D. João de Castro se persuadira de que a melhor defesa é o ataque. Disse-o a D. Álvaro, mas revestiu os seus pontos de vista com a linguagem romanesca do tempo. ¡Não podia mudar de opinião diante do inimigo!—disse, porque nada animaria mais os turcos do que vê-los receosos. Desde que se atreviam a pretender calcar a terra ibérica, devia arriscar-se tudo pela honra e pela glória. ¿Que pensaria o mundo se as fôrças de dois Reis poderosos consentissem que Barbarroxa os levasse à defensiva? ¿Havia de permitir-se que os turcos dominassem os mares hispânicos à vista das Águias e das Quinas? Êle, D. João, estava firmemente resolvido a ir ao encontro do inimigo, não receando censura alguma por correr tal risco, porque, se fôsse derrotado, os mortos não podem ser chamados a prestar contas; se voltasse vitorioso, nada teriam que preguntar-lhe. E dizendo isto, partiu para o Estreito de Gibraltar, enquanto D. Álvaro de Bazán ficava em observação.

Durante três dias esperou D. João a esquadra turca, mas, como na Índia, ela não apareceu. Na realidade, parecia que a batalha em frente de Dio em 1508 abatera para sempre os nervos da Turquia. Diziam uns que os capitães turcos questionavam entre si, outros que o Sultão dera contra-ordem. Fôsse qual fôsse a razão, o facto é que a esquadra dos otomanos dissipou-se. D. João entrou então em Ceuta, onde foi saüdado com uma salva tão estrondosa que os castelhanos julgaram que os turcos tinham realmente chegado e se travara uma batalha. Todavia isto não os fêz mover-se, talvez por melindre. Se o comandante aliado insistia em correr riscos injustificáveis, D. Álvaro de Bazán não se sentia obrigado a prestar-lhe auxílio.

D. João passou o resto daquele verão a fortificar Ceuta, e a tratar da defesa de Alcácer e de outras

praças. Seu filho Álvaro, o jovem cavaleiro do Sinai, estava com êle em Marrocos a adquirir mais experiência. Foi naquelas águas que o mancebo comandou pela primeira vez—comando atenuado, a julgar pelo «regimento» paternal: «Em cousa que tocar a navegação (ao) emtrar da bara não fareis nẽ mãdareis cousa allgũa sallvo o que vos aconselhar mestre e pilloto.» (1) O galeão *São João*, em que Álvaro ia, devia seguir direito de Ceuta a Portugal e no caminho não se deixaria distrair: «Se caso for que achardes daqui até Llixboa allgũa nao de corsairos não curareis de corer apos ella nẽ tereis outro Imtento sallvo meter este galleão demtro no rio.» (2)

Era um modesto comêço; apesar de tudo era, porem, um comêço. Três meses depois encontramos o jovem Álvaro na situação honrosa de «Capitão Mor» de uma armada mandada a Alcácer para libertar a fortaleza, então ameaçada pelos mouros. O novo comandante incipiente parece que teve desta vez mais liberdade de acção, mas ainda assim recebeu muitos conselhos prudentes: «fareis o que vos acõselhar Pero Neto, pilloto, e nã vos ẽganẽ allvoroços de gemte mãceba.» (3) Em Alcácer tinha de entregar as tropas a Pêro Álvares, capitão da praça, e colocar-se incondicionalmente às ordens dêle. «Avizar vos eys que por nenhũa cousa deste mũdo que acõteça vos sayreis fora da obidiẽcya parecer e cõselho do senhor Pero Allvarez por que fazẽdo o cõtrairo disto vos castigarey milhor que ao mais

(1) Tôrre do Tombo. *Colecção de S. Lourenço.* Livro IV, fól. 227; *Regimento dado a D. Álvaro de Castro*, de 25 de Maio de 1543.
(2) Ibid.
(3) Tôrre do Tombo. *Col. S. Lourenço* vol. IV, fól. 278: Regimento de D. Álvaro «nesta yda de allcasare». Datado de 11 de Setembro de 1543.

rũy gromete que tenho», [1] acrescenta o pai com severidade.

Assim admoestado, o jovem Álvaro procedeu com acêrto, pois não voltamos a encontrar mais ameaças nos regimentos posteriores.

Em Fevereiro de 1543 pai e filho voltaram, finalmente, à pátria. No caminho encontraram sete piratas, ao largo do cabo de S. Vicente, e meteram dois no fundo. A nau capitaina foi abordada e tomada; as restantes fugiram.

Lisboa inteira sentiu enorme satisfação com êste episódio, vendo-se D. João de Castro herói do momento. Quer com a Índia e o Mar Vermelho, quer com o destroçamento dos piratas franceses no seu activo, e ainda com a atitude decidida no Estreito de Gibraltar – tanto mais notável quanto se fizera ante olhos castelhanos – D. João poderia ter-se pavoneado na Côrte, se se importasse com ficar lá. «Vos mamdareis desembarcar a gente, e ireis descamsar de vossos trabalhos,» [2] escreveu o Rei com benevolência. D. João não esperou que lhe dissesse duas vezes tal coisa; retirou-se imediatamente para Sintra para ver crescer as suas árvores.

Os progressos destas eram muito interessantes. Diz a tradição local que D. João trouxera algumas árvores da Índia para plantar nos sobreirais da Penha Verde, o que é o mais provável que êle fizesse. E havia ainda as pedras orientais. As inscrições destas são sânscritas, ao que se diz, e afirmam alguns que êle as trouxe do templo de Baçaim. Se assim foi, ¿qual era então a «pedra de Melinde» citada por um amigo em carta muitos anos depois? Êste Francisco

(1) Ibid.

(2) Carta de El Rei para D. João de Castro. Datada de 8 de Fevereiro de 1544. Publicada por D. Fr. Francisco de S. Luís, *ob. cit.*, doc. 15.

de Melo, dando a D. João notícias da quinta, fala da «pedra de Melinde posta no Heirado de lucas.» [1] ¿Havia algum miradouro da Penha Verde ligado ao de Lucas Giraldes – seu lugar preferido, talvez, ou por êle desenhado? A alusão, transparente há tanto tempo para aquêle grupo de iniciados, perdeu-se para nós, a quem não foi dirigida. Mas, de Melinde, de Baçaim ou de qualquer outra parte, há ainda na Penha Verde pedras orientais. Vemo-las hoje por entre os caminhos do bosque, obscurecidas pelo tempo e batidas por séculos de sol e de chuva; as suas inscrições misteriosas, sem significação para quem as vê, guardam um segrêdo de terras remotas.

Na primavera, nos bosques de Sintra, com as árvores verdes a rebentarem e a subirem para um céu lavado das chuvas com o mar turqueza ao fundo – no verão à sombra das árvores frondosas, refrescadas por riachos correntes; no outono com a luz gloriosa a iluminar os carvalhos e a colorir os castanheiros de fora dos muros, sôbre que «os meus moços» [2] saltavam para encher os bolsos de castanhas roubadas – naquele ano de 1544 D. João viu passar tôdas as estações no seu retiro, cercado dos filhos que iam crescendo. Foi uma época de paz e também o último ano que viu esta família reünida na Penha Verde.

(1) Tôrre do Tombo. *Col. de S. Lourenço*, vol. IV, fól. 82.

(2) Cartas de D. João de Castro para El-Rei. Publicada em O *Instituto*. Vol. I, e por António Baião no *Segundo Cêrco de Diu*. D. João pede ao Rei que lhe dê o castanhal «para que tendo os meus moços que comer no meu, não vão destruir e fazer damno no alheio.»

Capítulo XI

Novamente em trabalhos

É, sem dúvida, privilégio ter um amigo e admirador real, mas não leva a uma vida de paz silvana. D. Luís queria ver o seu herói sempre em foco, e tomou a seu cuidado ver que D. João não fôsse esquecido.

– ¿Quem deverá ser o meu próximo Governador da Índia? – suspirou um dia o Rei.

Martim Afonso de Sousa, que sucedera a D. Estêvão, estava no fim do prazo do seu cargo em 1545, tendo-se proposto muitos candidatos ao lugar. Qual dêles recomendava D. Luís? O Infante disse logo que D. João de Castro.

O Rei reflectiu. D. João de Castro? Um bocado atrevido, não? Aquêle avanço impulsivo pelo Estreito de Gibraltar, ao encontro de um inimigo que D. Álvaro de Bazán considerara demasiado poderoso para ser atacado pelas duas esquadras juntas – não tinha a cabeça um pouco esquentada?

– Não aos olhos de qualquer soldado! – exclamou D. Luís. Se isso constituísse uma falta, fôra-o no bom sentido. Demasiado altivo e distante? Certas pessoas poderiam considerá-lo assim: nunca cortejou Ministros nem pediu nada, mas com certeza tais defeitos, disse D. Luis com calor, eram melhores do que as qualidades de outros homens! ¿Quem estaria tão bem indicado para restabelecer a disciplina da Índia como aquêle que já lá servira com distinção e completo desprêzo pelo interêsse pessoal? O Infante confessou que falava como amigo de D. João de Castro, mas era por essas qualidades que o amava. Amaria qualquer outro homem como êle!

– exclamou D. Luís entusiasmado. Se o Rei queria ouvir o seu conselho – ali estava o seu Governador da Índia!

Com a sua inteligência lenta mas cuidadosa o Rei meditou na sugestão. Não podia, como o irmão, dizer que sentia grande afeição pessoal por D. João de Castro. O sujeito era independente de mais! Um eterno pedinchão freqüentador da Côrte seria, por certo, um aborrecimento atroz – o Rei sentia-se aflito com muitos dessa espécie –, mas um homem demasiado altivo para nada pedir também irritava de outro modo. Era verdade, porém, como dizia D. Luís, que a austeridade, inconveniente num cortesão, seria oportuna em um Governador da Índia. Recordando as qualidades essenciais para êsse cargo árduo, o Rei não podia negar que D. João de Castro as possuía.

Um comandante arrojado e experimentado – era de primeira importância para ganhar o respeito dos rebeldes do Oriente. Um marinheiro perito – vinha a ser precisamente o que se tornava necessário para o mais elevado cargo em um império fundado no poder naval. Hábil financeiro? Talvez não! «O Rei – diz Diogo do Couto – não havia D. João de Castro por homem de muito negócio.» [1] Nisto o Rei tinha, sem dúvida, razão. Sabemos que os assuntos financeiros particulares de D. João estavam cegamente entregues nas mãos de Lucas Giraldes. Todavia o talento financeiro já não se tornava essencial. O Vedor da Fazenda tinha então a seu cargo o Erário real, e não o Governador da Índia, como no tempo de Albuquerque. Também nisto a falta de D. João parecia melhor que as qualidades de alguns – ¡ houvera Governadores da Índia que, comer-

(1) Doc 6, liv. I, cap. I.

cialmente, eram demasiado hábeis! O desinterêsse de D. João chegara a ser quási lendário. Juntando-se a isto, o seu carácter moral, como D. Cristóvão da Gama um dia acentuara, podia apresentar-se como exemplo para todos.

E por fim, mas nem por isso de menor importância, a sua fidalgaria era a mais nobre da sua terra. Isto tinha real importância. O Rei conhecia vários homens bons que poderiam ter ocupado o cargo de Governador com distinção, mas vira-se obrigado a pô-los de parte por causa do seu nascimento humilde. Dissessem o que dissessem, não valia a pena esperar ser obedecido por filhos de famílias nobres que engrossavam as fileiras dos exércitos da Índia.

D. Luís tinha razão. D. João de Castro parecia servir muito bem; além do mais, sabe-se que o Rei queria agradar ao irmão.

Por isso D. João foi arrancado às suas experiências arborícolas nos sobreirais.

O Rei mostrou-se muito amável. «Andei estes dias cuidadoso em buscar varão que governasse o Estado da India – disse-lhe êle, – e não duvidava podelo achar na familia dos Castros, de cujo tronco os senhores Reys meus antecessores tirarão sempre Generaes para os exercitos, Regentes para os povos; assi me prometto, que de tão valeroza raiz não pode degenerar o fruto; mormente se medir as futuras acções pelas passadas, as quaes vos tem dado justo nome na opinião do Reyno, e estimação na minha; polo que confiadamente vos encommendo o governo da India, aonde espero procedais de maneira, que possa dar vossas acções por Regimento aos que vos sucederem.» (1)

(1) Jacinto Freire de Andrade, *Vida de D. João de Castro*, edição de D. Fr. Francisco de S. Luís. Pág. 22.

D. João ajoelhou para beijar a mão estendida do Rei – sem dúvida, com sentimentos desencontrados. Não gostava nada da Índia, e provàvelmente não queria voltar lá. Ao mesmo tempo a honra conferida era imensa, e tanto mais honrosa quanto êle nada fizera para a ganhar. Na Côrte haveria amargos de bôca e irritação quando se conhecesse a escolha real, mas os que não tinham interêsses pessoais em jôgo aprovaram.

Os meses imediatos foram febris. A nomeação fizera-se em Janeiro de 1545, e a armada devia sair para a Índia no comêço da primavera. Tripulá-la, equipá-la e pô-la pronta a partir a tempo não era fácil tarefa, e esperava-se que o Governador eleito vigiasse todos os pormenores.

«Dom Joham – escreveu o Rei, de Évora – a principal cousa das que tocam à armada da India, em que aveis de ir, he partir cedo,» (1) e D. João respondeu que contava estar pronto a dez de Março.

Naquele inverno Sintra viu-o poucas vezes. Partira para Lisboa, onde tôdas as manhãs se passavam nos estaleiros e nos armazéns junto dos cais, inspeccionando depósitos, discutindo processos e meios, e superintendendo no equipamento da esquadra. Às tardes, na Casa da Índia, conversava com os diferentes funcionários a respeito de assuntos dependentes da secção de cada um dêles. Tinham de se contratar oitocentos homens a partir de 1 de Fevereiro e D. João devia de estar presente para ver cada um dos contratados – «porque se não posa asentar pessoa sem voso consentimento, e a primeiro verdes.» (2) Os diplomas de pilotos também se deviam examinar, assim como os navegadores competentes

(1) Ibid. doc. n.º 17.
(2) Ibid.

destinados a cada navio. Tinham de escolher-se mestres para todos «autos e sofficientes pera a viagem.»[1] Era necessário nomear vigilantes para guardar os depósitos e dar ordens para Vale de Zebro para a fabricação da farinha e do biscoito com tôda a rapidez, levando-os aos fornos reais.

Da Côrte de Évora e de tôda a parte choveram sôbre D. João de Castro cartas com ordens, instruções, conselhos, lembranças, pedidos e comissões. A Rainha, por exemplo, queria embarcar oito pipas de vinho para se venderem no Ultramar, com o fim de auxiliar um mosteiro que ela andava a edificar em Faro. Era de esperar que D. João atendesse êste pedido, do que a Soberana estava certa, porque «per a cousa ser da calidade que he, e eu saber com quanto gosto e contentamento vos fazeis as semelhantes; alem do desejo, que sey que tendes pera em tudo me comprazer e servir.» [2] Outro encargo respeitava ao capelão e prègador do Rei, Mestre Pêro Fernandes, que se dirigia a Goa «onde espero que com suas letras, pregações e bõo exemplo, nosso senhor seja dele bem servido e o povo edificado.» [3] Como o bom do homem tinha a saúde abalada, o Governador foi encarregado de cuidar dêle e de lhe arranjar acomodação a bordo do seu próprio navio em câmara independente «em que bem possa hir e levar seus livros.» [4]

Outro passageiro entregue aos cuidados de D. João era Ras Xarafo, guazil de Ormuz – pescador de águas turvas, cuja atitude duvidosa na política local fizera que o chamassem a Lisboa dezassete anos antes, para dar conta dos seus actos e dos de

(1) Ibid.
(2) Ibid., doc. n.º 19.
(3) Ibid., doc. n.º 22.
(4) Ibid.

outros, o que êle fizera com «mui elegante falla», provando que só os outros eram dignos de censura. Desde então Ras Xarafo viveu como um fidalgo em Portugal, sendo servido conforme a sua categoria e gozando de inteira liberdade. Durante todo o tempo jamais, por orgulho, falou português – um homem de honra, dissera êle, não troca a sua língua nem a sua fé – e assim conseguiu viver em Montemor, falando ùnicamente a língua persa.

Era êste homem de honra que então fôra autorizado a regressar à pátria e a reocupar as suas funções de guazil em Ormuz, sob a condição de mandar o filho para ficar à guarda do Rei como garantia do seu procedimento futuro.

Convinha a Portugal ter sob a sua guarda os jovens magnates do Oriente e industriá-los no modo de proceder. Em uma nota dirigida a D. João, o Rei recomenda-lhe que cuide bem do filho de Ras Xarafo e o remeta de Goa com todo o confôrto a bordo do navio: «em tudo receba de vos favor e bõo tratamento, porque me prazerá disso muito e volo agradecerey.» [1] Todavia, sob a condição de o pai não sair da Índia para Ormuz sem o filho ter sido entregue – de onde concluímos que a oratória do velho, apesar de tôda a sua elegância, deixara ainda lugar para dúvidas.

A esquadra constava de seis unidades: o *São Tomé*, navio almirante, o *São Pedro*, comandado por D. Jerónimo de Noronha, sobrinho do Governador, o *São Mateus*, também chamado *Urca*, sob o comando de Jorge Cabral, o qual levava a espôsa, o *Santo Espírito*, comandado por Diogo Rebêlo, o *Santa Cruz*, com Manuel da Silveira, e a *Burgalesa* ou *São Salvador*, ao cuidado de Simão Pires de

(1) Ibid., doc. n.º 23.

Andrade, filho de Fernão Pires, que servira no tempo de Albuquerque.

A *Burgalesa* transportava uma importante carga — nada menos que um grupo de órfãs para casarem. Estas raparigas dirigiam-se para o seu destino desconhecido sob os cuidados paternais do dr. Francisco de Mariz e de sua mulher, que seguiam para a Índia com os filhos.

D. João de Castro levava desta vez dois filhos: D. Álvaro, o guerreiro veterano e capitão do mar, de vinte anos de idade, e D. Fernando, de dezassete anos, ainda à espera, confiadamente, daquilo que a vida lhe pudesse dar.

Enquanto o pai se debatia com os problemas do equipamento e dos fornecimentos necessários aos navios, e estudava a futura política a seguir com os Reis indianos, os rapazes, cada um dos quais recebera do Rei vinte cruzados para ajuda das suas despesas [1], tinham problemas pessoais a considerar — bastante complexos em sua opinião.

D. Álvaro, apesar de sensato, gostava muito de belas roupas. Como primogénito do Governador, pensava, devia apresentar-se com distinção. Por isso, enquanto o pai conferenciava com os Ministros de Estado, D. Álvaro de Castro conferenciava com o alfaiate, e o feliz entendimento a que chegaram encontrou expressão em um maravilhoso par de calções.

Ocupado e preocupado e, naturalmente, bastante mal humorado, D. João ignorava o que o filho fazia, até que um dia, ao passar nas suas idas costumadas, qualquer coisa lhe chamou a atenção quando passava junto da loja de um alfaiate. À

[1] Ver alvará na Tôrre do Tombo. Corpo Cron. Parte 1.ª. Maço 38. Doc. 78.

porta, mostrando-se com orgulho, estava dependurado um par de calções do mais recente modêlo — com certeza não eram calções vulgares, pois ao vê-los D. João fêz parar o cavalo.

— De quem são êsses calções? — preguntou ao alfaiate que veio a correr.

Impando de justo orgulho por aquela sua obra, o artista respondeu que eram do filho do novo Governador da Índia.

D. João olhou espantado para a brilhante peça de vestuário, e franziu o sobrolho. ¡Era, pois, naquilo que pensava o jovem macaco!

— Dê-me uma tesoura! — ordenou ao alfaiate atónito.

Zás! Trás! O homem olhava aterrado, enquanto D. João, sem piedade, fazia em tiras os encantadores calções do pobre Álvaro.

— «Dizei a esse rapaz, que compre armas!» [1] — disse o pai sombriamente.

Disciplina romana! — exclama Jacinto Freire em êxtase perante o sacrifício sartório. É natural que o jovem Álvaro se servisse de palavras totalmente diversas. O que disse ignoramo-lo. Muito provàvelmente não disse nada, a não ser talvez a Fernando, porque os pais do século XVI levavam sempre a sua avante.

Apesar do ruído enervante daquela ocasião, D. João ainda arranjou uns momentos para conversar com Alonso de Santa Cruz. Êste erudito — Cosmógrafo-mor de Castela — estava de visita a Lisboa à procura de material para os seus estudos àcêrca da variação da agulha, missão dificílima em umas terras onde tôdas as descobertas dos sábios se encontravam fechadas a sete chaves. Santa Cruz

[1] Ibid., pág. 23.

teve de distribuir constantemente gorgetas e comprar em segrêdo algumas informações e apanhar de viva voz aquilo que podia. «*Y con todo esto* – escreve êle – *aun no me satisfiziera si no hablara con don Joan de Castro, caballero muy docto e muy curioso.*»(1)

D. João estava mesmo a ponto para que êle o queria, visto como as variações da agulha eram o seu tema predilecto. E foi até ao ponto de não resistir a oferecer cópias dos seus *Roteiros* ao colega sob a condição de que «*no los mostrase a ninguna persona de Portugal.*» (2)

Oferecer obras daquelas era absolutamente ilegal. Por decreto real, todos os mapas e livros referentes a assuntos cartográficos, náuticos ou cosmográficos constituíam segrêdo de Estado, e por princípio algum deviam divulgar-se. D. João deve ter tido perfeito conhecimento disto, mas no seu espírito entrechocava-se o seu patriotismo com o seu universalismo de homem de ciência. O exclusivismo opõe-se ao espírito científico, que entende que o saber deve ser partilhado por todos. Neste caso o homem de ciência em D. João era mais forte do que o vassalo leal.

Foi um curioso episódio, pois depreende-se que o Rei jamais teve conhecimento desta falha momentânea do seu mais fiel criado.

D. João não conseguiu estar pronto para partir a dez de Março como esperava. No dia dezanove ainda o encontramos em Lisboa escrevendo as suas últimas disposições e testamento, como todo o homem prudente fazia antes de embarcar para uma viagem tão longa e perigosa.

(1) Alonso de Santa Cruz, *Libro de las Longitudes*, cit. por Jaime Cortesão, «*História de Portugal*», ed. monumental, Barcelos, vol. IV, pág 234.
(2) Ibid.

É um documento simples. Não havia muito que deixar a não ser a amada quinta, que ficaria vinculada à descendência do seu primogénito, devendo o proprietário usar sempre o nome de Castro.

Os filhos mais novos, Fernando e Garcia, não são ali mencionados. O pai, que também era filho segundo, sabia que êstes tinham de se arranjar por si. Quanto às raparigas – Inês, a mais velha, já então se encontrava casada (sem dúvida desde 1543, quando o pai transferiu para ela a sua tença anual de trinta mil reis), dizendo D. João que «dezejo cazar as outras» (1), pensando que seis mil cruzados poderiam arranjar-se para cada uma delas, os quais, juntos aos bens da mãe, bastariam para permitir casá-las «honradamente.»

Mais adiante o testador diz: «decraro digo por descargo de minha consciencia, que eu não devo ao tempo deste meu testamento couza algũa a nenhũa pessoa que eu seja lembrado antes a mim me devem algumas dividas,» (2) das quais tem idéia vaga. Os herdeiros do irmão deviam-lhe oitocentos mil réis «pouco mais, ou menos» (3) – e D. Afonso de Meneses duzentos mil réis, do mesmo modo aproximado. Todavia, de maneira nenhuma se deviam exigir: «eu comfio, que como elles puderem serão alembrados da paga». (4)

Diz D. João que desejava que os herdeiros da Penha Verde mandassem dizer uma missa por sua alma todos os meses. «E isto se quizerem, não que sejão a isso obrigados,» (5) apressa-se a acrescentar.

Deviam gastar-se com «os pobres de África»

(1) *Testamento de D. João de Castro*, publicado por Cristóvão Aires.
(2) Ibid.
(3) Ibid.
(4) Ibid.
(5) Ibid.

vinte mil réis: com os cavaleiros que tinham combatido naquelas fortalezas bloqueadas tão suas conhecidas; ou então com as viúvas dêsses guerreiros.

Outros vinte mil réis se deveriam dar para ajuda de se casarem duas órfãs «pobres e virtuosas.»

Para a Misericórdia de Lisboa foram duzentos cruzados, mas neste ponto D. João, o suspeitoso, ordena que os executores depositem dinheiro nos cofres pelas suas próprias mãos!

Êstes executores são sua mulher, seu filho primogénito e Lucas Giraldes, ao qual pede que assuma o encargo «por amizade que ha entre nós,» o bom do Lucas Giraldes que «ha muitos annos... me tem guardado minha fazenda, por me fazer boa obra, e nisto tem levado muito trabalho e feita muita amizade.» Os outros executores «estarão pelo que se achar» nos livros de Lucas Giraldes, e fiar-se-ão em sua palavra pelo que não se encontre nêles, «pela muita experiencia que tenho delle, eu confio que não dirá, senão o que for.»

Concluído êste testamento, foi assinado e testemunhado em casa de D. Rodrigo Pinheiro, então Bispo de Angra. Nove dias depois a armada partia.

D. João viu, assim, a Penha Verde pela última vez. Despediu-se de D. Leonor, na perspectiva de assistir sòzinha ao nascimento do sétimo filho, da jovem Inês, sua filha casada, da irmãzinha desta, Joana, e dos mais pequenos, Garcia e Leonorinha.

A família da Penha Verde dispersou-se então, para cada um seguir até aonde o dever o chamava: o pai e os filhos homens, para servirem o Império no ultramar; as mulheres e os pequenos, para contarem os dias em casa.

Dentro de um ano, havendo sorte, chegariam cartas.

Capítulo XII

Os problemas da Índia

Foi uma viagem excepcional. ¡Quando em Moçambique D. João de Castro contou os homens do seu navio, nem um só morrera! De facto a tripulação estava «tam sam e bem desposta que parecia [que] a esa ora embarcaram.» (1) Aquilo «certo parece cousa milagrosa» (2) escreveu o Bispo do Pôrto quando a feliz notícia chegou ao reino Tais eram os rigores de uma viagem oceânica no século XVI.

O milagre executara-se apesar do excesso de gente. Logo passadas as Canárias, encontrou-se a bordo grande número de passageiros clandestinos, a maior parte dos quais fugiam à justiça; mas não era por isso que a sua presença se tornara indesejável. A questão consistia em como poderiam fazer-se rações que chegassem para sustentar essas bôcas a mais, o «que me pos em muyto cuidado e estive muy perto de tomar as Ilhas de Cabo Verde pera deixar hy toda a que se não podia levar sem muito Risquo,» (3) escreve D. João. Todavia ocorreu-lhe que seria crueldade lançar essa pobre gente naquelas rochas escalvadas durante a estação em que o clima é mais mortal. Por isso, apesar dos protestos, resolveu conservá-los a bordo, esperando, com cuidado, que as rações durassem até Moçambique. E com cuidado assim foi, chegando exactamente ao certo.

Dois outros navios chegaram sem doença alguma,

---

(1) Carta de D. João de Castro para El-Rei, de Moçambique. *Col. S. Lourenço*, V, fól 103.

(2) Carta do Bispo do Pôrto para D. João de Castro *Col. S. Lourenço*, IV, fól 392.

(3) Carta para El-Rei, supracitada.

não havendo mortes a lamentar, excepto as de dois homens caídos ao mar; mas nem tôdas as unidades daquela armada de seis navios tiveram tanta sorte.

Ao largo da costa do Brasil, o capitão da *Burgalesa*, Simão Pires de Andrade, mandara o escaler à nau capitaina a partipar que o dr. Francisco de Mariz morrerra com uma pleurisia no Gôlfo de Guiné.

Isto causara embaraço. ¿Que havia de ser das órfãs que lhe iam entregues? Que lhes não teria acontecido? Com a grande quantidade de jovens elegantes que se dirigiam à Índia nestes navios, não eram êstes lugares próprios para meninas casadoiras, tôdas sem terem quem as vigiasse. Logo que o soube, escreve D. João, «mandey prover sobre as orfãs». (1)

Felizmente correra tudo bem. O dr. Toscano, outro homem sisudo e letrado, chamara a si o encargo. Estabeleceu às raparigas uma guarda de dragão e «nam consemtia nenhũa gemte estar derador de seus gasalhados de que se lhe pudesse vir allgum noyo.» (2) D. João deixou-o continuar o bom trabalho, e a viúva do dr. Francisco, mulher «muyto homrada e virtuosa», (3) foi uma vigilante muito competente.

Em Moçambique fêz-se a costumada paragem para vistoriar e reequipar a armada, desembarcando-se alguns inválidos. Quando todos os navios chegaram, encontrou-se certo número de doentes, «os quaes forão curados e Remedeados o mylhor que foy possyvel.» (4)

Receamos que não tivesse sido muito bem. O hospital de Moçambique carecia de roupas e de remédios. D. João mandou fazer uma lista do que

(1) Ibid.
(2) Ibid.
(3) Ibid.
(4) Ibid.

se tornava necessário para o remeter da Índia mais tarde. E enquanto a armada se conservava no pôrto, ordenou aos filhos que ajudassem a tratar dos doentes.

Também estudou as defesas da ilha. O perigo não era tanto da terra como do mar. Se a Turquia mandasse uma expedição ao Oceano Índico – como podia muito bem fazer – o forte de Moçambique não resistiria.

D. João desenhou uma fortaleza muito mais resistente e mandou o desenho ao Rei. Se fôsse levantada, disse êle, a ilha estaria segura e seria em vão que os turcos prolongariam o cêrco. Não podiam manter-se por causa das provisões porque, diz êle, «os turquos são homẽs muy grande comedores e dados a vinyos e deleites.» (1) E Moçambique não possuía deleites nenhuns – nem sequer abastecimento de águas. As existentes «são pouquas e Rũys e esas que ha sam mays que trabalhosas de aver, porque aguora não estando aquy mays de tres naos cada dia me vem dizer que se sequão os poços». (2)

De Moçambique D. João mandou um navio para a Metrópole com um relatório para o Rei. Escreveu também uma carta para a Rainha, para o Cardeal Infante, para os Bispos de Angra e do Pôrto, para Lucas Giraldes e para a filha Inês – mas ¿porque não escreveu a D. Leonor?. ¡Parece que naquele maço não havia carta para ela e que ela chorou, pobre alma, que tinha bem direito a receber uma!

Mandou também à frente um navio para a Índia, com os seus cumprimentos para Martim Afonso de Sousa, o governador cessante. D. João, dizia o recado, ia ali «para o servir», o que era «grãde

(1) Ibid.
(2) Ibid.

gentileza e fidalguia», notou com aprovação o Bispo de Angra quando soube – o Conde da Castanheira, acrescenta êle, admirara-a muitíssimo.

O mês de Setembro viu chegar a armada a Goa, encontrando a cidade tôda enfeitada com fôlhas e palmas. Os vereadores da Cidade cumprimentaram o Governador com um discurso solene. D. João foi acompanhado a terra, por entre bandeiras desfraldadas e rufos de tambor. Haviam-se preparado festas, e houve banquetes e bailes.

Todos desembarcaram. O Governador fixou residência em casa de Martim Afonso, caiada de fresco. As órfãs alojaram-se nas casas de indivíduos de confiança. Quanto a Ras Xarafo, ao desembarcar em Goa para esperar pelo filho, receberam-no «de maneira – diz êle numa carta comovente endereçada ao infante D. Luís – que pelas minhas barbas brancas abaixo chorava nelas lagrimas por ver tantas homras e mercees».[1]

Martim Afonso de Sousa, amável, frio e um tudo-nada sarcástico, deu as boas-vindas ao seu sucessor na Índia. Os Governadores cessantes usualmente manifestavam a sua alegria por abandonarem um cargo tão pesado–era de bom tom–mas no caso de Martim Afonso parece que o prazer manifestado era autêntico: regressava à pátria bem provido e levando uma arca com dinheiro para o Rei – circunstância que naturalmente tornava agradável a sua chegada.

Porque, se D. João de Castro não era homem de negócios, o mesmo não podia dizer-se de Martim Afonso de Sousa. Tinha êste um faro especial para tudo o que se referia a dinheiro, e a política e a

(1) Carta de Reys Xarafo ao Infante D. Luís. Outubro de 1545. Tôrre do Tombo. Gaveta 20. Maço 7. N.º 11.

diplomacia no Oriente ofereceram-lhe vasto campo para êsse talento. O período do seu govêrno caracterizara-se por uma série de excelentes negócios financeiros com os Príncipes indianos. Todos os anos mandava para a Metrópole grandes quantias – coisa que nenhum Governador jamais fizera até aí – mas continuava em aberto a questão de até quanto montava aquilo que lhe ficava nas mãos. Por exemplo: os *pardaus* de ouro oferecidos à Coroa por um rico muçulmano de Cananor, ¿foram oitocentos mil, como se comunicou oficialmente, ou antes um milhão?

Tôda a Goa murmurava a respeito dêste assunto, enquanto Martim Afonso esvaziava a casa e lhe mandava dar a camada de cal acima referida, surpreendendo D. João com pedir-lhe que ordenasse imediatamente uma sindicância para comprovar a correcção do seu procedimento.

D. João disse que isso não era com êle, mas entre Martim Afonso e o Rei. Todavia, se Martim Afonso entendia ser preciso fazer-se uma sindicância para calar a língua do povo – então fizesse-se e fôsse até ao fim!

Martim Afonso não gostou da resposta, mas sempre fêz a sindicância. Partiu para Cochim para continuar a carregar, enquanto D. João de Castro estudava em Goa os problemas da Índia.

O primeiro a resolver era o dos *bazarucos*. Fôra uma das mais felizes idéias financeiras de Martim Afonso. Goa inteira suspirava e gemia por causa daquilo. Os preços eram elevados, os géneros escassos, e o comércio estava completamente paralizado por causa da depreciação de uma pequena moeda de cobre, precisamente a de uso mais constante. O pequeno bazaruco figurava em tôdas as compras de mercado entre Goa e os Estados indi-

genas do interior. Cunhava-se o bazaruco em cobre proveniente de Portugal, e quando escasseou a moeda miúda em Goa, o Vedor da Fazenda, Aleixo de Sousa, sugeriu a Martim Afonso um plano simples para remediar o mal: recolhiam-se todos os bazarucos, dizia êle, derretiam-se e de cada cinqüenta far-se-iam setenta mais pequenos. Entretanto, por decreto determinar-se-ia que o seu poder de compra continuaria o mesmo.

Uma realização financeira dessas agradava a Martim Afonso, e se o bazaruco circulasse apenas na Índia portuguesa, não haveria mal por isso. Mas mercadores de fora não aceitavam a moeda mais pequena, a não ser à razão de dois para um. O pequeno comércio de Goa ficou logo arruinado com isto, e os pobres tiveram falta de pão. O povo protestou e apresentou as suas razões, mas o Governador não lhe prestou a mais insignificante atenção.

Logo que chegou D. João de Castro, uma deputação da Câmara da Cidade foi visitá-lo. ¿Não poderia êle remediar o que o antecessor fizera? — preguntaram êles. Os Reis de Portugal não tinham nunca esmagado os seus súbditos. ¿Não mandaria D. João pôr novamente em circulação os bazarucos grandes?

D João prometeu fazer o que pudesse. Era um problema espinhoso. O povo, pensava êle, tinha razão no seu pedido, mas os cofres reais teriam de ser afectados — operação delicada e arriscada.

Convocou-se o Conselho da Índia, porque uma responsabilidade daquelas não podia ser assumida pelo Governador sòzinho. Todavia, clero, fidalgos e magistrados, todos concordaram que o povo tinha razão, e D. João mandou logo pôr em circulação os bazarucos grandes.

Enquanto Goa chamava tôdas as bênçãos sôbre

a cabeça de D. João, em Cochim Martim Afonso fêz observações de censura. Aleixo de Sousa juntou-se-lhe; ambos deixaram transparecer os seus sentimentos em uma longa carta admonitória. Era pena, diziam a D. João, ter anulado as sãs providências financeiras do Governador antecedente. O tom da carta é o de quem com ares superiores, mas não sem amabilidade, dá explicações a um ignorante. Mas, se Gaspar Correia é exacto, Aleixo de Sousa foi muito mais longe do que isso, insinuando que os lisonjeiros e os sicofantes, que sempre bajulam os novos Governadores, haviam-se apossado de D. João e feito dêle seu instrumento. Chegou até a acentuar que algo de mais concreto além da lisonja devia ter-se em consideração — ¡D. João talvez achasse esta operação vantajosa para si mesmo!

D. João de Castro, sensível, especialmente em casos como êste, ficou picado. A sugestão de receber naturalmente peitas causou-lhe choque profundo: «na reposta — diz Gaspar Correia — fallou muy largo e muy agastado» [1], tendo de facto escrito uma carta muito insultuosa. [2] Era sem dúvida calor demasiado para um filósofo, mas a filosofia de D. João ainda se não habituara a suportar as alfinetadas constantes e as pequeninas calúnias que embaraçavam o caminho de todo o Governador da Índia.

Martim Afonso partiu para Portugal, levando com êle Aleixo de Sousa e o cofre de pardaus de ouro, não deixando na Índia dinheiro nenhum. Prometera a D. de João Castro deixar-lhe cem mil

(1) Gaspar Correia, *ob. cit.*, IV, pág. 437.

(2) Na Colecção de S. Lourenço, Vol. XIV, fol. 272, existe a cópia de uma carta que se diz escrita por êle a Aleixo de Sousa, onde de facto fala «muy agastado», verberando-o de mentiroso e «metido ẽ neguocios, ẽ compras, soldos e noutras onzenas - - - - que somente de falar nysto se corrompe ho ar!»

parda pusara comprar o carregamento de pimenta do ano seguinte, e D. João, esperançado em poder fazer também durar aquêle dinheiro até ao outro ano, ficou descansado, embora soubesse que nenhuma importância lhe mandariam do reino. Por isso ficou desolado quando, após a partida de Martim Afonso de Cochim, em vez de receber um saco de ouro, lhe entregaram uma carta.

Era certo, escrevia Martim Afonso com brandura, que prometera deixar o dinheiro a D. João. O seu tesoureiro já tinha estado a contar a importância, quando êle, Martim Afonso, se lembrara de uma coisa. ¿Não escrevera D. João para o reino, cinco anos antes, que não havia necessidade de mandar dinheiro para a Índia? Baseado neste conselho, o Rei jamais mandara algum a Martim Afonso.

Tivera êle de se arranjar por si para pagar as despesas da carregação da armada – fizesse D. João de Castro o mesmo! Estes pardaus eram ouro arranjado por Martim Afonso – precisava de os oferecer ao Rei e obter crédito!

D. João poderia ter objectado que a aplicação das suas próprias palavras contra si mesmo não era leal. ¡Êle dissera que não se tornava necessário mandar dinheiro de Portugal para a Índia, mas não que todo o dinheiro da Índia devesse ser mandado para o reino!

Mas Martim Afonso partira e também os seus pardaus, tomando conta D. João de uma fazenda cujo tesouro estava exausto.

E era êsse um problema que êle nunca resolveria, diferente do dos bazarucos, tão ràpidamente solucionado. Não o único, porém, porque tomara conta das rédeas em um período difícil.

Haviam passado 47 anos desde que Vasco da Gama desembarcara pela primeira vez em Calicute, e precisamente 30 desde que Albuquerque morrera

ao deixar a Índia, como dissera a D. Manuel, "com as primcipaes cabeças tomadas em voso poder, sem nela ficar outra pendença senam cerrar-se e mui bem a porta do estreito". [1] Ainda não se vencera essa dificuldade – era grande de mais para os sucessores de Albuquerque – mas os alicerces lançados por êle haviam perdurado e tinham até sido ampliados de certo modo. Tornava-se evidente que não na escala por êle planeada. Se o grande Governador voltasse a êste mundo ficaria, certamente, desapontado, e teria, sem dúvida, coisas muito duras a dizer a respeito de erros cometidos e de oportunidades desprezadas.

Todavia, os que se haviam desempenhado da missão mereciam louvores. Entre êles houvera homens hábeis. Todos eram soldados bravos e gentis-homens valentes – não tinham culpa de não serem Albuquerques. A despeito de tudo, tinham firmado e conservado o seu império incrível – o mais vasto e o mais surpreendente jamais lançado através da face da terra pelo génio de tão poucos homens.

Não se baseava em nenhum poder terrestre. Dominava ao longo das costas da África e em tôda a periferia do continente da Ásia, fazendo do Oceano Índico um lago privado, e vigiando a navegação, dos mares orientais. O maior bloco territorial deve estar sempre dependente dos dominadores do Oceano. E assim, Portugal, da sua estreita faixa de terra, ditava a lei e dispunha dos destinos dos Reis indianos.

Esta supremacia manteve-se com fanfarronadas, com a valentia e com a ciência náutica. Nunca houvera qualquer outro material com que edificá-lo. Já vimos qual era a posição quanto ao potencial humano. Quanto aos navios dominadores que var-

---

(1) *Cartas de Afonso de Albuquerque*, vol. I pág. 381.

riam os mares da Índia, levando o terror ao coração dos muçulmanos, de Moçambique às Molucas – se os inimigos soubessem a verdade – muitas vezes quási não podiam navegar.

Sempre assim fôra. O embate das tempestades junto do Cabo, o calor abrasador dos sóis equatoriais, os moluscos dos mares tropicais levavam a ruína a navios feitos de carvalho ou de pinho. Os estaleiros do reino não podiam acompanhar os pedidos que lhes faziam. Os melhores navios, por isso, reservavam-se para a viagem de seis meses – os navios postos de parte podiam servir na Índia. «Nam m'entregaram nao que não fosse mais Rezam de a desfazer que navegar nela,» (1) dissera Albuquerque em 1512.

No tempo de D. João de Castro era ainda a mesma coisa exactamente: «me fora entregue toda a Armada de Vossa Alteza tam damnificada e podre – escreveu êle – que com as maons se desfazia.» (2) E prossegue com a lista dos instrumentos e material que seriam necessários para reparação – nenhum dos quais se podia encontrar nos estaleiros indianos.

Quanto às fortalezas – segundo um dos valororos defensores de Dio – fôra uma sorte que a esquadra de Solimão não seguisse até Goa em 1538, porque tôdas as fortalezas da costa indiana eram «tão fracas e mal repairadas (que é assaz para gemer) a nenhuma chegara tão grossa armada que poderá resistir trez dias.» (3) Opiniões destas são expressas constantemente, mas ninguém parecia preocupar-se muito com isso. A esperança no acaso foi sempre uma característica dos portugueses.

---

(1) Carta de 10 de Abril de 1512. *Cartas de Afonso de Albuquerque*, tômo I.
(2) Carta para El-Rei. 16 de Dezembro de 1546.
(3) Lopo de Sousa Coutinho, *História do Cêrco de Dio*

Havia demasiadas fortalezas, segundo D. João de Castro. Isto fazia dispersar de mais o potencial humano. Na sua opinião, três ou quatro posições fortes era, realmente, tudo o que se tornava necessário; o resto devia arrasar-se. A de Calicute fôra já arrasada – talvez não muito acertadamente – em 1524, mas desde então tinham se edificado bastantes menos úteis.

Na costa ocidental da Índia havia oito, algumas já antigas, outras novas: Coulão, no Travancore era uma das primeiras; Cochim, o pôrto da pimenta onde as armadas carregavam todos os anos; e Chalé, a duas léguas de Calicute, onde Nuno da Cunha construíra um pequeno forte com o consentimento do Rajá local e com muito aborrecimento do Samorim, suzerano dêste Rajá. Ao norte de Calicute havia Cananor, uma das mais antigas fortalezas, em um pôrto freqüentado por opulentos muçulmanos, que traficavam com as ilhas Maldivas. Mais adiante Goa, a sede do govêrno e capital do Estado português da India, ficava numa posição estratégica a meio caminho da costa – ilha fortificada cercada de rios. Ao norte e ao sul de Goa encontravam-se os territórios disputados de Bardez e Salsete – atacados, tomados, retomados e negociados em todos os tratados com os vizinhos soberanos de Bijapor – e a oriente os «Passos», por onde se podia passar de Goa para o continente, lugar perigoso, defendido pela fortaleza de S. Brás e a tôrre quadrada de Benastarim.

Perto de Bombaim – ilha arborizada e fértil, então com pouco de cidade – a fortaleza de Chaúl fôra construída em 1521 para manter em respeito o Rei muçulmano de Cambaia. A seguir vinha Baçaim, entre pântanos doentios, e para oeste, no recanto da costa, a ensangüentada Dio dominava o Guzarate, e ainda mais adiante, a navegação do Gôlfo Pérsico era

vigiada pela fortaleza de Ormuz, batida do sol, onde os capitães sem escrúpulos podiam enriquecer.

Tôdas estas o Governador tinha mais ou menos sob a vista e à mão. Até Ceilão era fàcilmente acessível, mas, estendendo-se para oriente, para os reinos dos deleites e das especiarias, onde reinavam as febres, as fortalezas e os entrepostos iam de Colombo, Coromandel, Bengala, Samatra, Malac e Java até às Molucas distantes, onde, livres de vigilância durante anos sem fim, os funcionários faziam o que queriam.

No Extremo Ocidente quem principalmente perturbava a paz eram os habitantes do Achém, piratas locais, ou os castelhanos que haviam dado a volta ao mundo. As outras perturbações que os capitães e os seus subordinados tinham de enfrentar eram principalmente obra sua.

O mesmo se não podia dizer no cenário indiano, caleidoscópio que se modificava ràpidamente, mar inquieto que surgia por trás e batia a posição portuguesa da costa – os milhões sempre em movimento dos vastos reinos do continente e dos muitos Estados vassalos da periferia. Xer Cã, rei dos patãs, dominava em Delhi e em Bengala; os mogóis e os rajputes ameaçavam Cambaia ao norte; no interior do continente o Rei de Bisnaga guerreava no Bijapor e no Decão; o Samorim de Calicute incitava os mercadores muçulmanos a romper o bloqueio da pimenta e questionava com os Rajás menores de Cochim e Cranganor, que contendiam com o seu colega de Repelim, conhecido pelo Rei da Pimenta, enquanto o Idalcão de Bijapor, nos intervalos da paz com Bisnaga, ameaçava Goa constantemente. No tempo em que D. João de Castro chegou à Índia, o pomo da discórdia era Meale, jovem parente do Idalcão.

Os anos de Meale eram poucos, mas a sua história era longa e muito complicada – uma dessas teias dinásticas com que se tecem os anais indianos. Basta dizer que alguns consideravam Meale como herdeiro legítimo de Bijapor mas, fôsse isto verdade ou não, o facto era que o irmão (ou cunhado) (1) se apossara do trono dos Idalcões e o conservava pela violência, pela intriga e pela corrupção.

Meale tinha alguns poderosos aliados entre os magnates de Bijapor, por razões mais ou menos plausíveis por si, e êles haviam-no mandado em criança para o Mar Vermelho, para salvar a vida. Depois de uma infância no exílio e errante da Arábia para Cambaia, Meale pedira auxílio a Portugal, recebendo como resposta o convite para residir em Goa.

Era boa política tê-lo ali. Os Idalcões de Bijapor, a quem Albuquerque conquistara a cidade insular, os mais próximos vizinhos do Estado português da Índia, podiam ser muito perigosos. Para manietar o Idalcão da ocasião nada poderia ser mais eficaz do que reter a pessoa de um pretendente. Meale, com a mulher e a família, foi por isso bem recebido em Goa, com demonstrações ostensivas de respeito.

O Idalcão, furioso, protestou e ameaçou. Também adulou e peitou. Os partidários de Meale, por seu lado, ofereceram a contra-partida, gastando à larga o dinheiro e oferecendo presentes principescos. Uma situação à medida dos desejos de Martim Afonso.

O Idalcão dirigiu-se-lhe, como um homem prático fala com outro. ¿Que importava – preguntou – quem fôsse o Rei legítimo de Bijapor? ¡Neste mundo, o que contava era a posse de facto! Os portugueses não podiam ter uma pretensão dinástica sôbre Goa, nem o seu Rei governava o Oriente por

(1) Ibrahim Adil Khan.

direito hereditário. Mas os seus súbditos haviam-se ali estabelecido e firmado, e ali estava o Idalcão – rival de Meale – no trono de Bijapor! Era êle o melhor e o mais forte. ¿Porque não aceitar o facto consumado e abandonar o Pretendente? O Idalcão oferecia em troca as costumadas garantias – Bardez e Salsete – que naquele momento ocupava, e também cinqüenta mil pardaus, ao mesmo tempo que a promessa de poupar a vida de Meale.

Transacção pouco limpa! – berraram alguns. Martim Afonso encolheu os ombros. No fim de contas, ¿para que havia êle de fazer-se rogado? Tinham certa lógica os argumentos do Idalcão, e cinqüenta mil pardaus constituíam uma quantia apreciável. ¡Naturalmente, nada mais haveria a esperar da facção rival!

Dizem uns que cinqüenta mil era apenas o número publicado, tendo sido oferecido muito mais em particular, o que talvez não passasse de mera maledicência. Seja como fôr, Martim Afonso demonstrou concordar com as condições – o único inconveniente vinha a ser que tanto êle como o Idalcão não confiavam muito um no outro.

– Primeiro o dinheiro! – dizia Martim Afonso.

– Dê-me o Meale – respondia o Idalcão, e os pardaus lá irão ter.

Os mensageiros iam e vinham e as negociações arrastaram-se até que o Idalcão perdeu a paciência, declarando não querer mais tratar com Martim Afonso. Quando voltasse outro Governador à Índia, o assunto prosseguir-se-ia. Entretanto, segundo o amável modo oriental, prendeu o Embaixador de Portugal.

E assim ficaram as coisas, até que, pouco depois da vinda de D. João de Castro, chegou um enviado melífluo para o saüdar. Apresentou-lhe cumprimentos e votos de boa amizade da parte do Idalcão, e uma carta do Embaixador prisioneiro, Galvão Viegas, explicando a situação.

D. João ficou horrorizado. ¡Era impossível que Martim Afonso tivesse o descaro de negociar a venda de Meale! ¡Meale, que procurara asilo em Goa, com a família, confiante na boa fé dos portugueses! ¿Quem, em tôda a Índia, voltaria a confiar nêles se se fizesse tal coisa?

Simples palavreado! – pensava o Idalcão, realista como Martim Afonso. O pobre do Embaixador, cansado do cativeiro, apoiava-lhe a opinião, lembrando que os seus bons ofícios seriam valiosos junto do Governador, pelo que o Idalcão libertou Galvão Viegas, mandando-o a Goa com uma carta para D. João, acompanhado por dois capitães com os cinqüenta mil pardaus, e seguido por um exército de mil homens de infantaria e quatrocentos cavaleiros.

– Ali estava o dinheiro – declarava o Idalcão. Ali estava também o Embaixador. Por êste lado tôdas as obrigações se cumpriram. Cumprisse D. João de Castro as suas!

Isto parecia-se muito com um ultimato. Galvão Viegas chegou a Goa em um sábado, e o exército do Idalcão aguardou nos territórios para além do rio. No domingo, depois de jantar, D. João saíu a cavalo da cidade, seguido da cavalaria, dos espingardeiros e bombardeiros, com a artilharia carregada e bandeiras desfraldadas, ao som de atabales a tocar, de pífaros e do rufar dos tambores.

O cavalo de D. João ia todo revestido de aço. Êle levava uma couraça de cetim carmesim e a sua mais bela espada; na cabeça um capacete com plumas ondulantes. Ao seu lado seguia, caracoleando,

Meale, com um séquito de criados, guarda-sóis e leques e todos os atributos da realeza indiana.

À vista dos homens do Idalcão, que se encontravam do outro lado, o Governador conduziu as tropas ao campo e fêz executar manobras militares, conservando em todo o tempo Meale a seu lado, tratando-o com tôdas as honras e todo o respeito.

A meio da execução mandou chamar o mensageiro do Idalcão e disse-lhe que podia voltar para junto do amo. Êle, D. João, não voltaria atrás com a palavra. Meale seria tratado conforme se demonstrara. O Idalcão que fizesse o que quisesse – o Governador estava pronto para lhe ir ao encontro.

Outro tanto dizia em uma carta para o Idalcão, confiada ao cabisbaixo Galvão Viegas. ¿Como era possível supor que Meale seria atraiçoado? «Alem da nossa lei não permittir tal cousa, antes nos defende que não sejamos fe perjuros.»[1] Independentemente dos princípios morais, por amor do seu próprio prestígio, os portugueses não poderiam descer até tal traição. Seria inútil para o Idalcão negociar com êles, se eram assim; «tão pouco seguro podia Vossa alteza ter o contracto que com elles fizesse, como visse que se guardava o que fora dado a Mealecam. Por onde tenho determinado de não aceitar nenhum preço, nem partido, antes de o conservar em sua liberdade com muita honra.»[2] Em qualquer outro caso, acrescentava com delicadeza, teria muito prazer em ser agradável ao Idalcão. Quanto a Galvão Viegas «torno a mandar para que elle deslinde o que fez sem ter poderes meus.»[3]

(1) Carta de D. João para o Idalcão. Publicada em «O Instituto», vol. I.
(2) Ibid.
(3) Ibid.

O caso não era brincadeira nenhuma para Galvão Viegas. O Idalcão encolerizou-se em extrêmo, rugindo que marcharia sôbre Goa e traria Meale pelas orelhas! Entretanto Galvão Viegas era prêso.

O Idalcão despachou outro enviado a desafiar o Governador, que o recebeu com polidez impressionante. Mandou-o sentar em uma cadeira em estrado elevado, tendo um tapête a seus pés, observando-lhe com brandura que ficara surpreendido por ver um Príncipe tão grande como o Idalcão meter na prisão os Embaixadores. Os portugueses eram a melhor gente do mundo, acrescentou o Governador, ou êle não teria escutado a mensagem! Tornava-se, porém, inútil mandar enviados antes da libertação de Galvão Viegas, porque não lhes responderia.

A seguir veio a informação de que o Idalcão se preparava para marchar em pessoa e bloquear a ilha. D. João apesar de manter o tom elevado, passou a ter momentos de ansiedade.

Se a guerra algum dia tinha inconvenientes, era naquela ocasião, sem dinheiro nem navios capazes de navegar, e com nuvens de tempestade a acumularem-se ao norte. Os relatórios de Dio não eram bons: o Rei de Cambaia mostrava-se disposto à luta. Sabia-se que os agentes de Cambaia trabalhavam em tôdas as Côrtes indianas. Uma quebra de amizade com o Idalcão podia constituir o sinal de uma coligação contra a Índia portuguesa. Foi por isso, explicava D. João ao Rei de Portugal, que suportou as insolências do Idalcão enquanto pôde, lembrando-se de que «Vossa Alteza nam me emlegera para vir levantar e fazer guerras a India, mas para a governar e manter em paz e justiça, nam para a vir encher de roubos e mortes de homens... nem me mandava em seu Regimento que conquistasse novos Reinos e

Terras estranhas mas que lhe guardasse e conservasse as que de longo tempo já tinha.»([1])

Mas um Império assente mais em prestígio do que em poder material não podia expor-se a perder o domínio pelo que, continua o Governador, «confiando nas ajudas Divinas mais que nas forças humanas, determinei de lhe fazer a guerra por mar e por terra, e encomendar a causa de nossas desavenças às armas.» ([2])

Os cidadãos de Goa ajudaram-no com nobreza: «fui mui ajudado dos cazados e moradores desta Cidade.» ([3]) O novo Governador ganhara-lhes os corações e a confiança pela sua actuação a respeito dos bazarucos, e desde a sua chegada êles tinham-no visto a trabalhar sempre a seu favor – era um homem bondoso que perdia pouco tempo a dormir ou a comer, mas se encontrava sempre pronto a ouvir-lhes as queixas e a «dar ao coitado pobre e descõsolada viuva sua justiça.» ([4]) Nessa ocasião mostraram-lhe a sua gratidão e boa vontade reünindo-se à volta dêle, oferecendo-lhe dinheiro e as suas pessoas, e as suas mulheres e filhas as jóias para ajudarem a boa causa da defesa do lar. Goa formigava de gente como um acampamento militar. O Governador recrutou tropas de infantaria. Houve homens que venderam as capas para comprarem espingardas, e, pela primeira vez desde os tempos de Albuquerque, os domingos e os dias santos dedicaram-se inteiramente aos exercícios e às marchas.

Também «fiz prestes 400 cavalos mui luzidos e bem armados – escreve D. João – os quaes levava todos os dias ao campo em batalhas exercitando-os em escaramuças,» ([1]) tendo o cuidado de fazer isto à vista das tropas do Idalcão, que já ocupavam as entradas pelo rio. Apesar delas «mandei roçar os matos, fazendo caminho na terra firme, e aparelhando janguadas para passar o rio; e fiz muitas carretas de campo e mostrando querer caminhar pola terra dentro; dando a entender que o meu preposito era ir tomar Billaguão e nelle alevantar por rei Mealecão.» ([2])

A esquadra encontrava-se nas condições descritas, «triste espectaculo para todo o povo da India.» ([3]) D. João vistoriou todos os galeões, caravelas e fustas. Nos estaleiros havia uma actividade febril durante o dia, continuando à luz de tochas durante a noite. Às duas horas da manhã o Governador encontrava-se muitas vezes ainda nos cais. E assim preparou a tôda a pressa uma armada de fustas e *catures* que se mandaram bloquear o pôrto de Däbul, sujeito ao Idalcão, e também impedir as suas comunicações marítimas.

Durante todo êste tempo, as tropas do Idalcão encontravam-se, com todo o aparato bélico, nos Passos, em observação e impedindo o tráfego do continente para Goa. O Idalcão ainda reclamava Meale, mas as verdadeiras hostilidades foram diferidas.

O caso era que ambos os partidos procuravam ganhar tempo e levar a melhor numa guerra de nervos, pois se aos portugueses não convinha a guerra, o mesmo acontecia ao Idalcão, que queria ter as mãos livres para resolver o caso de Bisnaga, sabendo muito bem que D. João mandara emissário para lhe

(1) Carta para El Rei, supra-citada.
(2) Ibid.
(3) Ibid.
(4) Leonardo Nunes, *Crónica de D. João de Castro*, pág. 10.

(1) Carta para El Rei, supra-citada.
(2) Ibid.
(3) Ibid.

criar complicações por aquêle lado. Além disso, o Idalcão sabia-se também muito odiado pelos próprios súbditos por causa da tirania, não perdendo tempo os agentes portugueses em aproveitar tôdas as oportunidades para favorecerem o ressentimento popular. O bloqueio marítimo tornava-se também muito inconveniente. Era tão apertado que nem mesmo um barco de pesca podia sair dos portos. E Bijapor dependia da Arábia por causa dos cavalos, sem os quais os Reis não podiam combater. Estando em guerra com Portugal, não podia haver mais remessas de cavalos.

O Idalcão, no continente, reclamando intermitentemente Meale, começou a fazê-lo em tom mais brando. ¿Havia razão, disse por fim, para que êle e os portugueses combatessem? ¡Retiraria as suas tropas se o Governador adoptasse uma atitude mais amigável e não se importasse mais com o seu inimigo Meale!

D. João estava à espera dessa ocasião. Respondeu friamente que não era costume de Reis e de senhores tratar os Príncipes com menos cortesia, ainda que seus prisioneiros, quanto mais seus hóspedes! Meale era Príncipe, e como tal sempre o haviam de tratar – mas isso não podia ferir o Idalcão, a não ser que realmente quisesse quebrar a paz. Enquanto o proceder do Idalcão fôsse correcto, não precisava de se preocupar com Meale, ficando D. João de Castro muito satisfeito se quisesse dar a liberdade ao seu Embaixador.

O Idalcão respondeu com palavras brandas e, como nenhum dos partidos queria a guerra, salvou-se a honra. O Idalcão abandonou Bardez e Salsete «para todo o sempre,» e D. João prometeu que Meale não saíria de Goa. Galvão Viegas foi solto, embora ainda tivesse de ficar em Bijapor, dizendo

o Idalcão que precisava dêle ali até chegarem notícias de Portugal.

Foi o melhor que pôde fazer-se por então. Era um inimigo que se punha de lado – por enquanto. Se se pudesse enfrentar, conjurar ou adiar uma ameaça de cada vez, as potências inimigas de Portugal ficariam impedidas de unir-se. Alguns milhares de brancos ao lado dos milhões de orientais fàcilmente seriam esmagados por uma coligação. Durante anos, Constantinopla esperara consegui-lo, e então mais uma vez dos desertos do Oriente avançava asombra da Turquia. O Sultão descobrira outra saída. «A 30 de janeiro fui avisado de Ormus, como os Turcos que estão de guarnição em Babilonia decèram pelo Eufrates abaixo e tomaram huma terra que se chamava Zaquia onde faziam huma fortaleza à borda do rio Eufrates na terra da banda da Persia, hum dia e meio de caminho da cidade de Baçoraa pelo rio acima.» [1]

Parecia, continua êle, que a Turquia queria ocupar Baçorá e lançar os seus navios no Gôlfo Pérsico, e assim «nos poderão fazer melhor a guerra, por caso de estarem visinhos de Ormus e terem nas ilhas de Barem e Jolfar grão copia de marinheiros e a terra de Baçoraa ser fertil de mantimentos, e cada vez que ouverem mister gente lhes pode vir de Babilonia ou Bagodade, que é o mesmo, em tres dias pelo Eufrates abaxo, as quaes cousas lhe faltão todas em Suez que é hum dezerto no qual ainda as feras não podem abitar.» [2]

Uma armada turca no Gôlfo Pérsico seria incómoda para o Xá, idéia que muito agradava ao Sultão, mas seria ainda muito mais incó-

[1] Ibid.
[2] Ibid.

moda para os portugueses, o que lhe agradava àinda mais.

D. João, com o olhar ansioso no horizonte, continuava a remendar a sua esquadra e vistoriava o arsenal que o «diabolico descuido» dos funcionários despreocupados deixara em estado caótico. Ao mesmo tempo recebia os Embaixadores e resolvia os assuntos dos Reis próximos e distantes.

Goa encontrava-se cheia de legados de tôdas as partes da Ásia, com cumprimentos, propostas ou petições dos vários potentados. O Xá da Pérsia fazia presentes de tecidos de sêda – ¿poderia êle mandar uns cinqüenta cavalos, livres de direitos, para oferecer aos seus amigos de Balagate? O Rei do Arracão queria assinar um tratado de amizade eterna. O Rei de Ternate, nas Molucas, queixava-se de que o capitão da fortaleza da ilha o privara do trono. Dois principículos de Ceilão vinham pedir auxílio para conquistarem Cândia e Jafanapatão. O ferrabraz do Rajá de Tanor berrava que queria fazer-se cristão.

D. João despediu o persa «muy contente e satisfeito» porque «cumpria muito a serviço de V. A. não escandalizar o Xequesmael.» [1] Ao Rei do Arracão levou-o ao coração dos portugueses, pois «parece que desta paz se receberá proveito, e está certo nam poder haver nenhuma perda.» [2] O pobre Rei de Ternate foi mandado de novo para o seu reino, reintegrado na dignidade real, pelo que, escreveu o grato Monarca a D. João III, «folguey de pasar este trabalho por ver a justiça que V. A. tem nesta terra que aymda que eu sabia pelo ouvyr muyto milhor ho sey aguora que ho experementey.» [3]

(1) Ibid.
(2) Ibid.
(3) Carta do Rei de Malaca a D. João III. 4 de Abril de 1546. Tôrre do Tombo. *Corpo Cronológico*. Parte I. Maço 77. Doc. 105.

Os Príncipes de Ceilão não incomodaram por muito tempo, morrendo ambos de bexigas em Goa. Ambos eram bons cristãos, ao que dizem, tendo sido conversos da missão de S. Francisco Xavier. Esperavam-se dêles grandes coisas na ilha de Ceilão. Agora nada mais havia a fazer senão magníficos funerais em Goa, e mandar-lhes os criados para a pátria, carregados de presentes.

O Rajá de Tanor era igualmente bom cristão – em sua opinião. Queria baptizar-se logo, berrava, e ter D. João de Castro por padrinho. «Pela primeira a my e a toda peçoa alvoroçou,» [1] escreve D. João. Tudo parecia muito edificante. O Governador começou a aprontar algumas galés para ir a Tanor logo que resolvesse a disputa com o Idalcão, querendo levar consigo uma escolta conveniente «para o fazer cristam com toda a pompa e aparato que tal auto e tal pessoa requeriam.» [2] Mas não bastava! — berrava o converso. ¡O Governador devia ir com todos os seus navios e todos os seus homens!

Porque *todos?* – preguntava D. João a si mesmo. Aquilo parecia mais do que se tornava necessário para realçar um baptismo. E principiou a desconfiar da singeleza de coração do seu futuro afilhado – tanto mais que êste tinha «terribeis espiritos e pensamentos.» ¿Estava, acaso, aquêle espírito atento à salvação espiritual tanto quanto em aterrorizar o Samorim, seu inimigo?

E D. João não sentia qualquer desejo de incomodar o Samorim. No tempo de D. Garcia de Noronha ajudara a negociar a paz com Calecute. Seria uma pena se o seu barulhento amigo, o Rajá de Tanor, levasse à quebra de relações com o

(1) Carta para El Rei, supra-citada.
(2) Ibid.

maior Soberano da costa do Malabar. ¿Faria mal demorar o baptismo do feroz converso? – preguntou o Governador ao Vigário Geral de Goa.

O Vigário achou que não havia mal e que se devia mandar um prègador para o acalmar e instruir no catecismo e informar sôbre a sua fé, ao mesmo tempo que o incidente com o Idalcão bastaria para desculpar o Governador de adiar a sua visita.

Quando a informação chegou não era nada animadora. ¡Parece que o Rajá não punha objecções em abraçar a fé cristã, desde que não o obrigassem a praticá-la! Queria até que os súbditos ignorassem a sua conversão. A ser assim, quási não valia a pena baptizá-lo ainda.

O Rei de Cândia era outro que tal. Fizera-se cristão de noite e em segrêdo. Toque de coração! – exclamavam os entusiastas piedosos, mas os mais desiludidos salientavam que o Rei precisava do auxílio de Portugal contra um vizinho incómodo.

Os frades e os padres, «como homens de bom zello e dezejosos da conversam desta Gente», [1] insistiam com D. João para ir apoiar a causa de Cândia. «Deus he verdadeiro Juiz – escreveu êle – e sabe se desejo eu esta obra tanto como elles, posto que são muito peccador e eles santos e virtuosos, mas como quer que seja cousa muyto clara, indo acudir a estas Cristandades incertas averam de se perder as que estam muito certas e com ellas aver de aventurar a honra e Estado de V. A.» [2]

Com certeza não era 1546 ano para tais excursões. Até mais próximo que o espectro turco em Baçorá vinha a ser o perigo de Dio. Enquanto o Idalcão se mostrava ameaçador «me passava muitas

[1] Ibid.
[2] Ibid.

vezes pela memoria os maus pensamentos de El Rei de Cambaya.» [1] Estes «maus pensamentos» pareciam prestes a passar a actos sob a orientação de um personagem intriguista conhecido por Coge Sofar.

Capítulo XIII

A «nobre e guerreira fortaleza de Dio»

Coge Sofar não era o verdadeiro nome do indivíduo, que se desconhece. Julgam-no uns de origem albanesa, outros consideram-no nascido em Itália. Natural de Quios, escreve Damião de Góis, filho de pai cristão e de mãe turca. Outros dizem que os pais eram ambos cristãos. Havia alguns que diziam que a pobre mãe ainda vivia em Otranto, e que lhe escrevia cartas todos os anos endereçadas a *Coge Sofar, meu filho, às Portas do Inferno.* Dio, Cambaia – completavam o endereço.

Parece que Coge Sofar achava o caminho da destruïção tão agradável como dizem. Sem se incomodar com os prognósticos da mãe, vivia em Dio «maravilhosamente rico», dispondo de capitais, de navios, de jóias e de campos, e gozando de ampla influência na Côrte de Cambaia.

Devia a feliz situação à sua habilidade, Coge Sofar era «homẽ sagaz e de muyto concelho» [2] «inteligente e cobiçoso.» [3] A aliança destas quali-

[1] Ibid.
[2] Leonardo Nunes, *História Quinhentista do Segundo Cerco de Dio*, publicada por António Baião.
[3] Jacinto Freire de Andrade, *ob. cit.*, pág. 63.

dades fê-lo «no uzo da mercancia habilissimo, e nas cousas de guerra não menos sabido.» [1]

Durante uma vida aventurosa, ganhara muita prática em ambas as coisas. Começou como mercenário nas guerras de Itália, escola em que adquiriu perfeito conhecimento de artilharia e arte de assédios, e ao mesmo tempo tornou-se «perfeito em tudo e em todas has maneiras denganos e mentyras e treições» [2], útil preparação para a carreira mercantil, por onde em seguida Coge Sofar enveredou. A sorte bafejou-o, e em breve se tornou conhecidíssimo como homem hábil e negociante feliz com os produtos da Índia Oriental.

Navegando um dia em um navio seu, foi capturado pelos turcos e levado prêso a Constantinopla. Não se mostrando nada preocupado, o maleável Coge Sofar procurou ganhar as boas graças do Sultão.

Até nisto teve êxito. A sua experiência militar e as informações de que já dispunha a respeito dos exércitos cristãos eram utilíssimas aos otomanos. Pôs a sua perícia à disposição da Turquia, abjurou a sua fé, abraçou o Islamismo e tornou-se grande potência na Côrte do Sultão.

Naquele fojo de intrigas Coge Sofar prosperou durante algum tempo, mas tinha ali muitos rivais e sabia que o favor do Sultão era incerto. ¡Mais valia partir enquanto tudo corria bem! Coge Sofar deu-se o prazer de matar o seu principal inimigo, assim como o filho dêste, depois do que reüniu o que possuía e safou-se para a Índia.

Ainda nisto teve sorte. Em Cambaia não teve qualquer dificuldade em ganhar ascendência sôbre o sanguinário, caprichoso e bêbado sultão Badur e o

---

(1) Sousa Coutinho, *História do Cêrco de Dio*, pág. 84.
(2) Leonardo Nunes, *ob. cit.*, pág. 10.

seu sucessor, Mamude, que era ainda criança. Coge Sofar, êsse aventureiro experiente – a astúcia do Oriente e o dinamismo do Ocidente combinados num esperto cérebro italiano – estava daí a pouco instalado. Adquiriu terras e bens em Surate, Ruinel e Dio, e tornou-se o mais rico dos senhores muçulmanos.

Era uma aquisição magnífica para um Soberano indígena por ser «capitão maravilhoso... home milhor e mais aparelhado pera fazer guerra haos portugueses que quoantos capitães ha nas conquistas del rey Noso Senhor.» [1] Mas ¿porque queria êle fazer-lhes guerra? A razão não é clara, excepto que Coge Sofar, com o azedume comum a todos os renegados, sentia um prazer perverso em levantar inimigos aos que professavam a fé que abjurara. Em Constantinopla incitara a Turquia a guerrear os cristãos, e na Índia fêz tudo quanto pôde para contraminar o poder dos portugueses.

O reino de Cambaia dera sempre proveito aos pescadores de águas turvas, constantemente agitado por intrigas dinásticas, dissenções civis ou invasores estrangeiros. Reino setentrional heterogéneo, a sua população constituía uma amálgama etnológica, caldeira em ebulição dentro da qual as raças dominantes – turcos, árabes, rajputes e patãs – questionavam entre si, ao mesmo tempo que subjugavam os fracos guzarates, povo infeliz que, na opinião dos portugueses, não tinha qualquer valor. Eram «tam fracos e pera pouco que parece fazerem grande injuria á geração humana,» [2] escreve D. João de Castro.

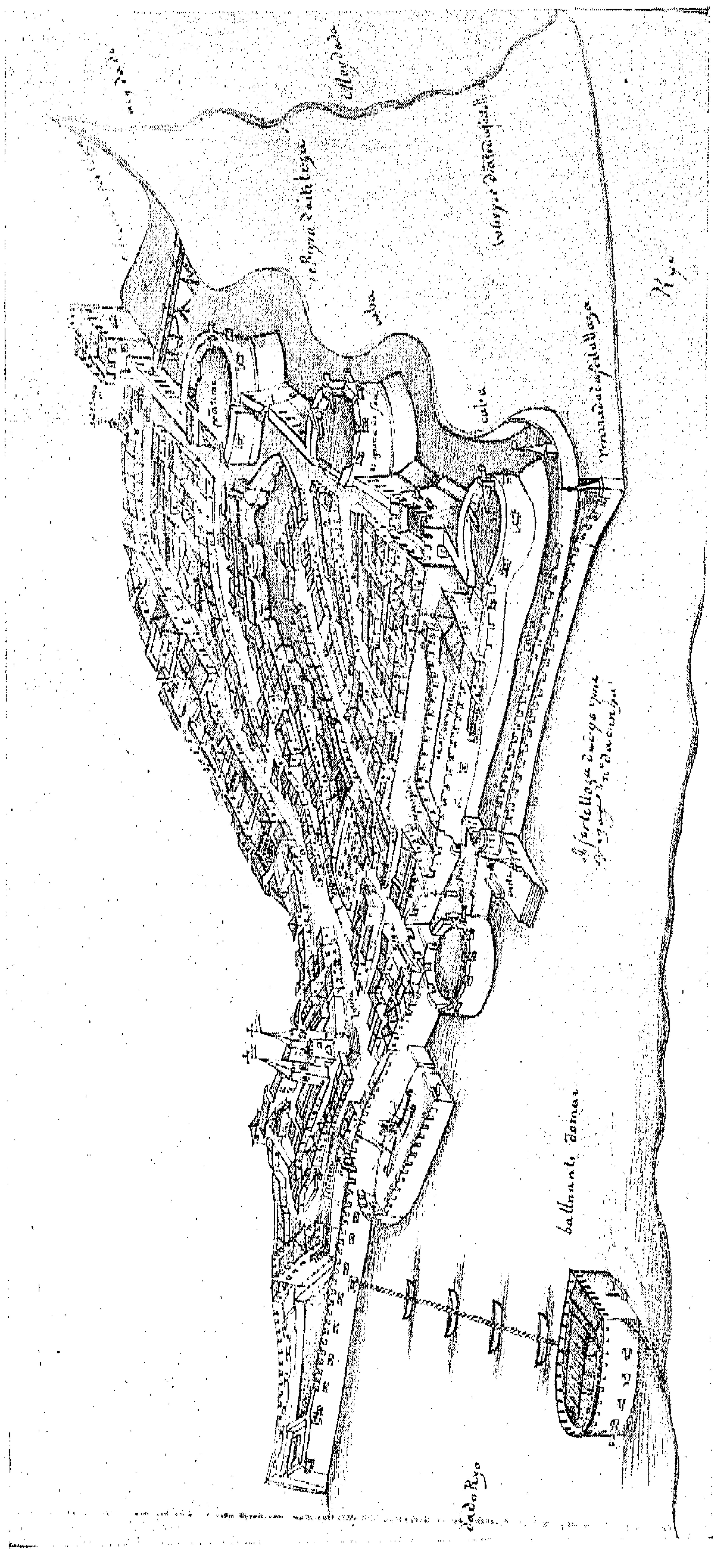
---

(1) Ibid.
(2) D. João de Castro, *Roteiro da Costa da Índia desde Goa até Dio*, pág. 114.

Os guzarates eram hindus, governados por um Sultão muçulmano. O seu país, o maior produtor de tecidos de algodão da Índia, estendia-se para o sul até Bombaim e para ocidente até às margens do Indo, tendo por limites orientais o reino continental de Mandu, ficando ao norte o território rajpute de Chitor. Tinha por capital Amadabade, cidade muito populosa e grande, com quatro léguas de circuito, sendo Surate o pôrto principal. Todavia o ponto estratégico mais importante da costa era a ilha de Dio, que entrava pelo Mar da Arábia. Apenas uma estreita enseada, sêca em muitos pontos na maré baixa, dividia Dio do continente. Os navios apenas podiam ancorar neste braço de mar, cuja máxima largura fàcilmente atravessava um tiro de besta. Faixa de terra triangular com uma ponta rochosa a oriente, Dio ficava situada em frente da península de Catavar, dominando as vias marítimas para o Mar Vermelho e para a Índia do norte.

Fàcilmente se prevêem as vantagens militares de um sítio dêstes. Todavia, os Reis de Cambaia parece não lhe terem dado muita importância. Os pescadores do continente utilizavam a ilha como refúgio contra as incursões dos rajputes; só nas mãos de estrangeiros empreendentes Dio se transformou em poderosa fortaleza.

Durante muitos anos estivera na posse de Malik Ayaz, russo-tártaro renegado, que, como archeiro, alcançara o favor do Sultão. Fôra êle quem primeiro fortificara a ilha, rodeando-a de forte muralha e levantando um baluarte sôbre um cordão de recifes que estavam à entrada da barra. Fundara também a cidade de Dio, aonde atraíu ricos mercadores de longe e de perto, e embelezou-a de tal modo que, no seu tempo, o que fôra aldeia de pescadores se tornou



A fortaleza de Dio — Desenho de Gaspar Corrêa, das «Lendas da India»

«a mais nobre e temida cidade de toda a India». (1) Em 1546 tinha quási o tamanho da cidade do Pôrto com muitas «casas nobres» e «fermosos edefficios e muy altos», (2) muitas mesquitas e um alto minarete que se podia ver de muito longe no mar.

O enérgico tártaro edificara também outra cidade no continente, em frente do seu baluarte. Esta «Vila dos Rumes», como os escritores portugueses lhe chamavam, destinava-se a albergar os seus amigos turcos. Malik Ayaz cortejara sempre, de certo modo, a Turquia, embora o fizesse cautelosamente depois da esmagadora derrota de Mir Hussein em frente da costa em 1509.

Tal era a importância de Dio para os portugueses: podia tornar-se um ninho de turcos. Albuquerque pensara apanhar a ilha para Portugal, e tanto êle como Malik Ayaz, sempre trocando entre si cumprimentos, manobravam no sentido de se prejudicarem mùtuamente, puxando os cordelinhos em sentidos opostos na Côrte de Cambaia.

Se Albuquerque vivesse, havia, sem dúvida, de apanhar Dio. Depois de êle morrer, as negociações cessaram, e Malik Ayaz continuou a governar por trás da sua muralha, sem ser incomodado até ao fim da vida.

O mêdo dos mogóis levara o sultão Badur a ceder Dio a Portugal em 1528. Quando o perigo lhe pareceu mais afastado, arrependeu-se amargamente, mas então já os portugueses tinham construído o seu forte, apropriando-se do Baluarte do Mar, cavado um fôsso entre êles e a cidade, e feito do ocidente rochoso da ilha – vértice de um triângulo que entrava pelo mar – uma posição fortíssima.

---

(1) Sousa Coutinho, *ob. cit.*, pág 54.
(2) Leonardo Nunes, *Crónica de D. João de Castro*, pág. 31.

Seguiu-se um período de relações dificultosas. A amizade de Badur decrescia ou aumentava segundo os êxitos ou as derrotas dos mogóis. Quando o perigo por aquêle lado já não era premente, parece que Badur ideara um estratagema para assassinar o capitão português e apossar-se da fortaleza.

O governador Nuno da Cunha foi avisado e preparou um estratagema para opor àquêle. Não é preciso dar pormenores, bastando dizer que a desconfiança mútua deflagrou um dia numa escaramuça em que Badur foi morto.

Violento, dissoluto e dado à bebida, Badur não era pessoa atraente, mas a sua morte ofereceu pretexto a todos os inimigos de Portugal. A propaganda hostil apresentou o incidente com as mais negras côres.

Coge Sofar, o principal agente da campanha, incitou o sultão Mamude a empreender o primeiro cêrco de Dio, que, como vimos, falhou; mas depois disso Coge Sofar não poupou tempo, nem energia, nem influência na preparação da desforra de Cambaia.

Não o fêz ostensivamente. Muito pelo contrário. Pretendia êle ser um bom amigo dos portugueses. Falava a língua dêles com fluência — como muitas pessoas viajadas durante o século XVI — e constantemente visitava o forte e conversava com o capitão. Êste, Manuel de Sousa, era um mancebo, alma simples e nada para comparar com Coge Sofar, hábil em descobrir tôda a espécie de coisas, e fazia-o tão disfarçadamente que durante muito tempo ninguém desconfiou dêle. ¡Quando por fim o Rei de Cambaia o encarregou de retomar o forte, muito boa gente acreditou, na verdade, que êle assumiu o encargo contra a vontade!

Trabalhou muito para dar essa impressão. ¡O homem avisado deve estar sempre prêso a duas amarras! Ninguém melhor que Coge Sofar conhecia as incertezas da guerra. O primeiro cêrco de Dio não tivera êxito. Se o segundo também falhasse, havia conveniência em fazer o papel de quem agira contrafeito.

Naquela ocasião estava a preparar tudo cuidadosamente para o êxito. De tudo tratou. Durante sete anos ajudou sossegadamente Cambaia a armar-se. Os guzarates não eram muito úteis em campanha; por isso encheu o país de mercenários estrangeiros: turcos, abissínios, árabes e renegados europeus. Os indígenas de Cambaia eram archeiros natos, peritos desde crianças no tiro ao arco. Fàcilmente se exercitaram como espingardeiros de tiro infalível. A êste número juntaram-se hábeis archeiros do Malabar — e arcabuzeiros da Índia do norte. Peritos na arte de assédio contrataram-se por tôda a parte, assim como engenheiros aptos em abrir minas.

Havia ali à mão artilharia pesada. Solimão Paxá e os seus turcos tinham deixado muito material dêste, a que Coge Sofar juntou outras peças, contratando para elas bombardeiros hábeis. E sob a sua direcção, durante êste tempo todo, foi-se armazenando grande quantidade de pólvora. Sabe-se que a fabricava muito bem, quer para as espingardas, quer para as bombardas. Das fundições saía quantidade infinita de pelouros de canhão, e nas numerosas pedreiras ao longo da costa cortavam-se projécteis de pedra. Nem as armaduras defensivas se esqueceram: Coge Sofar obteve tôda a espécie de corsoletes e couraças do Malabar, e capacetes e armaduras feitos em Cambaia à moda portuguesa «que de todas as partes cheguão ao pescoço e diante tẽ suas mascaras de ferro muyto bem feitas.» [1]

---

[1] Leonardo Nunes, *História Quinhentista do Segundo Cêrco de Dio*, pág. 7.

O armazenamento de armamentos em tempo de paz requeria explicação. O Rei de Cambaia desculpou-se com os patãs, raça perigosa e belicosa, dizia êle, cujas conquistas estavam a dilatar-se; tinha de estar preparado para lhes fazer frente.

Também se lançou uma campanha diplomática — ao que parece, ainda orientada por Coge Sofar. Mandaram-se cartas para Bijapor, para Calecute e para os Rajás da costa, a convidá-los a levantarem-se todos contra os portugueses. Se todos atacassem ao mesmo tempo, não só a fortaleza de Dio estaria perdida, mas até os portugueses seriam expulsos da Índia. ¡Sempre a ameaça de uma coligação — a espada de Dâmocles suspensa sôbre os domínios portugueses do Oriente! E teria, com certeza, caído por fim; mas os Príncipes indianos, a despeito de sentirem ressentimento por verem o estrangeiro instalado na costa, odiavam-se e desconfiavam ainda mais uns dos outros.

Como de costume, os turcos foram convidados a tomar parte. Coge Sofar mandou o próprio sobrinho ao Mar Vermelho, com grande quantidade de dinheiro, para reünir as tropas em Adém, Azebibe, Jidá e Suaquém, e por tôda a parte onde se pudessem arranjar.

O edifício parecia concluído e o palco armado. O que faltava era apenas um *casus belli*, coisa que, para os belicistas de qualquer época, nunca foi obstáculo. E assim, em Abril de 1546, D. João Mascarenhas, sucessor de Manuel de Sousa como capitão de Dio, recebeu uma carta amabilíssima.

Coge Sofar comunicava que o Rei de Cambaia o nomeara Governador da cidade de Dio, exterior ao forte, facto tanto mais agradável quanto seria próximo vizinho de D. João Mascarenhas! Esperava que se visitassem com freqüência e que seriam como

irmãos. Coge Sofar tinha muitos projectos para enriquecer e modificar a cidade de Dio, mas o que êle achava especialmente importante era a Ordem e a Disciplina, coisas que tinham de se robustecer, razão por que Mascarenhas veria daí a pouco chegar tropas à cidade.

D. João Mascarenhas compreendeu. Ao contrário do antecessor, não era mancebo inexperiente, mas veterano habituado às manhas. Ao ler a carta de Coge Sofar franziu o sobrolho, mandou uma resposta amável, escreveu ao Governador a informá-lo do que se passava, e aguardou atento os acontecimentos futuros.

Não teve de esperar muito tempo. Quatro dias depois viram-se entrar na cidade homens armados — parece que trezentos ou quatrocentos, na sua maior parte turcos ou abexins, trazendo o seu capitão outra amável carta de Coge Sofar para D. João Mascarenhas.

O Sultão ficara inquieto com o boato de que o Governador da Índia resolvera hibernar em Dio, com a intenção de conquistar a cidade. Coge Sofar afirmara ao seu Rei que isto não podia ser verdade, e, para lho provar, ofereceu-se para ir a Dio em pessoa e fazer um inquérito imediato. O Rei agarrara-se ansioso à sugestão, e Coge Sofar havia de vir dentro em breve. ¡Claro que aquilo era absurdo, pelo que a visita só serviria para firmar a sua amizade leal!

O sobrolho de D. João Mascarenhas franziu-se ainda mais, voltando êle a escrever ao Governador e continuando a observar o que se passava na cidade.

Muito havia que ver. A artilharia e os barris de pólvora entravam em quantidade. A seguir chegaram oito canhões pesados, dizendo-se que vinham

mais a caminho. Dizia-se mais que haviam sido escolhidos pelo Rei de Cambaia quatro capitães para tomarem os canhões a seu cargo, e Mascarenhas soube-lhes logo os nomes: «hũ deles se chama Mojatecão e outro Jusarcão, e outro Cidebabega e outro Patane a que não sey o nome afora Coja Çofar que diz que vem por artilheiro.» [1]

Mascarenhas obteve as informações dos próprios turcos. Oficialmente, a cidade e a fortaleza estavam em paz. Os portugueses compravam ainda na cidade os alimentos de que precisavam e os turcos gostavam de ir ao forte para beberem do bom vinho português.

Acontecia então haver muito, e o capitão deu ordem para consentirem que os turcos, desde que entrassem desarmados, pudessem comprar o vinho que quisessem, que foi muito, e quando êles estavam suficientemente cheios «o vinho falava nelles como demonio.» [2] O capitão ordenou que quem soubesse a língua dêles estivesse sempre ao lado de um turco, quando embriagado. Nessas ocasiões os turcos gabavam-se livremente de que o que Coge Sofar queria era tomar a fortaleza.

Coge Sofar anunciou querer levantar uma muralha entre a fortaleza e a cidade. Pelo tratado de 1538, concluído entre Cambaia e D. Garcia de Noronha, autorizara-se a construção de uma muralha, mas a distância a que a deviam levantar ficara claramente especificada. Se êles a quisessem fazer assim, declara Mascarenhas, êle não o podia impedir, mas «se estes Mouros quiserem fazer a parede polo lugar por onde a já começarão eu porey todalas forças que

(1) Carta de D. João Mascarenhas a D. João de Castro, de 8 de Abril de 1546, publicada por A. Baião na *História Quinhentista do Segundo Cêrco de Dio*, pág. 144.

(2) Leonardo Nunes, *Crónica de D. João de Castro*, pág. 33.

puder pera lho defemder até morrer sobre yso porque podemdo eles llevar ysto avamte ficarão tão sobramceiros sobre esta fortaleza que com a artelharya de cima do seu muro e dos seus balluartes que elles tão bem hão de fazer se puderem matar quamta gemte estiver nesta fortaleza.» [1]

¡Confessa todavia aquêle lugar ser o único em que a muralha lhes poderia servir para alguma coisa! E tambem que a fortaleza estava mal provida de meios de defesa. Mascarenhas diz que tinha menos de duzentos homens, e apenas metade estavam aptos a combater. E para tornar o caso ainda mais feio, todos êles estavam «muyto descomtentes porque lhe nam pagão nem ha ca dinheiro pera yso,» [2] – a queixa do costume. Havia apenas doze bombardeiros; os restantes tinham desertado por falta de sôldo, pois os bombardeiros eram, na sua maior parte, estrangeiros da Europa central. Também faltava a pólvora, e escasseavam as provisões de bôca.

O capitão mandado por Coge Sofar era delicado e amável. Todavia, os seus mercenários turcos todos os dias se tornavam mais agressivos: «trazião o véo da paaz muyto rallo e quem bem quizera oulhar vira logo detras dele negrejar ha guerra.» [3]

A oito de Abril, D. João Mascarenhas achou que estava o caso a tornar-se muito negro: «estes omẽs – escreveu – vem de todo detremynados a rompela paz.» [4] E, enquanto havia tempo, tomou as precauções que pôde, mandando à cidade comprar provisões. O inconveniente era que não possuía o

(1) Carta citada de D. João Mascarenhas in *ob. cit.*, pág. 142.

(2) Ibid.

(3) Leonardo Nunes, *História Quinhentista do Segundo Cêrco de Dio*, pág. 10.

(4) Carta de D. João Mascarenhas, cit.

dinheiro preciso para pagar, dizendo a cada homem que comprasse com o seu próprio dinheiro tudo o que pudesse, conseguindo êles arranjar um razoável fornecimento de arroz e água para muito tempo, mas a carne, o peixe e a farinha escasseavam, não os vendendo já então os mercadores da cidade. Quando os habitantes se recusaram a vender, Mascarenhas, por represália, mandou os navios que tinha a bloquear os portos de Cambaia. Assim a tensão crescia de hora a hora. Os turcos andavam com o nariz no ar e quási já se não preocupavam com ser delicados, mas—«eu faço ainda que o não ẽtemdo—escreveu Mascarenhas—porque sejão elles sos os que esta guerra alevamtem.» [1]

No dia dezóito de Abril chegou Coge Sofar em pessoa, «muy prospero e cõ muita soberba,» [2] levando consigo seu filho Rumecão (Rume Khan), chefe dos artilheiros do Rei de Cambaia. Atrás seguiam-nos quinhentos homens de armas—árabes e turcos e outros estrangeiros,—acompanhados de quatrocentos arcabuzeiros indígenas e seguidos de uma multidão de trinta mil homens «gente desarmada e vil,» [3] para servirem de trabalhadores e de criados do acampamento.

Ainda então a fala de Coge Sofar foi branda, apesar de conter já vagas ameaças veladas. Mandou os cumprimentos ao capitão português e falou ainda com prazer das suas futuras relações pacíficas. Entretanto, disse, o Sultão de Cambaia resolvera erguer uma muralha entre a fortaleza e a cidade, de acôrdo com os têrmos do tratado. Coge Sofar pedia licença para o fazer, mas acrescentava que o faria em qual-

(1) Carta de D. João Mascarenhas, 11 de Abril 1546. *História Quinhentista*. pág. 146.
(2) Leonardo Nunes, *ob. cit.*, pág. 12.
(3) Ibid. pág. 13.

quer dos casos! O Sultão pedia ainda que aos navios se consentisse navegar ao longo da costa, independentemente da habitual licença portuguesa. Se Mascarenhas concordasse, a amizade e a paz seriam salvaguardadas—caso contrário, fizesse cada um o que entendesse.

Isso, respondeu Mascarenhas, também muito delicadamente, não possuía o capitão da fortaleza poderes para conceder. O Sultão devia dirigir tal pedido ao Governador da Índia. Quanto à muralha—não punha quaisquer objecções. D. João Mascarenhas e os seus homens teriam muita satisfação em ajudar a construí-la. ¡Mas devia ser no local mencionado no tratado! Para elucidação de Coge Sofar, mandou-se-lhe cópia dêste documento, na qual podia ver claramente exarado onde devia erguer-se a muralha e até que altura devia chegar.

Então Coge Sofar arrancou finalmente a máscara. Rasgou o tratado em pedaços e mandou meter na prisão o mensageiro, tendo a mesma sorte todos os súbditos e escravos portugueses encontrados na cidade.

Mascarenhas fechou as portas da fortaleza e mandou tapar tôdas as entradas. Todos os homens seguiram a ocupar os seus postos nas muralhas, e nomeou um capitão para cada uma das tôrres exteriores. Começara o segundo cêrco de Dio.

Como acima dissemos, a fortaleza fôra construída no extrêmo oriental da ilha. Protegida pelo mar largo, que batia os rochedos de um lado, com o «baluarte do mar» a fechar a entrada do pôrto pelo outro, a posição era inexpugnável, exceptuando pelo lado da cidade. Um fôsso «muito grande daltura e largura maravilhosa» [1] fôra cavado através da faixa

(1) Ibid., pág. 15.

de terra ali existente, e levantada sôbre êle uma forte muralha com poderosos bastiões. Sôbre êstes baluartes postaram-se Mascarenhas e os seus homens em vigilância.

Nada se via na noite sem lua; todavia a escuridão estava cheia de ruídos: o barulho característico de pés de multidões em movimento, as pancadas de pedras, de picaretas e pás. A luz da manhã descobriu o trabalho – uma muralha construída por milhares de mãos, erguendo-se em desafio num monte em frente do fôsso, dominava a fortaleza. «Da cidade me parece que fazem muyta pouqa comta», [1] comentava Mascarenhas para o Governador, pois demoliram alegremente casas inteiras para obterem materiais de construção. Assim levantaram um vasto bastião de pedra sôlta, com tôdas as fendas e aberturas firmemente tapadas com terra, com fardos de algodão empilhados no tôpo para servirem de ameias, e bombardas de bôca aberta através de aberturas de artilharia.

Na noite imediata construíram outra muralha, e na outra noite mais uma. De dia o trabalho era impedido pelo fogo da artilharia do forte; mas, a coberto da escuridão, Coge Sofar e os seus trabalhadores podiam acabar poderosas fortificações.

A fortaleza de Dio estava debaixo do fogo durante todo o dia e apenas podia responder com grande precaução. A pólvora para a artilharia pesada escasseava e – Coge Sofar escolhera a época com cuidado – estava-se no fim de Abril. Os ventos já eram fortes e os mares agitados. De Maio ao fim de Agôsto a monção de oeste impediria a navegação de Goa a Dio. Entre as tempestades, as embarca-

[1] Carta de D. João de Castro, de 5 de Maio de 1546, publicada na *ob. cit.*, pág. 151.

ções ligeiras podiam seguir em sentido contrário, pelo que ainda era possível mandar recados dos sitiados, mas não havia possibilidade de esperar por qualquer resposta nem socorro durante quatro meses. Entretanto Coge Sofar, com vinte mil homens e reforços constantes, cercava a fortaleza, onde Mascarenhas tinha cento e setenta homens, alguns víveres e poucas munições. «A polvora – dizia êle – trabalho quanto poso pola poupar asy tãobem ey de poupar os omẽs o mays que puder até estar desẽganado dos rumes.» [1] Nada de atirar ao acaso, fôra a ordem dada aos bombardeiros. Deviam de atirar apenas quando tivessem a certeza de atingir o alvo.

Os bombardeiros eram muito poucos, mas todos os jovens fidalgos gostavam de guarnecer as peças. Diz-se que o faziam muito bem, e com as suas espingardas também disparavam tiros mortais. E assim, descargas intermitentes e tiros acertados mantinham o inimigo na defensiva; era, porém, a artilharia do «baluarte do mar» fora da barra que mais mal fazia. Por isso Coge Sofar tentou tomá-lo de assalto.

Com êste fim, preparou uma embarcação indígena, do tipo conhecido por «naus de Meca», e fortificou-a com uma superestrutura defensiva. Equipou-a com bombas incendiárias e barricas de pez e outras substâncias inflamáveis, preparando-se para a guarnecer com homens de armas. Na maré enchente êste castelo flutuante podia ancorar sob as muralhas do «baluarte do mar» e o alcatrão a ferver e os projécteis incendiários manteriam os defensores à distância. Êles eram, como Coge Sofar sabia, um simples punhado de homens, e assim o baluarte havia de ser entrado pela superioridade das fôrças.

Mascarenhas, avisado a tempo, resolveu quei-

[1] Ibid., pág. 153.

mar o navio ancorado onde êle se encontrava. Naquela noite dois barcos deslizaram em direcção ao cais, impelidos por remos silenciosos, indo em cada barco vinte homens bem armados, levando cada homem agarrada uma m cha, cujo brilho tapavam com a mão.

No silêncio da noite dirigiram-se para a praia negra, mas Coge Sofar tinha bons vigias. Um tiro de peça troou na noite e, de repente, da escuridão saiu uma multidão armada, berrando como demónios.

O barco avançou ràpidamente para o barulho infernal, enquanto a tôda a volta choviam os projécteis como saraiva. Recebendo tiros e disparando, os portugueses «apesar de Mafamede», alcançaram o navio ancorado e atiraram-lhe a pólvora e as bombas incendiárias.

Foi em vão. Não chegaram lá, pelo que, por fim, saltaram para bordo, cortaram-lhe as amarras e afastaram-se com o barco. Em face da oposição violenta, largaram e meteram-se ràpidamente pelo canal entre o forte e o «baluarte do mar».

Aí lançaram-lhe o fogo à vontade, ardendo êle à vista do inimigo, iluminando o céu léguas em redor e enchendo o ar com o rugir das chamas e o estalar da madeira a arder.

Coge Sofar nunca mais voltou a tentar capturar o «baluarte do mar», concentrando todos os seus esforços no forte, auxiliado pelos trinta mil trabalhadores forçados que erguiam as obras do cêrco.

Dentro do forte parece que ninguém se sentia muito incomodado. Os jovens galantes riam-se com vontade de qualquer alma prudente que usava armadura defensiva. Na muralha o que era preciso era uma espingarda, diziam, e assim desguarnecidos nos bastiões, disparavam tiros ao acaso.

Quanto ao capitão, pareceu-lhe esta quebra

de trégua realmente uma boa coisa. Enquanto o tratado durou, dizia, não haveria desculpa para conquistar a cidade. Todavia se ela fôsse portuguesa «elrey de Cambaya e o turqo com esta obra feyta acabarão de todo ẽ todo de desesperar de Dio.» (1) Num futuro próximo a cidade seria portuguesa. «V. S. de muytas graças a Noso Sõr – escreve Mascarenhas ao Governador – pola merçe que lhe fez ẽ elrey de Cambaya mover esta gerra porque nesta terra nom se podia fazer nenhũ serviço a elrey noso sõr tamanho como fazerẽ-lhe esta cidade sua porque a todo o tempo que se a paz fizer ficamdo nosa he ter mais nesta terra duzẽtos myll cruzados de remda que ela ade render e ẽquanto sa paz não fizer as prezas forrarão todolos gastos da gera.» (2) Parece não lhe ter ocorrido que poderia acontecer ver-se a fortaleza obrigada a capitular.

Tampouco D. João de Castro considerou esta possibilidade. D. João Mascarenhas, escreveu êle ao Rei, «he tal fidalgo, e cavaleiro, que primeiro o farão em postas, que lhe tomem hũa só amea.» (3) Ao mesmo tempo, o Governador conhecia bastante a respeito do poder de Cambaia e da rede de intrigas que ia por tôda a Índia, para julgar a sua situação bastante séria. Foi a catorze de Abril, às dez da noite, que chegou de Dio um *catur* com a notícia do cêrco iminente. D. João mandou logo chamar Diogo de Reinoso, mancebo decidido que não tinha mêdo a nada.

O Governador disse-lhe que se aprontasse para partir imediatamente para Dio, na companhia de Fernando, o filho mais novo de D. João. O tempo

---

(1) Ibid., pág. 154.
(2) Ibid.
(3) Relatório de D. João de Castro publicado na *ob. cit.*, pág. 268.

estava mau e era tarde para navegar ao longo da costa, mas tornava-se urgente fazer qualquer coisa para socorrer Dio antes de a barra se fechar.

«Pelo que – escreveu D. João – com a maior brevidade que pude, fiz prestes nove fustas, e catures em espaço de tres dias, nos quaes mandei obra de duzentos homens mui escolhidos, e todos arcabuzeiros, e vinte e cinco pipas de polvora de bombarda, e duas despimgarda, e mais vinte quintaes de chumbo, com muitas enchadas, alferses, piquões, e onze mil pardáos douro para pagamento da gente, e dez bombardeiros.» [1]

Os nove navios iam comandados por nove fidalgos jovens, todos voluntários, excepto – sabemo-lo baseados na autoridade do pai – D. Fernando de Castro! Era evidente que êle achava Goa lugar mais atraente e que quatro meses metido em um forte sitiado deviam ser muito aborrecidos. Talvez até não gostasse de ter Diogo de Reinoso por mentor e guia. Parece que os dois nem sempre se entendiam muito bem. Fôsse qual fôsse a causa êle «me queria fogir – escreveu o pai ao Rei – pelo que me pareceo melhor mandalo por minha vontade; pera com sua ida obriguar mais os homẽs, a trabalharem de cheguar, e entrar na fortaleza.» [2]

Êles precisavam pouco que os convencessem. «A melhor gente darmas que avia em Guoa – escreveu Leonardo Nunes – pedia que os levasse. No que muy bem se pode notar a diferença que vay de soldados estranhos aos portugueses, que sem preguntar por paguas nem Roguos de capitais elles heram tam importunos a se embarcar, que tais ouve que deram dinheiro pollos deixarẽ ir.» [3] Sendo a acomodação

(1) Ibid., pág. 266 a 267.
(2) Ibid., pág. 267.
(3) Leonardo Nunes, *Crónica de D. João de Castro*, pág. 38.

nos *catures* rigorosamente limitada, todos os lugares logo se enchem, enquanto havia homens que pediam em lágrimas que os levassem, ainda que apertados.

D. Fernando, moço optimista, submeteu-se ao irremediável com boa cara. Desde a chegada a Goa, o pai estivera a dar-lhe instrução militar intensiva. Aprendera as manobras da cavalaria, a comandar tropas, e seguira um curso de construção e defesa de castelos de madeira, encontrando-se assim bem preparado para a sua primeira missão em serviço activo. O pai disse-lhe como devia comportar-se e o que tinha de fazer, e que devia prestar obediência e ser delicado com D. João Mascarenhas. Diogo de Reinoso devia estar sempre ao seu lado, tendo D. Fernando de lhe seguir os conselhos em tôdas as ocasiões. ¡Como Diogo de Reinoso era um verdadeiro atrevido, tal conselho não se encontrava do lado da prudência!

«Polo que toca a vossa pessoa não fico com cuidado – relata Jacinto Freire que D. João disse ao filho –, porque por cada pedra d'aquella fortaleza, arriscarei um filho». [1] Os mancebos daquele tempo estavam acostumados aos sermões saüdáveis dos pais.

Fernando partiu tão contente como até aí, e, Duarte Pereira, perito na navegação em navios ligeiros ao longo de costas perigosas, encarregou-se-lhe do *catur*. Nestes pequenos barcos não se podia levar nada senão as armas. Havia exactamente lugar para um homem se sentar apertado e assim tinha de comer e dormir; se saía do seu lugar, deixava as armas a guardá-lo [2]

E assim, um a um os pequenos barcos entraram no mar tempestuoso. Todos esperavam chegar a

(1) *Vida de João de Castro* ed. cit. pág 87.
(2) Veja-se a descrição de Leonardo Nunes, *ob. cit.* pág 39.

Dio antes de a barra se fechar à navegação. A travessia do Gôlfo de Cambaia era já arriscada.

Capítulo XIV

D. Fernando

«E tamanha a obrigação que tenho a V. M. assi de soldado como de Irmão, que me parece que pera omrra ey de fazer isto primeyro a vossa Mercê que a meu pai, ho mais não temdo arreceo de bõma pena».[1] Foi assim que D. Fernando de Castro escreveu de Dio a D. Álvaro, seu irmão mais velho, no dia cinco de Maio.

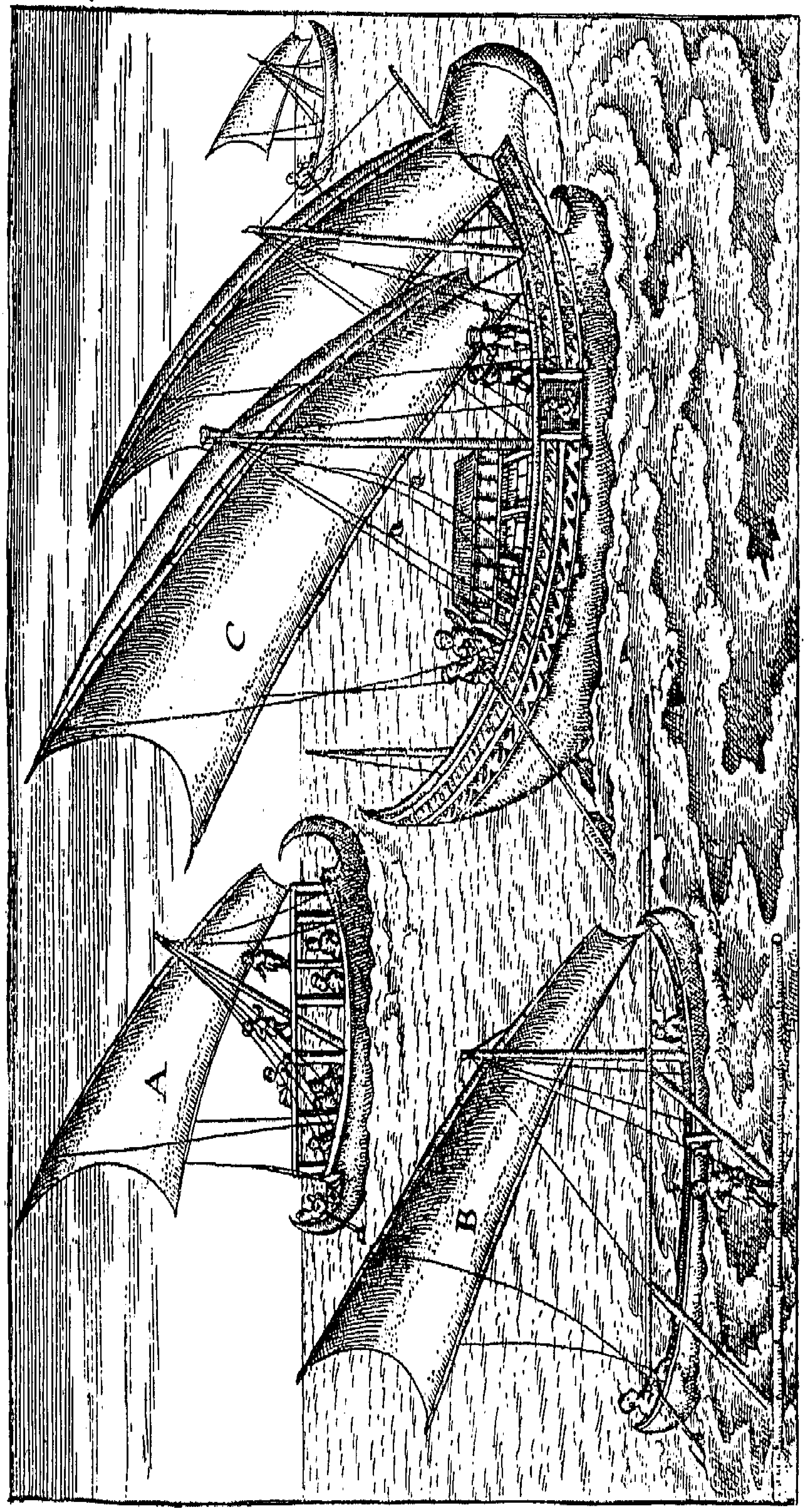
Fernando não devia ter receio, por certo, da sua pena. A letra era de envergonhar um rapaz de dez anos, mas, como êle observa, Álvaro não se importava com isso, nunca se lembrando de que a sua carta pudesse um dia figurar no Arquivo Nacional!

Com excelente disposição e perfeitamente à vontade, o jovem Fernando rabiscou o seu relatório. Chegara a Baçaim na semana da Páscoa, disse, «cõ muito bõma viagem ainda que seja trabalhosa».

Em Baçaim, cujo capitão era D. Jerónimo, seu primo, meteram mais fornecimentos, parecendo, porém, que D. Jerónimo não lhes deu muita ajuda — «ambolos feitores levaram todo o trabalho», diz Fernando, e fizeram-no de modo tão expedito que pôde partir ao fim de dia e meio.

Baçaim ficava a trinta leguas de Dio, exactamente do outro lado do gôlfo, mas Fernando teve a

(1) Carta de D. Fernando de Castro a D. Álvaro. *Col. de S. Lourenço*, IV.



Tipos de embarcações indígenas

sorte de o poder atravessar. O tempo, diz outra testemunha, estava simplesmente detestável: trovoadas, relâmpagos, dilúvios de chuva, redemoínhos e ondas amarelas de lama, que subiam até ao céu. «Foy o negocio tal qual eu nunca vy. Diguo isto porque me achei naquele trabalho e socorro, e vy já outros muyto grandes.» (1) Da mesma fonte sabemos que, com mau tempo, os *catures* eram muito desagradáveis, «sem ter nhũ gasalhado mao nem bom senam o Rosto no vento, e chover nelles como na Rua.» (2) Nos seus bancos, uma pessoa sentava-se miseràvelmente «pilhados hũs cos outros como sardinhas, aguoa debaixo, aguoa derriba» (3) – o bastante para obrigar um homem a prometer fazer-se eremita em qualquer ponto muito longe e «nunca mais ver aguoa salggada!»

Fernando não prometeu fazer-se eremita. Os seus dezóito anos resistiram triunfalmente a oito dias de apêrto e de água até aos ossos. O seu barco e o de Diogo de Reinoso foram os primeiros da flotilha a entrar a barra e a ancorarem diante de Dio à vista dos mouros espantados.

Terrível bombardeamento os saüdou à chegada. O inimigo disparava para a praia a fim de impedir o desembarque. Os canhões do «baluarte do mar» e da fortaleza respondiam; o fumo e a poeira que saíam das muralhas, diz um dos espectadores, constituíam «o mais fermoso nevoeiro do mundo», e os gritos que se ouviam de tôda a parte eram tais «que elle foi de grãde guosto.» (4)

Foi êste o baptismo de fogo de D. Fernando. O capitão mandou-o desembarcar debaixo de um

(1) Leonardo Nunes, *Crónica de D. João de Castro*, pág. 44.
(2) Ibid., pág. 81.
(3) Ibid.
(4) Ibid., pág. 45.

pano de muralha protegida da artilharia, mas Duarte Pereira, que tinha o encargo do *catur*, não aprovou coisa tão suave. «Duarte Pereira – escreveu D. Fernando ao irmão – he de tanta omrra que me desembarquou junto da porta donde crea vossa m.ᵉ que chuviã hos pelouros pera Riba do quatur. Todavia – acrescenta com orgulho – vim a Dio em que pez a Diogo de Reinoso.» (1)

E porquê? A razão não é clara. Pelas alusões obscuras de Fernando conclui-se que as relações eram tensas entre o mancebo e o mentor, pelo que, na aparência, Diogo de Reinoso merecia censura. «Juro a V. S. que não sey porque me tenha odio—queixa-se Fernando—; e imtrou a desconfiança nele de maneira de lhe parecer que o tinha comigo; vimdo o eu salvamdo que fez mill desmanchos.» (2)

Fernando e os camaradas entraram para a fortaleza por uma seteira de bombarda, da qual pendia uma corda, o que não servia para Diogo de Reinoso. Deixou-se ficar para trás e, como um jovem louco, fêz uma das suas. Levando o escudo às costas e segurando uma espada curta, desembarcou sòzinho e avançou para a porta da fortaleza, sob as bôcas dos canhões de Cambaia. Estes dispararam logo todos, respondendo-lhes o forte. Felizmente para êle, naquela época a artilharia caracterizava-se mais pelo barulho do que pela precisão. Antes de o inimigo poder corrigir a pontaria, o dito «fermoso nevoeiro» de fumo e pó subiu ao ar, sendo pelo meio dêle que Diogo de Reinoso passou, serêno e ileso, para ser admitido na porta da fortaleza.

Dentro das muralhas, D. João Mascarenhas

(1) Carta de D. Fernando já cit.
(2) Ibid.

veio cumprimentar o filho do Governador com honrarias excessivas. Pelo menos foram-no para Fernando que, jovem membro de uma família numerosa e bem educada, não estava acostumado a ser pessoa importante. O Capitão saíu com tôda a guarnição a recebê-lo, enquanto as mulheres, com concas e pandeiros, faziam grande ruído. Mascarenhas ofereceu a casa a Fernando, «mas eu como omẽ de baixos espiritos não no aceitey cõ vimte profias, e despois que me passey para as minhas casas omde me topava quisera me acompanhar até minha casa... O sr. Capitão me faz a mais estranha homrra que nunqua se fez a omem, até mandar a sua guarda que não tivessem de ir cõ ele e que macompanhassem de dia e de noute até que dela me esqusei.» (1)

É evidente que Fernando achara tal distinção um pouco opresssiva «em todos os dias que viver – disse êle – poderey servir a este omem o que me faz, pera ho pagar de sua bondade ey mester mais sapiencia que Tulio», lembrando que Álvaro poderia mandar-lhe uma carta de agradecimento, pelo que esperava dêle «escreverlhe sobreisto muitas cousas.» (2)

E o feitor também era muito amável! Deixou a casa a Fernando – «as cousas que este omem me faz não tem Razão comigo». (3) diz êle, e julga que mais parecia «amor que obrigaçam.»

Dentro da espaçosa casa do feitor, Fernando instalou-se com os seus jovens companheiros: «na casa homde eu durmo estão sete catres e nas outras pegadas os outros, aqui os tenho muito

(1) Ibid.
(2) Ibid.
(3) Ibid.

mimosos. E estamdo escrevendo esta a vossa M. me tiravam esses negrinhos tres bombardadas as minhas casas que estão defromte das suas estancias. hũa delas me derrubou hũa amea do telhado, outra me deu no quanto da casa. Estes são os melões que qua comemos e assi estamos visosos.» (1)

Fernando parecia estar como queria. Os companheiros camaradas esplêndidos, «Duarte Pereira... é omẽ ao que eu mais devo que a todo omẽ; verdadeiramente ele levou trabalho não emsofrivel... Bastião de Sá he boo pera mim... e outros muitos fidalgos... Manoel do Vale dorme na casa onde eu durmo e não tenho qua outrem senão a el assi pera conselho como pera tudo.» Jorge de Almeida é também companheiro magnífico: «nũqua topey omẽ que lhe igualasse, muito homrrado e muito bom omẽ e desta maneira são todos,» (2) acrescenta. Excelentes camaradas!

Mas até mesmo sob o fogo das bombardas inimigas um guerreiro pode interessar-se por coisas mais leves: «qua achey dous vestidos muito galamtes — escreve — lá lhas mãdo pera que quando vossa merce qua tornar os traga consigo.» (3)

Todos no forte sentiram grande contentamento com a vinda dos pequenos navios, que chegavam um a um apesar do mau tempo, e todos prestavam grande atenção a D. Fernando. O facto de o Governador mandar o filho enchia os corações de confiança, pois sentiam que, embora o cêrco viesse a prolongar-se, Dio não seria esquecido. Mais nenhum auxílio podia chegar durante mais de três

(1) Ibid.
(2) Ibid.
(3) Ibid.

meses — a monção campeava e todos os portos se encontravam fechados. Mas no forte havia quatrocentos e cinqüenta homens, todos cavaleiros e fidalgos, todos bons espingardeiros: «nem tenho numa palha ao turqo nem ao mundo todo se ca vier», (1) escreve Mascarenhas com alegria. Outro entusiasta vai ainda mais longe: «não roguamos a Deus senão que se algũ ano am de vir os turquos que seja este.» (2)

Mascarenhas redistribuíu os postos de defesa ao longo da muralha. Fernando pediu o pequeno bastião chamado de S. João, o ponto mais fraco da fortaleza. Era uma tôrre baixa e redonda, fàcilmente dominada pelas fortificações improvisadas dos inimigos, e feita de grandes pedras que, uma vez deslocadas, deixavam enormes buracos em aberto. D. João Mascarenhas considerava-o o ponto por onde as tropas de Coge Sofar esperavam entrar.

O cêrco apertava-se. Coge Sofar, com a sua gente de trabalho forçado, ia construindo um labirinto de muralhas, redutos e baluartes de artilharia acima do fôsso. Tôdas as noites fazia grandes progressos. Apesar de os portugueses fazerem chover às cegas os tiros na escuridão, o trabalho nunca parou; concluíu-se e resistia às bombardas.

Não que Mascarenhas pudesse utilizar a artilharia pesada. Possuía poucas peças e já não tinha bastante pólvora para elas. Sob êste aspecto, o inimigo estava muito bem fornecido. Coge Sofar dispunha de terrível fornecimento de morteiros, basi-

(1) *História Quinhentista do Segundo Cêrco de Dio.* Doc. n.º XXX, 5 de Maio de 1546.

(2) Ibid. Doc. n.º LIV; Carta de Pêro Lopes de Sousa para D. Álvaro de Castro, de 5 de Maio de 1546.

liscos, falcões, sacres, colubrinas, leões e esperas, e todos êstes «animais» de nomes estranhos do exército quinhentista, eram manobrados por artilheiros sabedores do seu mister, e carregados com a melhor pólvora.

As muralhas da fortaleza viam-se todo o dia batidas pelo fogo dos canhões, até que Mascarenhas, receando não pudessem agüentar-se por muito tempo, as reforçou, levantando outro pano por detrás. Todos os homens ajudaram, transportando pedras e terra às costas, demolindo-se casas para fornecerem o material necessário.

Fernando andou com carretos e ajudou ao trabalho o melhor que pôde. ¡A sua primeira experiência da guerra era um caso sério! Pouco se dormia ou descansava dentro de uma fortaleza cercada por inimigo poderoso e encarniçado, com fôrças vinte vezes mais numerosas do que as da guarnição e equipamento superior. O rapaz honrou o treino a que o pai o submeteu: «he o mor trabalhador que eu ē todolos dias de minha vida vy» (1) escreveu D. João Mascarenhas ao Governador. «Ele he o prymeiro que lãça mão do balde ou cayxão de polvora ou de qualquer outra cousa,» (2) declara o veterano Bastião Coelho – «mais necesydade ha de ter de freyo pera o ter que esporas pera chegar, porque dyzē as velhas que o espinho logo (3) nace com o byco.»

Mas Diogo de Reinoso, que o pai de Fernando nomeara seu mentor, não era homem para o refrear. Pelo contrário, ainda por cima o incitava, não tendo em muita consideração o capitão, homem prudente,

(1) Ibid. Doc. n.º XXXII: Carta de 2 de Julho de 1546.
(2) Ibid., pág. 186. Doc. n.º XLIII: Carta de 4 de Maio de 1546.
(3) Ibid.

que poupava a pólvora e as vidas humanas, insistia por que os homens usassem capacete nas muralhas e não animava façanhas executadas ùnicamente por questão de honra. Mascarenhas parecia até não se importar, quando, tôdas as noites, uns muçulmanos que falavam português gritavam que êle parecia uma donzela – efeminado, medroso, esquivando-se à luta por detrás das suas defesas, ao contrário do António da Silveira do primeiro cêrco de Dio! ¿Porque não saía êle a combater, costumava bradar o enviado de Coge Sofar, e dar aos seus valentes rapazes a oportunidade de mostrarem o seu valor? Tôdas as noites Mascarenhas se encontrava nas muralhas. Ouvia aquelas injúrias vergonhosas sem pestanejar, respondendo apenas com tiros. ¡É claro que Coge Sofar ficaria satisfeito por vê-lo desperdiçar as escassas fôrças em surtidas inúteis! Mas os da guarnição sentiam-se humilhados por o seu capitão se recusar a responder ao desafio.

– Nem tem nervos! – era a opinião que dêle fazia Diogo de Reinoso, que também entendia do seu dever mostrar ao Capitão qual achava ser a sua obrigação; visto como o filho do Governador lhe fôra confiado aos cuidados, havia de ver como o seu pupilo o honraria. Por isso levou Fernando a dar uma volta por todo o forte, para inspeccionar tudo e para saber o que Mascarenhas deixara por fazer.

D. João Mascarenhas ficou aborrecido com aquilo, julgando Diogo de Reinoso um velhaquete oficioso, e sentindo inveja da sua autoridade. Afinal, ¿quem era o capitão de Dio? Por isso, um dia, encontrando D. Fernando de Castro com Diogo de Reinoso transportando pedras que êle não mandara remover, disse com severidade a Fernando que mandasse os seus homens parar com

o trabalho. !Êle, Mascarenhas, não os encarregara daquilo e só êle era o comandante! Salvo, acrescentou de modo cortante, D. Fernando se na qualidade de filho do Governador quisesse tomar êle próprio conta do comando; se assim fôsse, entregar-lho-ia! Mas a ninguém mais, continuou fitando Reinoso. E se alguém desobedecesse, tinha poder para cortar um milhar de cabeças, ainda que fôssem de fidalgos.

Como sabemos, Fernando era um rapaz comedido e, embora novo, tinha tato. – «Senhor Capitão – respondeu com delicadeza – vossa mercê diz muy bem, e tem razão. Se errey levemo em conta, porque o que faço nom he á parte que o vos tomastes, nem isto era tão mal feyto pera fallardes tanta cousa. Eu nom vym aquy senão a servir El Rey, fazendo o que vós mandardes. O que assy farey d'aquy em diante, e em nada passarey vosso mandado.» [1]

D. João Mascarenhas acalmou mais. Diogo de Reinoso disfarçou um sorriso de zombaria, dizendo:

– «Senhor dom Fernando o senhor capitão diz aquillo porque nos quer ter folgados pera o tempo do mester.» [2]

Mas no fundo desprezava o capitão, prometendo um dia dar-lhe o devido trôco.

Mascarenhas não se importava muito com o que Diogo Reinoso pudesse pensar. Interessava-o muito mais Coge Sofar cujos trabalhos de cêrco o enchiam de admiração por serem «cousa muyto pera ver e pera lembrar muito tempo,» [3] declarava êle. O experimentado Bastião Coelho também sentia grande impressão. ¡Os engenheiros franceses ou italianos,

(1) Gaspar Correia, *ob. cit.*, IV, pág. 473.
(2) Ibid, pág. 474.
(3) *História Quinhentista*, doc. n.º XXXII, pág. 125.

dizia, não fariam melhor! As muralhas, as defesas da terra, as trincheiras, os abrigos e os gabiões do capitão de Cambaia estavam feitos de modo tão intrincado e astuto que a artilharia portuguesa quási os não podia danificar, cada dia mais se aproximando do forte os seus canhões.

Os portugueses, com as poucas peças pesadas que tinham, conseguiram espatifar alguns basiliscos; mas com a artilharia ligeira a pequena distância, o inimigo despejava metralha dentro do forte até desventrar uma tôrre e ficarem destruídos os entrincheiramentos dos baluartes. O morteiro mais pesado estava apontado para o bastião de S. João, disparando pelouros de seis pés de circunferência. Êste formidável projéctil elevava-se nos ares, parecendo a cada homem que ia cair-lhe na cabeça. A pontaria não era muito certeira, mas acabava sempre por atingir qualquer alvo.

Um dia, quando se encontrava no quarto a folgar com um jovem amigo, Fernando quási apanhou com êle na cabeça. A monstruosa bala atravessou o telhado e passou entre as camas, não tocando, porém, em nenhum; penetrou no soalho e desapareceu debaixo da terra.

Outra semelhante penetrou na cisterna e caíu dentro de uns vinte palmos de água. Felizmente não a atravessou, fazendo apenas um pequeno sinal no fundo.

Maiores destruições viria ainda a fazer êste canhão terrífico, se um tiro feliz não matasse o bombardeiro. A artilharia do século XVI não estava ao alcance de qualquer pessoa e nenhum artilheiro vulgar podia dominar êste mastodonte. O homem que a seguir tomou conta dêle disparou tão desastradamente que as grandes balas caíam para trás, no campo de Cambaia, o que não era nada bom, pelo

que os sitiantes «então o derão ó demo» (1) e não voltaram a servir-se dêle. Todavia, tinham ainda muito mais peças manobráveis.

Coge Sofar reparou os seus basiliscos e colocou-os cuidadosamente ao longo da muralha. Dois desertores negros haviam-no informado de que os defensores eram poucos, faltava a comida e havia muitos feridos e doentes. Coge Sofar julgou o momento chegado – uma descarga furiosa à queima-roupa desmantelaria os baluartes. Apontou os canhões contra os pontos mais fracos e convidou o Sultão de Cambaia para vir vê-lo tomar a fortaleza.

O sultão Mamude, como mancebo, ficou encantado. Não era naturalmente valente mas, sentia-se «desejoso de cheirar a guerra», (2) e confiava em que, vendo-o aproximar-se com tôdas as fôrças, as muralhas e os corações haviam de cair ao mesmo tempo.

Por isso, no dia 4 de Junho os portugueses ficaram admirados com o que se passava. As estâncias inimigas e a cidade apareceram de repente revestidas de ramos e de bandeiras desfraldadas. Ao mesmo tempo, todos os canhões disparavam, fazendo um barulho «como homẽs que a queriam arrebentar», (3) espalhando balas sem receio, por todos os lados, numa fúria, acertando ou falhando.

D. João Mascarenhas ficou intrigado, mandando um homem em um barco, de noite, para capturar alguém que estivesse na praia e o pudesse informar. Os inimigos encontravam-se demasiado entretidos com o seu regosijo para tomarem conhecimento disto. Houve uma breve luta violenta, de

(1) Gaspar Correia, *ob. cit.*, tôm cit pág 475.
(2) Leonardo Nunes, *ob. cit*, pág 49.
(3) Ibid.

que resultou apanharem vivo um homem, por quem os sitiados souberam da vinda do Rei.

Muito honrados com isso! – disseram os portugueses. Também temos de festejar o caso! Por isso a fortaleza içou as bandeiras e tocou os sinos Com tôdas as trombetas a tocar, os homens formaram e executaram exercícios militares à vista do inimigo, disparando todos os canhões ao mesmo tempo – não ao acaso, havia grande falta de munições para isso – mas com precisão mortal. Era uma salva em honra da sua próxima vitória sôbre o Rei, explicaram êles aos «mouros», com quem tôdas as noites trocavam insultos por cima das muralhas. Os projécteis desta salva caíram à volta da tenda real, do que o sultão Mamude não gostou nada.

Também não achou graça nenhuma ao trovejar do duelo de artilharia dos dias imediatos.

– Assista à minha conquista do forte! – dissera Coge Sofar.

E assim, para quebrar a resistência da defesa, abriu fogo com todos os seus grandes canhões. A fortaleza respondeu com tudo quanto tinha, disparando com a freqüência que podia, em vista da falta de pólvora. Durante todo o dia o ruído foi horroroso – o fumo e a poeira erguiam-se em nuvens e obscureciam o sol, enquanto grandes pelouros de ferro e de pedra atravessavam, rugindo, os ares. Até então o jovem Mamude nunca vira o fogo, achando que aquilo lhe dava cabo dos nervos.

Em todo o caso, viera ver e deixou que Coge Sofar o levasse à muralha para ver melhor. Quando espreitava cautelosamente por detrás dos fardos de algodão, empilhados em cima dos baluartes, julgando-se a distância razoável das linhas portuguesas, surgiu um pelouro de bombarda, que passou a tôda a velocidade por cima da sua real pessoa,

reduzindo a pedaços um parente que se encontrava ao lado. Um turco avançou para recolher o cadáver, mas uma bala de espingarda abateu-o também.

Mamude já vira bastante de guerra! Retirou-se ràpidamente da ilnha de fogo, dizendo que não era digno de um Rei conservar-se em frente de um forte que não se rendia quando êle aparecia. Tendo estado no cêrco uns onze dias, regressou a Amadabade. Coge Sofar recebeu ordem para continuar o ataque sem êle, o que fêz com energia.

Pôs a trabalhar os seus homens e levantou uma trincheira imponente de terra, pedra e madeira, acima do fôsso. Trabalhavam de noite, pelo que Mascarenhas acendeu fogueiras fora das muralhas da fortaleza e à sua luz vacilante as espingardas abatiam os trabalhadores. Êstes pobres homens, «desarmados e vis», não mostravam mêdo da morte. «Vendem as vidas por muy fraco preço, – escreve Leonardo Nunes, que se conservou na fortaleza durante todo o cêrco – e damna ao diabo; parecem homẽs demuninhados, porque descobertos da nossa artelharia e espingardaria trabalhavam mui seguros asi como estevessem de paz. E he verdade que matavamos nelles tantos como moscas em potes de mel sem se darem os que vivos ficavam por achados, nem espantados de tanto morrer.» [1] Estóica e fatalistamente, entre o azorrague turco e o canhão português, avançavam e morriam, logo outro homem tomando o lugar daquele que caía. Assim a obra avançou enquanto os guerreiros de Coge Sofar descansavam a sua noite; a grande rampa ergueu-se e sôbre ela colocaram-se mais bombardas, que levavam a morte para além das muralhas, no meio da fortaleza.

[1] Ibid., pág. 40.

Os portugueses chamavam-lhe o «Baluarte da Rama», porque, com o calor e as chuvas de Junho, as estacas enterradas rebentavam e davam fôlhas verdes, vista curiosa, dizem êles, mas por baixo do verde fresco espreitava a morte. Tôdas as casas e ruas situadas dentro do circuito das muralhas da fortaleza encontravam-se expostas ao seu fogo, ninguém podendo sair de casa sem se arriscar a morrer.

Então Mascarenhas mandou avançar o seu mais pesado canhão – um basilisco que defendia a entrada da barra. Tiveram de lhe construir um lugar especial nas muralhas e levá-lo para ali de noite com grande precaução, cumprindo êle o que se esperava.

Dominando todo o «Baluarte da Rama» a pequena distância, o basilisco levou ali a ruína e pô-lo «ẽ total destruiçam e fiqua feito pombal solitario, em que hos morcegos esperão ter repouso; porque loguo fez ir pelo ar muitos cosoletes e capacetes dourados, com seus senhores, feitos em pedaços muitas touquas brancas.» [1]

O «Baluarte da Rama» teve de ser abandonar por pouco seguro. Posta de parte a idéia de reduzir a fortaleza pelo fogo de artilharia, Coge Sofar resolveu entulhar a cova até ao nível das muralhas e tomar a praça de assalto com fôrças esmagadoras.

Poderia haver oportunidade excelente. Já todos os baluartes estavam arruinados. As muralhas exteriores do bastião de S. João encontravam-se em ruínas e as tôrres que flanqueavam o forte haviam sido demolidas. Em vários pontos, enormes boqueirões abriam-se nas defesas, trabalhando os defen-

[1] *História Quinhentista*, pág. 30.

sores dia e noite para repararem os estragos, mal o podendo conseguir. Entre êles e o inimigo já não havia mais nada senão a cova. Coge Sofar construíu galerias cobertas até à margem dela, dispôs pranchas de madeira no declive e levou uma corrente infindável de trabalhadores a lançar lá dentro terra, pedras, seixos e ramos de árvores.

Os portugueses podiam vê-los a cair, mas os trabalhadores estavam a coberto. Então Mascarenhas reabriu uma estreita poterna, quási subterrânea, no fundo da cova, bastante grande para um homem poder passar através. Abriu-se um túnel no cascalho e no cimento; empilhados de encontro a esta porta, e pela passagem, deslizaram os homens um a um, tirando em silêncio, por baixo, aquilo que o inimigo deitava por cima. Não sendo ouvidos por causa do barulho das pedras que caíam, trabalhavam todo o dia, e quando vinha a noite, as mulheres, os escravos e as crianças penetravam na cova e com bacias e cestos levavam o seu pequeno carreto.

Isto durou três dias. O inimigo atirava para dentro carregamentos enormes. Os portugueses diminuíam-nos por baixo. Para os sitiantes o fôsso assemelhava-se a um poço sem fundo. Por fim Coge Sofar descobriu o que se passava, ficando, dizem, «ho mais espantado cão, que nunca foy ninhũ.» [1]

Viu então que, apesar de astuto, encontrara em D. João Mascarenhas digno rival. Chorou de raiva e, na sua fúria, atirou às urtigas tôda a prudência. Apoiando um cotovêlo na beira do baluarte, avançou a cabeça para espreitar. Viu a pequena abertura lá muito no fundo, por onde o seu material estava a ser engolido. Viu, sim, mas não teve tempo para praguejar, porque um tiro desgarrado da

(1) Ibid., pág. 32.

muralha da fortaleza levou-lhe a mão e metade da cabeça.

Fim adequado à carreira pitoresca de Coge Sofar. Êle sempre dissera que os portugueses lhe haviam, um dia, de causar a morte. Na fortaleza não souberam logo do feliz tiro – apenas viram que um súbito silêncio se fizera nas linhas inimigas. Durante três dias não dispararam os canhões – sossêgo desacostumado para ouvidos fatigados.

Um desertor baniano foi o primeiro a levar a notícia, dizendo que havia graves desordens no campo muçulmano. Uns queriam levantar o cêrco, visto como o capitão morrera, mas o filho de Coge Sofar, enérgico mancebo de vinte e cinco anos, chamado Rumecão (Rume Khan), jurava vingar a morte do pai ou morrer, opinião defendida por Jusarcão, seu cunhado, e muitos outros capitães, devido a cujo apoio se dirigira ao Sultão de Cambaia a pedir plenos poderes.

A morte de «hum imigo tão perjudicial» a tôda esta terra, e tão sabedor como êste, constituía, comentava Mascarenhas para o Governador, «a mór dita e a mór boa ventura que á India agora podia vir.» [1] D. João de Castro devia dar graças a Deus.

Entretanto o mensageiro foi recompensado pela sua boa nova – não muito dignamente, pensava êle. O Governador havia de lhe dar mais quando chegasse a Dio, disse Mascarenhas. Isto não consolou muito o homem, porque, ao que via, não era provável que a fortaleza se agüentasse até ao fim.

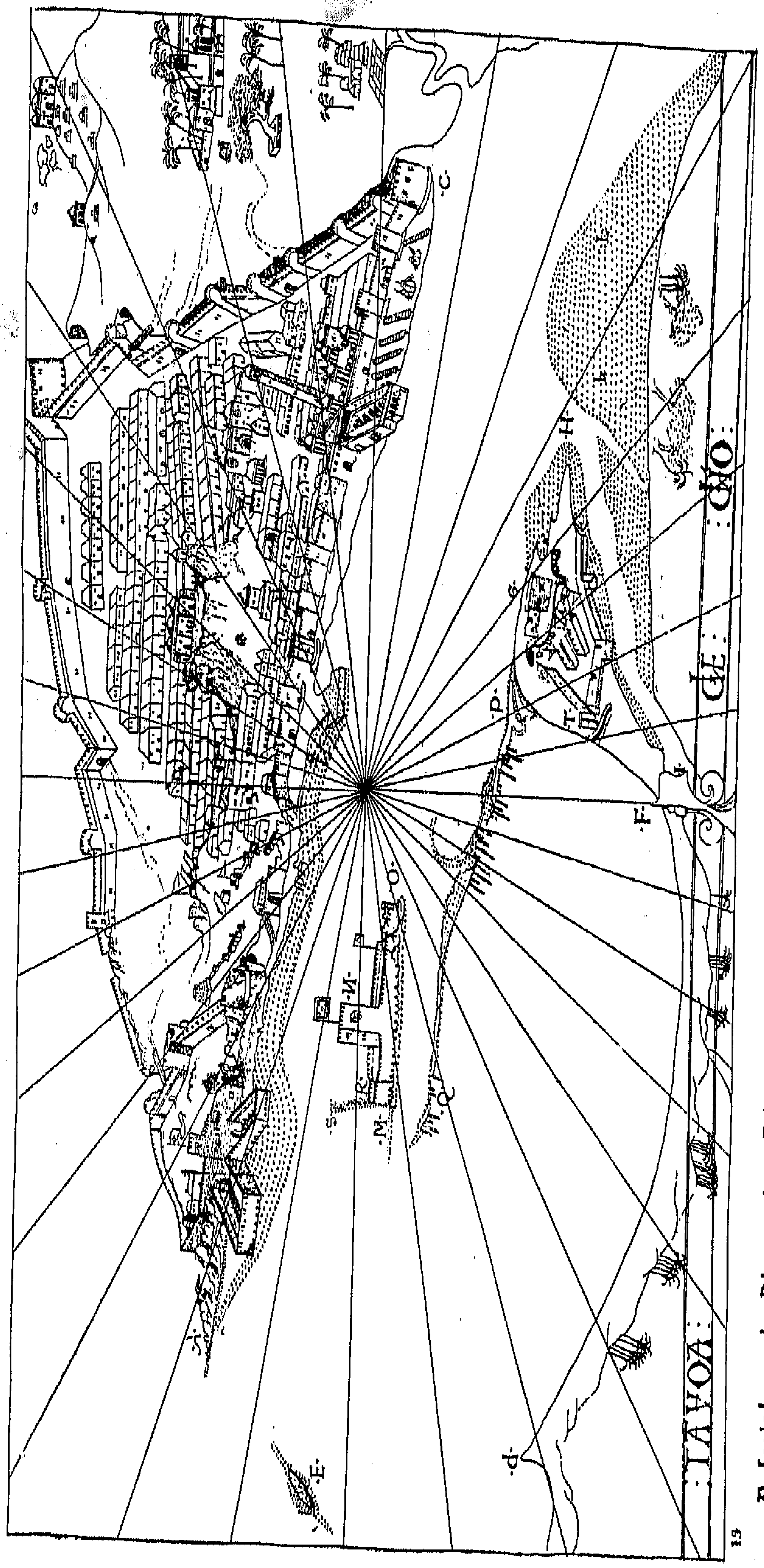
A dúvida tinha certo fundamento, especialmente quando Rumecão regressou de Amadabade como um gigante cheio de autoridade e de reforços para continuar o cêrco com mais fúria do que nunca.

(1) Ibid., doc. n.º XXXII, pág. 158.

Arremessaram-se montanhas de pedras para dentro do fôsso. Os homens de Rumecão fizeram em baixo uma espécie de escudo móvel provido por êle de orifícios destinados a assestar peças para matar os defensores. O canhão, levado até à beira, pusera tôdas as bombardas portuguesas fora de acção, e tendo então ao alcance a poterna inutilizou-a, pelo que Mascarenhas teve de a fechar. Por cima do fôsso erguiam-se vastos pavimentos, que ficaram em breve ao nível das muralhas; apesar de os portugueses trabalharem desesperadamente dia e noite, uns duzentos homens não podiam remover o que milhares lançavam sem cessar.

Dêstes duzentos a proporção dos aptos fìsicamente ia decrescendo. A ilha de Dio foi invadida pelas febres durante a estação chuvosa, e mais de metade da guarnição se encontrava doente. Trabalho exaustivo e alimentação insuficiente ainda mais lhe reduziam a fôrça — as únicas provisões eram arroz, açúcar e sal, alguns legumes e peixe podre. Havia dois meses que se comera pão, e não havia outra carne que não fôsse de cão ou de gato, ou a dos sinistros corvos negros que pairavam em volta do fôsso, ao cheiro dos cadáveres.

E a obra continuou todos os dias com mais energia, havendo pouco tempo para alguém dormir ou para descansar. Como a obra de pedra se derrubara, tiveram de preencher os buracos abertos, as peças que ainda se encontravam no baluarte houveram de guarnecer-se, e a espingardaria contra o formigueiro que trabalhava em baixo teve de continuar. Não se podia esperar então mais do que uma acção retardadora — sem descanso, a cova ia-se enchendo. Mas todos os minutos ganhos se tornavam preciosos, aproximando do final da monção e do possível socorro de Goa.



A fortaleza de Dio — do «Primeiro Roteiro da Costa da India; desde Goa até Dio», por D. João de Castro

13

E assim, espicaçados pela fome e com os olhos vermelhos por falta de sono, lutavam em favor do tempo e faziam-no com tremendo entusiasmo. O vigor dêsses bravos mancebos que tinham ido a Dio com Fernando, por mares encapelados, não diminuíra, e êles ainda se conservavam vivos como a mostarda. Todos tinham a face direita pisada e esfolada de estarem constantemente a disparar com armas de fogo de recuo violento, mas gloriavam-se por estarem desfigurados. ¡Considerava-se vergonhoso ser visto com o rosto sem qualquer ferida — como se se tivesse estado a dormir e não a atirar durante todo o dia!

Até a armadura defensiva se considerou ao princípio indigna de um cavaleiro. Sentiam orgulho em aparecer na muralha munidos apenas de armas ofensivas. O Capitão, cuja apreciação dêstes lindos pundonores era menos aguda, insistiu para que ao menos usassem um capacete, visto como ninguém podia atirar sem mostrar a cabeça.

Continuaram a atirar do mesmo modo, em cabelo, com espingardas e bombardas, e mais de um jovem louco caíu, quando servia as peças. Por fim o Capitão teve de ordenar que quem se recusasse a usar capacete ficaria proïbido de aparecer na muralha ou de olhar para um «mouro» durante vinte dias, devendo conservar-se aquêle tempo todo nos seus aposentos, o que convenceu os ferrabrazes. Os capacetes fizeram então moda. Da mesma maneira, quando os jovens turbulentos altercavam entre si e se tornavam bulhentos, o Capitão chamava-os à ordem ameaçando-os de os mandar para o outro lado do gôlfo, a passar vida sossegada em Baçaim.

Assim dirigia Mascarenhas a sua gente. Era na verdade uma tropa bravia, mas ao mesmo tempo

excelentes rapazes. O problema de manter o moral da guarnição não o preocupava.

Mas o moral só por si, sem potencial-humano, não pode permitir que um forte tape as brechas abertas nas paredes arruïnadas. Tornava-se urgente socorro de qualquer espécie. O Governador estava impossibilitado de vir com a sua frota durante muitas semanas, mas os capitães de Chaúl e Baçaim podiam mandar algum auxílio um pouco antes, no intervalo das tempestades.

Era difícil comunicar com Baçaim. Dio encontrava-se com as comunicações cortadas com tôdas as partes da Índia, e a maioria dos marítimos consideravam impossível atravessar o Gôlfo de Cambaia em Julho. Havia, porém, um barqueiro destemido, chamado João Martins, conhecedor do tempo e daqueles mares, e que queria ir num *catur* a Baçaim, e o Vigário de Dio, João Coelho, ofereceu-se para levar cartas, jurando voltar com uma resposta, embora morresse durante a tentativa. Assim se tornou possível escrever para Baçaim e Chaúl, de onde se poderiam mandar por terra cartas para Goa, ao Governador.

«Nunca esperey del Rey de Cambaya que tão cedo me fizesse pidir socorro porque eu fazia lhe comta a gusarates e eles cercarãome como francéses», (1) escreveu D. João Mascarenhas com desgôsto.

Na mesma ocasião pediu a Fernando que escrevesse ao pai a dar-lhe conta de como as coisas corriam, mas o mancebo não era grande escrevedor, como vimos – especialmente ao pai que podia mostrar-se exigente a respeito da caligrafia de uma pessoa! Correia diz que êle escreveu meia página afirmando ao pai que se encontrava bem e que o Capitão daria explicações a respeito do forte.

(1) Ibid., pág. 155.

Essa é a substância da meia página hoje existente escrita por D. Fernando, endereçada, porém, ao irmão:

«Pezar de tal – rabiscou Fernando, no seu estilo despreocupado e incoerente, com a sua execrável letra de escolar – que esta omẽ qua cõ bombardadas e Vosa M. cõ azevias e mãjares delicados he bem sabe nosso sõr ho que faz que cada cousa poem omde he necesairo.

«V. M. la pera amores e despachos dos proves e eu qua pera gerra. He se taõbem eu pera isto não prestar como ouzarey semtarme com ele a meza? Deste serquo não tenho que dizer a Vosa M. porque – acrescentava com enorme desrespeito pela verdade – nos não tem aimda estes negrinhos nẽ amea derrubada Cõ elrey de Quambaia vir a Dio cõ saber que estava eu nele.» (1)

Após dois meses de cêrco o jovem Fernando encontrava-se muito bem e, como se depreende desta carta, longe de se sentir deprimido: «ele soo tem feito todalas obras que caa fizemos e vigia toda noyte e asy deseja matar todos estes mouros,» (2) diz o Capitão. Nada receando, a nada se esquivando, nunca se mostrando maçado, sempre satisfeito, amigo de tôda a gente, repartindo tudo o que possuía, Fernando era popularíssimo entre os companheiros, e tôdas as pessoas mais velhas tinham uma palavra de apreciação para êle.

Até o crítico Bastião Coelho acha Fernando esplêndido rapaz, o que é mais do que podia dizer do conjunto da guarnição. Declara êle ter estado já em muitos cercos, quer como atacante quer como defensor, mas nunca tivera a infelicidade

(1) Ibid., doc. n.º XXV, 1 de Julho de 1546, pág. 140.
(2) Ibid., doc. n.º XXXII.

de encontrar um grupo de homens mais descuidados, despreocupados e inúteis do que os seus companheiros de então! Muitas vezes deixam extensões inteiras de muralha por guarnecer. Os oficiais não se mostram envergonhados por os seus negros desertarem para o inimigo e aí espalharem o boato de os sitiados se encontrarem no seu último extremo! «Nhũ medo tenho a esta fortaleza senã a hũ desastre per descuydo ou froxydade segũdo o que nesta gẽte vejo,» (1) acrescenta êle com modo sombrio. Como seria possível imaginar que os defensores pudessem encontrar-se em tôda a parte ao mesmo tempo, não o diz êle, pois admite mesmo serem poucos e muitos dêles doentes. Mesmo assim sentiam-se bastante fortes, conclui com uma volta de optimismo, «pois temos Deus de nosa parte e pelejamos pela sua santa fé catolica.»(2)

Apesar disso, data a carta não desta *fortaleza* mas «Desta *fraqueza* de Dyo,»(3) a 1 de Julho de 1546.

O *catur* partiu, com estas cartas, do forte assediado para o encapelado mar largo, deixando o filho de Coge Sofar a encher o fôsso tão furiosamente que «parecia que nos avia de comer em dous dias.» (4) Todos os habitantes de Dio começaram a atirar o entulho «com tamanho arroido que parecia o proprio inferno.» (5) Acima do barulho, lúgubre e sinistro, todo o dia se ouvia o toque de um sino ao som do qual os trabalhadores de Rumecão transportavam pedras, pranchas, traves, troncos de palmeiras e barcos abandonados – tudo aquilo de que podiam lançar mão para atirarem ao fôsso.

(1) Ibid., doc. n.º XLIV. Carta de Bastião Coelho a D. João de Castro, de 1 de Julho de 1546.
(2) Ibid.
(3) Ibid.
(4) Leonardo Nunes, *ob. cit.*, pág. 56.
(5) Leonardo Nunes, *História Quinhentista*, pág. 35.

O punhado de homens, que se encontrava nas muralhas, disparava desesperadamente e despejava panelas de pólvora, pez e estopa a arder. Deram-se algumas explosões, incendiou-se muita madeira, grande número de trabalhadores caíram mortos ou queimados ao lado da carga; mas estavam como as formigas para a multidão, contribuindo os próprios cadáveres para elevar o entulho.

Os pavimentos encontravam-se já ao nível das muralhas. Tudo se encontrava pronto para o assalto final, mas o inimigo hesitava ainda. Enquanto atulhavam e trabalhavam, sacrificavam alegremente os trabalhadores, mas o ataque tinha de fazer-se com os próprios guerreiros. Chegava a vez do aço frio, da luta corpo a corpo – e em cima daquelas muralhas arruinadas havia homens desesperados que resistiriam como tigres.

Rumecão mandou um prisioneiro convidar Mascarenhas a render-se. O caminho estava pronto dizia êle, para sôbre êle passarem em multidão tantos soldados que, devido ao cansaço total, os portugueses seriam vencidos, apesar dos homens que matassem ao princípio. As condições de Rumecão eram honrosas. Apenas lhes pedia que deixassem o forte com tudo quanto possuíam, encarregando-se êle mesmo de lhes fornecer transporte para a Índia

¡O Capitão mandou retirar com dureza o prisioneiro, dizendo-lhe que jamais voltasse com um recado daqueles! Se Rumecão ficasse e não fugisse, os portugueses haviam de sair pelos mesmos caminhos que êle construíra, prendê-lo-iam com correntes na sua própria tenda e fariam dêle um moço de cavalariça! Se o Rei também fôsse apanhado, acontecer-lhe-ia o mesmo, sendo tôdas as casas de Dio banhadas de sangue.

Os «mouros» responderam descarregando as armas, interrompendo-se as negociações.

O inimigo procurou assaltar o baluarte de S. João, mas Fernando e os seus jovens estavam alerta. Carregaram sôbre a trincheira erguida por detrás da muralha derruída, com espadas, lanças e espingardas e panelas de pólvora. A luta foi tremenda: de quarenta homens que subiram, nem um só desceu. O inimigo retirou de junto dos enraivecidos portugueses desesperados, e fêz trovejar sôbre o forte todos os seus maiores canhões.

De noite, os homens do «baluarte do mar» que estava junto da barra viram tôda a cidade iluminada. Chamejavam brandões e velas, grande quantidade de gente entrava e saía das mesquitas, e dos minaretes vinham altos brados a chamar à oração. Era evidente que alguma coisa ia acontecer. O capitão do baluarte mandou um barco avisar Mascarenhas.

Na fortaleza todos ficaram na espectativa, cada homem no seu pôsto, tôda a noite até que, ao amanhecer, figuras negras deslizaram silenciosamente na escuridão. Antes de a sua presença ser pressentida, encontravam-se nas muralhas.

– Santiago! Mata! – bradou o vigia.

O sino grande da fortaleza tocou e todos correram às armas. Junto das muralhas havia seis mil «mouros», atrás dos quais vinham mais milhares dêles.

Travou-se uma batalha feroz – aço, espingardas, canhões e pólvora a arder. Feridos e queimados, os sitiados agarraram-se às muralhas em ruínas e repeliram os assaltantes. Todos os homens se encontravam nos baluartes, que se erguiam por cima do que fôra a cova, mas no local junto da baía tudo permanecia silencioso e escuro. Na maré baixa um destacamento de turcos aproximou-se em silêncio dos rochedos e apoiou uma escada de encontro ao lado da falésia, onde não havia defensores. Subiram e cravaram o estandarte num telhado, descendo alguns até à rua que havia em baixo. Tudo se encontrava sossegado e não brilhava qualquer luz; apenas se via uma mulher a uma porta. Um turco pediu-lhe uma faca para desencravar a espingarda, acrescentando que lhe não faria mal se ela lhe desse algum dinheiro. Ela não fêz barulho nem perdeu a cabeça, dizendo que ia buscar o que lhe pedia, afastando-se para prevenir os vizinhos. Naquelas casas situadas nas trazeiras do forte havia apenas mulheres e escravos, mas num momento apareceu uma virago a cada porta, a brandir paus, espetos e pedras, e até alguidares de cozinha.

Fazia uma escuridão profunda, pelo que os turcos não puderam ver quem os assaltava, estabelecendo-se grande confusão. Entretanto uma mulher foi a correr ter com o Capitão à frente de batalha e disse-lhe que o forte fôra assaltado pela rectaguarda.

Mascarenhas considerou a luta que se travava com violência nos baluartes. Se a defesa afrouxasse um só minuto, êle sabia que a hoste muçulmana avançaria aos milhares e a fortaleza estaria perdida. Seria mortal retirar dêle qualquer parte das suas fôrças. Por isso não disse nada, ficando na aparência imperturbável, até ver os seus homens levar a melhor. Então, vendo que o inimigo ia cedendo, correu à rectaguarda, com vinte companheiros. Quando lá chegou o pior tinha passado – a escuridão da noite e as valentes mulheres haviam salvo a situação. Os turcos retiravam em confusão – os que subiam a escada foram atirados sôbre as rochas e os que tinham descido para a rua eram mortos.

Nasceu o sol sôbre o fumo, as ruínas, o sangue e a poeira da retirada. Aos olhos cansados de Leo-

nardo Nunes aquela parecia uma alvorada benéfica «pela victoria que Nosso Senhor nos dava.» [1] O Capitão agradeceu de joelhos e louvou os seus homens pelo bom serviço prestado a Deus e ao Rei.

Contaram mil e quinhentos inimigos mortos, entre os quais se encontrou um dos principais capitães. Dos defensores apenas haviam morrido sete, mas trinta ou quarenta estavam feridos ou muito queimados pelas panelas de pólvora a arder empregadas de ambos os lados.

Estas panelas, diz Leonardo Nunes, faziam queimaduras horrorosas – no entanto piores para os «mouros», com as suas vestes brancas de algodão, do que para os cristãos protegidos «pela bondade do pano de Portugal e botas e luvas que todos traziamos.» [2] O Capitão insistiu neste ponto, e aos que não se muniram delas, mandou arrancar os ricos enfeites de pano de ouro da sua tenda para se fazerem botas e luvas – que, como diz Leonardo Nunes, se mostraram eficacíssimas.

Dois dias depois os muçulmanos tentaram assaltar de novo o forte, protegidos pelo que os portugueses chamavam «o seu Mafoma», erguido num poste elevado:

«A figura deste seu diabo – escreve Leonardo Nunes – he hũa soo cabeça cõ grandes cabellos de todas has partes que lhe não parecia nada, tão compridos como hũ covado, muytos e muy espesos que querẽ parecer de coor de estopa e parece me que são madeixas grandes de linho cortados por baixo e fica a capa delles redonda.» [3]

Com êste curioso *totem* a abrir caminho, as hostes de Cambaia carregaram sôbre as muralhas, armadas

(1) Ibid., pág. 47.
(2) Ibid., pág. 51.
(3) Ibid., pág. 50.

de lanças, cimitarras e aprestos para lançar fogo. As fileiras avançavam com reluctância porque «aviam mais medo dos cercados que dos proprios diabos.» [1] Os portugueses podiam ver os capitães a incitar os homens com espadas e aguilhões E assim não era difícil rechaçá-los. Novamente repelidos, os inimigos retiraram para recompor as suas formações, enquanto os portugueses se preparavam e, aguardando o próximo assalto, respiravam.

A 28 de Julho, o *catur*, mandado a Baçaim havia quatro semanas, regressou deixando atrás de si a tempestade. O valoroso Vigário trazia cartas dos capitães de Chaúl e de Baçaim, quinhentas panelas e um barril de pólvora, além de bom fornecimento de escorvas para espingardas. Nove fidalgos de Baçaim também tinham querido vir à fôrça, desejosos de partilharem a sorte dos sitiados, «com a lenha has costas pera o sacrificio,» [2] escreve Leonardo Nunes, ao recordar como só dois dêstes nove não morreram a lutar em Dio.

A pólvora não podia durar muito, e nove homens não eram muita coisa, mas nem por isso deixaram de ser aclamados. As cartas diziam que em Baçaim e Chaúl se estavam a preparar reforços para seguirem com o primeiro tempo favorável.

O inimigo ficou muito espantado e desalentado ao ver chegar um barco em Julho, com o mar naquele estado. Considerava-se impossível fazer a travessia antes de dois meses. Todavia, visto como chegara um, mais viriam daí a pouco – Rumecão viu que não havia tempo a perder: tinha de tomar a fortaleza antes de chegar qualquer socorro.

O vento marítimo e a chuva abrandaram no

(1) Leonardo Nunes, *Crónica*, pág. 86.
(2) Leonardo Nunes, *ob. cit.* pág. 88.

outro dia, dando lugar a um calor sufocante. Ao meio-dia, a hora em que todo o movimento parecia paralisado debaixo de um sol escaldante, deu-se um rápido assalto e viram-se os estandartes turcos implantados nas muralhas.

Todos foram abatidos, mas outros vieram. Onda atrás de onda, os muçulmanos lançavam para a frente as suas fôrças. A batalha rugiu todo o dia sob um céu escaldante, com o sol a dardejar impiedosamente sôbre o aço que chispava; o vento da terra impelia nuvens de pó quente para os olhos dos defensores e enchia-lhes os pulmões de fumo ardente. Cegos e às apalpadelas, repeliam os inimigos, agarrando-se desesperadamente às suas muralhas arruinadas. Ninguém esteve ausente dos baluartes naquele dia. Os feridos continuavam no seu pôsto; os doentes haviam deixado o hospital para os auxiliarem; as mulheres também ali se encontravam, e até as crianças.

As espôsas e as mães de Dio foram heroínas. Tôdas as testemunhas concordam em que a sua atitude durante o cêrco estava acima de todo o louvor. Elas mostravam-se tão destemidas como os homens, permanecendo ao lado dos maridos, debaixo do fogo, transportando pedras ou pólvora para a muralha, levando água aos sequiosos, alimentos aos esfomeados, reanimando os extenuados, pensando as feridas, tratando dos doentes, consolando os moribundos — fazendo o que as mulheres valentes em todos os tempos fizeram ao lado dos seus homens. Às vezes ficavam feridas, outras queimadas, mas jamais deixavam de servir até serem vencidas pelo cansaço, «como eu vy em muitas d'ellas» (1) diz Leonardo Nunes.

Sabemos o nome de algumas delas. Foi Isabel Madeira, mulher do cirurgião Mestre João, linda e

(1) Ibid., pág. 87.

delicada rapariga, que viu morrer o marido, que amava, sepultando-o por suas mãos sem derramar uma lágrima, voltando depois calmamente para ajudar as amigas. Foi Catarina Lopes e Isabel Dias, duas santas mulheres, cuja acção e exemplo inspiravam quantos as viam. E, a mais famosa de tôdas, Isabel Fernandes, mãe de dezóito filhos. (1) Foi ela a primeira a ferir na cabeça um turco naquele dia em que penetraram na fortaleza com a escuridão, conservando-se constantemente nas linhas de fogo. Ela exortava os guerreiros a agüentarem-se firmes; ajudava-os a consertar as brechas nas muralhas com as próprias mãos; cuidava dêles, cozinhava para êles, estragava-os e ralhava-lhes, e entrou na história com o nome de Velha de Dio.

Como estas, tôdas tomaram parte no combate defensivo de 29 de Julho. Ao anoitecer os muçulmanos retiraram com pesadas perdas. Os portugueses, macilentos e de olhos pisados, olhavam uns para os outros no meio das ruínas e pensavam no que ainda viria; cento e cinqüenta homens tinham morrido de doença e das feridas, e mais cinqüenta encontravam-se doentes. Não havia fornecimentos hospitalares para os inválidos, e os sãos tinham enfraquecido por falta de alimentos, por transportarem pesadas pedras às costas, por carregarem terra à cabeça, por respirarem «pó pestilencial,» por passarem noites nas muralhas sem dormir, e os dias desabrigados do sol indiano ou das chuvas tropicais abundantes. Os dias melhores, diz Leonardo Nunes, eram aquêles em que se encontravam com o inimigo

(1) Em carta para a rainha, datada de 25 de Novembro de 1559, Isabel Fernandes refere-se ao filho, Afonso Fernandes, como sendo «o derradeiro que me fficou de dezoito que tinha, que todos se gastarão em serviço de Deus e de V. A. nestas partes» (Carta publicada pelo Dr. A. Baião na Introdução da *História Quinhentista do Segundo Cêrco de Dio.*

em batalha franca – «não tinhamos outra consolação nem prazer, senão ho dya em que avyamos de pelejar con bandeiras despregadas porque nos dava Nosso Senhor gloriosa vitoria delles; e nos vingavamos de quoanta miseria nos fazião padecer.» (1)

O inimigo conhecia bem esta miséria e esperava que ela o ajudasse, pois de tempos a tempos fugiam da fortaleza alguns escravos que contavam muita coisa. Êles ouviam falar da fome, da exaustão das perdas e da febre – mas o que nunca souberam foi da falta de pólvora. Ninguém sabia até que ponto ela faltava, a não ser o próprio Mascarenhas, porque tinha a chave do depósito, de onde a tirava ou onde a guardava pela sua própria mão. Não havia senão a que podia fazer-se todos os dias, que era totalmente insuficiente. Durante algum tempo os grandes canhões haviam estado silenciosos.

A monsão ainda soprava e todos os portos se encontravam fechados. Não era provável que abrissem antes dos fins de Agôsto. Entretanto; que aconteceria? Ninguém o sabia, mas havia uma solução que a ninguém ocorria. Podemos ler hoje muitas cartas escritas durante o cêrco, e relatos presenciais transcritos mais tarde, assim como crónicas e histórias. Em nenhum dêles há qualquer idéia de rendição. A capitulação é uma palavra que parece não ter lembrado a ninguém. Todos admitiam em absoluto que a fortaleza, de qualquer modo, havia de agüentar-se até chegar socorro – ¡e então a bela artilharia do inimigo seria prêsa excelente!

Entretanto êstes mesmos canhões grandes eram separados e apontados para a acção decisiva, e, estranho é dizê-lo, os defensores sentiam confôrto

(1) Leonardo Nunes, *História Quinhentista*, pág. 57.

em olhar para êles; «nos não deu pouco descanso,» (1) dizem, ver Rumecão lançando na luta tudo quanto tinha, considerando isso como sinal de ansiedade por parte dêle. Se então pudesse ao menos vir auxílio, suspiravam os sitiados, ¡que bela oportunidade para tomar os grandes canhões e também o seu dono!

Havia certa verdade naquela suposição. Rumecão estava ansioso. A chegada daquele *catur* tinha-lhe causado aborrecimento. Uma andorinha não faz verão, mas anuncia-o – a monsão podia acabar mais cedo naquele ano. E com seu fim acabaria a oportunidade para Cambaia. Mais uma vez o poder naval contrabalançaria o terrestre. O tempo era a favor dos portugueses; por isso Rumecão sentia urgência em apressar a saída final.

Como seu pai Coge Sofar, conhecia algumas manhas. Deixou prender pelos portugueses um dos seus homens para lhes contar que o Sultão de Cambaia ordenaria a Rumecão o levantamento do cêrco e o ataque aos patãs com as suas fôrças. Portanto êle tinha de ir, mas antes de deixar Dio havia de tentar um assalto mais furioso e, se falhasse, retiraria os seus homens.

Eram notícias alegres e notáveis. O Rei dos patãs ameaçara Cambaia mais de uma vez. As notícias galvanizaram os doentes e os extenuados, dando-lhe novos alentos. ¡Apenas um esforço mais, disseram uns para os outros, e o inimigo iria embora! Excitados e cheios de alegria «como pera grande festa,» (2) todos quantos se puderam arrastar prepararam as suas armas e, tal qual Rumecão esperava, juntaram-se em fôrça nas muralhas – que haviam sido minadas.

(1) Leonardo Nunes, *História Quinhentista*, pág. 58.
(2) Ibid. pág. 60.

Isto era uma possibilidade que já antes ocorrera a D. João Mascarenhas. Na sua carta de 2 de Julho para o Governador, já lhe dissera que, quando o fôsso estivesse atulhado, o inimigo poderia utilizar a mina. Mas, quando e onde? Era difícil adivinhar. Com as pedras a caírem todo o dia no fôsso, as picaretas dos mineiros não se ouviam. Mascarenhas fizera contra-minas nos pontos onde julgou que fôsse possível minar, mas Rumecão tinha hábeis engenheiros que acharam meio de as evitar.

No dia 10 de Agôsto, as bandeiras de Cambaia viram-se de novo erguidas para entrarem em combate, enquanto em altos brados os homens de Rumecão avançavam para o forte. Com o coração ao alto, cheios de esperança, os defensores aguardaram o assalto nas suas muralhas arruïnadas. Caíu êle sôbre o desmantelado baluarte de S. João, onde estava D. Fernando de Castro, com Diogo de Reinoso ao lado, e todos os mancebos melhores.

Fernando não devia ali encontrar-se por princípio nenhum. Estava cheio de febre, como tantos outros. A sua vitalidade juvenil resistira ao esfôrço físico dispendido durante muitas semanas, mas até essa se esgotou por fim. O capitão entendia que êle não estava apto a combater e insistiu por que ficasse na cama, mas Fernando não ia agora perder a última batalha! Com licença do capitão, ou sem ela, levantou-se e foi ter com os seus homens no baluarte de S. João. Diogo de Reinoso não achou que devia censurá-lo pela sua desobediência, porque, como vimos já, não tinha o capitão em conceito muito elevado.

D. João Mascarenhas deu uma volta pelas muralhas e visitou todos os homens nos seus postos. Não se sentia muito seguro, aconselhando todos os oficiais a desconfiarem das minas naquele dia. Êle

não podia deixar de sentir que as havia, aconselhando cuidado em especial a Fernando – o baluarte de S. João era o que mais provàvelmente recebia as atenções do inimigo. Diogo de Reinoso ouviu-o com ar desdenhoso: não fazia grande conceito do capitão.

Os «mouros» carregaram na máxima fôrça, como quem vai assaltar as muralhas, entrando as primeiras filas em contacto com os defensores; houve uma violenta escaramuça, mas de repente foram obrigados a recuar e retiraram como se os rechaçassem, continuando neste jôgo por diversas vezes. Operaram algum tempo e Mascarenhas aguardava, não gostando daquela atitude. Faziam muito barulho e carregavam com fúria aparente, mas no final mostravam uma estranha relutância.

D. João Mascarenhas adquiriu a certeza. – ¡Saia já do baluarte com todos os homens antes que lancem fogo à mina! – foi a ordem dada a D. Fernando. Êste obedeceu sensatamente, mas Diogo de Reinoso, já citado, achou que sabia mais do que o capitão: ¿«porque vos deceis, e mostraes medo do que nom vedes, estando os mouros ao pé do muro pera entrar? – gritou êle a D. Fernando – Toda minha vida terey de contar de judarias que aqui tenho visto!»

D. Fernando era muito novo, parecendo-lhe coisa horrível que pudesse dizer-se que êle tinha mêdo. Impressionado pelas palavras de Reinoso voltou à pressa ao seu pôsto no baluarte de S. João, seguido dos companheiros. O mensageiro do capitão retirou-se, contando o que acontecera. Mascarenhas, muito agitado, correu ao local, berrando a D. Fernando que lhe obedecesse.

Não houve tempo. Quando falava, uma terrível explosão cortou os ares e abalou a terra, e todo o

céu escureceu com o pó e o fumo. Todo o baluarte, desde os alicerces, foi aos ares, espalhando uma chuva de pedras e de corpos humanos por todo o forte e pelo fôsso. De setenta jovens fidalgos que ali se encontravam, apenas vinte e três sobreviveram, muitos dos quais ficaram estropiados para tôda a vida.

O capitão foi o primeiro a chegar ao local do desastre com alguns homens e um padre, que levava um crucifixo. Onde existira o baluarte de S. João, havia agora um tremendo buraco, e a tôda a volta ruínas, sangue e mortes.

– A morte nada é!–gritou o padre.–¡A morte é só um momento para quem morre! E os que perdem a vida por fé de Nosso Senhor, que morreu por êles, vão para o Paraíso. Cobrem ânimo os vivos, disse êle, trabalhem e lutem! O Senhor pode dar a vitória com muitos ou com poucos. A fôrça vem de Deus, não do poder do homem.

Por isso os sobreviventes avançaram para tapar a brecha.

Desta vez as muralhas haviam ido realmente abaixo–a fortaleza encontrava-se aberta e sem defesa. Se Rumecão carregasse logo, poderia ter lá entrado. Mas, por milagre, o inimigo recuou, o que deu tempo aos sitiados para avançarem juntos. Homens, mulheres e crianças – tôdas as mães trabalharam, e com as pedras que a mina espalhara improvisaram uma muralha.

Combateram todo o dia, e de noite enterraram os mortos, que eram levantados dos telhados, do fôsso, e dos rochedos espalhados–torcidos, queimados e desfigurados totalmente. O corpo despedaçado de D. Fernando foi encontrado debaixo de umas pedras. Levaram-no para a igreja da fortaleza: os soldados seus companheiros e as mães de Dio choraram por

êle ser amado por todos. Na sua curta vida crion muitas amizades.

D. Fernando de Castro morreu aos 18 anos, há quatroséculos. O barulho trovejante e o fumo de Dio dispersaram-se no espaço e no tempo. Mas dêsse valente rapaz, ceifado no limiar da vida, ainda hoje resta algo de luminoso e de vivo. Entre um maço de papéis, amarelecidos pelo tempo, chegaram até nós duas cartas rabiscadas à pressa, entre a poeira e o fogo, conservando ainda a frescura da alegria e do espírito despreocupado da mocidade eterna, que sorri ante as portas da morte...

Capítulo XV

Tempestade no Gôlfo

«Ouvide o mandado d'ElRey nosso senhor. Que toda pessoa se faça prestes para hir d'armada em agosto a fazer guerra a Cambaya de fogo & sangue, por mar e terra, noyte e dia; a qual ElRey nosso senhor manda fazer por dom João de Crasto seu capitão geral n'estas partes...» (1) Assim rezava a proclamação mandada ler por tôda a cidade de Goa ao som de trombetas e com o estandarte real desfraldado.

Estava-se em Abril, pouco antes de D. Fernando partir para Dio e para o seu destino fatal. Desde então o Governador trabalhara com desespêro. De dia ou na escuridão da noite, com bom tempo ou com tormenta, por calor insuportável ou por chuva torrencial, preparava as munições e reparava a esqua-

(1) Gaspar Correia *ob. cit.*, tom. cit., pág. 162.

dra. Havia pouco tempo para tudo o que tinha de fazer-se, e muitos eram os problemas. D. João roubava o tempo às refeições – que para êle sempre fôra breve – e de noite estava acordado e pensava.

Pensava em que Dio desafiava sòzinho o poder de Cambaia – Dio, êsse ponto isolado entre um continente hostil e o mar bravo. Nos primeiros dias de Maio tivera notícias da chegada de Fernando a salvamento – depois, mais nada. Fernando e Dio haviam sido engolidos pelas nuvens da monção.

¡O segundo cêrco de Dio no espaço de dez anos! Não havia dúvida de que Mascarenhas manteria o forte como António da Silveira já fizera. Mas Cambaia tinha mais poderes desta vez e andara a preparar-se sete anos.

D. João pensava em inimigos e em amigos. Os inimigos eram os mais activos dos dois. Aliados e amigos haviam sempre desempenhado papel passivo – olhavam Portugal como seu protector – dêles não poderia esperar-se auxílio activo. ¿Não haveria pois meio de arranjar qualquer associado mais dinâmico? D. João pensava no grande Império que se erguia lá para o norte. Salim, filho de Xer Cã, rei dos patãs, que tinha a Côrte em Agra, era o mais poderoso Soberano da Índia. Governava todo o interior do continente, das montanhas afegãs até às selvas de Bengala. Dizia-se que as hostes que o seguiam secavam os ribeiros e os rios por onde passavam e deixavam os campos assolados, e que êle enriquecera com os despojos das conquistas do pai. Tinha algum interêsse pensar que tão grande potentado não se encontrava em boas relações com o Sultão de Cambaia.

D. João escreveu, pois, uma carta ao Rei dos patãs:

«Muito alto e muito poderoso Salim Mixaa, Rey potẽtissimo dos Patanes. A fama que corre pello mundo da grãdeza, justiça, e muyta virtude de Vossa Alteza me deu ocasiam pera, jaa que o nam poso ver, desejar sobre todallas cousas de o servir; e pera lhe manifestar esta vontade que tenho ha muytos dias, fiz muytas vezes prestes meus embaxadores; mas sempre foy impedido dos guzarates a sua pasada a esas partes, sem nunqua lhe quererem abrir caminho pera que seguramente podesem cheguar ante Vosa Alteza. Pollo que me foy necessario mandar la este mesajeiro, em trajos desconhecidos e nam convenientes aparecesem diante de sua Real presença, ha fim que, por esta via, viesem a execuçam meus desejos, e lhes fosse apresentada esta minha carta, em a qual determinei de lhe fazer algũas lembranças muy importantes a seu serviço e acrecentamento de seu Real Estado, e juntamente com ella me oferecer a V. A. pera cõ dez mil homens e cem vellas o servyr e ajudar muy verdadeiramente em todallas cousas que comprirem a seu serviço, honrra e estado, de que de mỹ tiver necesidade.» ([1])

D. João continua a dizer que seria então a ocasião de fazer uma fácil conquista de Cambaia: «o seu Rey he moço, e tam exercitado em todallos vicios e maaos custumes como apartado das armas, e esquecido de sua honrra e Repubrica; e cõ isto tão mal quisto de todo o povo por sua crueza e terania que he cousa de maravilha.» ([2])

¡Além disso os guzarates são indivíduos tão fracos que as mulheres de outras terras são mais homens do que êles! Na hipótese de um ataque dos patãs a única esperança dêles estaria na protecção portuguesa. Esta ao sultão Mamude «desaguora pera todo sempre lhe faltará pellas muytas ingratidões que tem mos-

---

([1]) Nunes, *Crónica de D. João de Castro*, pág. 60 e seg.
([2]) Ibid.

trado, de poucos dias a esta parte, das grandes amizades e boas obras que tem Recebido do muyto alto e muyto poderoso Rey de Portugal meu Senhor, e jeralmente a naçam portuguesa, que nestas partes anda.» (1) Salim Xá devia aproveitar «a milhor cõjunçã que se podia, nam diguo neguociar, mas saber pedir e desejar, pera acabar d'ajuntar estes Reynos de Cambaya cõ os seus.» (2) Logo que êle apareça, com certeza os nobres guzarates hão-de revoltar-se: «De maneyra, Senhor, que os Reinos de Cambaya o estam esperãdo com as portas abertas, sem nhũa contradiçam nem impidimento.» (3)

Por seu lado, D. João estaria pronto para entrar em campo: «me fico fazendo prestes pera loguo este verão ir fazer a guerra a Cambaya de foguo e sangue, asy por mar como por terra, e a saquear e destruir toda a costa do mar, e no inverno me ir asentar no luguar de Baçaim com seis centos cavaleiros d'esporas douradas e guiões de seda, e cavallos arabios, cõ os quaes e cõ ajuda de Nosso Senhor premeyramente, darey tanto que fazer a ElRey, que muy seguramente lhe posa a V. A. vir tomando toda sua terra da qual nã quero outra cousa pera elrey meu Senhor salvo algũs luguares maritimos que eu tomar. Estes nã pera mais que pera a maa gente dos Rumes se nam virem meter nelles, e asy asentar antre V. A. e elRey de Portugal meu Senhor pazes e amizades perpetuas pera todo sempre.» (4)

Esta carta foi escrita a 4 de Julho. A resposta do Rei dos patãs, em língua persa, está datada de Agra em Outubro. O conteúdo é cortês mas não envolve qualquer compromisso. Salim quere algo

(1) Ibid.
(2) Ibid.
(3) Ibid.
(4) Ibid.

mais do que simples envio de mensageiros disfarçados. Também êle faz demonstrações de amizade para com D. João, «Guovernador de muyta piadade e fermosura», a quem atribui «o saber de Salamão, e sem nhũa ma sospeita». Refere-se com desdem ao Sultão de Cambaia como «ese maao homẽ do Mamude Guzeraate... Deos vos prospere e vos de victoria», acrescenta amàvelmente. «A amizade antre nos he muito antigua – continua – e aguora de novo he comfirmada com el Rey de Portugal, muyto grande e poderoso». Ao mesmo tempo sugere a necessidade de se mandar uma embaixada mais importante com qualquer belo presente – por exemplo, um cavalo! – «de maneira que ficamos presos per hũa cadeia deitada ao pescoço, pera esta amizade se nunca perder; e temolla em conta de pedras preciosas.» (1)

Driacão, ministro do Rei, escreveu também e de modo mais explícito. Êle tinha má vontade ao Rei de Cambaia, a quem um dia servira. Na sua carta, conta com grande desenvolvimento a história, acrescentando que o Rei dos patãs, seu senhor, lhe prometera mandá-lo «dar hũa vista a ese Reino de Guuzeraate muy cedo, cõ muyta infinda gente, e muyto grande poder e bem concertados... E se elrey meu Senhor quiser ir em pesoa, muyto embora; e se nã, este vosso leal servidor tem jaa licença pera poder ir, e cõ V. S. terey unica amizade.» (2)

Realmente, uma carta satisfatória, porém, datada, dos fins de Novembro, não chegando nenhuma das missivas a Goa senão em Janeiro de 1547.

Entretanto muita água havia corrido para o mar...

(1) Ibid., pág. 63.
(2) Ibid., págs. 70, 71.

Foi a 19 de Julho que chegou de Baçaim um mensageiro com o pedido de socorro de Mascarenhas, feito a dois do mês.

D. João leu-o consternado. O tom do Capitão era de firme resolução, mas, pela sua declaração clara compreendia-se bem em que dificuldade se encontrava. A fortaleza de Dio parecia não poder agüentar-se até sair para o mar a esquadra da Índia. Era preciso mandar imediatamente auxílio de qualquer espécie.

Impossível! – diziam muitas pessoas olhando para o mar que rugia fora da barra. Jamais, em memória de homem, navio algum navegara ao longo daquela costa em Julho, «que he o coração do inverno.» [1] Tentar-se-ia! – insistia D. João, e como «por esta causa estava certo a gente recusar de se querer embarcar: pareceo-me justo e necessario mandar por capitão mór desta armada dom Alvaro, meu filho. E era hũ meio onesto pera não aceitar escusa a nenhũ.

«E tambem, com mandar a pessoa de meu filho, lhes metya em cabeça não serem os trabalhos tamanhos como se pintavam, nem os tempos tam feios... porque não era de crer que eu aventurasse dom Alvaro a perigos evidentes contra toda a rezão e opinião comum, em tempos inavegaveis e em que jamais se virão lavrar e caminhar estes mares; salvo sabendo algũ segredo, ou arte pera o fazer seguramente.

«E juntamente com isso não posso neguar, que ponho de maa vontade em perigos os filhos alheios por serviço de V. A. deixando fora os meus, ja que eu pessoalmente não posso emtrar e acodir a todos.» [2]

Por isso, Álvaro preparou-se para partir após

---

[1] *Relatório enviado por D. João de Castro a D João III*, publicado por António Baião, *HistóriaQuinhentista*, pág 269.
[2] Ibid.

o irmão mais novo, com uma flotilha de vinte e seis barcos pequenos, que transportavam quinhentos arcabuzeiros, pólvora, lanças, chumbo e balas de canhão, e «muito bons mantimentos».

Goa assistiu à partida no dia 23 de Julho. Para que todos os cidadãos—e incidentalmente o Idalcão—pudessem ver quantos homens ficavam, o Governador conduziu as tropas à missa dominical na igreja de Benastarim, que ficava ao lado do passo para o continente, obrigando-as depois a executar exercícios militares.

O jovem Álvaro navegava desde os treze anos e consideravam-no já capitão experiente no mar. O pai habituara-o aos acasos da costa indiana, e desta vez foi particularmente feliz, encontrando vento de feição que o levou até Chaúl em três dias. Era caso inédito. O pai de Álvaro, quando o soube, escreveu: «Deus vos fez gramde merçe em vos dar tal naveguação quoal numqua deu a nymguẽ nestas partes e foy de maneyra que fyquará em memorya da gente». [1]

As embarcações ligeiras que compunham a frota de Álvaro chegaram a Chaúl uma de cada vez, e de Goa continuavam a sair outras após elas. Os residentes de Goa e de Chaúl, cheios de louvável espírito patriótico, ofereceram as jóias das mulheres e equiparam à sua custa todos os barcos pequenos que podiam encontrar ao longo da costa, na esperança de qualquer dêles poder chegar a Dio.

Grande número dêles chegaram a Chaúl – mas a travessia do Gôlfo de Cambaia era caso muito diferente. Já durante os meses passados, muitos navios tinham tentado sair de Chaúl para Dio, perdendo-se muitas vidas na tentativa. D. Álvaro

---

[1] Ibid., doc. n.º II. pág. 110. Carta de 17 de Agôsto de 1546.

encontrou naquela cidade numerosos barcos a prepararem-se para renovar as tentativas; enquadrando-os nas suas fôrças, saíu logo do pôrto, não esperando por mais navios da sua esquadra por lhe dizerem que em Baçaim D. Francisco de Meneses ia partir para Dio com reforços. Bastava ouvir isto. ¡Não permitiria que outro capitão ali chegasse primeiro! Por isso, deixando as várias unidades do seu comando segui-lo como pudessem, fêz-se ràpidamente ao mar.

O vento favorável levou-os quási para fora da vista de terra, mas de repente virou e soprou violentamente de frente. Grandes nuvens enovelaram-se no céu, que se toldara «cõ hũ sembrante mais escuro que a escura noyte», ribombou o trovão de modo aterrador, os relâmpagos cortaram os ares e a chuva caíu em torrentes com grande ruído. Avançar era impossível. Nenhum navio podia resistir a tal tempestade. Por isso fugiram ante a fúria dos elementos, recolhendo-se ao pôrto de Bombaim.

Quando a violência inicial da tormenta abrandou, o jovem capitão saíu de novo com a sua esquadra. No entanto, a acalmia era ilusória. Os ventos e as ondas ergueram-se outra vez de modo tão violento que os obrigou a recuar. A tempestade campeava; alagados pela chuva e pelo mar, mais uma vez tiveram de arribar, chegando à ilha das Vacas, perto de Baçaim.

Quando ali procuravam abrigo, viram que outros *catures* haviam feito o mesmo. D. Francisco de Meneses, que saíra também à pressa do pôrto, na esperança de ganhar a corrida para Dio, vira-se detido pela mesma tormenta.

Podiam partir agora todos juntos! Por acaso a rivalidade era tôda amigável, e o encontro na ilha a todos causou prazer. Os dois capitães, que eram

primos, cumprimentaram-se com efusão, e cada um dêles se propôs, delicadamente, arrear a sua bandeira de almirante, discutindo muito tempo, porque nem um nem outro queria aceitar a precedência. Por fim concordaram em conservar os seus estandartes no tope do mastro real.

Tendo resolvido esta importante questão de modo agradável para ambos os lados, D. Álvaro mandou a Baçaim, distante duas léguas no continente, a buscar materiais para consertar os seus navios danificados. Mandou-lhes tirar a super-estrutura para melhor poderem cortar as ondas, mas ainda assim não foi mais feliz a tentativa seguinte. O vento levantou-se outra vez com fúria e espalhou a flotilha. D. Álvaro teve de recuar de novo e dois dos seus navios naufragaram junto da terra, o que, infelizmente, aconteceu na costa de Cambaia; vinte e cinco homens foram aprisionados e mandados para Amadabade, onde o sultão Mamude os deixou morrer lentamente à fome.

D. Álvaro e D. Francisco, menos exuberantes do que antes, voltaram a encontrar-se na ilha das Vacas. Alguns dos seus navios seguiram-nos ao pôrto, outros dispersaram ao longo da costa ou procuraram abrigo em Chaúl ou em Baçaim.

O Capitão de Baçaim escreveu a D. Álvaro a dar-lhe parte dos boatos que corriam. A história ia percorrendo a costa, e os mercadores muçulmanos da cidade tinham sido informados de que o socorro chegava demasiado tarde, porque Dio já caíra.

Aquilo era impossível!—exclamou D. Álvaro. O vento soprava de Dio. Certamente haviam de mandar qualquer recado antes de o forte se render. Apesar de tudo, o caso tornava-se inquietador, pelo que rezaram fervorosamente a pedir a mudança do vento, e abateram os mastros dos *catures*. D. Álvaro,

D. Francisco e alguns mais fizeram-se ao mar «determinados morrer ou hir avante», (1) mas a tempestade obrigou-os simplesmente a recuar, e êles nem uma, nem outra coisa fizeram.

Nada havia a fazer senão esperar, enquanto os dias lentos passavam. Chuva e vento, vento e chuva, levando a desolação ao mar encapelado e gemendo na floresta gotejante, situada nas costas baixas. De Dio, apenas silêncio, sem haver quaisquer palavras ou indícios.

O pior era que a esquadra estava a desfazer-se. Dispersos pela tempestade e esmagados pelas vagas, nem metade dos *catures* haviam alcançado a ilha com D. Álvaro. Dos que o tinham conseguido, as tripulações debandavam exaustas pela luta com o mar «da maa vida que passavão com as grandes chuvas e frios», (2) do penetrante frio do tempo úmido tropical, que fustiga os ossos até à medula. Debaixo dos céus gotejantes, profunda melancolia pesava em todos os corações. Por meio de palavras animadoras, de lisonjas ou de ameaças, os capitães faziam o que podiam para galvanizar os homens, mas os lascarins sentiam-se desanimados, e um a um viu-os D. Álvaro safar-se para Baçaim e outros pontos.

António Moniz, mancebo empreendedor, não pôde mais continuar à espera. Tinha de saber o que acontecera! Havia encontrado um barquinho abandonado por um pescador na praia da ilha, uma *galveta* – simples concha, mas de um tipo quási inaufragável. Êsses barcos, diz Leonardo Nunes, podiam meter água muitas vezes e de tôdas elas «como são cheios, arribão ha prôa e tornõna habaldear fora». (3)

(1) Gaspar Correia, tômo IV, pág. 509.
(2) *Relatório de D. João de Castro*, publ. na *História Quinhentista*, p. 273.
(3) Nunes, *História Quinhentista*, pág. 66.

António Moniz procurou o dono do barco e comprou-lho, dizendo a D. Álvaro que êle e alguns homens iam tentar atravessar o Gôlfo nesta *galveta*. D. Álvaro não acreditou que aquilo pudesse fazer-se em uma embarcação tão frágil. António Moniz pediu licença para tentar, e o jovem capitão consentiu que êle partisse.

Pagaram grossa quantia a nove remadores para tentarem a sorte, e outro jovem fidalgo, Garcia Rodrigues de Távora, insistiu em ir também, embora apertado. António Moniz não queria levá-lo, não hesitando em dizer que desejava tôdas as honras para si! Garcia Rodrigues disse que não se importava: apenas queria chegar a Dio. Não havia lugar para mais ninguém, mas Luís de Melo, primo de António Moniz, obteve a promessa de lhe mandarem outra vez o barco para êle.

Entretanto embarcaram biscoito, queijos, salpicões, arroz e nozes de côco para comerem no caminho, e levaram as espingardas com pederneiras e pólvora. Depois, «todos se encomendando a Deus» (1) como puderam, lançaram o frágil barco aos abismos do mar.

Era já bastante tarde. Daí a pouco desceu a noite sinistra sôbre a amplidão movente, a noite mais negra sem lua nem estrêlas – noite de caos sem forma nem feitio, na qual, como na Criação, as águas do firmamento se uniram em cima e em baixo.

Tôda a noite êles deitaram fora a água em que iam sentados – tôda a noite os marinheiros se curvaram sôbre os remos, cegamente, sem saberem para onde seguiam, nem onde se encontravam. Ainda que quisessem, não podiam arribar a terra; na escuridão rugidora, tôda a direcção estava perdida.

(1) Gaspar Correia, *ob. cit.*, tôm. cit., pág. 509.

Tudo o que podiam fazer era lutar para não irem ao fundo e conservar a vida sôbre os mares que referviam.

Uma alvorada sombria começou a surgir através das nuvens que corriam. Por entre a atmosfera côr de cinza, o vento ainda gritava e gemia. Remar era totalmente impossível – não podiam avançar nem retirar. Apenas procuraram dominar as vagas altas como montanhas, e durante todo o dia expulsaram a água com os braços doridos.

A noite voltou a cair sôbre os elementos enlouquecidos. Parecia já não haver esperança alguma. Ninguém esperava já chegar a qualquer parte, quando de repente a fúria do vento pareceu abrandar e as vagas se acalmaram um pouco. Sinal certo de terra, disseram os marinheiros: devemos estar perto de uma costa a sotavento. Que terra? Que costa? Ninguém podia adivinhar. A noite negra obscurecia todo o horizonte, mas podiam sentir uma corrente que os arrastava para terra e para águas mais calmas.

Agarraram os remos e empregaram tôda a fôrça que tinham em direcção a uma massa negra que se via sôbre o mar.

– A tôrre de Dio, à entrada do pôrto! – gritou um dêles.

Era, de facto, a tôrre. A tempestade impelira-os às cegas até ao seu destino. Em silêncio profundo, cada homem sobraçou a espingarda e acendeu a escorva, ocultando a chama com o côncavo da mão.

Era a fortaleza de Dio – ¿a quem pertencia, porém? A grande massa negra estava envolta em silêncio como um túmulo. Não se via qualquer luz, não se ouviam tiros. Em volta, só a chuva que caía e o vento gemente rugiam na noite.

O pequeno barco avançou para a massa negra, até se erguer em frente dêle a muralha sombria. Por momentos, acima da tempestade, António Moniz podia ouvir o toque de um sino. Ouvia também o grito do vigia, em cima – ¿era voz de quem se exprimia em língua cristã? Ninguém o podia saber; a intonação abafava-a o estridor do vento.

– Ó da vigia! – gritou António Moniz de baixo, repetindo três vezes o grito antes de lhe ouvirem a voz.

– Quem é? Quem chama? – gritou então uma voz espantada, em português.

– «São António Moniz, que venho da armada, que vem aquy perto» (1), foi a resposta triunfal.

Ninguém respondeu. Ouviu-se um ruído confuso em cima, vozes de crianças, exclamações de mulheres. António Moniz voltou a chamar, mas não recebeu resposta. Na fortaleza apenas se ouviam gritos.

Dio estava perdida; António Moniz convenceu-se disso. O facto de a sentinela falar português não queria dizer nada. Coge Sofar não fôra o único renegado. Em baixo, no pequeno barco que balouçava, cada homem agarrou na espingarda, preparado para vender cara a vida no caso de os «mouros» mandarem os seus *catures* para os prenderem.

António Moniz tornou a ouvir chamar por êle de cima. A sentinela da muralha estava a falar.

Preguntou-lhe então porque os deixara tanto tempo sem resposta.

– «Fui dizer ao capitão de sua vinda – disse o homem – e trager a chave pera lhe abrir a porta» (2).

Antes da manhã, não! – disse Moniz suspicaz. Por nada do mundo entrariam antes do dia. Entretanto, ¿podia êle falar com D. Fernando de Castro?

(1) Ibid., pág. 511.
(2) Gaspar Correia. Ob. cit. pág. 511

–Não!–disse o outro com tristeza. D. Fernando encontrava-se no seu pôsto e nunca mais o abandonaria.

–Então procurem Diogo de Reinoso–lembrou António Moniz.

–Diogo de Reinoso, não–disseram. Não viria.

Tudo aquilo, pensou Moniz, parecia muito suspeito. ¿Porque não iam chamar alguém que êle conhecesse? Com certeza a fortaleza estava nas mãos do inimigo.

Balouçando na escuridão, aguardaram por baixo da muralha, e alí se preparavam para esperar até de manhã, quando de repente se ouviu outra voz, que gritou no conhecido tom de D. João Mascarenhas:

–«Senhor Antonio Moniz, desembarqay embora, que deus seja muyto louvado, livres estamos, e a fortaleza nossa he» [1]

Trouxeram uma tocha. Abriu-se a poterna. Ouviram-se gritos de alegria do outro lado. Os recém-chegados foram agarrados por um grupo excitado de mulheres e crianças, que os beijaram nas duas faces e se lhes dependuravam ao pescoço, falando pelos cotovelos. António Moniz tentou falar-lhes dos reforços que vinham a caminho, mas não pôde dizer uma só palavra.

O capitão acalmou o barulho e a confusão. As mulheres, disse êle, não deviam andar a correr a espalhar a notícia e a fazer perder a cabeça às pessoas preparando assim o inimigo.

Apesar de tudo a notícia divulgou-se–indo até às linhas muçulmanas. Não puderam resistir a transmiti-la. Os adversários encontravam-se ao alcance da voz uns dos outros, e mantinham animada conversa na forma de troca diária de insultos. O recado

(1) Ibid., pág. 511 e 512.

de António Moniz era bom de mais para não ser repetido.

–Ah!–gritavam os soldados às sentinelas do campo de Cambaia. ¡Muito teriam que ver, se quisessem ficar para ver! ¡O filho do Governador vinha a caminho de Dio com cinqüenta navios e mil homens! ¡Haviam de inverter-se os papéis e os muçulmanos aprenderiam o que era estar cercado na sua própria cidade! Todavia, êste cêrco não duraria muito, prometendo-lhes os portugueses que não levaria mais de duas horas.

Tudo isto era grandioso, mas D. Álvaro esperava ainda pelo tempo na costa em frente. A última pólvora queimara-se vinte e cinco dias antes. As muralhas da fortaleza, arruinadas, caíam; as poucas tôrres que restavam encontravam-se minadas; alguns dos contrafortes exteriores tinham-se perdido; o fôsso estava entulhado até acima; e no forte havia apenas oitenta homens capazes de combater.

Capítulo XVI

Intervalo

«Dom Alvaro filho

«Ha vynte e seys dias que não sey novas de vos nem de Dio de que estou muyto espamtado nem tenho juizo pera saber determinar o que isto he.» [1]

Assim escreveu D. João no dia 31 de Agôsto. Em Goa consumia-se-lhe o coração. Jamais a monção lhe parecera tão longa. Diz-se que afirmara que «por cada pedra d'aquella fortaleza, arriscarei hum

(1) *História Quinhentista.* Doc. III, pág. 112.

filho.» (1) Talvez, mas teria preferido arriscar-se a si mesmo.

Álvaro escrevera de Chaúl antes de o terem bloqueado as fortes lufadas daquele Agôsto tempestuoso. Durante semanas, estiveram impedidas as comunicações, mas começou a correr toda a costa, um boato como que levado pelo vento, indo até Bisnaga, de onde seguiu para Bengala e o Pegu – sendo repetido em Malaca e chegando até Samatra. Os mulçumanos, contentíssimos, levaram-no para o norte, para a Tartária e para terras remotas e desconhecidas: Dio caíra! – diziam êles com exaltação.

A fortaleza fôra destruída e tôda a guarnição passada a fio de espada. D. João Mascarenhas era prisioneiro do rei de Cambaia, assim como D. Álvaro, o filho do governador.

Como todos os boatos, êste ganhou depois os pormenores mais interessantes, muito diversos da sua origem. Em Goa contaram-no com menos convicção, mas circulou ali também. O Governador ouviu-o e, apesar de recusar-se a acreditar nêle, sentiu cobrir-se-lhe a alma de uma sombra de morte, aguardando que, pelo mar encapelado, lhe chegassem notícias, como um triste pressentimento que todos os dias se obscurecia mais, «porque – diz Leonardo Nunes – o coração he grão pronostigador destremos.» (2)

Por fim, a 4 de Setembro, entrou no rio Mandovi um *catur* vindo do norte. Duarte Pereira, que acompanhara Fernando a Dio quatro meses antes, foi ter com o Governador e entregou-lhe silenciosamente um maço de cartas.

D. João nem sequer as olhou, fixando a vista

(1) Jacinto Freire, *Vida de D. João de Castro*.
(2) Nunes, *Crónica de D. João de Castro*, pág. 104.

no rosto do mensageiro: – «que dissese loguo porque hia triste...» (1) – preguntou êle abruptamente.

Duarte Pereira «respondeo que seu filho Dom Fernando hera morto, com muytos fidalguos e cavaleiros especiaes, nũa mina que os Mouros deram ao baluarte de São Joham.» (2)

O pai de Fernando não moveu nem um só músculo da face, preguntando: – «Se estava a fortaleza por elrey Noso Senhor?» (3)

– Sim – disse o mensageiro. Esteve em grande apêrto, mas foi bem defendida, já ali se encontrando D. Álvaro.

– Deus seja louvado! – exclamou o Governador. E sorriu. Depois mandou tanger os sinos da igreja, dizendo que era necessário haver públicos regozijos.

Em seguida saíu a mudar as vestes por outras de escarlata, pondo na cabeça um barrete carmesim com pluma branca. Visitou tôdas as igrejas de Goa, ajoelhando e dando graças ao Senhor em cada uma delas, «com hũ Rostro tam ledo que parecia que lhe não doya nada.» (4)

Logo depois, saíu em parada com a cavalaria, justando e escaramuçando, como em dia de festa. Durante horas sem fim, Goa rejubilou, vendo-se o Governador em tôdas as celebrações. Depois, quando finalmente o longo dia declinou, mandou todos embora e fechou-se sòzinho no quarto.

Ali se encontrava longe de todos os olhos indiscretos, que o tinham estado a observar naquele dia, com interêsse e surprêsa. ¿Não ouvira êle falar da morte do filho? – preguntavam uns aos outros. A sua satisfação por o forte estar livre «lhe ocupou o

(1) Ibid., pág. 105.
(2) Ibid.
(3) Ibid.
(4) Ibid pág 106

coração tanto que nam teve lugar pera entrar a paixão da morte do filho» [1], opinou Gaspar Correia, e havia muita gente que pensava a mesma coisa, mas – comenta Leonardo Nunes, que, naturalmente, também era pai – não a acreditava quem tivesse filhos! Leonardo Nunes não teve a menor dúvida de que D. João «foy trespasado pello meo do coraçam d'ũa door tamanha que, até que nã ajuntou os seus osos com os de seu filho, nũca se lhe tirou.» [2]

D. João despiu a roupa festiva e vestiu-se de dó, dando largas à dor. O orgulho misturava-se-lhe à tristeza. «Como amigo de Dom Fernando, folguava muyto de lhe Nosso Senhor dar tal fim, pois por ella ficava tamanha memoria d'elle, e que pera sua consolaçam, quanto a pay, esperava que, como seus dias nam podiam ser infenitos nesta vida, guozaria de seu filho dom Alvaro, e quando Nosso Senhor o levasse pera sy, guozaria da cõnversaçam e vista de Dom Fernando, que elle esperava em Nosso Senhor que os ajuntaria em paraiso.» [3]

Entretanto, leu a carta de Álvaro, escrita numa caligrafia asseada, muito diferente dos rabiscos do pobre Fernando, em linguagem correcta e um pouco empertigada, como então se entendia ser dever dos filhos quando se dirigiam aos pais:

«Sõr

«Ha fortuna cãsa e Deus hee piadoso polo que cheguamos ha Dio a 17 daguosto [4] cõ vĩtasete

(1) Gaspar Correia, *ob. cit.*, tôm. cit., pág. 526.
(2) L. Nunes, *ob. cit.*, pág. 106.
(3) Ibid., pág. 107.
(4) D. João Mascarenhas, em carta de 28 de Agôsto, diz: «o sõr dom Alvº chegou aquy a vimtoyto dagosto.» D. João de Castro, no relatório para o Rei, referindo-se a D. Álvaro e D. Francisco, escreve: «aprove a nosso Senhor de os levar a Dio a vinta cinco dias do mez dagosto.» Leonardo Nunes, na sua *Crónica*, apresenta a data de 26.

velas depois de termos harribado tres vezes como V. M. tera yá sabido.

« Meu irmão, que Deus aya hachei morto, e serto que V. M. perdeo hum filho he eu hũ irmão pera muito sẽtir, mas nos havemos de morrer e ho mayor da guerra são omẽs e os milhores, parece que quis Noso Sõr que pagassemos por qui e não se perdese esta fortaleza, a qual Noso Sõr salvou e o capitão sostẽtou por sua muita cavalaria e saber; ela já está segura e fora de correr risco polo que V. M. deve dar muitas graças ha Deus. » [1]

«Fora de correr risco» era, talvez, modo de dizer. Pelo menos, o moral da guarnição era agora elevado, desde que haviam chegado os reforços. Podiam então os homens ter alguns momentos de descanso; tinham, também, chegado provisões, e parecia maravilhoso haver bastante que comer.

Mas os «mouros» também haviam recebido reforços, quási ao mesmo tempo. Mercenários turcos, árabes e abexins tinham sido levados do Mar Vermelho. Parece que chegara igualmente pólvora. Apesar disto encontravam-se nervosos. Sabiam que o Governador ia chegar com a máxima fôrça. ¿Deviam ou não esperar por êle? Tal era a pregunta que os sitiados se faziam todos os dias. Parecia que o inimigo não tencionava retirar-se primeiro, visto estar a dispor obras de defesa em redor da cidade.

Quanto ao forte descreve-o D. Álvaro como o encontrou: grandes estradas de pedra, por cima do que fôra o fôsso, levavam das linhas de Cambaia directamente às defesas exteriores: «nẽ ha outros muros senão omẽs», escreve êle. Dêstes, cêrca de 500 tinham vindo com êle de Baçaim, e uns 150 eram sobreviventes da guarnição, incluindo doentes e feridos.

(1) *História Quinhentista*, Doc. XXI, pág. 132

«ha nossa artelharia não jogua ja por falta de polvora». Por outro lado, o inimigo, receando a perda dos canhões, agora que o número de defensores aumentara, parecia estar a retirar algumas das peças. «O de que mais joguetão hee de minas de polvora», diz Álvaro. Êles esperavam fazer ir pelos ares o que restava das tôrres portuguesas antes de o Governador chegar para fazer levantar o cêrco.

Isso estava o Governador certo de que Mascarenhas havia de tratar. Com 650 homens podia esperar-se que o que restava de Dio havia de resistir até chegar D. João com a frota. Tudo o que tinham a fazer era agüentarem-se dentro, prestarem sempre o máximo cuidado às minas, e acima de tudo evitarem dizimar as suas fôrças com surtidas inúteis. Se obedecessem às ordens, podia confiar o Governador que tudo iria bem. Houve, por isso, uma desagradável surprêsa quando apareceu outro *catur* ao outro dia, levando mais cartas a narrar um caso lamentável.

O incidente surgira de atritos entre a guarnição antiga e os recém-chegados. Aquêles tinham vivido quatro meses debaixo de fogo contínuo. O barulho das explosões era para êles coisa habitual. Nunca pestanejavam sequer, quando grandes balas de pedra caíam com enorme fragor junto dos seus ouvidos. Já estavam habituados a ver camaradas feitos em bocados.

Os que tinham vindo nas fôrças de socorro, porém, não estavam habituados. Os veteranos do cêrco riam de boa vontade ao vê-los saltar quando os projécteis atravessavam, rugindo, os ares. Faziam chacota tôdas as vezes que alguém dizia ter escapado por um fio, ou parecia achar enervante o sinistro bater das picaretas dos mineiros a trabalhar por baixo dos alicerces da fortaleza.

Os seus ares protectores de superioridade irritavam os camaradas recém-chegados. Esperem até nos verem em campo! — exclamavam êles. ¿Que oportunidade tinha uma pessoa para mostrar as suas possibilidades metidos por detrás de barricadas em ruínas, como ratos num velho muro? Ouvir as explosões sem saltar ou não baixar a cabeça quando as balas de canhão silvavam, era mera questão de hábito. A pedra de toque de um guerreiro era o campo de batalha. ¿Aonde queria o capitão chegar com tê-los ali acocorados daquela maneira? Os mouros tinham visto chegar uma grande fôrça de socorro, comandada pelo filho do Governador. ¡Era vergonhoso ficarem ali como coelhos na toca! Saísse Mascarenhas a combater, berravam, e cada homem mostraria o estôfo de que era feito.

Os veteranos não faziam qualquer objecção a isto. Já estavam aborrecidos do cêrco e ansiosos por saírem em campo. Supunha-se que o inimigo retiraria antes da vinda do Governador. ¡Seria excelente dar-lhe primeiro uma boa surra!

Os capitães discordaram e houve discussão, em que as mulheres tomaram parte. Parece que as raparigas de Dio eram jovens viragos, que partilhavam a opinião dos ferrabrazes.

Em vão D. Francisco de Meneses, homem valente mas sensato, insistia por que obedecessem às ordens. Tôda a fortaleza estava em alvorôço, pedindo que saíssem a batalhar. A honra exige-o! — gritavam.

D. Álvaro nada disse, sabendo bem no seu íntimo quais os desejos do pai. Mas era jovem; e um guerreiro de 21 anos não distingue entre prudência e cobardia; Álvaro não podia convencer-se a fazer pesar com a sua opinião o lado do senso comum.

D. Francisco apelou para Mascarenhas e para êle:

— «Senhor Capitão, disse, vos sois aquy sobre todos, amansay a furia desta gente.» (1)

¡Quanto às mulheres que estavam a emitir opinião, encarou-as com ar feroz e declarou que era vergonhoso falarem diante dos homens! Todos tinham de conformar-se «com o regimento que traz o senhor dom Álvaro, que aquy está, em que lhe seu pay defende que d'esta fortaleza nom saya até sua vinda.» (2)

D. Álvaro, apanhado por aquela saída, sacudiu a água do capote:

— «Meu pay me deu esse regimento, e tambem me manda que em tudo obedeça ao que o senhor capitão mandar, assy como o somenos que aquy está.» (3)

Desconfiando de que D. Álvaro estivesse ao lado dêles, os homens berraram cada vez mais, tornando-se insubordinados e levando por tôda a parte o fermento da revolta. ¡Ameaçaram deitar abaixo a casa do Capitão e tomar por capitão um boneco de barro!

Mascarenhas, profundamente desgostoso, e «dyzendolhe todavya muytas vezes quã mal me parecya yr fora aquelas oras», (4) consentiu por fim, apesar dos protestos de D. Francisco. A surtida efectuou-se já tarde e transformou-se em desanimadora derrota.

D. Álvaro e D. Francisco, com um punhado de homens, chegaram às linhas inimigas e procuraram escalar a muralha, mas acharam-na mais elevada do que haviam calculado. Os dois e os que os seguiam lutaram desesperadamente, mas Álvaro foi derrubado

(1) Gaspar Correia, *ob. cit.*, tôm. cit, pág. 517.
(2) Ibid.
(3) Ibid.
(4) *História Quinhentista*. Doc. XXXIV. Carta de D. João Mascarenhas ao Governador. 18 de Setembro de 1546.

por uma grande pedra, que lhe ia dirigida à cabeça. D. Francisco tombou morto e muitos mais feridos.

Entretanto as tropas que se encontravam metidas no capim na parte de fora da muralha, foram lançadas em confusão. Os lascarins fugiram, não se sabe bem porquê; ao mesmo tempo ouviu-se um grito — também ninguém sabe de onde — que a fortaleza de Dio fôra entrada, o que obrigou cada um dêles a recuar atabalhoadamente. D. João Mascarenhas, quási só, apenas conseguiu salvar D. Álvaro da morte ou da captura, e fêz tudo quanto pôde para reünir as suas fôrças dispersas. Se o ataque fôsse mais cuidadosamente organizado e executado com conjugação de esforços, parece-nos que algo de útil poderia fazer-se. Tal como se realizou, constituíu um êrro de princípio a fim.

Alguns dos melhores fidalgos do forte, como D. Francisco de Meneses, figuravam entre os mortos, e muitos mais se encontravam feridos. Entre os de maior gravidade, contava-se Nuno Pereira, amigo de D. Álvaro de Castro, o qual pediu que o mandassem para Goa para ali se curar. Meteram-no em um *catur* e mandaram-no logo com cartas, mas uma semana de viagem em barco aberto era demasiado para um homem no seu estado. Quando chegaram a Goa, ia morto.

D. João de Castro ouvira referir a morte do filho, sem perturbação, parecendo sentir que não tinha direito de manifestar pùblicamente a sua dor íntima. Mas no desastre recente as perdas eram mais impessoais. O Governador arrancou a máscara de estóico e chorou por D. Francisco de Meneses e por Nuno Pereira com uma dor tal que pareceu excessiva.

«Posto que estes dous homẽs lhe doessem muito, — comenta Leonardo Nunes — porque hera Dom Francisco muy grã pesoa e muyto nobre fidalguo e valen-

tissimo capitão, e muito seu parente, e Nuno Pereira muy bom fidalguo, e elle muito seu amigo, todavia tenho eu pera mỹ que noutra parte lhe doia o todo porque a morte de seu filho hera aquela que lhe nam cabia no coraçam.» [1] A conclusão era evidente.

D. João já não pretendia não estar triste. Continuava, como de costume, o seu trabalho diário, mas sabe-se que «naquelle tempo nunca ninguem oulhou fixo pera elle, que lhe nã vise os lagrimais chorosos». [2]

Ao menos Álvaro ainda vivia, apesar de bastante ferido. «A mĩ – escreveu o mancebo – não me fizerão nada somẽte hũa pedrada na cabeça, não cousa muita, hi outras pelo corpo. Hũas espingardas e frechas que me derão não me fizerão nada.» Embora ligue pouca importância às feridas, confessa que escapou por pouco: «Crea V. M. que Deus me salvou e a catro omẽs que escapamos dos quẽtramos dentro. Morrerão aqui oito omẽs e serão feridos trĩta. Cũpre V. M. vir ho mais sedo que poder.» [3]

Cumpria, realmente! Ninguém estava mais convencido disso do que D. João, querendo partir imediatamente, contra a opinião de alguns membros do seu conselho, os quais, como outrora D. Garcia de Noronha, entendiam não ser próprio do prestígio de um Governador deslocar-se senão na máxima fôrça, dizendo «que me não devia abalar sem todalas naos, galeões, e gualés, que avia na India, e sem esperar toda a gente do reino, e a de Choromandel.» [4]

Em teoria era muito bonito, mas na prática vinha a dar no mesmo que aconselhar a perfeição. Não se

---

[1] Nunes, *Crónica*, pág. 108.
[2] Ibid.
[3] *História Quinhentista*. Doc. XXII. Carta de D. Álvaro a D. João de Castro.
[4] Relatório de D. João de Castro: *História Quinhentista*. Aditamento. Doc. XX, pág. 279.

tornava fácil reünir as fôrças dispersas ao longo da costa indiana. D. João mandara chamar as tropas da Índia e as de Ceilão ao Coromandel, mas êsses cavalheiros, mais interessados pelos seus negócios pessoais, mais lucrativos, não mostravam pressa em obedecer à chamada. Miguel Ferreira – espírito valente, que servira às ordens de Albuquerque, veio do Coromandel com um navio equipado à sua própria custa, mas foi quási o único, e de Ceilão ninguém se mostrava disposto a mover-se. De Cochim não veio nenhum – não havia nenhum para vir. Cochim era um lugar aborrecido, pelo que o Capitão se deixara descuidar ao ponto de consentir que os seus homens se escapassem um a um para Malaca e Paleacate ou para outras terras fascinadoras das especiarias.

Quanto aos homens que haviam de chegar com a esquadra do reino – os navios de Portugal estavam em atraso. Constava que chegaram a Moçambique muito tarde naquele ano. – «De maneira que me não ficava outra gente, em que escorar, salvo a que se achasse nas fortalezas, que se contem de Cananor até Baçaim.» [1]

Entretanto, o Sultão de Cambaia gabava-se em tôdas as Côrtes indianas de ter na mão a fortaleza de Dio: era como se já fôsse sua. D. João resolveu que o cêrco tinha de acabar neste ano, e que por isso seria melhor não esperar por ninguém, mas «embarcar em fustas e catures, e virme por na fortaleza de Baçaim, pera ali ajuntar toda a gente e armada, que pudesse, e hir dar batalha aos capitães delrei de Cambaia». [2]

Baçaim ficava muito perto de Dio, e também por outras razões era melhor lugar do que Goa para reünir fôrças. A vida em Goa, diz D. João, tinha

---

[1] Ibid., pág. 280.
[2] Ibid., pág. 279.

demasiadas atracções! Se os homens ali se apanhassem, nunca mais se poderiam de lá arrancar, «tantas são as delicias e passatempos desta cidade!» (1)

Durante o intervalo teve Dio fornecida de munições e homens. Já mandara para lá sete caravelas com trezentos lascarins, duzentos pedreiros e sapadores, e «grande cantidade de Monyções.» (2) Despachou também Vasco da Cunha, homem em quem depositava grande confiança, com ordem para reünir as unidades dispersas da flotilha de D. Álvaro e levá-las a Dio. Apesar de êste ter levado vinte e sete consigo, faltavam umas dezanove. Os seus comandantes, que tantas vezes tinham recuado diante da tempestade, mostravam-se aborrecidos por terem Dio como destino. Muitos tinham desembarcado e haviam-se fixado em Chaúl, em Baçaim e outros pontos, não mostrando qualquer desejo de se mexerem.

«La vay Vasquo da Cunha que he gramde Vosso amyguo, por amor de mỹ que se tiverdes casa ho aguasalhes comvosquo e faze dormyr na casa omde vos dormyrdes», escreveu D. João de Castro ao filho.

«Por Duarte Pereyra vos mando allgũas cousas de comer roguovos muyto que as comays e vos trates muyto bem pera que vos eu ache muyto bem desposto quoamdo eu for... Hũa mea duzya de marmellos vos mamdo que ouve qua, partyres com o Sõr dom João Mascarenhas, mas o mor quynhão sera o voso». (3) Não há muito do pai espartano daquela época nas cartas de D. João de Castro para o filho sobrevivente, mas escrevia com optimismo e até jocosidade:

(1) Ibid., pág. 280.
(2) Ibid., pág. 277.
(3) *História Quinhentista*. Doc. IV. Carta de 7 Setembro de 1546.

«Dom Alvaro, filho:

«Tamto que Payo Rodrigues daraujo ouvyo dizer que os vossos capitães estavão em Baçaym cevamdo gayollas de perdizes, pos logo hũa capa aberta verde e hũa gorra vermelha e determynou de vos ir busquar, portamto fazelhe lla gramde festa e gasalhado porque não lhe podes fazer tamto que ele mais não mereça.

«Os homẽs de Guoa dizem que não ey de partir senão depoys que vyer a gemte de Choromandel e a do reyno e os casados de Cochym porque dizem que cumpre asy ao estado do Governador, e eu porem tenho ja a mynha fusta diamte do allmazem e depois que me embebedo diguo que eyde partir amtes de oyto dias. Aguora estão pagamdo a gemte e em acabando o pagamento som posto no mar. A benção de Deus e a mynha vos emvyo de Guoa a x de Setembro de 1546.» (1)

Capítulo XVII

Amigos ausentes

Os navios de Portugal não tinham ficado em Moçambique, como os pessimistas receavam. Um a um vinham chegando, com um maço de cartas — as primeiras que D. João de Castro recebia com notícias da pátria desde que partira para a Índia, dezóito meses antes. Em Portugal, a família tivera melhor sorte. Por referências dos correspondentes daquele correio, concluímos que lhes tinham chegado cartas da Madeira e de Moçambique.

(1) Ibid., Doc. V.

D. João, ao mesmo tempo que pagava aos seus homens e organizava a esquadra, tinha de tomar conhecimento das notícias que lhe vinham da pátria, dos seus amigos. Haviam-se escrito longas cartas, agridoces de ler, a contar as alegrias e as dores de um ano inteiro, as modificações, as doenças, os nascimentos e as mortes.

O grupo familiar da Penha Verde partilhara também em cheio das mudanças desta vida: «Depois que V. S. se partio noso Senhor lhe deu hum filho» [1] escreveu D. Rodrigo Pinheiro, bispo de Angra. A sua velha amiga, a expansiva D. Violante de Távora, mãe do Conde da Castanheira, «com muito alvoroço e com mil bençóes,» [2] fôra a madrinha da criança, insistindo por que o pequeno se chamasse Miguel, do que – diz outro correspondente – algumas pessoas declararam seu pai não havia de gostar! O Conde da Castanheira «diz que avereis de tomar muito por mall e que se nõ fosse por amor de sua may que lhe avereis de poer outro nome e não como o bispo de Visseu.» [3] Êste indivíduo não gozou, por então, do favor da Côrte.

A criança era tão interessante como tôdas as crianças são sempre. Lucas Giraldes diz que «He muito bonito e bem criado.» [4] Uma das cartas mais compridas é, claro está, de Lucas Giraldes, que a começou em Dezembro de 1545, data em que D. Leonor, os filhos e o pessoal da casa estavam bem, «passando a vida desejando emtender novas de V. S.

---

(1) Carta do Bispo de Angra para D. João de Castro, Tôrre do Tombo, *Colecção de S. Lourenço*, IV, fól. 408.
(2) Ibid.
(3) Carta de Tomé de Sousa para D. João de Castro. Tôrre do Tombo. *Loc. cit.*, fól. 389.
(4) Carta de Lucas Giraldes para D. João de Castro. Tôrre do Tombo. *Loc. cit.*, fól 389.

e contando os dias e os meses e os anos parecendo a todos muito compridos.» [1]

D. Garcia de Albuquerque, sogro da filha mais velha de D. João, Inês, escreveu no dia 20 de Novembro. Apesar de ter a mão direita aleijada por causa da gota, conseguiu escrever uma carta interessantíssima. Também êle tinha notícias agradáveis a transmitir a respeito da família – Inês está «tão gorda e tão sam e tão fermosa como no tempo que ho mais foy.» [2] D. Garcia não podia querer mais nada para ela, a não ser que lhe desse um neto. Claro que isso havia de chegar a seu tempo, mas êle queria que fôsse breve, pois gostava de ver o herdeiro de seu filho antes de morrer.

Quanto ao seu homónimo D. Garcia, terceiro filho de D. João – «Deus ho bemza, esta tão grande que daquy a tres annos poderá hyr a Imdya se cõpryr e he mais alvo que alemão e no rosto se parece muito cõ ho senhor dom Fernando.» [3]

Estas linhas deviam ser muito dolorosas de ler para o pai. Por êste mesmo correio, D. João soube que o pequeno Garcia louro – tão parecido com o irmão Fernando! – jamais iria para a Índia. Deus fôra servido de o levar, escreveu Lucas Giraldes no dia 15 de Março. No último dia de Fevereiro, Garcia morrera de bexigas, depois de quinze dias de sofrimento, «da morte do qual nã quero consolar a V. S. porque sei que he escusado; a mi deviam consolar por que nunca tal perda perdi, que estava tudo ho dia em minha casa e nã podia aver nojo adonde elle estava. Sã segredos de Noso Senhor; he necessario conformarmos com sua vontade, prazerá a elle guardar

---

(1) Ibid.
(2) Ibid., fól. 431.
(3) Ibid.

os outros e V. S. e dar consolaçam a Senhora dona Lianor.» [1]

Pobre D. Leonor! Foi um inverno negro para ela, apesar de a 14 de Fevereiro ter chegado inesperadamente de Moçambique um navio com correio. O capitão do navio, Bernaldo Nacere, escrevendo a D. João, diz que não podia descrever a sensação que «fiz qua tamanho alvoroço com as novas que trazia de V. S. que não no saberey dizer, aldemenos a Senhora dona Lianor e o senhor Lucas Giraldez; não lhe saberey dizer ho prazer que teveram.» [2] Assim o imaginava, mas a alegria de D. Leonor não era completa. Quando o Bispo de Angra, transbordando de contentamento, correra ao seu encontro para a felicitar pelas «boas novas da saude de V. S. e de boa viagem», [3] encontrara-a banhada em lágrimas. Ela refez-se ràpidamente e mostrou a melhor cara que pôde para cumprimentar o amigo do marido, «dando graças a Nosso Senhor da boa viagem que dera a Vosa Senhoria,» [4] como se nada se tivesse passado — mas o Bispo vira-o. Intrigado, despediu-se dela e procurou Lucas Giraldes:

— Que aconteceu? — preguntou. ¿Porque é que D. Leonor havia de estar triste e chorar «em tempo que andavamos cheios de prazer»? «Diseme Lucas, o mais agastado homẽ do mũdo, que a Sra Dona Lianor estava asi triste por que V. S. lhe não escrevera.» [5]

Os dois leais amigos de D. João e de D. Leonor olharam um para o outro consternados. Ninguém devia saber isto! — disseram êles. Podiam fazer mau

(1) Ibid.
(2) Carta de Bernaldo Nacere para D. João de Castro. 26 de Março de 1546. Ibid., fól. 394.
(3) Carta do Bispo de Angra, cit.
(4) Ibid.
(5) Ibid.

juízo a respeito de D. João. O Bispo confessa que a omissão lhe parecia indesculpável, esperando que D. João lhe perdoará o dizer-lho com tal franqueza.

Que não escrevesse durante pequenas ausências temporárias, como por exemplo «de Belẽ podiase sofrer, mas não da India» [2] (para os portugueses, a India começava a oriente do Cabo, incluindo assim Moçambique). O Bispo pede ao amigo para «daqui por diante lhe escrever, que certifico a V. S. que se ho assi nõ fizer que sera tido em má conta vimdo-se a saber; e se V. S. nõ escrever a Sra dona Lianor nõ nos escreva ao Senhor Lucas nem a mim por que cõ que Rosto a poderemos nos ir visitar escrevendo Vosa senhoria a nos e nõ a ella a nõ faça vosa senhoria tal ofenssa a seus servidores, e faça me esta merce que lhe peço pois he tão justa, e baste pera descõsolação da senhora dona Lianor a ausencia que tem de V. S. e de seus filhos e nõ lhe queira V. S. dobrar cõ nõ lhe escrever». [2]

Supomos que D. João deve ter-se sentido envergonhado e com razão.

Lucas Giraldes não se atreveu a fazer uma censura tão directa. Não era Bispo!... Não se refere ao esquecimento de D. João, mas faz uma pintura melancólica da espôsa cheia de tristeza. Não vale a pena o marido estar a dizer-lhe que cuide de si porque «nã ha nela senã levar maa vida e estaa tã agastada, que nã ha cousa que a console.» [3] ¡Aquilo era pungente, sem dúvida, mas talvez Lucas achasse que D. João o merecia!

Quando um homem esteve casado muitos anos, às vezes acha as filhas mais absorventes que a mulher. Não sabemos se D. João era dêsses,

(1) Ibid.
(2) Ibid.
(3) Carta de Lucas Giraldes, *cit.*

mas o certo é que Inês não ficou também sem uma carta. Ela contou tudo a Lucas Giraldes quando êste a foi visitar, «e folgou muito» por saber o que dizia a que êle recebera. Falaram a respeito de ambas elas e compararam os dizeres, achando que «ajuntando todalas cartas de V. S. se acha nelas todalas cousas e verdadeiros conselhos.» (1)

Da linda Inês ninguém tem a dar senão agradáveis notícias. Efectivamente, notícias muito alegres, a respeito daquilo que o pai do marido lhe desejava em Novembro, soubera-se em Março: «A Sra dona Ines sua filha he prenhe ja de quatro meses,» escreve Lucas Giraldes. O jovem D. Luís, seu marido, está contentíssimo. «Prazerá a noso Senhor de ha alomear e que pera o ano hyra a V. S. nova de hũ neto.» (2)

Joana e Leonorinha, as irmãs mais novas de Inês, ambas estão bem: «descanse V. S.ª que estarã bem vestidas e nã lhes faltará nada.» (3)

¡Teria sido realmente um solteirão competente se pudesse olhar pelas roupas das rapariguinhas!

Lucas Giraldes fala de Álvaro, sendo muito para surpreender que o recomende ao pai. Talvez se lembrasse daqueles calções novos sacrificados de modo tão impiedoso, e receasse que D. João fôsse demasiado severo para com o mancebo. Pede a indulgência do pai para qualquer leviandade juvenil, estando êle, Lucas, absolutamente certo de que Álvaro queria ser bom. Talvez uma lembrança dessas fôsse inoportuna, mas êle era tão amigo de Álvaro que não podia deixar de pedir favores em nome dêle! Lucas Giraldes sugere também que o conhecido desinterêsse de D. João de Castro podia prejudicar os

(1) Ibid.
(2) Ibid.
(3) Ibid.

filhos. Espera êle que Álvaro terá oportunidade de ganhar não só honra como também proveito, porque «ajuntando hũ ao outro tem mais vantagẽ», o que manifesta com a convicção de um homem feliz nos negócios. Êle bem sabe que D. João «nã quer senã servir nosso Sr. e fazer bem aos pobres homẽs», ¡mas a caridade bem entendida começa por nós próprios, não devendo êle esquecer os filhos! «A mocidade he necessario que passe cõ gastar e ElRei nosso senhor não lhe pesa nada com quẽ traz dinheiro bem ganhado.» (1)

Lucas Giraldes, se se encontrasse à vontade, teria por certo estragado os filhos de D. João de Castro.

D. João recebeu também notícias de outros parentes e amigos: «da senhora dona Maria vosa sobrynha vos dou novas que amda muyto fermosa e ẽ tudo o mais he filha de sua may» (2) – diz um correspondente. Francisco de Melo, outro amigo, «esta de saude e cõ hum filho e Lucas Giraldo por compadre» (3) – informa outro. O próprio Lucas fala de seu irmão Nicolau, que espera chegará em breve de Florença. Nicolau quere casar-se, ao que parece, mas «nã sei se quererá aqui casar ẽ Portugal.» (4)

O bispo de Angra mostra-se desolado por causa da querida D. Violante de Távora, que, naquela ocasião se encontrava doente. A velha senhora era muito devotada a D. João. Sempre que o bispo ia a casa dela, diz êle, «me não sabe falar al senão em vosa senhoria e como cada dia ho encomẽnda a

(1) – Ibid.
(2) – Carta de D. Nuno Álvares Pereira a D. João de Castro. Ibid., fól. 437.
(3) – Ibid. fól. 445. A assinatura está incompleta, mas parece ser de Fernão de Álvares, tesoureiro-mor do reino.
(4) – Carta de Lucas Giraldes cit.

Deos.» ([1]) Ela teria gostado de escrever pessoalmente, mas não estava nada bem e portanto encarregara o bispo de transmitir tôda a espécie de recados amáveis: «se a Deos levasse deste mũndo lá homde estiver teres hũa grãde amiga vosa, e que encomenda a Vosa Senhoria o serviço de Deos e delRey, que façais bem aos homẽs em quãto poderdes nõ errãdo a Deos nẽ a ellRey». ([2]) D. Violante tinha a certeza de que Deus havia de o abençoar no seu cargo porque «lhe parece que nõ naceo pessoa tãto pera isto como vosa senhoria e que isto mãdo dizer a vosa Senhoria cõ amor de may que lhe tem. Certifico a vos que se Deos desposesse da sr.ª dona Violante que ficaria triste pera toda minha vida; prazera a Deos que estara ella melhor antes que as naos partão e screverey a V. S. per que o deseja muito.» ([3]) Não sabemos se por aquêle mesmo correio seguiu relatório mais favorável, mas Deus não levou então dêste mundo a D. Violante. Em 1547 ainda se encontrava viva, e continuava a amimar os amigos com as suas efusões afectuosas.

A D. João chegaram também alguns bocadinhos de tagarelice. «Ca nos dizẽ — escreve o bispo — que Martim Afonso de Sousa vẽe carregado de dinheiro nõ queria que fosse tanto que nõ ficasse a vosa senhoria parte dele.» ([4]) Lucas Giraldes conta que um vizinho de Sintra quis levar a mulher para casa do sr. Francisco de Melo, mas mandou substituir primeiro as portas «porque nã estavam a sua vontade». Todavia, não levou, afinal, a mulher para lá, pelo que «he necessario tornar os portais ao seu lugar.» ([5])

([1]) — Carta do Bispo de Angra cit.
([2]) — Ibid.
([3]) — Ibid.
([4]) — Ibid.
([5]) — Carta de Lucas Giraldes cit.

É claro que os correspondentes procuram dar tôdas as notícias que podem a respeito da Quinta da Penha Verde, tão querida de D. João. A família não se encontrava lá na ocasião em que Lucas Giraldes escrevia, nem ele a visitara recentemente, mas um certo João Fernandes visitara-a e «dizem-me que esta muito bem e as arvores muito adiamte e bẽ medradas.»

A cêrca mais baixa que limitava o sobreiral já estava concluída, e as pedras já prontas «pera fazer a outra casa» — (casa independente ou outra ala?) — «que cõ mentiras de officiaes nã se fez a este verã.» Era natural que a obra progredisse com mais rapidez durante o ano seguinte, porque D. Leonor havia de ir ali passar o verão «e se fará milhor em sua presença que em ausencia.» Lucas também quis dar notícias frescas da quinta de D. João. D. Manuel de Lima ia partir para a Índia com a esquadra e «aconselhei que a fosse ver pera que podesse dar Rezã a V. S.ª e falar da visita.» ([1])

O bispo e Lucas Giraldes tinham pensado ir passar uns quinze dias a Sintra, durante o verão após a partida de D. João, tendo abandonado a idéia, diz o bispo, «por na terra nõ aver de comer pera as bestas. Este verão prazẽdo a Nosso Senhor estamos muito alvoroçados pera irmos lá e tem Lucas mil gentilezas pera levar la pera a quintãa e irmida» ([2])

O ano de 1545 tinha sido um ano de fome no país, «tã esterile — diz Lucas Giraldes — e nã se colhe pã nẽ cevada nẽ palha». ([3]) Em Lisboa, escreve o bispo, houve «huns dias que bem estava o que

([1]) — Ibid.
([2]) — Carta do Bispo de Angra cit.
([3]) — Carta de Lucas Giraldes cit.

tinha cevada pera comer elle e os seus e eu fuy hum delles.» (1) Isto resultara de chuvas torrenciais que tinham caído no princípio do verão, arruinando as sementeiras, seguindo-se depois uma seca permanente. O vento norte soprara constantemente até Novembro, diz D. Garcia de Albuquerque, mas no dia 20, em que êle escrevia, havia dois dias que estava a chover. O vento mudara e soprava um vendaval — era sem dúvida uma daquelas tempestades marítimas do sudoeste que trazem a umidade, benvinda depois de meses de secura e de pó.

Durante o verão de 1546, Lucas Giraldes e o bispo viram-se com freqüência, continuando a dar-se muito bem um com o outro: «muitos dias e muitas noytes deste inverno tenho passados a sua chaminé, muytos dias na sua quintãa e nenhũa vez deixo de praticar de V. S. e com isto passamos o tempo.» E tôdas as vezes que surgia qualquer assunto interessante, os dois amigos suspiravam: «O que cousa he esta pera saber o Senhor dom João!» (2)

O bispo também gostava muito destas conversas: «nõ quero pera mim moor Riqueza nẽ cõtentamento que a amizade e cõversação do Sr. Lucas porque he o melhor homẽ que ha no mundo e mais amigo de seus amigos... Sei dizer a V. S. que por muitos thesouros que de la traga muito maior he o que ca tem em sua amisade. Perdoeme V. S. se neste escrever muitas miudezas e cousas que polla ventura seria milhor nõ as falar ne escrever, mas jaa cõ vosa senhoria nõ me emfadaria nunca nẽ quisera acabar» (3).

Valia a pena ter um correspondente daqueles. Outros amigos são mais breves nas suas cartas,

(1) Carta do Bispo de Angra cit.
(2) Carta de Lucas Giraldes cit.
(3) Carta do Bispo de Angra cit.

por suporem que Lucas Giraldes lhe terá dado tôdas as notícias: «nam leixou por minha conta — escreve um — senão dala eu das obras que ele fez na quinta (1) que atee o presente sam vir a cerqua desde a ermida até perto da estrebeira e toma ẽ sy o pomarinho que stava de fora que tinha as larangeiras». (2) ¿Teria D. João coragem de as derrubar? Êste muro seria um melhoramento importante para a casa e devia prolongar-se até ao aqueduto, «e isso feito que se acabara ẽ poucos dias quer chegar acerqua velha ao longo do caminho ao outeiro alto e poer ẽ cyma hũa cruz grande que fara gram mostra ao longe. O pomar» — assim sempre havia algum pomar! — «e a ermida e todo o mais esta aprazivel e algum tanto milhorado» (3), acrescentando o autor da carta que, tendo em consideração o lento avanço das obras de construção naquela região, o que se fizera não era muito mau!

Êste correspondente escreve com mais satisfação a respeito de D. Leonor: «louvores a nosso senhor, fica de saude e o descontentamento que ao presente tem de lhe Deos levar aquele menino prazera a Elle que com boas novas de vossa Senhoria e muitos prazeres dos filhos e netos se convertera em contẽtamento, e se averá por servido de aceitar aquele anginho ẽ dizimo e primicia dos outros e os conservara pera seu serviço». (4)

Com as cartas também vieram do reino algumas caixas. Uma, com marmelada, fôra remetida por D. Leonor, embrulhada com grande cuidado para suportar a longa viagem por mar, e fechada hermèti-

(1) Era a capelinha da invocação de Nossa Senhora do Monte, comemorativa do regresso de D. João do Mar Vermelho.
(2) Carta de Fernão de Álvares cit. Ibid. fól. 445.
(3) Ibid.
(4) Ibid.

camente, alcatroada nas juntas. Também seguira uma arca com roupas para Álvaro, mas o navio que as levava não foi o primeiro a chegar: – «Como vyrem vollas mandarey se não for ido. Aquy vos mando hũma carta de novas que me escreveo Lucas» ([1])–escreveu D. João, a 16 de Setembro, ao filho para Dio.

Havia ainda coisas para Fernando. A pobre D. Leonor embrulhara uma pequena caixa para êle, assim como para o pai e para o irmão.

O homem, a quem haviam sido confiados êstes presentes, levava também uma capa de tafetá cinzento para Fernando, mandada por um amigo chamado Fernão Coutinho. Êle não tivera coragem para mostrar aquilo a D. João, mandando tudo a Álvaro, para Dio: «não fallo ẽ nada dysto ao senhor Governador – dizia êle a Álvaro – porque não serve nada dalembrar magoas a quem desejo servir.» ([2])

Chegaram ainda ao Governador notícias da Côrte, onde, por aquela época, D. João estava muito conceituado. Nuno Álvares Pereira, seu amigo, numa carta bastante jovial pretende estar terrivelmente ciümento. ¡Mostrara à Rainha a carta que recebera de D. João, dizendo que antes o não tivesse feito, porque ela a leu duas vezes, mostrando tal interêsse e dizendo coisas tão lisonjeiras a respeito de D. João de Castro, que êle ficou amarelo de raiva! O Rei também foi pródigo em louvores a D. João, mostrando grande desejo de ler e reler as cartas dêle. Se, como diz Jacinto Freire, é verdade o Soberano ter mostrado um dia antipatia por êle, êsse preconceito dera lugar a cordial admiração.

([1]) *História Quinhentista.* Doc. VI, pág. 114.
([2]) Carta de João Fernandes de Vasconcelos a D. Álvaro de Castro. Tôrre do Tombo. *Loc. cit.* II, fól. 198.

O próprio Rei escrevera uma longa carta benévola. Sua Alteza ([1]) dizia sentir-se satisfeito com os desenhos de D. João para a reedificação do forte de Moçambique – quanto mais depressa isso se fizesse, melhor. Aprovava a exploração do interior africano por Lourenço Marques e manifestava a sua mágoa pela morte do Dr. Francisco de Mariz. Discutia com certo desenvolvimento a questão da ida da frota castelhana às Molucas – problema delicado de resolver em virtude da amizade oficial existente entre o Rei de Portugal e «o Imperador meu irmão.» ¡Todavia, por muito que pesasse ao Imperador era preciso impedir a penetração, e se os castelhanos não quisessem partir dali a bem, tinham de ser expulsos à fôrça!

A seguir, passa o Rei às notícias dos preparativos turcos, cujo boato chegara a Portugal vindo do Levante; discute a política da Índia e as intrigas dinásticas de Ceilão, e escreve desenvolvidamente a respeito da conversão dos gentios. Isto, dizia êle a D. João, era muito mais importante do que o resto. Gostava de que todos compreendessem que «este he o proveyto que eu desas partes quero tirar; pois de todos hee o mayor e o que mais pretendo.» ([2]) Por muito ocupado que o Governador esteja, o seu Rei lembra-lhe que deve arranjar sempre tempo para as coisas «que são de noso senhor, e sem cuja ajuda em todas as outras não poode ser nada feyto.» ([3]) A Rainha também lhe escreveu a respeito do mesmo assunto, embora lhe dissesse que tinha a certeza de que o lembrar-lho «pera voos, ey-o por escusado,

---

([1]) Só com D. Sebastião os reis de Portugal começaram a usar o título de «Majestade». (*N. do T.*)
([2]) Carta de D. João III. Publ. por Francisco de S. Luís, *ob. cit.* doc. n.º 25.
([3]) Ibid.

porque sey que este seraa o voso principal cuidado». ([1])

Outra obra recomendada ao Governador era o estabelecimento de mais órfãs na vida. Os irmãos da Confraria da Paixão de Nosso Senhor, que também tinham a seu cuidado os órfãos entre as suas actividades louváveis, escreveram a informar D. João de que ia partir nova remessa de raparigas para casarem. O Rei ordenara que deviam escolher-se cuidadosamente «daquelas que em ydade e ẽsyno e boms custumes pareceram mais autas e suficientes pera la yrem.» Cinco dessas órfãs escolhidas tinham já embarcado para a Índia, ao cuidado de dois casais de confiança. Eram «muito boas filhas e criadas ẽ toda virtude e bom ẽsyno ẽ saberẽ coser e lavrar e fazer das suas mãos aquylo que pertence a moças que am de casar.» Em tôdas as armadas, dizem os Irmãos, seguirão mais órfãs, porque os tempos estão maus e a vida é difícil no reino e «parece que la na Ymdia poderam muitas casar e ser Repayradas e ẽcamynhadas de maneira que noso Senhor seja muito servido.» Entretanto os Irmãos pedem ao Governador que tenha as donzelas sob as suas vistas paternais e lhes mande notícias dos seus progressos satisfatórios. Os bons dos Irmãos ficarão tão contentes por ouvirem falar da felicidade delas «como que todas fossẽ nosas filhas, porque asy as temos criadas.» Também mostram grande desejo por saber o que aconteceu ao grupo de órfãs escolhidas no ano anterior, pelo que «pedemos a vosa S.ra per merce que nos mamde escrever o que delas he feyto e o que lhe parece que sera destas que ora vam» ([2]).

([1]) Ibid., doc. n.º 28.
([2]) Carta dos Irmãos da Confraria da Paixão de Nosso Senhor para D. João de Castro. Lisboa, 30 de Março de 1546. Tôrre do Tombo, Colecção de S. Lourenço. *loc. cit.*, IV fól. 422.

Estas raparigas não eram as únicas entregues à responsabilidade do Governador. Cristóvão de Sousa, fidalgo que servira na Índia com distinção durante muitos anos, escrevia então de Portugal um pouco peremptòriamente a respeito da filha que deixara em Goa. Esta jovem, sem dúvida fruto de qualquer ligação temporária, era viúva de um certo Gaspar Prêto que, parece, prestara serviços a D. João de Castro. Morto o homem e sem lhe terem pago, que o Governador «me faça ver minha filha nesta sua vimda pera este reino, que ordeno que venha, ha vontade que tinha pera fazer merce a seu marido.» D. João tem de arranjar-lhe um camarote «na primeira e milhor nao que pera o reino partir». Isso era bastante fácil, mas era também de esperar que o Governador tivesse de agir, na hipótese de a mãe se mostrar renitente: «Se os choros de sua mai lhe quiserẽ por Impedimẽto ha sua vimda, V. S. por ver que nã cũpre tal cousa a minha honra nẽ a de minha filha nã consinta ser tal, asi acõselhando a minha filha ho que deve de fazer como nã cõsemtindo a sua mai falar ẽ cousa que va cõtra ho que lhe eu mãdo, por que onde a i pai, e da minha qualidade, nã se deve de ouvir mai!» ([1])

Quando estas cartas lhe chegavam, é duvidoso se D. João dispunha de tempo para tratar da vida de jovens senhoras ou fazer cenas com mães lacrimosas. A guerra com Cambaia absorvia-lhe todos os pensamentos, e ia partir para Baçaim, onde chegou a 10 de Outubro para o encontro final de fôrças.

O Gôlfo estava então perfeitamente navegável, e de Dio chegavam notícias com freqüência, que em geral eram animadoras. Vasco da Cunha atingira por fim a fortaleza, tendo reünido no caminho os

([1]) Tôrre do Tombo, *loc. cit.*, IV, fól. 444.

desgarrados da esquadra de Álvaro e levando consigo mantimentos e munições.

Desde a infeliz surtida não se pensara mais em grandes acções. Sitiantes e sitiados pareciam estar à espera de oportunidade. O inimigo andava à volta das tôrres a miná-las; os portugueses punham contra-minas e mantinham-se em cuidadoso alerta para o caso de possíveis assaltos. D. Álvaro dormia embrulhado em um cobertor no chão, ao lado das barricadas, e tomava as refeições na frente de batalha. Trabalhava tanto, escrevia Vasco da Cunha, «que mespãto ho corpo que pode sofrer tall,» [1] e expunha-se também a perigos absolutamente desnecessários. Vasco da Cunha insistia com D. João por que ralhasse ao filho, mas não lhe dissesse que lhe comunicava o que êle fazia, «porque o tomara mall.»

O rapaz também escreveu satisfeitíssimo. Mantinha a sua posição em grande estilo, e à sua mesa comiam 250 homens: «ho que dou a meus soldados de comer hee carne, pão que ninguem tẽ, lẽtilhas, arros, tamaras, paças, amẽdoas, e verdade hee que dõ Francisco de Lima terá mais bocadinhos, mas cõ estes cõtẽto estes soldados que são pera tomarẽ Adẽ» [2].

«Agora, Deus seja louvado fyquamos bẽ,» [3] dizia ao Governador D. João Mascarenhas. Os recém-chegados já não se mostravam receosos do canhão: «vay lhe ja parecendo que nos poderemos defender destes emygos qõ ajuda de Noso Senhor até Vosa S.ra vyr e qõ sua chegada que esperamos ẽ Deus que nõ fyque deles nenhũ resto.»

Mas estava-se então na estação malsã em Dio.

(1) Carta de Vasco da Cunha para D. João de Castro. *História Quinhentista*, doc. n.º XLV, pág. 196.

(2) Carta de D. Álvaro escrita de Dio, 16 de Setembro. *História Quinhentista*, doc. XXIII, pág. 136.

(3) Carta de 18 de Setembro. *Ob. cit.* doc. XXXIV.

Constantemente adoeciam homens de desinteria e febres, e «não a qousa nesta fortaleza cõ que os possa qurar tẽ V. S. necesydade de trazer botyqa qõsygo.»

Vasco da Cunha calcula em 300 o número de doentes: «nenhũ morre nẽ tão pouco cõvalecẽ, dão grãdysima opressão,» [1]–diz êle. A fortaleza já tinha hospital, e D. Álvaro arranjou outro na casa da feitoria. «Ele e eu somos ẽfermeiros,» escreveu o bom franciscano Fr. Paulo de Santarém, que D. João mandara para Dio. Todos os dias, depois da missa, o jovem capitão ia «daly ao espritall a visitar os doẽtes a comsolallos» [2], diz o frade, e do hospital D. Álvaro seguia para o seu pôsto em frente das linhas inimigas.

Todos pensavam que Álvaro estava a trabalhar mais do que podia. O capitão lembrou que devia descansar de vez em quando. Mas, cheio de zêlo, o rapaz declarou que não se pouparia a qualquer trabalho, pequeno ou grande, «ate a vymda de V. S. porque ele dava graças a Noso Senhor que lhe dava saude e esforço de cada vez mais.» [3]

Todavia, não continuaram assim indefinidamente. Em dada altura, Álvaro contraíu febre como os mais, e o pai soube-o em Baçaim, alarmado, como era natural em quem naquele ano já perdera dois filhos. «Em grande estremo me pesou de vosa doemça e em grande estemo folgey de saber questaveis ja bem» – escreveu. [4] Êle tinha a certeza de que o incómodo fôra causado por excesso de trabalho, e pedia ao filho que tivesse de futuro mais cuidado: «se não fala nos catures senã de vosa cavalaria e

(1) *Ob. cit.*, doc. XLVII.

(2) Ibid.

(3) Ibid.

(4) Carta de D. João de Castro, de Baçaim a 13 de Outubro *História Quinhentista*, doc. VII pág. 114.

depois de vosa vertude» – diz êle com orgulho. «Rogovos muito que não des ocasiam de se perderem tamanhos primcipios como sam os vosos, e vos queirais tratar bem e nã trabalhardes tamto que cayaes em emfermidades e se todas estas cousas nã abastarem lembrovos que nã tenho outro filho senã a vos, e que com tudo isto vos ponho nos perigos neceçarios mas queria vos guardar dos desneceçarios, porque a vosa vida leva a rastro a minha e a de vosa mai, polo que vos roguo que trabalhes sobejamente por cobrar saude e forças e nã sayaes de casa até minha chegada a Dio, porque se vos vir sam e salvo nã terei em nada todolos trabalhos do mundo.

«Eu estou de caminho e levo onze ou doze naos e g.'.ões e setenta fustas e muita gente, com ajuda de Deus tudo se acabara bem.»

Entretanto em Baçaim recusou-se a desembarcar. ¡Não iria a terra, disse, para levar vida fácil enquanto os cavaleiros se batiam nas muralhas de Dio! E fêz voto de não pôr pés em terra antes de se lhes juntar e levantar o cêrco. Mais do que nunca se sentia irritado com demoras, e escarnecia dos obstrucionistas: «estou pera me emforquar» (¹) – escrevia a Álvaro, porque as caravelas que aguardava ainda não tinham chegado. Vitupera essas caravelas, chamando nomes, que se não podem dizer, aos que nelas vinham: «São homes de... – acrescenta êle – que não sabem navegar senão pera tomarem portos e comerem pão fresco, e rabãos, e seladas... e dizeyho asy ao capitão e a Vasquo da Cunha e a frey Paullo, porque já não ey de fallar senão desta maneira.» (²) Farta-se de bufar e continua a raivar, desta vez contra alguns padres, embora nos não diga a razão porquê: «e... pera Mestre

---

(¹) Carta de 14 de Outubro. *Ob. cit.*, doc. VIII.
(²) Ibid.

Dioguo (¹) e pera quamtos apostollos vẽ de Purtugal, porque syrvo muito bem, elrey noso Senhor e eles são grandes ipocritas que querem aver bispados pera darem remda a seus filhos e terem mancebas gordas.» (²) Tendo ajustado as contas com o pobre mestre Diogo, que, ao que se sabe, não o merecia, D. João vira-se para outro, mas já com a cólera menos violenta: «não quero dizer... pera Manuel de Sousa, ho das ilhas, porque ho não tenho aimda por marqua diso, porem tenho o seu catur varado, e como vyer o patrão mor ho ey de mamdar queymar e a cymza delle botalla no mar omde numqua mais pareça.» (³)

O bispo de Angra sentir-se-ia cheio de horror ao ver o bom amigo sob êste aspecto tão desassisado. ¿Que teriam dito a Rainha, D. Violante e outras damas suas admiradoras?

Sentindo-se muito melhor, cremos nós, por ter desabafado, D. João acalmou-se até contar a Álvaro que lhe vai mandar um boião de maçapão e outro de conserva, e «porque lloguo ey de ser cõvosquo vos não escrevo mais.»

Todavia voltou a escrever-lhe, ainda muito preocupado com o filho sobrevivente: «rogo vos que vos nam alvorose minha chegada pera sahirdes fora, mas vos cures muito bem e trabalhes de aver saude, porque não seya causa de eu poder perder hũ tal filho como me Deus tem dado em vos.» (⁴) E continuou a mandar a Álvaro perdizes, açúcar, vinho e marmelada.

E assim se passou Outubro de 1546 – mês comprido e aborrecido. Por detrás das muralhas de Dio

---

(¹) Fundador do Colégio de S. Paulo em Goa.
(²) Ibid.
(³) Ibid.
(⁴) *Ob. cit.*, doc. X.

a extenuada guarnição aguardava a libertação, e D. João Mascarenhas esperava que ela chegasse a tempo de lhe permitir regressar à pátria com a próxima armada. Em Baçaim, abalado pela morte dos filhos mais novos, receoso de que o mais velho os seguisse, D. João de Castro irritava-se e praguejava, procurando no trabalho intenso um calmante para a dor.

E entretanto em Portugal, ignorante de ter sofrido segunda perda, D. Leonor chorava o filhinho e recusava-se a receber consolação.

Capítulo XVIII

A batalha

A sete léguas a oriente de Dio há uma ilhota, a que os indígenas chamavam Bete e a qual os portugueses conheciam pelo melancólico nome de Ilha dos Mortos. Uma guarnição turca lutara ali com Nuno da Cunha, morrendo até ao último homem. Desde então os seus rochedos alcantilados haviam sido abandonados, e ao seu abrigo levava agora D. João de Castro a sua esquadra, pronto à batalha pela posse de Dio.

Ali se lhe juntou o seu velho amigo Lourenço Pires de Távora, camarada da África e dos primeiros tempos da Índia, agora comandante da esquadra da pimenta, chegada de fresco do reino. Ao desembarcar em Cochim, Lourenço Pires ouviu dizer que o Governador ia partir para Dio a fim de levantar o cêrco, saindo logo a tôda a pressa atrás dêle numa pequena embarcação.

Na ilha de nome sinistro desembarcou êle cheio

de entusiasmo. ¡ Como se sentia feliz, exclamou, por ainda vir a tempo para esta santa peregrinação! E prometeu a D. João «ser fiel companheiro até morte, e que se Nosso Senhor vivo deixasse tornar a Portugal, então se averia pelo mais honrado homem que nunqua fora da India.» [1]

O Governador mostrou-se contente por lhe dar as boas-vindas, e conservou-o dia e noite junto de si, Lourenço Pires não era um obstrucionista! Tôda a sua politica era de movimento e dinâmica.

Nem todos os membros do Conselho pensavam que essa táctica fôsse procedente nas circustâncias presentes. Muitos diziam ser imprudente arriscarem-se a uma batalha campal. Sabia-se que o inimigo possuía fôrças num total de quarenta ou cinquenta mil homens, dos quais vinte mil mercenários recrutados entre as raças combativas do Oriente: turcos, árabes, rajputes e abissínios. As suas posições na ilha de Dio econtravam-se fortemente defendidas. Tinham abundância de munições e podiam fàcilmente abastecer-se do continente. Para se conseguir uma decisão em Dio, seria necessário destruir a cidade e expulsar as fôrças muçulmanas da ilha. ¿Poder-se-ia fazê-lo com três mil homens apenas? Essas dificuldades eram graves de considerar numa ocasião em que um fracasso teria a repercussão de um grande desastre. A atenção de tôda a Índia estava prêsa em Dio como exemplo orientador de qualquer acção futura. O Sultão de Cambaia gabara-se de a fortaleza ser já coisa sua. Durante meses êle andara a incitar os Soberanos seus irmãos a pegarem em armas contra os portugueses. !Esperem pela monção e veremos o que vai acontecer depois! — diziam êles. A experiência do passado mostrava-lhes

[1] Gaspar Correia, *ob. cit.*, IV pág. 550

o que provàvelmente ia acontecer. Quando a violenta monção ocidental fechava todos os portos, então o poder terrestre podia fazer o pior mal possível, e muitas vezes procurara fazê-lo, mas de tôdas as vezes o bom tempo trouxera do mar terríveis vinganças. ¿Poderia o rei de Cambaia agüentar-se contra isso? Ao longo da costa indiana, desde Calecute, pelo Decão e para norte até Amadabade, olhares interessados observavam Dio, à espera de resposta a esta pregunta. Se o Rei de Cambaia justificasse então a sua bravata e Portugal sofresse uma derrota, o encanto quebrar-se-ia, o prestígio desapareceria, o que representaria a perda do domínio português na Índia.

Todos o viam claramente. Portanto, tendo em atenção o que estava em jôgo ¿seria prudente, disseram os mais cautelosos, tentar uma saída no campo de batalha? A alternativa sugerida era assolar e devastar a costa inimiga, pelo fogo e pela espada, até o Rei de Cambaia se ver obrigado a levantar o cêrco e a pedir a paz. Se até ao fim da estação sêca ainda não tivesse sido levado a isso, a fortaleza de Dio podia ser desmantelada e arrasada até à base, e por isso abandonada antes da monção. A guerra contra Cambaia podia prosseguir com o mesmo vigor sem o forte, tanto mais sendo provável que os mogóis e os patãs dessem uma ajuda. Dio mostrara-se demasiado custosa em vidas e dinheiro, e não demonstrara valer o preço do sangue. ¿Não abandonara El-Rei Safim e Azamor pela mesma razão? ¡Então Lourenço Pires defendera êste modo de ver e o próprio D. João de Castro dera a sua aprovação! Portanto, ¿para que continuarem agarrados a Dio?

D. João de Castro nunca advogara, decerto, a conservação de fortalezas a todo o custo. Mais do que uma vez dissera ao Rei que havia de mais.

Mas Dio não era um forte qualquer – tornara-se um exemplo, um símbolo. Se se abandonasse Dio depois de luta tão desesperada, o prestígio português jamais se levantaria. ¡Esperai pelo fim da monção e pela vinda do Governador! – durante todo o cêrco os defensores tinham, em altos brados, atirado esta ameaça aos adversários. A monção cessara e o Governador vinha a caminho. Se falhasse no intento de obrigar imediatamente a levantar o cêrco, os seus créditos receberiam golpe de morte.

Como êle relembrara aos seus conselheiros, no passado as vitórias portuguesas tinham-se alcançado apenas pela audácia. Para conservarem o seu império, de equilíbrio tão precário, tinham de continuar o caminho que os seus antepassados haviam iniciado, porque o número era sempre deficiente.

Lourenço Pires concordou inteiramente com êle; o mesmo fizeram: Garcia de Sá, veterano do serviço indiano, que deixara a espôsa moribunda em Goa para seguir com a armada; Jorge Cabral, sobrinho do descobridor do Brasil; e Manuel de Sousa de Sepúlveda, de trágico renome futuro como vítima de um dos mais pavorosos naufrágios da História.

Apoiado por êstes quatro, o Governador levou o conselho atrás de si, pois até mesmo os que não estavam inteiramente convencidos, diz Gaspar Correia, não queriam parecer guiados mais pela prudência do que pela honra! Faltava apenas decidir onde desembarcar. D. João mandou pedir a Mascarenhas que o procurasse na Ilha dos Mortos.

D. Álvaro de Castro foi com êle; teria sido mais prudente ficar. O jovem Álvaro estivera bom na semana anterior – ¡comera gordas perdizes com excelente apetite! – escrevera o capitão – mas as febres não cedem fàcilmente, e então parecia doente outra vez. Todavia, fizera tal qual o pai lhe aconselhara a não

fazer:—ir ter com êle à ilha. Não sabemos se foi repreendido por esta escapadela, mas consentiram-lhe tomar parte nas discussões relativas ao desembarque. Apresentou-se a proposta de desembarcar nos arredores da cidade, mas o plano foi rejeitado, resolvendo-se que as tropas entrassem no forte, durante a noite, por meio de escadas de corda. Ao mesmo tempo, o Governador devia ficar para fazer crer ao inimigo que ia desembarcar as suas fôrças em outro lugar.

No forte, tudo era alvorôço. A guarnição exultava nas barbas dos muçulmanos. Os cambaianos vingaram-se lançando fogo a uma das minas, mas no meio da sua agitação fizeram-no tão mal que acenderam o rastilho pela extremidade oposta e foi a êles que se tornou nocivo. Isto aumentou ainda mais a satisfação dos sitiados.

O regozijo foi maior ao outro dia quando a esquadra, há tanto tempo esperada, apareceu pairando em frente da fortaleza e da cidade. Era realmente uma linda vista. A frente vinham tôdas as embarcações ligeiras, comandando o Governador o cortejo na sua fusta, que levava içada uma bandeira de sêda verde com a cruz de S. Jorge. Todos os navios pequenos se mantinham no seu lugar na longa fila, ostentando toldos e com bandeiras ao vento, enquanto os navios mais pesados, majestosamente, seguiam atrás, com o galeão do Governador à frente, levando desfraldado no mastro real um grande estandarte de tafetá vermelho e verde.

Quando os navios lançaram ferro junto das muralhas da fortaleza, ouviu-se a bordo um alegre clangor de trombetas. Ao mesmo tempo todos os canhões da fortaleza ribombaram em saüdação, os quais, porém,—para não desperdiçar pólvora—foram cuidadosamente assestados sôbre as posições do inimigo.

D. João Mascarenhas dirigiu-se para terra e ordenou ostentivamente que tôdas as portas da fortaleza fôssem retiradas dos seus gonzos. Tais eram as ordens do Governador—proclamou êle. Os mouros podiam andar por onde quisessem! O recado foi transmitido ao inimigo, tornando alguns pensativos.

Rumecão apenas se riu. ¿Não era êle filho de Coge Sofar—tão hábil general como seu pai, que havia de vingar? E possuía vinte mil combatentes da primeira categoria, sete mil dos quais eram turcos, e quarenta mil homens de tropas mistas para engrossar-lhes o número. Além disso tinha setecentos espingardeiros, outros tantos frecheiros e artilharia pesada, fornecida de pólvora, bombas incendiárias e grandes pedras e pelouros prontos a disparar.

Os seus preparativos foram observados por D. João de Castro, que, no seu pequeno barco, passara o primeiro dia de Dio em reconhecimentos à volta do forte e ao longo da costa junto da cidade, ficando espantado com muita coisa que viu: «a maneira de que achei a fortaleza—disse êle ao Rei—não é cousa para se poder crer, nem sinto termos por que se possa escrever a V. A. Porque os mouros tinhão entulhado as cavas de maneira, que não avia sinal dellas, nem poderse saber onde forão; e os muros derubados até o fundamento; os baluartes tomados, e os muros postos em sima com muitas estancias dartelharia, com que atiravão às casas da fortaleza; e por derredor donde forão os muros, tinhão alevantado grandes e poderosos baluartes, e cavaleiros, e postas montanhas de terra, e pedras donde tinhão assentados muitos trebuquos, com que tiravão muitas jarras de polvora, e muitas pedras aas cazas. Arredado hũ pouco da fortaleza tinhão feito hũa muralha de treze palmos de largo, e vinte

d'alto, toda de muito fermosa cantaria, com muitos baluartes, e travezes com a qual cingião a fortaleza de mar a mar. E desta muralha, para os nossos baluartes, que elles já tinhão ganhados, e muros, hião tantas ruas cobertas, trincheiras, laberintos de paredes, que era cousa estranha e muito para notar. Antrelles e os nossos não avia mais que hũa estreita paredinha de pedra emsoça. Desta maneira a defendeo dom João Mascarenhas muito tempo por seu grande esforço e cavalaria. Estas obras, que os mouros tinhão feitas, fizerão cinco engenheiros que Coge Çofar mandou buscar a Cõstantinopla a soldo de cada hũ a trezentos cruzados por mêz.»(1)

Por detrás estas estruturas levantadas pela perícia daqueles técnicos dispendiosos, os muçulmanos haviam gozado o confôrto durante os seis meses de cêrco. Leonardo Nunes, que o viu de princípio a fim, diz-nos que êles tinham construído «casas muito boas de seu viver, comer e dormir, em que Repousavã alcatifados e sua aguoa fria».(2) Os bazares forneciam-lhes todos os confortos da vida; os seus prazeres e os seus vícios também para ali tinham sido levados. E assim, quer os cidadãos de Dio fôssem importunados pelo cêrco, quer não, os oficiais turcos de Rumecão não sentiam falta de nada.

Sob as vistas de Rumecão, enquanto os projécteis, disparados com mais fúria do que precisão caíam na agua à sua volta, D. João de Castro completara as suas observações, demorando-se em frente do ponto onde um exército podia desembarcar com mais facilidade, sondando e avaliando tudo, voltando depois para a esquadra, enquanto Rumecão destacava ime-

(1) Relatório de D. João de Castro, *História Quinhentista*, págs. 284 e 285.

(2) Leonardo Nunes, *Crónica de D. João de Castro*, pág 119.

diatamente uns quinze mil homens para impedir o suposto desembarque.

D. João amadureceu os seus planos. Escolheu três caravelas, comandadas por três experimentados capitães, e ordenou-lhes que ancorassem junto das muralhas inimigas, exactamente no ponto em que Rumecão esperava que os portugueses desembarcassem. Tinham de abrir fogo e mantê-lo durante todo o dia, não deixando qualquer dúvida aos «mouros» de que aquilo era o fogo de barragem predecessor do desembarque.

A seguir, o Governador escolheu cinqüenta fustas, guarneceu cada uma delas com um número reduzido de homens e entregou ao pilôto Nicolau Gonçalves o comando desta flotilha, o qual tinha de levar uma grande bandeira como a que flutuava no navio do Governador, e uma banda militar com pífaros, atabales e trombetas. Na fusta deviam estar acesas durante tôda a noite quatro tochas, e todos os seus homens tinham de levar estopa a arder para fingir de morrões acesos para os canhões. A um sinal dado por três foguetes, a fingida esquadra de invasão dirigir-se-ia com gritos e música guerreira para as caravelas. Depois, enquanto ao inimigo parecesse que o Governador em pessoa ia conduzir as suas tropas ao desembarque naquela praia distante, D. João de Castro e todo o seu exército sairiam do forte para atacar as barricadas muçulmanas que estavam em frente.

Tudo se passou de acôrdo com o plano traçado. Por noite velha, quando a maré batia de encontro às muralhas da fortaleza, as tropas chegaram em pequenos barcos e treparam por escadas de corda até ao forte. Às duas horas o Governanor seguiu-os. Foi a 10 de Novembro que, por entre o silêncio e a escuridão, ante-manhã, D. João entrou finalmente no

montão de pedras em ruínas que fôra Dio, e pelo qual seu filho morrera.

A fortaleza fervilhava com os murmúrios ansiosos dos homens de vigília, que passaram a noite, diz Gaspar Correia, «em concertar suas armas, e sobre tudo as almas, porque sem duvida a cousa estava tão temerosa que nenhum confiava poder escapar com vida».[1]

Cada homem se encontrava pronto e preparado para desempenhar o seu papel. Até os padres se haviam armado e queriam tomar parte na batalha. D. João de Castro tivera dificuldade em persuadi-los a ficar para trás e cumprir a sua missão, rezando nas igrejas com as mulheres e as crianças.

Mas as próprias mulheres não se encontravam dispostas a desempenhar papel passivo. As mulheres de Dio não estavam habituadas a ficar a ver sem ajudarem. Eram as verdadeiras companheiras de guerreiros, endurecidas no fogo, temperadas pelo sacrifício e sem mêdo da morte. E então, grande número delas vestidas de homem, puseram a tiracolo odres de água e de vinho, arranjaram fornecimentos de pão e bolos, e farrapos para servirem de ligaduras, e assim se prepararam para seguir os homens ao combate. Segundo parece, aquêle corpo de voluntárias fêz esplêndido serviço naquele dia, prestando os primeiros socorros, cuidando dos feridos, animando todos com palavras de coragem e com aquela fortaleza, observa Gaspar Correia, «que lhe Deos naquelle tempo dá.»[2]

Mas alguém tinha de ficar no forte. O Governador destacou duzentos homens, todos mais ou menos estropiados, mas que «a pee quedo podiam

[1] Gaspar Correia, *loc. cit.*, pág. 555.
[2] *Ibid.*, pág. 561.

muybem pelejar»[1], cujo capitão era António Correia, veterano cheio de cicatrizes, coxo de uma perna e por isso incapaz de escalar muros. Protestando com energia, António Correia deixou-se convencer a ficar no forte como guarda, enquanto os camaradas mais felizes se preparavam para o grande dia.

Grande dia, na verdade! O momento em que pensavam havia muitos meses. Os que tinham suportado todo o cêrco viam, finalmente, chegar a liberdade e a vingança para os seus sofrimentos. Os recém-chegados ao forte estavam encantados com a perspectiva de uma batalha gloriosa, luta santificada contra o infiel, seguida de saque a uma cidade por guerreiros piedosos.

Nunca mais vinha a manhã? ¿Não se mostrava já o oriente tingido de vermelho? Que fazia o Governador? – preguntavam admirados. Ninguém o vira durante longo tempo.

Manuel de Sousa, fervendo de impaciência, foi à procura dêle, encontrando-o sòzinho numa sala, sentado numa cadeira, com a cabeça encostada à mão esquerda, e parecendo profundamente mergulhado em cogitação.

– « Senhor, que fazeis? Como nom says fora a ver a grande fremosura de gente que temos, que já querem saltar per cima dos muros a hir dar no arrayal?» [2]

D. João levantou-se e abraçou-o.

– «Senhor, vos sois pessoa pera trazer tão boa nova» [3] – disse êle.

E saíu, levando um corselete de ouro sôbre a cota de malha, e na cabeça grande pluma ondulante.

[1] Leonardo Nunes, *ob. cit.*, pág. 121.
[2] Gaspar Correia, *loc. cit.* pág. 560
[3] Ibid.

Todos os mais vestiam as suas melhores roupas e traziam as mais belas armas. A luz da manhã, surgindo acima do exército em ordem de batalha, brilhou sôbre prata, sêdas e bordados de ouro e «riqueza d'armas cousa muy fremosa de ver.» (1) Os homens foram divididos em dois batalhões, um comandado por Mascarenhas e o outro pelo Governador, todos estremecendo de impaciência à espera do sinal de partida.

O Governador preveniu-os contra o excesso de confiança:

– «Não quero que tenhaes em pouco a força dos inimigos, nem menos que cuideis que o haveis de haver com gente fraca e medrosa de vosso braço; se não vos persuadaes haver de ser a batalha muito rija, perigosa e cruel de parte aparte, porque nunca foi bom feito despresar o inimigo; antes temos visto grandes desventuras e desarranjos por terem em pouco suas forças.

«O que agora quero senhores de vós, é que não vos pareça que o haveis de haver com Guzerates somente senão com turcos, rumes, arabios, persios, abexins, fartaques, os quaes hão de trabalhar por vos não venderem muito barato seu sangue.» (2) ¡Apesar disso, disse D. João, o Rei de Cambaia havia de ver naquele dia como eram muito mais fortes três mil homens resolutos do que a sua multidão mesclada de sessenta mil!

Foi um discurso longo e animador. O Governador disse que não ia citar os grandes feitos dos tempos antigos em terras distantes, «pois me podeis dizer, que o não vistes, e que os historiadores favorecem as partes.» Não! êle não falaria senão do que acontecera «com homens vivos, da nossa mesma nação, que são vossos parentes, ou foram muito vossos amigos, que sendo muito poucos, em numero prevaleceram sempre contra tanta multidão de inimigos, como muitos dos que aqui estaes tereis visto!»

(1) Ibid., pág 555.

(2) «Falla que o viso-rei D. João de Castro fez aos capitães e outras pessoas o dia da grã batalha», publicada em O *Instituto*, vol II, pág 202.

Os exemplos não eram difíceis de encontrar: o grande Afonso de Albuquerque, que conquistara Malaca apenas com 600 portugueses – a proeza mais recente de D. Henrique de Meneses em Calecute, ou daqueles 30 homens em Ceilão, que tinham combatido derrotando 700 «mouros» — «E pois Deus assim tem mostrado o muito que nos quer, que razão póde haver tendo confiança nelle que nos possa estorvar de mostrarmos a estes mouros, que não somos inferiores aos portugueses que nos tempos passados alcançaram tantas victorias delles?»

D. João falou, a seguir, do seu dever para com o Rei, o qual estava «tão desejoso de vos fazer mercês, e tão compadecido de vossas necessidades», que defendessem esta sua fortaleza e «ficando agora vencedores (o que eu tenho por mui certo, pois temos Deos pela nossa parte) que nunca mais os imigos terão atrevimento pera tornarem outra vez a levantarem contra nos: per que aimda que elles se estribam no favor e ajuda, que teem nos turcos, assim por serem fortes, como por serem exercitados e destros nas armas; todavia não se podem comparar com o nosso animo, que tão custumado está a alcançar muitas e grandes victorias delles!» Portanto, que cada homem combatesse como se estivesse a vê-lo «aquelle grande rei de Portugal, a que todos chamaes pai; pelejai todos com grande coração, pois tendes por guia e vos acompanha Christo crucificado.» (1)

(1) Ibid.

E D. João ajoelhou diante do crucifixo que o franciscano Fr. António do Casal levantava ao alto para todos verem. O Governador terminou o seu discurso citando o verso de Petrarca: «*Che un bel morire tuta la vita honora*» – que, por ser em italiano, se deve ter perdido para os seus ouvintes menos cultos.

Com Petrarca, ou sem êle, todos se mexeram impacientes em resposta. Fora da igreja, com grande devoção, juntou-se tôda a gente para ouvir a missa, «com muy verdadeiras lagrimas de confissão e arrependimento de seus pecados.» (1) Fizeram confissão geral, e ao discurso do Governador, o padre acrescentou alguns conselhos espirituais.

Foi nesta atmosfera de tensa emoção que se ouviram por fim os três foguetes. Imediatamente, com toques de trombeta, gritos e bandeiras desfraldadas, o fingido corpo invasor se dirigiu para as caravelas. Os «mouros», convencidos de que o Governador o comandava, reüniram-se na sua máxima fôrça no local para impedir o desembarque, ao mesmo tempo que a guarnição saía de roldão pelas portas abertas do forte. Quando os raios oblíquos do sol matutino iluminaram a confusão da cena, o ribombar da artilharia fêz-se ouvir, até que a do inimigo lhe respondeu, parecendo que «a terra e o mar tremia».

Das muralhas de Dio, dois olhos ansiosos seguiam a carga que desaparecera por entre o fumo. O jovem Álvaro de Castro não pôde tomar parte na função. Talvez como resultado de ter ido ao encontro do pai dias antes, tinha febre elevada outra vez, e não podia erguer-se do leito. Arreliado e resolvido, ainda assim, a ver a batalha, mandara transportar a cama para junto da muralha e ali ficou a assistir à luta. (1)

(1) Correia, *ob. cit.*, tom. cit., pág. 557.

Era ela bastante excitante para fazer subir a temperatura de uma pessoa. D. João Mascarenhas comandou a carga, auxiliado pelos veteranos do cêrco. Como cães à solta, lançaram-se a tôda a velocidade sôbre as posições inimigas. Tinham uma dúzia de escadas, mas deitaram-nas fora na corrida louca, e saltaram ao parapeito sem elas. O primeiro a chegar acima foi um D. João Manuel, que prontamente teve cortada a mão com que se agarrou à muralha. Levantou a outra e também ficou sem ela. Então ergueu-se à custa dos dois cotos antes de ter a cabeça aberta em duas, rachada de cima abaixo, caindo assim morto. Cosme de Paiva, que o seguia logo atrás, perdeu uma perna com um golpe dado acima da coxa. Também caíu morto, mas outros vinham atrás.

Os «mouros» defendiam-se furiosamente «como mui valentes cavaleyros», (2) lutando com espingardas, panelas de pólvora, bombas incendiárias e grandes pedras lançadas à mão, as quais, diz Leonardo Nunes, eram tão perigosas como os projécteis arremessados mecânicamente. «São estes Mouros tão braceiros – escreve êle – que se asy tivessem ho estamago, todas as vitorias seriam suas, se nós não fosemos cristãos». (3)

Quanto a Rumecão, seu chefe, «por nã tirar a cada huũ sua glória, capitaneava a sua gente como

(1) Jacinto Freire e Diogo do Couto enganaram-se ao atribuírem a D. Álvaro a participação na batalha. O pai diz-nos exactamente o contrário: «Nesta batalha não entrou dom Álvaro, meu filho, por estar doente de grandes febres; mas assĩ como estava se mandou levar em hũ leito ao pé dos muros da fortaleza, onde esteve em quanto a peleja durou» (*Relatório de D. João de Castro*, já citado).

(2) Leonardo Nunes, *ob cit* pág. 123

(3) Leonardo Nunes, *História Quinhentista*, pág. 86.

homem muy sabido» ([1]). Trazendo a armadura de D. Francisco de Meneses, morto na última surtida, Rumecão via-se em tôda a parte, no seu cavalo branco, montando e desmontando constantemente e «asy os outros capitães mouros muy sabidos e valentes e de grande vontade nas armas e dinos de muy boa fama; e certamente que elles o fizeram tam bẽ que compriram bem cõ suas obrigações». ([2])

Foi uma batalha terrível — de golpes espantosos. Os combatentes trinchavam-se uns aos outros literalmente. Os que tomaram parte nela fazem horríveis descrições de braços e de pernas a rebolar decepados, de cabeças abertas, de corpos partidos em dois. Enquanto o aço retinia, o fogo das espingardas estralejava sem cessar, e nuvens de setas ocultavam o sol: «ho arroido das armas era tam espantoso, misturado com hũ poo muito alto e peçonhento». ([3])

A alguma distância do lugar onde se encontrava Mascarenhas, D. João de Castro comandava o seu batalhão. Fr. António do Casal, de sobrepeliz e estola, ainda segurando o Crucifixo erguido num pau, seguia sempre a seu lado. Com êles andavam também outros dois irmãos da Ordem — êstes franciscanos eram quási todos antigos soldados, familiarizados com os campos de batalha.

D. João, seguido pelo seu alferes-mor, que levava o estandarte real de Portugal, escalou as barricadas com Lourenço Pires, seguindo à frente de todos os homens — Lourenço Pires foi o primeiro «e, disse o Governador ao Rei, eu o segundo; digo isto, por não tirar a gloriã a cada hũ. ([4])

([1]) Relatório de D. João de Castro. *Ibid.*, pág. 287.
([2]) Leonardo Nunes, *Crónica de D. João de Castro*, pág. 123.
([3]) Ibid.
([4]) Leonardo Nunes, *História Quinhentista*, pág. 88.

Frei António seguia atrás deles, esbaforido, e gritando com o Crucifixo erguido:

— «Ó fies christãos, olhay pera Christo, vosso Capitão, que vay diante, e por vós morreo n'arvore da cruz! Aquy vay comvosquo. Ajuday, que elle vos promete vitoria!» ([1])

Quando o frade trepava ao parapeito, veio uma bala de espingarda e quebrou um braço da imagem.

— «Ó irmãos e filhos de Christo — gritou êle — olhay a offensa que lhe he feyta por estes infiés. Morrer, morrer por vosso Jesus Christo!» ([2])

Ao ouvirem isto, diz o cronista, «se acendeo nos corações dos homens hum novo esforço, com que todos muy denodadamente entrarão a tranqueira e paredes, que ás lançadas fizerão afastar os mouros das paredes». ([3])

As tropas de Rumecão reagiram com grande violência, carregando a linha da vanguarda com tal ímpeto que ela cedeu e teve de recuar. O resultado poderia ter causado confusão na retaguarda se, naquele momento, D. João de Castro não tivesse bradado:

— «Victoria, victoria! Os mouros fogem, os nossos vão em seu alcanse, e o Governador é passado da outra banda dos Mouros!»

E escreve êle: «Com esta nova falsa abalou a batalha e chegou ao pé do muro, e sobirão, e passarão a outra banda a pezar dos imigos». ([4])

Aquêle momento era decisivo. Mascarenhas e o Governador juntaram as suas fôrças do outro

([1]) Gaspar Correia, *ob. cit. IV*, pág. 562
([2]) Ibid.
([3]) Ibid.
([4]) Relatório de D. João de Castro, cit.

lado das barricadas, e juntos avançaram, levando o inimigo à sua frenre. Os muçulmanos, que se encontravam à retaguarda, obrigados pelos camaradas em retirada, rumaram para a cidade e os portuguêses seguiram logo atrás dêles. Em breve a retirada se converteu em derrota, cuja confusão aumentou pela chegada das fôrças que tinham esperado na praia para resistir ao falso desembarque, e que só muito tarde deram pelo lôgro. Correndo a juntar-se aos camaradas em frente do forte, encontraram-nos em fuga, sendo assim lançados em desordem. Outro destacamento que tentara entrar no forte por diversos lugares, fôra contido em respeito por António Correia e os seus estropiados. Encantados por também partilharem dêste glorioso dia, resistiram com violência e rechaçaram o inimigo, fazendo-os recuar até às filas dos seus companheiros que fugiam.

O grande exército estava vencido. Em vão Rumecão e outros capitães procuravam juntar os seus homens e fazer parar a fuga. A derrota tornara-se geral. Precipitadamente, fugiam para a cidade, perseguidos de perto, caindo uns por cima dos outros no meio do pânico.

Leonardo Nunes diz que fugiram como rebanhos de gazelas diante do caçador das terras do Preste João. Batendo-se ao longo das ruas estreitas, lutaram para abrir caminho até à praia e fugir para o continente. Juntavam-se aos montes nas pontes, caíam e afogavam-se, mal podendo atravessar, fugindo em pânico diante da espada vingadora.

E a vingança foi terrível. Nada de prisioneiros! – fôra a ordem do Governador. Por isso a cidade de Dio foi limpa de todo. Gaspar Correia diz que em especial os escravos, os marinheiros e os canarins se

libertaram a si mesmo e ninguém os impediu disso. O resultado foi uma carnificina horrorosa tão impiedosa como nenhuma outra daquele século de guerras impiedosas--ou até como os horrores da nossa época!

O estandarte real de Cambaia foi tomado na tenda de Rumecão. Gaspar Correia faz-nos descrição dêle. Era de tafetá verde, diz, e flutuava na extremidade de uma lança aguçada. Ao mesmo tempo foram tomados os estandartes de muitos outros capitães – D. João de Castro guardou-os como trofeus – deixando-se para trás tôda a artilharia de Cambaia: havia 35 peças de bronze, basiliscos, esferas, meias-esferas, camelos, leões e outros instrumentos de nomes zoológicos, além de algumas bombardas portuguesas, perdidas durante a luta nas muralhas da fortaleza.

Rumecão em pessoa foi morto – diz Gaspar Correia que ninguém sabe como. Todavia Leonardo Nunes fornece alguns dados. Segundo o seu testemunho, Rumecão trocou as roupas com um criado para evitar ser reconhecido. Como muitos outros, atirou-se para o chão a fingir de morto, mas os portugueses, suspeitando da autenticidade de todos aquêles cadáveres, atiraram-lhes pedras, e assim fizeram-lhe «saltar os miollos pelas orelhas e pelos olhos, que heram as partes de que elle tam mal quis usar em tam arduo e importante negocio. Acabou aly a vida d'um pesimo Mouro, tenacissimo e homem desinquietado e soberbo, que sempre ouvera de ser poderoso e mortal inimiguo, porque alem das más condições que herdara de seu pay, outras lhe dera a natureza muito piores.

«Hera contudo – conclui Leonardo Nunes, cons-

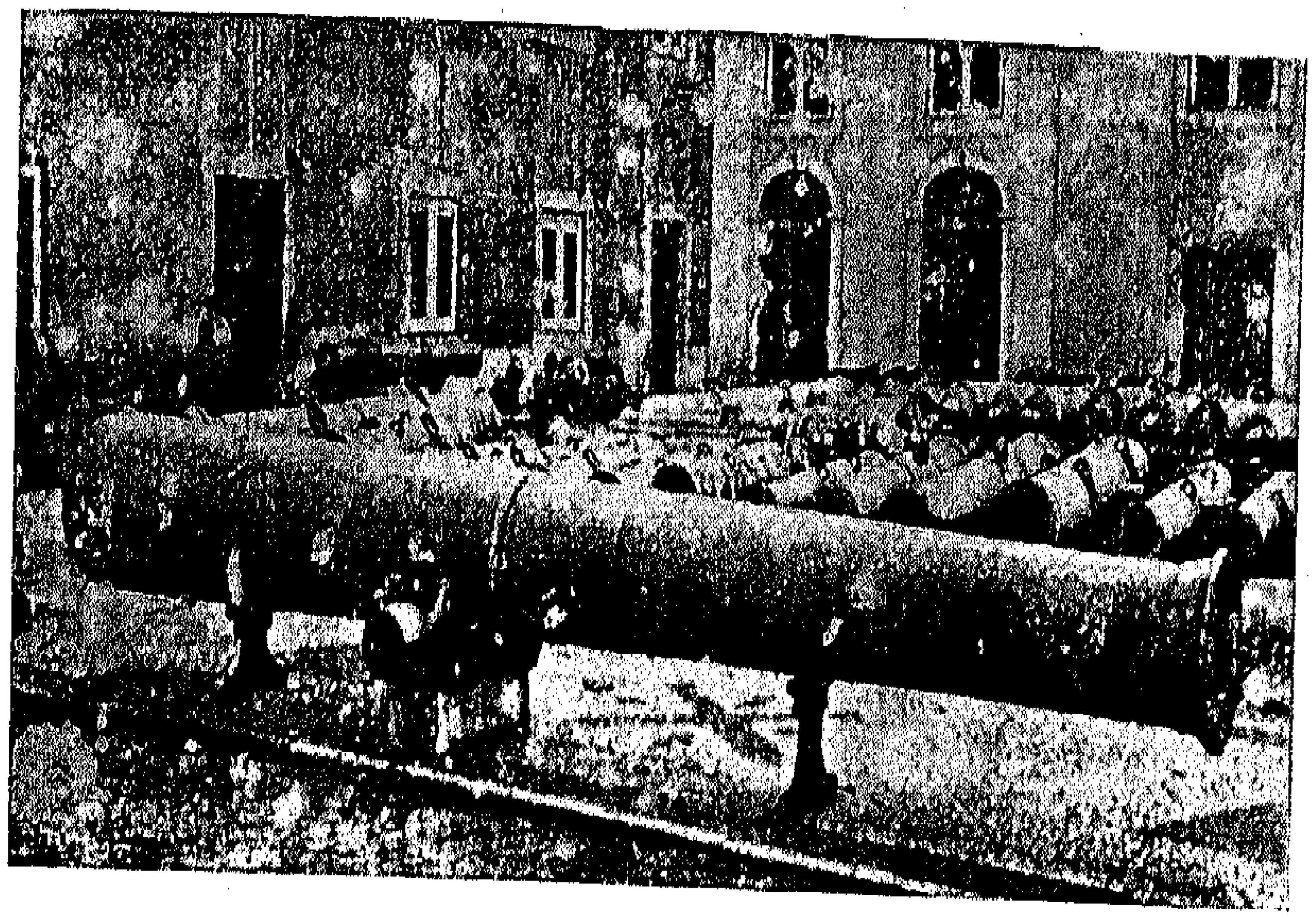
cientemente resolvido a dar ao diabo os seus feitos – valentíssimo capitão e muyto sabido».

Na esteira dos destruídores seguira D. João de Castro, atravessando tôda a cidade de Dio e vendo os campos do continente coalhados de gente que fugia em multidão. A cidade estava limpa e a fortaleza livre – D. João ergueu as mãos ao Senhor «dando-lhe muytas graças pela tamanha misericordia que lhe fizera.» (1) Depois mandou recolher os homens que davam caça aos fugitivos que atravessavam o rio.

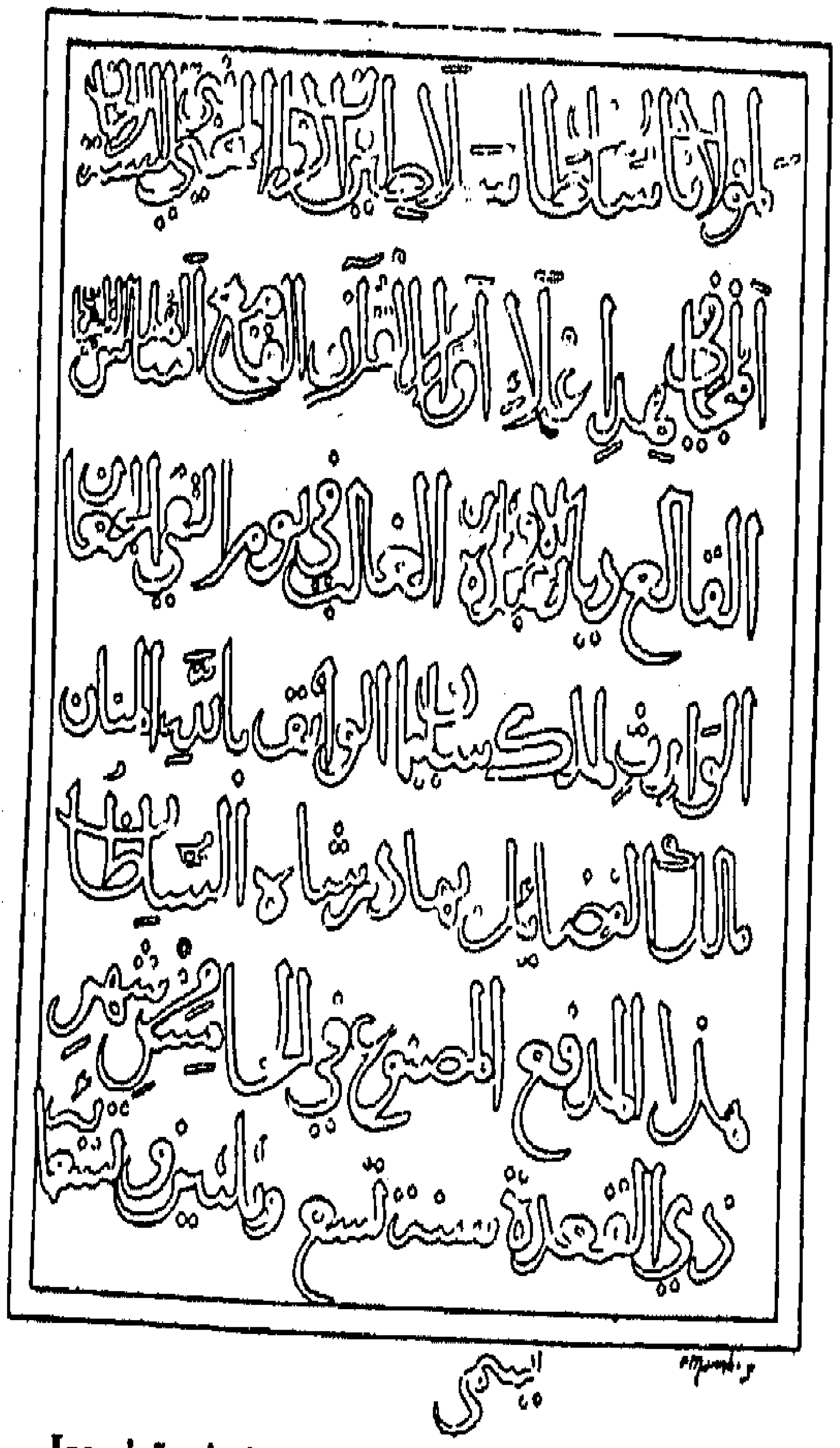
Juntaram-se todos à volta dêle cheios de alegria, abraçando-lhe as pernas quando êle montou a cavalo no meio dêles. E D. João «Recebia os homẽs com tamanho prazer e guasalhado que parecia metellos nalma.» (2) Depois o Governador retirou-se para a Grande Mesquita onde, enquanto os soldados saqueavam a cidade com alegria, armou cavaleiros todos os fidalgos que lho pediram, «com grandes honras e cirimónias, segundo costume.» (3)

Contados os mortos viu-se serem 60 ao todo, e uns 300 feridos. Grande número dêstes morreram nos dias imediatos, porque faltavam medicamentos e não havia corpo hospitalar para cuidar de tantos doentes. Tampouco poderia haver cirurgião disponível, mas o boticário Simão Alvares fêz o que pôde. Tratou dos feridos, escreve D. João, «como grande fisyquo» (4) e deu de graça os seus remédios. Houve também alguns fidalgos que chamaram a si o encargo de cuidar dos doentes, mas mesmo assim, diz Correia, houve muitos infelizes que morreram sem tratamento e abandonados.

(1) Correia, *Lendas*, IV. pág. 465.
(2) Leonardo Nunes, *História Quinhentista*, pág. 91.
(3) Correia, ob. cit., pág. 565.
(4) Idem, pág. 575.



Basilisco "*Tiro de Diu*"



Inscrição árabe do basilisco "*Tiro de Diu*"

As perdas do inimigo foram terríveis, sendo calculadas em cêrca de 3 mil mortes. Apesar da ordem em contrário, fizeram-se 600 prisioneiros, entre os quais se encontrava o comandante dos mercenários abexins, que tinha o título de Juzarção. O Governador tratou-o com a cortesia própria da sua categoria – diz Leonardo Nunes: «esta preso sẽ ferros na fortaleza, com cavalleiros mui honrados que ho goardam» (1).

A sua sorte foi mais invejável do que a de alguns dos seus camaradas que fugiram para Amadabade a levar a terrível notícia ao Rei. Parece que o sultão Mamude «foy tã espantado – dizem êles – que ouvera de perder o siso» (2). Os infelizes fugitivos aprenderam à sua custa que não é prudente desenganar um déspota oriental. Mamude mandou cortar-lhes a mão direita, as orelhas e meter-lhes uma farpa pelas narinas. As barbas foram-lhes cortadas e êles obrigados a usar trajos de mulher – era o que mereciam, disse o Sultão, por não terem ficado e morrido como os valentes!

É escusado dizer que mais ninguém se atreveu a contar ao Rei as desgraças daquele dia. O exército disperso vagueava miseràvelmente pelo país. Em especial os turcos, que se tinham gabado mais, eram agora «os mais abatidos e desacreditados, e que nã ousavam d'alevãtar os olhos a hũa mosca». (3)

Era uma situação desagradável para os turcos, que os índios sempre tinham mais receado do que amado. O seu prestígio militar fôra quási igual ao dos portugueses, embora, «Louvores a Deus – escreve Leonardo Nunes com complacência – nunca ouve

---

(1) Leonardo Nunes, *História Quinhentista*, pág. 92.
(2) Leonardo Nunes, *Crónica de D. João de Castro*, pág. 132.
(3) Ibid., pág. 133.

Recontro antre nos e elles que elles nã fosem debaixo. com ser de muy dobrado numero o seu» ([1]).

Os testemunhos concordam em que nesta ocasião o céu interviera directamente. Os prisioneiros, quando eram interrogados isoladamente, afirmavam todos que tinham visto sôbre a igreja «hũa molher muito resplandecente, que os ceguava e não deixava ter o rosto direito aos christãos» ([2]).

Esta vitória, disse D. João de Castro ao Rei, fôra milagrosa. «Polo que he necesario que V. A. mande fazer muitas porcições e dar muitas graças a Nosso Senhor; pois lhe fez tamanha mercê: que a dez de Novembro, vespora de São Martinho lhe deo de novo toda a India, e hũa tamanha victoria com obra de dous mil homẽs, que pera todo sempre ficaraa della memoria nestas partes. E taõbem me fazer mercê da minha joia, como sempre foi costume dos reis e principes, quando algũ seu capitão vence batalha, ou toma cidade, o que eu tudo fiz em hũ soo dia com ajuda de Nosso Senhor. Mas porque pode ser que V. A. ma faça dalgũa cousa impropria a minha condição, e maneira de vida, lhe quero nomear, e pedir, e he, que me faça mercê de hũ castanhal, que tem na serra de Cintra, onde chamão a fonte d'el rei, que estaa a par da minha quinta, para que, tendo os meus moços que comer no meu, não vão destruir, e fazer damno no alheio. O castanhal poderaa valer de compra dez ou doze mil reis; mas para mĩ serão muitos mil cruzados» ([3]).

E assim, na sua hora de triunfo, D. João virava as costas ao sangue e ao pó de Dio e à sordidez brilhante do Oriente para sonhar com a Penha Verde e os bosques de Sintra.

---

(1) Ibid.
(2) Relatório de D. João de Castro, *História Quinhentista*, pág. 289.
(3) Ibid., pág. 290.

Capítulo XIX

Após a Vitória

Dio já não servia para nada! – escrevia D. João de Castro ao Rei.

«Creia V. A. que Dio daa muito maior opreção á India que os Rumes; e cada vez que quizer elrey de Cambaia poraa todo o estado da India a hũ tombo de dado; nem nos serve esta fortaleza qua pera outra couza, salvo pera nos pôr de contino as tripas na boca.»([1])

D. João olhava para as ruínas e sentia tentações de as deixar como estavam e construir uma fortaleza na Ilha dos Mortos, sítio muito melhor, perfeitamente defensável, com um «grande e singular porto, no qual com todolos ventos podem entrar e sair,»([2]) e tão longe do continente que o Rei de Cambaia não lhe podia pôr cêrco, visto que «não na cercando, lhe puderamos fazer tanta guerra, por mar, que fora nosso tributario.»([3])

A perspectiva era tentadora mas não para se ter em consideração. O Rei de Cambaia gabava-se de ter tomado a fortaleza de Dio; portanto «se a deixára sem embargo de grande victória, que ouve, e a descercar com tamanha honra de V. A., nunqua acabarão de crer a couza como passou, e soara por todo o mundo, que elrei de Cambaia nos tomára a fortaleza de Dio», talvez com desastrosas conseqüências,

---

(1) Ibid., pág. 294.
(2) Ibid.,
(3) Ibid., pág. 295.

«Como quer que nestas partes, mais que noutras algũas se viva de credito»[1].

Dio tinha de erguer-se das ruínas e fazer-se inexpugnável. D. João estudou o problema com a atenção de um engenheiro perito, e como tal apreciou os méritos dos técnicos seus rivais. As pontes que êles haviam construído, e que ligavam a ilha com o continente, disse êle, eram mais importantes do que as de Xerxes sôbre o Helesponto. A mais pequena tinha cento e trinta côvados de comprido, por seis de altura e de largura, e ambas construídas com sólidos blocos de pedra. Não era fácil tarefa destruí-las, – a primeira coisa que D. João mandou fazer, transformando Dio novamente em ilha.

Quanto aos trabalhos dos muçulmanos em volta do forte «parecem mais que de humanos», diz D. João de Castro. Nem mesmo o capitão de Dio pôde mostrar-lhe exactamente onde haviam existido as paredes, ou qual fôra o lugar dos baluartes e da cava. Montanhas de pedra enchiam tudo agora. Limpar tudo aquilo e erguer o forte sôbre os antigos alicerces seria trabalho hercúleo, além de levar muito tempo. A fortaleza tinha de estar de pé antes de a monção cortar novamente as comunicações marítimas com Dio. Por isso D. João de Castro construíu uma nova fortaleza à volta das ruínas.

Êle próprio desenhou a planta, segundo o modêlo de Ceuta. «Pareceme que espantaraa muito a gente desta terra», [2] disse êle ao Rei. Os coevos concordam em que o desenho era a última palavra na moderna arquitectura militar, «nunqua outra tal nestas partes se vio», [3] declara Gaspar Correia, que tinha certa experiência de construção de fortalezas.

(1) Ibid.
(2) Ibid., pág. 294.
(3) Gaspar Correia, *loc. cit.*, pág. 583.

Casualmente apareceu então um mestre de obras. Francisco Pires, que o Rei mandara para executar o desenho para a nova fortaleza de Moçambique, não desembarcara no seu destino. Achando o vento desfavorável para se aproximar da costa de África, Lourenço Pires de Távora seguira a rota a leste de Madagáscar e não fizera escala por Moçambique. Quando o capitão deixou Cochim para ir ter com o Governador a Dio, acertadamente levou consigo Francisco Pires. D. João ficou satisfeitíssimo por arranjar auxiliar tão competente, pois «não há qua official, que saiba nada. E por esta rezão me cumpre tello qua este verão» [1].

Por isso Francisco Pires ficou na India, e êle e D. João lançaram-se ao trabalho. Não faltava o material de construção. Além dos blocos de pedra e do cascalho que o inimigo abandonara, as mesquitas e minaretes, as paredes e palácios da cidade conquistada forneciam grande quantidade de pedra talhada pronta a servir, havendo a cal da ilha para se fazer a argamassa.

A 24 de Novembro, véspera de S.ta Catarina – exactamente quinze dias depois de ganha a batalha – lançaram-se os fundamentos da nova fortaleza de Dio, com tôdas as costumadas cerimónias rituais. Foi dita missa pelo amigo do Governador, o bom do franciscano Fr. Paulo de Santarém, que exortou os fiéis a pedir a Deus que êles fizessem boa e sólida a sua fortaleza. A seguir, o Governador lançou a primeira pedra com as próprias mãos; cada um dos padres pôs outra de cada lado dela, e os fidalgos seguiram-nos dentro da trincheira, transportando grandes blocos às costas e tabuleiros de argamassa à cabeça. E assim a obra começou com grande entu-

(1) Relatório de D. João de Castro cit., pág. 294.

siasmo: «trazer a madeyra das casas da cidade e a pedra lavrada e concertada dos seus muros e paredes, e assentalla nos nossos muros hera o mor prazer do mundo – pensava Leonardo Nunes enquanto ajudava – e mais ficava o neguocio muyto barato» ([1]), reflectia êle com satisfação.

Todavia, o que não ficava barato era dar de comer e pagar aos homens que faziam o trabalho. D. João viu-se em pancas para arranjar dinheiro. De vez em quando, um navio muçulmano apresado em frente da costa fornecia qualquer pequena importância, mas poucos eram e breve se esgotaram. Sempre que o Governador aparecia, seguia-o multidão melancólica de lascarins, marinheiros e soldados de infantaria, que se queixavam de não poderem viver sem se lhes pagar. Estavam a morrer de fome, gemiam, o que era verdade. A comida em Dio escasseava e era caríssima. Particularmente, havia dificuldade em arranjar pão, porque faltava farinha e havia pouca lenha para poder gastar-se no aquecimento dos fornos dos padeiros. Desde que o Rei deixara de conceder subsídios aos capitães que tinham mesa franca para os homens, cada um começou a tratar apenas da sua casa, por não poder fazer mais despesas. Famintos e desesperados, os pobres começaram a fugir de Dio. Desertavam só para irem aonde houvesse de comer; tal foi a informação que deram a D. João, pelo que êste insistiu com os fidalgos para receberem os homens à mesa, prometendo ajudá-los a cobrir as despesas. Alguns responderam bem ao pedido, mas para todos se tornava coisa dispendiosa – e, ainda uma vez, ¿quem daria o dinheiro?

Tinha de fazer-se imediatamente qualquer coisa. D. João resolveu contrair um empréstimo, para o que

(1) Leonardo Nunes, *Crónica*, pág. 139.

escreveu para Goa. Os cidadãos haviam mostrado sempre o maior civismo, e desde o caso dos bazarucos amavam o Governador profundamente. Mas quando alguém contrai um empréstimo deve oferecer garantias. ¿Quais eram as que D. João oferecia? «Como ja deveis ter sabido – escreveu êle – eu não possuo ouro, nem prata, nem movel, nem alguma cousa de raiz, por onde vos possa segurar vossas fazendas, sómente huma verdade secca e breve, que me nosso Senhor deu» ([1]).

D. João receava que uma fé clara e simples não tivesse curso nos mercados dêste mundo perverso. ¿Que certo valor mais tangível podia êle arranjar? O primeiro pensamento que lhe ocorreu foi macabro – se é que o teve: ¿Iria mandar exumar os ossos de Fernando, que repousavam na igreja da fortaleza – na qual, diz Leonardo Nunes, o Governador não pudera jamais entrar enquanto esteve em Dio, com receios de perder a sua máscara estóica junto do túmulo do filho mais novo? Custa a crer que D. João tivesse pensamento tão terrífico. Os escritores coevos não falam nisso ([2]), mas se a carta publicada por Jacinto Freire não é patranha, êle próprio o confessa: «mandei desenterrar Dom Fernando meu filho, que os Mouros matárão nesta fortaleza, pelejando por serviço de Deus e d'el Rey, para vos mandar empenhar os seus ossos». Se assim foi, êle deve ter sentido satisfação ao saber que ainda se não podia tocar naqueles restos. Tinha pois de encontrar-se outra garantia, igualmente conveniente,

(1) «Carta que o Governador D. João de Castro escreveu de Dio à Cidade de Goa», cit. por Jacinto Freire de Andrade, *Vida de D. João de Castro*, pág. 211.

(2) Nem Gaspar Correia nem Leonardo Nunes, os quais se encontravam ambos na Índia nesse tempo, lhe fazem a menor referência, embora escrevam circunstanciadamente àcêrca do empenhamento das barbas.

Então D. João de Castro fêz aquilo que para sempre ficou associado ao seu nome – acto que a nossa geração de faces glabras não pode apreciar, mas que aos seus contemporâneos pareceu particularmente nobre e digna.

Devemos confessar que a idéia não era inteiramente original. ¿Ouvira D. João de Castro contar a história de Albuquerque, que deu a um lascarim alguns pêlos da barba para ir empenhar? E' provável que sim, embora tal incidente não tivesse então publicidade. O seu grande antecessor dera o penhor por mera casualidade, quási com ironia, e depois esqueceu-o de todo.

D. João repetiu aquilo de modo muito mais dramático. Enquanto os que o rodeavam o observavam de olhos esbugalhados, pegou numa tesoura e cortou com solenidade um tufo de cabelos da barba: «me não ficou outro penhor – escreveu êle – salvo as minhas proprias barbas, que vos aqui mando por Diogo Rodrigues de Azevedo». Depois dobrou os cabelos com todo o cuidado e entregou-os ao dito Diogo Rodrigues, que pegou nêles com respeito cheio de assombro: «As quais barbas eu vi na maão de Dioguo Roiz d'Azevedo, – diz Leonardo Nunes com reverência – que mas mostrou atadas nũ lenço»! (1).

As barbas do Governador foram solenemente desembrulhadas perante a Câmara de Goa, durante a sessão. Os cidadãos ficaram atónitos e quási ofendidos por receberem um penhor tão sagrado ¿Como podia o Governador ter tão pouca confiança nêles e na sua lealdade? Por isso, em resposta, censuraram-no, dizendo, «que pera cousa, que tanto comprya ao servyço delrrey nosso senhor e a seu estado real

(1) Leonardo Nunes, *ob. cit.* pág. 136

nam hera necesaryo tam homrrados e ylustres penhores». (1)

Apesar de acharem que o seu Soberano os não apreciava como mereciam, diziam êles com desenvolvimento, os seus fiéis súbditos de Goa estavam sempre prontos a servi-lo «com as fazendas e vidas e com as allmas, e a ysto asy ser de bem e milhor o nom estrovaraa causas nem rezões de agravos que tenhamos». (2)

O tufo de pêlos foi embrulhado com cuidado e devolvido ao seu dono de direito. Com êles seguiu a quantia de 20.146 pardaus e uma *tanga*, como resultado de contribuição voluntária. Os casados subscreveram com a maior alegria, segundo as possibilidades de cada um; a população indígena também contribuíu com lealdade. A cidade, cheia de magnanimidade, não queria quaisquer garantias! O reembôlso far-se-ia quando houvesse possibilidade.

Ora isso aconteceu daí a pouco. Poucos dias antes de Diogo Rodrigues regressar a Dio, António Moniz, que andava a patrulhar as costas, trouxe consigo uma riquíssima prêsa, capturada quando demandava o Mar Vermelho. A bordo haviam sido tomados 30 mil xerafins de ouro. E assim, ao regressar, Diogo Rodrigues achou o Governador «com muyto prazer pagando toda a gente». (3)

Algumas pessoas aconselharam-no a ficar com os pardaus também, mas D. João de Castro nem sequer quis ouvir falar nisso, e escreveu à cidade de Goa a dar-lhe os seus agradecimentos, dizendo que os cidadãos lhe haviam manifestado a sua boa vontade, e Deus, vendo isso, fornecera o dinheiro. Pagasse-se por completo a cada subscritor – e assim se

(1) *Vida de D. João de Castro* doc. n.º 35, pág. 464.
(2) Ibid., pág. 463.
(3) Gaspar Correia, *ob. cit.* pág. 183.

fêz recebendo alguns até as próprias moedas que haviam dado. O incidente encerrou-se desta maneira, por entre mútua estima e imenso crédito para ambas as partes. O cofre foi devolvido a Goa intacto, o Governador recuperou as barbas e assim se retribuíram as honras.

Nem como autor dos *Roteiros*, nem como vencedor de Dio, é D. João tão persistentemente lembrado. Tal como o glorioso reinado do rei Alfredo se encontra associado no espírito de muitos ingleses a pouco mais do que a um insucesso culinário [1], assim D. João de Castro – sábio, homem de ciência, hábil governador, navegador experimentado e guerreiro distinto – para os seus compatriotas de hoje é principalmente o homem que empenhou as barbas!

Os preciosos pêlos tornaram-se bens de família. O neto de D. João guardou-os em uma redoma de vidro, metida dentro de uma caixa de marroquim dourado guarnecido de veludo carmesim. Da parte de fora estavam inscritas frases dêste género – *Abstulit sed non parca patria* (cortadas pela Pátria e não pelos fados) – elegante tributo a um nobre trofeu e a um acto nobre.

Temporàriamente liberto de preocupações financeiras, D. João, em Dio, fechou as barbas no seu contador e impulsionou com a maior rapidez as obras da fortaleza. Todos ajudavam. Desde os tempos de Albuquerque, a construção de uma fortaleza na

(1) Êste Rei, o maior dos Reis saxões, cujos primeiros anos de reinado se passaram a combater os invasores dinamarqueses, viu-se um dia obrigado a procurar refúgio na cabana de um pobre camponês. A mulher dêste, que não conhecia o Rei, encarregou-o de olhar pelos bolos que tinha na lareira a cozer, enquanto saía. O Rei esqueceu-se dêles por completo, ficando os bolos reduzidos a torresmos com grande cólera da hospedeira de Alfredo, que lhe ralhou muito. Um estudante inglês de hoje pode não saber uma palavra a respeito da obra legislativa ou construtiva de Alfredo, mas está sempre apto a contar como o Rei deixou queimar os bolos.

Índia considerava-se missão digna de um cavaleiro. Sabe-se que os reedificadores de Dio eram «gente honrrada e fidalgua e soldados d'*obriguaçam*» [1], o que significa serem homens com tradições de família e um nome ilustre. Todos eram voluntários. D. João queria apenas utilizar homens «de boõa vontade, porque tambẽ em tudo, os que com boõa vontade o fazem sam os que dam lustro hàs cousas» [2].

O Governador, que vivia a bordo do seu navio, vinha a terra tôdas as manhãs, ao alvorecer, para inspeccionar o trabalho. Ali o via Leonardo Nunes durante todo o dia «escorando ora nũa perna ora na outra, e do meo dia té noyte da propria maneyra vestido nũ pellote de chamalote preto, e cõ hũ sombreiro de Purtugual na cabeça, e hũas botas pretas calçadas e sua espada cimgida, todo cheo de cal» [3]. Às vezes conduzia um grupo de homens até à cidade conquistada, à procura de material de constução, voltando êles depois transportando traves de madeira às costas, ou então amontoavam grandes blocos de pedra tirados das mesquitas dentro de carros, «onde elles serviam de bois». Felizmente para tais esforços, o tempo estava frio – frio de mais para uma fria estação tropical.

Talvez fôsse a temperatura agradável para trabalhar, mas causava grande incómodo aos doentes e aos feridos. As casas de Dio, bombardeadas tantas vezes, encontravam-se cheias de buracos que faziam correntes de ar, pelo que, diz Gaspar Correia, muitos morreram, naturalmente, de pneumonias.

As condições sanitárias da cidade não podiam ser piores, apesar do tempo frio. Os corpos dos muçulmanos mortos nas ruas tinham sido empilha-

(1) Leonardo Nunes, *ob. cit.*, pág. 138.
(2) Ibid.
(3) Ibid., pág. 139.

dos e queimados em trincheiras, mas a incineração estava longe de ser completa, e «depois ouue grande fedor, que corrompeo o ar.» (1) Claro, que apareceram epidemias, além dos estragos causados pelas febres endémicas de Dio. Não é, pois, de surpreender que a mortalidade naquele ano fôsse calculada em 1.500 óbitos.

D. João deu graças por Álvaro se encontrar longe dali. Poucos dias depois da batalha, mandou o filho para Goa, a convalescer da sua persistente febre. «Fiquei muito ledo de vos ver hir de tamtas importunações – escreveu o pai a 20 de Novembro – e tam má terra e mui triste por não hir comvosquo pera vos curar. Rogovos muito que logo me mandes dizer como estais e asi que vos não anoje com a bemçã porque Noso Senhor vos dara saude porque ele faz todas minhas cousas e tem cuidado delas per sua bomdade.» (2)

Em Goa Álvaro havia de estar muito bem entregue aos cuidados do tesoureiro da cidade, Rui Gonçalves de Caminha e de sua mulher D. Isabel, alma cheia de ternura maternal que parece ter chamado a si o cuidado de tratar – e estragar – os inválidos que regressavam a Goa. D. João aconselha Álvaro a respeitar e honrar Rui Gonçalves e que «façaes grandes festas e cyrymonyas todallas vezes que ho vyrdes em vosa casa por que bem sabes quoãto lhe devemos a ele e a senhora dona Isabel.» (3)

Rui Gonçalves fôra encarregado de fornecer dinheiro a Álvaro para as despesas. D. João dizia ao rapaz que lhe pedisse quanto precisasse e «ocupayo em cousas em que levardes prazer e comtentamento,

(1) Gaspar Correia, *loc. cit.* pág. 578.
(2) *História Quinhentista*, doc. n.º XVI pág. 123.
(3) Ibid. doc. n.º XV. Carta de 18 de Dezembro de 1546.

porque niso averei que se emprega bem e se compra em moyos e eramças.» (1) Três dias depois volta a escrever-lhe: «em nenhũa cousa me fazes mais a vontade que em vos leyxardes estar ẽ Goa e paseardes com Ruy Gonçalvez na rua Direita. Tudo o que la ouverdes myster lhe pedy e ele volo dara, porque não quero hordenado senão pera ho vos gastardes, nem syrvo elrey senão pera vos dar a merce que me ele fizer.» (2) Parece que o jovem Alvaro poderia ter então oportunidade de se dar ao luxo dos calções flamantes!

Seu pai escrevia-lhe com poucos dias de intervalo, e ficando ansioso à espera da resposta: «nenhũa cousa desejo tamto como saber de vosa saude,» (3) escrevia-lhe ele a 23 de Novembro; mas a 7 de Dezembro ainda aguardava notícias dêle: «espero em Deus de me vyrem muyto boas... Mandayme muytas novas de vos,» e lembrando-se também das filhinhas que tinha em casa, continuava: «e se la puderem achar allguũs brymquos como orelheyras ou cousa desta calydade pera vosas irmaãs, pedy a Ruy Gonçalvez que as merque e mandaylhas.» (4)

Álvaro, como é vulgar entre os jovens da sua idade, parece não ter tido pressa de escrever. «Depois que vos fostes de Dio – diz o pai com tristeza a 14 de Dezembro – não vy mais carta vosa. Verdade he que sempre me derão boas novas de vosa saude e com isto estou muyto contente.» (5) A 16 volta a escrever: «Nã sei a que ponha tardarme tanto recado de vos! Rogo-vos muito que mos mandes ameude e que vos cures muito bem e depois

(1) *História Quinhentista*. Doc. XVI. Carta de 20 de Novembro.
(2) Ibid. Doc. XVII. Carta de 23 de Novembro.
(3) Ibid.
(4) Ibid. Doc. XVII. Carta de 7 de Dezembro.
(5) Ibid. Doc. XIII.

de vos Deus dar saude vos cures inda muito milhor.» [1]

Por fim o preguiçoso resolveu-se a pegar na caneta. «Omtem, que forão XVII dias de dezembro — escreve o pai cheio de júbilo — me deu Guomçalo André huũa carta vosa, que me deu a vida por saber que estaveys bem desposto. Rogovos muyto que tenhaes gramde temto ẽ vosa saude e façaes comta que ho fazes da vosa e da mynha e depois de vos Noso Senhor tornar ã vossas forças e desposysão vos leyxes estar em Goua levamdo muyto boa vida». [2]

E logo na semana imediata achámo-lo a repetir: «roguovos muyto que vos leyxes estar comendo e bebemdo e levamdo muyto boa vida.» [3] Se qualquer pessoa, a não ser Álvaro, visse as cartas que o pai lhe escrevia, a reputação de rigidez romana de D. João com os filhos nunca poderia ter perdurado.

Aquêle Jacinto de Andrade, seu decoroso biógrafo, teria ficado horrorizado ao ler algumas coisas que o seu herói disse quando escreveu ao filho. Na carta de 14 de Dezembro declara: «A terra qua estaa de paz e as caramunhas vão e vem. As vezes me ẽfado muyto, e outras mostro huũ ... a quoamtos ha no mundo». [4] (Nas reticências eliminámos uma expressão pouco decente de D. João de Castro).

Ou então explosões como esta: «Dizesme que vos empurtunão la muyto relygyosos; não he maravylha porque seu oficyo he ese. Se vos muyto apertarem, day comvosquo em huũa quintãa cõ huũ par de bebados a huũ chocarreyro que estee dizemdo graças, e leixaivos estar.» [5] Em Dio houve também

(1) Ibid. Doc. XIV.
(2) Ibid. doc. n.º XV.
(3) Ibid. doc. n.º XVIII, 25 de Dezembro de 1546.
(4) Ibid. doc. n.º XIII.
(5) Ibid., doc. n.º XVIII. Carta de 23 de Dezembro.

embaraços com o clero: «Façovos saber que o byspo voso amyguo mandou aguora qua o velhaquo do vygayro a servyr sua vygayrarya ... Eu vos prometo que eu jogue huũ jogo ao byspo cõ que ele arrenegue e mamde por Myguel Vaz, vigayro geral e o tenha comyguo.» [1]

O Vigário de Dio, aqui referido, era João Coelho, reverendo cavalheiro que se distinguira durante o cêrco mais pelo valor de cavaleiro do que pelas virtudes cristãs. Entre os documentos existentes há um longo inquérito, feito por esta época, ao seu viver e ao de vários outros clérigos de Dio. Não podemos dizer se ela fêz praguejar o bispo; os testemunhos coevos, incluindo o do próprio D. João, informam-nos de que D. João de Albuquerque, bispo de Goa, era um santo homem, incapaz de traduzir os seus sentimentos em linguagem profana. A culpa única que se lhe podia encontrar, dizia o Governador ao Rei, era o ser muito humilde e manso; considerar isto culpa, acrescenta êle, era a mesma coisa que «Aquellas pessoas que affirmavam nam ser minha filha para ser Abbadeça de Odivelas por ser muito santa e virtuosa». [2] Não se sabe qual das meninas Castros era esta.

Parece que os frades de Goa continuaram a causar aborrecimentos. Na carta de 23 de Janeiro para Álvaro, D. João é ainda mais ácido: «follguey espycyallmente por saber de vosa saude; e depoys que amdão ja os frades cochichando sobre Duarte

(1) Ibid.
(2) MS. n.º 633 da Biblioteca Municipal do Pôrto. É cópia do relatório de D. João de Castro, em parte publicado pelo sr. dr. António Baião na *História Quinhentista*, e mais desenvolvidamente em *O Instituto*, vols. II e III. O MS. da Biblioteca do Pôrto, no entanto, é mais completo do que o transcrito em *O Instituto*. Parece ser cópia integral do original e tem a data de 16 de Dezembro de 1546.

Barbudo vyer peytado de Ceilão, [1] porque Isto he camynho de escreverem outro tanto de mỹ a el Rey Noso Senhor e de me prenderem tamto que chegar a Purtugual e fazerem muytas Imjurias, polo quoal Respeyto iremos vos e eu Receber soldo d'omẽs darmas do Rey dos Romãos; por isto trabalhay muito de serdes Rijo e são pera gozarmos de tão boa cousa como esta, e por nenhũa cousa deste mundo vos venhais de Guoa sem Requado meu e leixayvos la estar levamdo muyto boa vida. Qua tenho a mynha espada douro e adaga pera vos dar, se quiserdes que volla mamde la, mandaymo dizer e falloey» [2].

Apesar destas pegas com o clero, parece que D. João esteve em excelentes relações com os melhores clérigos: «hy ao moesteyro de São Framcysquo — diz ao filho — velo padre custodio e Rogaylhe muyto de vosa parte e da mynha, que se queyra vyr pera mỹ, porque de nenhũa cousa levarey tamto gosto como de ho ter peguado comigo. O chamçarel vos mostrara la a devasa do padre vygayro, mamdayme dizer o que vos parece diso» [3].

Fôssem quais fôssem as intrigas a que D. João se refere, parece tê-las tomado muito a sério, escrevendo sôbre êste assunto a Lourenço Pires de Távora, seu amigo, que se encontrava então em Cochim, em preparativos de partida para o reino com a armada da pimenta.

Lourenço Pires ficou espantado. Parecia incrível, disse, haver alguém que dissesse que D. João de Castro fôsse «avydo por ryquo e tomador de dynheiros destes reys mouros!» [4] Se, na verdade, havia

---

(1) Ali mandado com uma embaixada.
(2) *Col. S. Lourenço*, IV, fol. 221.
(3) Ibid.
(4) Ibid. fol. 102. Carta de Lourenço Pires de Távora, de 25 de Janeiro de 1547.

Tome 2. Page 417.

1 Don Jean de Castro 2. La Ville de Malaca.

Retrato de D. João de Castro — Em baixo: Malaca

tais pessoas, então nunca viu tal terra ou tal gente! Podiam acusar o Governador de trabalhar demasiado e de dar um exemplo violento de mais — de facto aí é que batia o ponto, na opinião de Lourenço Pires. D. João era austeríssimo na opinião de certas pessoas: não podiam falar com êle a respeito das suas amantes nem das suas conquistas! Mas quanto à história de êle ser rico e deixar-se peitar — se alguém o escrevera ou lhe fizera outras acusações, «cõ todalas outras tachas que lhe poserẽ eu tomo sobre mỹ o desfazelos en sal e en aguoa» [1].

Esta carta era a de despedida de Lourenço Pires ao amigo, escrita do navio no pôrto de Cochim enquanto esperava levantar ferro ao amanhecer. «Noso Senhor leve V. S. aaquella quỹnta de Syntra — conclui êle — pera en ocyo cõ dyyndade descansar dos trabalhos e estar contando os tryunfos pelos dedos e ryscando narea os lugares dos imyguos, pagando os votos no magnifico tẽplo de nosa senhora da vytorya» [2]. Belo quadro!

D. João achou-o bastante aliciante. E pôs-se a contar os dias. Em 1548 os seus três anos teriam terminado, e na India — escreveu êle ao Rei — não devia uma pessoa estar mais de três anos. O ambiente era muito desmoralizador. «Faço lembrança a V. A. — acentuou — que não devia ter qua nenhũ governador, nẽ official assĩ de justiça, como de fazenda, mais tempo que de tres annos; posto que lhe affirmassem, que saravão enfermos e resucitavão mortos; porque a terra é de tal calydade, que não sinto qual seja a natureza tão forte, que possa resistir muito tempo às cobiças e vicios, que se nella uzão, e pratiquão; os quaes tem cobrado

---

(1) Ibid.
(2) Ibid.

tamanha posse e authoridade que nenhũa couza se pode ja qua fazer, por feia que seja que dos homens seja estranhada, nem pello contrairo algũ genero de virtude que se aprove eája por bem feita, e delles seja bem tomada e recebida». Se mesmo em Portugal, acrescenta, onde há exemplos moralizadores e o temor de Deus, «não deixa daver quem sirva mal V. A. e lhe roube a sua fazenda, a que laa e qua chamão saber e aproveitar, que fará n'estas partes da India, onde tudo se faz pelo contrairo, e não crẽ nenhũa pessoa, que haja hy mais de nacer, e morrer, sem terem, não digo per pecado, mas por cousa mal feita, fazerem furtos, azarem mortes, viverẽ em luxurias e, em conclusão, em nenhũa maldade os podem comprehender de que ajom hũa piquena de vergonha» ([1]).

De modo sombrio, D. João faz-nos uma pintura alarmante do seu depauperamento físico e moral:

«Eu confesso a V. A., que não sou já o que party de Portugal, que cada vez me vou enchendo de ferrugem, e apodrecendo como as armas dos seus almazens. Mas com tudo tenho minha esperança em Deus, que até tres annos me não arrombe de todo. Pelo que peço muito por mercê a V. A., que não queira cheguar ao cabo de espirimentar n'esta terra minha constancia e fortaleza e aja por seu serviço mandar outro governador; porque lhe juro em verdade, que os trabalhos da India me tem guastado as carnes e os cuidados de tantas e tam desvairadas cousas moidos os ossos, e o mao viver dos homẽs danada a alma. De maneira, Senhor, que cumpre muito a V. A. não me ter qua mais tempo que tres annos; e a minha conciencia recolherme

([1]) Relatório cit., O *Instituto*, vol. III.

outra vez aos matos da serra de Sintra, pera dar algũs dias a Deus de quantos annos me tem levado o mundo. E não me empate V. A. a fraqueza desejar eu em estremo de me sair dũa terra; pois são Thomé receava tanto de o nosso Senhor mandar a ella. E tãobem não he possivel poder-se mais tempo soster hũ governador sem mostrar o fio; como quer que he sobejamente perseguido dos homens dos quaes hũs lhe pedem dinheiro, outros o peitão com elle, outros pedem officios e viagens, e elle ainda não tem cinco pães e dois peixes pera cinco mil homẽs, nem merecimento pera nosso senhor fazer milagres por elle». ([1])

Depois de considerar as ruínas que a Índia fazia no moral de cada um, quási nos sentimos surpreendidos com a longa lista de homens que ali serviam e que D. João recomenda ao Rei pelo seu bom carácter e serviços notáveis, ou pelo fiel e longo desempenho das suas funções.

Há, por exemplo, Garcia de Sá, ainda pobre depois de passar uma vida no Oriente, mas «assim velho como he, em todas as cousas do serviço de Vosa Alteza he o primeiro que se offerece» ([2]). Havia Vasco Fernandes, capitão da infantaria de Goa, morto em Dio também pobre – «cuido que a cauza disto era ser muito bom homẽ, ([3]) e António Pessoa, sem cujo auxílio, diz D. João, jamais poderia ter levantado as tropas ou preparado a esquadra para ir a Dio – «tal abelidade e deligencia de homẽ se não acha no mundo... he homem que não quer dinheiro senam para com elle servir a Vossa Alteza» ([4]). Duarte Pereira «tẽ muito bem servido

([1]) Ibid.
([2]) Ibid., MS. n.º 633 da Biblioteca Municipal do Pôrto.
([3]) Ibid., O *Instituto*.
([4]) Ibid., MS. do Pôrto.

a V. A.»; Miguel da Cunha «ha muitos annos que anda nestas partes e até o dia doje lhe nam poseram huma falta em sua vida, nem se lhe enxergou vicio ou mau costume; he muito bom Cavaleiro e mancebo mui sezudo e atentado e manso» (1). Garcia Rodrigues de Távora, que foi a Dio com António Moniz na sua casca de noz, «he mancebo muito honesto, e recolhido, e vergonhoso; (2) e o próprio António Moniz – que não era o favorito dos Governadores, por não saber lisonjeá-los – tinha tanto merecimento, que D. João declara antes querer desistir do castanhal que pedia, ou de qualquer outra coisa, do que o Rei o não recompensar.

Entre os civis havia-os também dignos de prémio: Simão Martins, ouvidor da Índia, era «hũ dos boōs homẽs, ou o melhor que nunqua veio a esta terra de seu officio, porque he muito livre e izento no fazer da justiça, e tão inteiro que não toma hũ pucaro d'agoa de ninguem» (3). Simão Botelho era também bom homem, e Brás de Araújo, vedor da Fazenda, embora estivesse quasi sempre doente, desempenhava bem as suas funções e com fidelidade. Apesar de haver alguns indivíduos desonestos, D. João parece contente por as finanças da Índia se encontrarem em boas mãos.

Pessoalmente, preferia nada ter que ver com êsse aspecto da administração. D. João de Castro – estamos certos de que com tôda a razão – não considera as finanças o seu forte: «Eu sam muito fraco official de Fazenda», escreveu ao Rei; não fôra por culpa sua, acrescenta, que nunca se aperfeiçoara nisso; «verdade he que nam são ladram nem consinto ser a ninguém. Faça me V, A. tamanha mercê que

(1) Ibid., ibid.
(2) Ibid.
(3) Ibid., O *Instituto*.

me tire todo o mando da fazenda, e a passe a seus Oficiaes, pois são tais homens que cō muita razam se deve confiar delles; e a mĩ somente deixe o cuidado da guerra e de prover suas fortalezas e repairar a armada, as quaes coisas, posto que haja vinte e trez annos que ando emburilhado nellas, confesso a V. A. que ainda o sey mal fazer, e cada dia faço muitos erros, e passam per mĩ descuidos e negligencias que será seja em negocios de contadores, Feitores, e Rendeiros e outros havendo somente hum anno que entro e navego por este mar Oceano; e tambem crea V. A. que o cuidado da fazenda e da Guerra são muy contrairos hum ao outro» (1)

Embora não fôsse financeiro, D. João edificou a sua fortaleza com economia. Segundo Leonardo Nunes, «dezia elle que lhes nam custara mais fazer a fortaleza que dez mil pardaos, e que nam cheguaram a tantos, e afirmava o com grandes juramentos. E vi o eu per certidões dos oficiaes que as podiam dar do neguocio» (2)

Era uma bela fortaleza, «tudo tão fortíssimo diz Gaspar Correia – que parece impossivel aver cousa no mundo que a desfaça».(3) Haviam-na construído a tôda a volta da antiga cêrca, pelo que, uma vez limpa e reparada, ficaria duplamente forte – uma fortaleza dento de outra.

Também se encontrava bem apetrechada. D. João dotara-a com a melhor artilharia que pôde arranjar, não só de fabricação portuguesa, como também de peças tomadas ao exército de Cambaia. Possuímos uma lista delas, que parece a descrição dos animais de um circo: basiliscos, leões, camelos, falcões, selvagens e outros que tais – ao todo 89

(1) Ibid., MS do Pôrto
(2) Lourenço Nunes, *ob. cit.*, pág. 146
(3) Gaspar Correia, *ob. cit.*, pág. 586

peças. Para manter êstes bichos havia nos paióis abundância de pólvora de diferentes espécies, e milhares de balas de ferro e de pelouros de pedra.

Existiam tôdas as espécies de material de guerra; os arsenais estavam a abarrotar de armas, armaduras, ferramentas e pregos, cordas e escadas e barras de ferro; o estaleiro possuía mastros, lona para velas, alcatrão e fio de fibra para cordas, assim como tudo aquilo que era necessário para reparação de navios.

As provisões encontravam-se armazenadas em grande abundância: arroz, carne salgada, muitas espécies de peixe sêco, vinagre e azeite de Portugal, óleo de côco da India, barricas de biscoito, farinha, cereais, feijões e lentilhas. Os doentes do hospital recebiam tudo o que se considerava indispensável aos inválidos: açúcar branco, amêndoas, uvas, ameixas, pinhões, marmelada, marmelos de compota, conservas e maçãs de Ormuz – a nós parecem-nos provisões próprias para uma ceia de Natal! Além destas belas coisas, destinadas a estimular o apetite dos doentes, havia também um bom depósito de ruibarbo e «De mezynhas hũa cayxa chea que custarão cemto e dez pardaos em Guoa». (1)

Finalmente, como a saúde e o vigor se não podem conservar sem alguma distracção, à guarnição permitiam-se-lhe doze jogos de bola nas muralhas, e três de mancais nos baluartes.

E assim se concluíu a fortaleza de Dio – moderníssima, bem delineada, bem construída e provida de tudo o que era preciso. A única dificuldade estava em encontrar capitão.

Era cargo que ninguém queria. D. João Mascarenhas pediu que o substituíssem. Queria voltar à

(1) «Munições de Guerra e Mantimentos que o Governador D. João de Castro deixou em depósito na fortaleza de Dio o Ano de 1547». *História, Quinhentista.* Aditamento. Doc. nº. II.

pátria, além de que, fôsse como fôsse, era pobre de mais para poder agüentar-se em Dio mais tempo. O lugar arrüinava-o! Por nada dêste mundo, disse ao Governador, queria passar outra estação chuvosa ali. «Posto que eu disto tomasse muito desprazer por quam bem ella a [fortaleza] estava cazada nam pude al fazer senam conceder o peditorio» (1), suspirava D. João. Mas, ¿ onde encontrar sucessor que o quisesse ser? Dio era insalubre e dispendioso, e oferecia uma perspectiva de aborrecimento. Generalizara-se o sentimento de que como D. João Mascarenhas colhera todos os louros que podiam colher-se em Dio, já não haveria ali mais interêsse.

D. Manuel de Lima poderia aceitar o lugar vago. Era valente, possuía fortuna pessoal e tudo acabaria bem, se a fascinadora capitania de Ormuz não ficasse vaga precisamente nessa altura. Nenhum pôrto em volta do Oceano Índico era tão rico em farta colheita como Ormuz, e apesar do calor do clima do Gôlfo a vida estava longe de se tornar desagradável naquela grande e luxuosa cidade persa, com a sua pequena côrte subserviente à Coroa de Portugal. A nomeação para Ormuz era favor especial do Rei, e o preenchimento da capitania aguardava-o com ansiedade um longo cortejo de pretendentes. Em 1547 expirava o tempo de serviço de Luís Falcão, mas por fatalidade o seu sucessor morreu em Chaúl antes daquele terminar. D. Manuel de Lima ocupava o lugar imediato na lista. Ninguém hesitava entre Ormuz e Dio. D. Manuel de Lima deixou esta capitania por preencher, e o Governador pôs-se à procura de outra pessoa para Dio.

Francisco da Cunha poderia ocupar o lugar. Mas disse que tinha de regressar à pátria e casar as

(1) Relatório de D. João de Castro. MS. do Porto

irmãs órfãs. D. João prometeu-lhe que o Rei lhe casaria as irmãs por êle, mas o dedicado irmão não queria ouvir falar em delegar dever tão sagrado, ainda que fôsse nas mãos reais. Insistiu por que devia ir, porque – diz Gaspar Correia – apesar de ter bens não os queria gastar na Índia. Queria voltar ao reino e saborear a vida.

Êle e o Governador discutiram acaloradamente, separando-se ambos cheios de cólera. D. João ofereceu depois a capitania a Manuel de Sousa, que um dia, parece, a quisera, mas agora tomava o caso a mal. ¿Era êle então o homem que havia de receber o que Francisco da Cunha recusara? disse êle enraivecido. O Governador devia tê-lo consultado a *êle* primeiro. Desde que não entendera assim, entregasse a capitania a quem quisesse. ¡Êle – Manuel de Sousa – não queria saber disso para nada!

D. João ordenou-lhe que ficasse com ela, ameaçando-o de fazer queixa ao Rei. ¡Manuel de Sousa disse que não se importava com isso! ¡Explicaria o o seu caso e então o Rei havia de dizer que êle tinha razão!

Não houve possibilidade de o convencer. Mas era absolutamente necessário um capitão para Dio. O Governador pediu a D. João Mascarenhas que ficasse, dizendo êle que ficaria por favor; mas ùnicamente até ao ano próximo – pôs como condição. E ainda assim o Governador tinha de deixar os homens pagos e contentes, porque êle não voltaria a adiantar dinheiro seu.

D. João fêz tudo o que pôde. Graças ao dinheiro tomado por António Moniz, pagou à guarnição três meses adiantados e deixou a Mascarenhas 3.900 pardaus para pagamentos posteriores. Depois, tendo conseguido resolver todos os casos, saíu de Dio e chegou a Goa a 19 de Abril.

Em Goa aguardavam a sua chegada loucos de alegria. Fidalgos e plebeus, velhos e novos, cristãos, hindus e até muçulmanos – «Nam avia estado nhũ que nam andase entornando prazer pellas Ruas,» (1) diz Leonardo Nunes pitorescamente.

Quando D. João chegou, meteram-se em barcos pequenos cheios de bandeiras e desceram o rio ao encontro do Governador, na direcção de Pangim. Empurrando-se uns aos outros para terem a primazia de verem o herói conquistador, balouçavam à volta do navio. As frautas tocavam estridentemente, as trombetas soavam, os atabales vibravam, todos manifestavam «com toda a maneira de prazer que se podia amostrar» (2), apesar de em certos sectores, admite o nosso autor, dever de haver « muyta infinda emveja quanta se podia esconder.» (3)

Os cidadãos de Goa tinham razão para se sentirem sinceramente contentes. Fôra afastado um perigo que lhes ensombrara as vidas. Os seus sacrifícios para ajudarem o Governador na guerra contra Cambaia eram impulsionados por um sentimento mais convincente do que o simples orgulho de império. Os fidalgos de Portugal combatiam pela sua Fé e pelo seu Rei, pela glória da sua bandeira e pelo seu renome de cavaleiros. Os cidadãos de Goa, que tinham vivido na Índia havia duas gerações, podiam ser movidos por tôdas essas coisas em grau variável, mas para êles o que estava principalmente em jôgo era a família e a pátria. Se o Rei de Cambaia ganhasse esta guerra e conseguisse formar uma coligação contra Portugal, tôda a base das suas vidas teria desaparecido. Por isso a jovem colónia se regozijou por ver os inimigos desbaratados, e preparou ao vence-

(1) Leonardo Nunes. *Crónica*, pág. 149.
(2) Ibid. pág. 150.
(3) Ibid.

dor uma recepção tal como nenhum Governador jamais vira até então.

Com êsse fim, pediram a D. João que esperasse em Pangim até ao outro dia, quando já tinham tudo pronto para o seu triunfo.

A manhã despontou sôbre uma cidade tôda varrida e limpa de fresco, perfumada e enfeitada de verduras e de bandeiras desfraldadas. De tôdas as janelas pendiam as colchas mais ricas de cada casa, admirável moldura para os rostos das lindas raparigas, pois «que elles sem ellas – diz o cronista com galantaria – lustravam muyto pouco, e nã sam tam bẽ oulhados.» (1)

As muralhas da cidade encontravam-se cobertas de alegres tapeçarias, tendo sido aberta uma larga brecha ao lado da porta para o conquistador passar. Em cima dos baluartes dos dois lados da porta havia dois grandes leões, tendo cada um dêles o escudo e o brasão dos Castros no peito, e por baixo um festão ondulante com os seguintes dizeres: «Bemaventurado e immortal triumfo pola ley e por El Rey e pola grey.» (2)

Logo que o sol nasceu por detràs dos montes distantes, os vencedores de Dio começaram a subir o rio em pequenos barcos, com a maré. Por entre muralhas de jardins cobertos de tapeçarias pendentes ao longo de todo o percurso, avançaram ao som de trombetas e tambores. O Governador, no seu comprido *catur*, ia sentado numa cadeira revestida de veludo carmesim e por baixo de um brilhante tôldo. Levava capa de cetim carmesim e bordado de ouro com fôrro a condizer, e um corselete de malha de ouro; a espada dourada ia cingida a um cinto de

(1) Ibid. pág. 149.
(2) Gaspar Correia, *loc. cit.* pág. 589.

veludo negro, e levava na cabeça um barrete negro com borlas douradas. A seu lado, o franciscano Fr. António do Casal empunhava erguida a Santa Cruz, e ao lado do *catur*, num pequeno barco, seguia D. Álvaro, filho do Governador.

Enfeitada com ramos de verdura e com bandeiras que esvoaçavam, a flotilha entrou no pôrto, enquanto os soldados disparavam as espingardas para o ar, e em terra a artilharia ribombava. À beira da água haviam-se construído cais novos de madeira, tendo um tôldo do mais belo tecido de côr. A Câmara da cidade aguardava ali o Governador, e o mais letrado dos seus membros fêz uma oração – não em português claro, que todos percebessem, mas «em latim muy copiosa e excelente,» (1) como mais adequado ao momento.

De uma bandeja de prata tiraram uma fôlha de palma, que depuseram nas mãos do conquistador, e no seu barrete de veludo colocaram uma coroa de palmas. D. João, porém, tirou o barrete, que atirou para a bandeja, e pôs a coroa na cabeça descoberta, «ao modo romano.» (2)

Depois todos os heróis de Dio foram coroados com coroas de diferentes espécies de folhagem, e, assim enfeitados, passaram a brecha, e entraram na rua perfumada, atrás do Governador, que seguia debaixo de um pálio de tecido de ouro, com Fr. António do Casal ainda ao seu lado, levando a mesma cruz que tomara parte na batalha.

O cortejo formou-se nos cais e entrou na cidade. Era um espectáculo único: o esplendor do Oriente, a fantasia medieval, o classicismo da renascença, entrechocando-se com deslumbramento debaixo de um

(1) Leonardo Nunes, *ob. cit*, pág. 151.
(2) Gaspar Correia, *loc. cit.*

sol tropical. Havia gigantes e amazonas, máscaras e vilãos, e os mais engraçados diabinhos a saltarem à frente da multidão encantada; havia carros carregados com os despojos de Dio, armaduras completas, lanças, bombas incendiárias, armas de tôdas as espécies, barcos, escadas, e vaivéns – tudo o que se utilizava no assalto ou na defesa das fortalezas – e soldados a marchar de ambos os lados, descarregando alegremente as espingardas, ao passo que retiniam as trombetas, as frautas se ouviam e os tambores rufavam estrondosamente acima das aclamações e dos gritos – ruído ensurdecedor e delicioso!

À frente dos carros vinha um grande grupo de prisioneiros de turbante – homens de tôdas as nacionalidades que tinham servido no exército de Cambaia. Levavam as mãos prêsas atrás com cadeias; só o general prisioneiro Juzarcão caminhava sem algêmas, entre o Secretário da Índia e o Ouvidor – belo mancebo vestido de veludo verde com turbante na cabeça, o qual «em sua tristeza bem mostrava ser cativo.» [1]

À frente dêle, a bandeira do Rei de Cambaia seguia de rastos; as bandeiras de sêda dos capitães mulçulmanos eram humilhadas perante a altiva bandeira da cidade, que tremulava triunfalmente ao lado do guião branco e carmesim do Governador. Junto do guião seguia um homem transportando uma salva de prata com três peças, de brocado, para o Governador oferecer à igreja em acção de graças.

D. João de Castro atravessou assim as ruas em triunfo, ao passo que as damas o cobriam de rosas e o encharcavam de perfume, que lhe atiravam das janelas. Aclamado por grande multidão, por entre

(1) Ibid., pág. 590.

sêdas, veludos e brocados «coisa riqa e fermosa de ver» [1], passou a rua Direita, em direcção à igreja da Misericórdia; ali ajoelhou e fêz a sua oferta ante o altar, dirigindo-se depois para a pequena capela de N.ª Senhora da Serra, onde, na sombra, jazia o conquistador de Goa no seu sepulcro de pedra, levantado sobre as cabeças de estranhos animais heráldicos. D. João espargiu água benta sôbre o túmulo de Albuquerque, regressando por uma rua travessa à grande praça, situada em frente do antigo palácio do Idalcão.

A praça havia sido transformada num bosque, à sombra do qual vagueavam porcos montezes, saltavam veados assustados, macacos faziam momices e aves de brilhante plumagem saltitavam de árvore para árvore. Havia ali sido levantada uma tenda, de onde saíram dois cavaleiros armados, que se desafiaram para combate. Perante o Governador se bateram até as alabardas lhes quebraram, sendo então separados por uma encantadora donzela.

Depois dêste intermezo, o Governador passou à Catedral, junto da qual o Bispo, revestido de pontifical, o veio receber em procissão e solenemente o abençoou. A terceira oferta e as últimas graças deram-se na igreja franciscana um pouco mais adiante, dispersando-se todos depois. Os habitantes foram comer as suas refeições do meio-dia, mas depois voltaram todos para assistir a uma caçada no bosque artificial.

Goa jamais vira um triunfo como êste; foi assunto de conversa durante muitos dias, e variados foram os comentários. Uns diziam que estava tudo muito bem – era uma forma muita certa de celebrar

(1) Ibid., pág. 591.

um grande momento. Houve outros que abanaram a cabeça: Aquilo não fôra triunfo, mas vaidade! — diziam. O Governador não devia ter-se prestado àquêle espectáculo. A vitória de Dio era defensiva e de conservação de um domínio. Não se tratava de nova conquista. ¿Para que era então aquela mascarada?

Mais tarde a piedosa Rainha fez-se eco destas desaprovações, pois diz-se que ela declarou que D. João vencera como cristão mas triunfara como pagão. Ela não gostava de uma coisa feita segundo o espírito dos antigos romanos.

Não chegou até nós aquilo que o próprio D. João comunicou ao Rei. Com certeza não era homem para se envaidecer, apesar de um espectáculo daquela ordem dever ter impressionado o romântico que tôda a vida foi:—também serviu para um fim mais friamente prosaico. É possível que D. João considerasse principalmente propaganda tôdas as fases daquele dia.

A Rainha achara que procedera como pagão. Talvez! Mas o espectáculo desenrolara-se perante os olhos de pagãos. «Nestas partes vive-se de credito», dissera D. João ao Rei. A ser assim, se a vitória de Dio devia figurar com todo o pêso do seu valor na balança, tinha de divulgar-se por meio de uma publicidade bem orientada. À falta de jornais e de microfones, por meio dos quais as nações e os homens públicos dos tempos modernos anunciam os seus êxitos, D. João apenas podia contar com qualquer espectáculo que impressionasse o olhar — espectáculo de pompa e de altivez como o Oriente entendia — cujas descrições passariam de bôca em bôca ao longo da costa indiana, de Cambaia ao Coromandel.

As bandeiras a rastos, as armas resplandecentes, os prisioneiros algemados, a cidade coberta de verdura, as multidões ruïdosas, os guerreiros coroados de palmas — tudo isto constituíu um triunfo romano capaz de deleitar o coração de um humanista. D. João, porém, subindo a rua Direita com a coroa do vencedor na cabeça, não pensava apenas nos admiradores que se lhe acotovelavam aos pés. O público para quem se levantara aquêle palco não era tanto o de Goa como o do outro lado do Mandovi.

E na galeria para quem êle representava encontrava-se o Idalcão.

Capítulo XX

Bijapor e Cambaia

«He este hũ mouro sem nehũa verdade, cheo dos torpes vicios da luxuria, avarento e maao; sempre esta cheo de bãgue e d'anfiam, que sam cousas que muyto mais embebedam que vinho e que muyto provocã toda a çogidade vil abominavel.» (¹) Desta maneira Leonardo Nunes retrata o Idalcão.

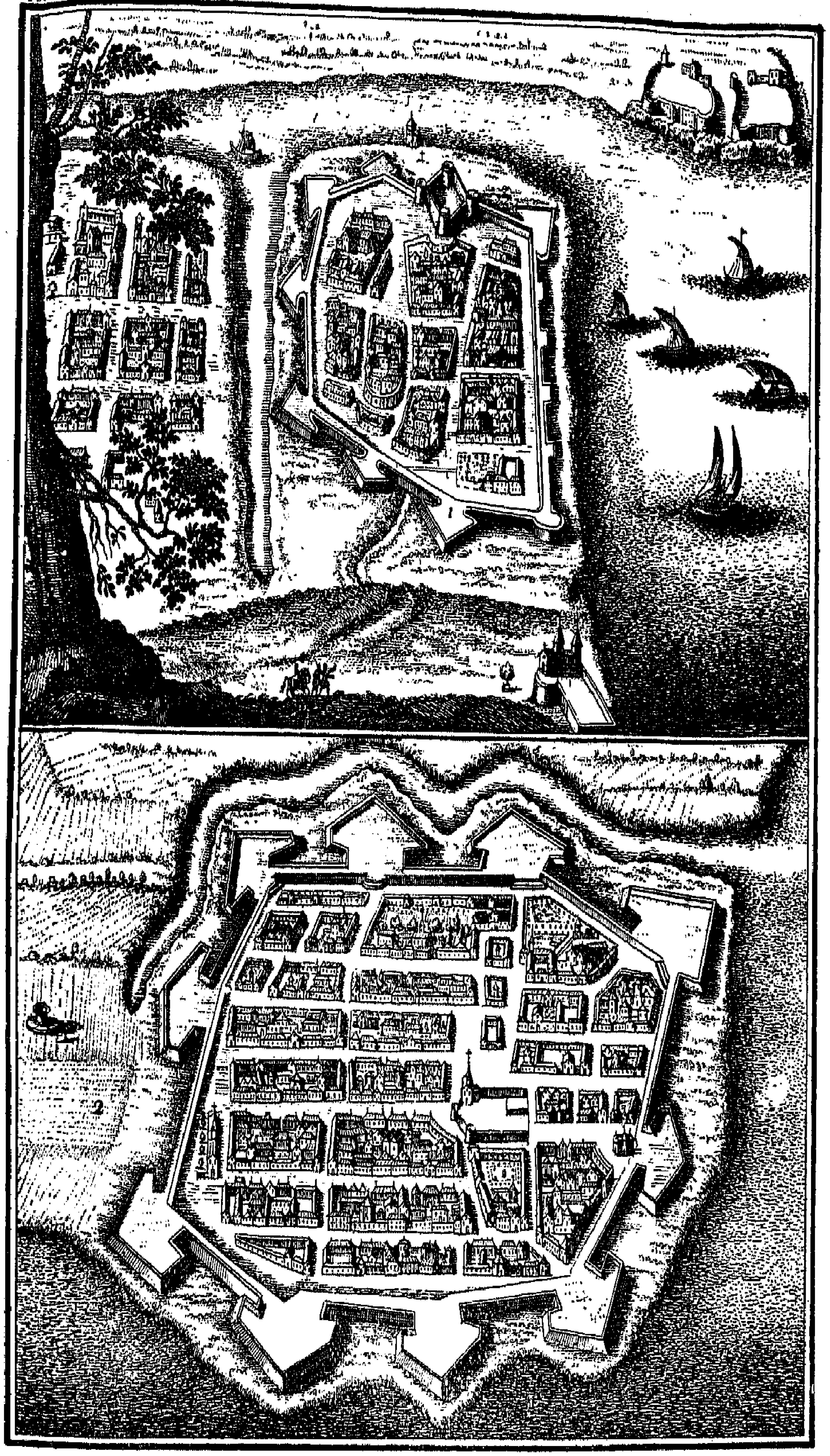
Não sabemos se o Senhor de Bijapor correspondia ao retrato. O certo é que era vizinho incómodo — o que, sem dúvida alguma, êle também pensaria a respeito de D. João, pois durante aquêle ano inteiro os dois brincaram ao bate-e-leva com Bardez e Salsete.

(¹) Leonardo Nunes. *Crónica de D. João de Castro.* pág. 415.

O primeiro movimento foi feito pelo Idalcão, depois de D. João sair de Goa para Dio em Outubro. Com todo o sossêgo, mandou os seus agentes a cobrar impostos no território contestado, e a recolher as colheitas.

D. João ouviu falar do caso, mas não pôde intervir. Tinha as mãos atadas até levantar o cêrco e construir o seu forte. Todavia, depois da vitória, achou que era oportuno o momento para esboçar um protesto na forma de uma carta diplomática:

«Depois que parti de Guoa a descercar esta fortaleza de Dio d'el rey, meu Senhor, soube que hũ tenedar de V. A. fezera nas terras de Salsete e Bardes algũs alvoroços, e deitava fora cõ poder de gête os tenedares que eu nellas tinha postos. E porque eu tenho por certo que por paarte de V. A. se nam perderaa nunca hũ soo ponto d'amizade que ha antre elle e el-rey, meu Senhor, ey por averiguado que V. A. nam saberya parte do caso, e por iso o tive em pouco. E quis primeyro dar fim a esta guerra de Cambaya e aver vimguãça dos Reveis e imgratos a el-rey, meu Senhor, que lho fizese saber. E ora que tenho acabado o neguocio a que vim – Nosso Senhor seja louvado – com grande destruiçam dos imiguos e muyto acrecentamento do estaado d'elrey, meu Senhor, como V. A. jaa laa teraa sabido, lhe peço muyto por merce que olhe bem ysto que cometeo o seu tenedaar e o mande castiguar asy como o eu fezera a quẽ vos desservira, e me mande entregar as terras como as eu tinha dantes. E pera V. A. saber quanto mais obriguaçam tem de sostentar esta amizade antigua, lhe faço saber que em meu poder ficam cartas d'elrey meu Senhor, pera V. A., cõ hũ grande presente que lhe aguara manda de Portugual, o que eu lhe invyarey



1. La Ville de Chaul 2 La Ville de Baçaim

Plantas de Chaul e Baçaim

tanto que for pera Guoa. Escrita na cidade de Dio, a oyto de Janeiro de 1547.»

Levando consigo os ecos da glória de uma vitória total recente, esta carta teve o efeito inibitório esperado. O Idalcão apressou-se a desmentir o tanadar, declarando que a incursão se devera a ladrões e rebeldes, sem seu consentimento ou conhecimento. Apesar, porém, de os desmentir, não parece que chamasse os culpados.

D. João regressou a Goa, como vimos. Triunfou com grande espalhafato, conforme descrevemos; e prosteriormente, de modo ostensivo, começou a lisonjear o pretendente Meale. Depois, dando comêço a manobras militares, como de costume para serem apreciadas no continente, mandou para Bardez e Salsete os seus capitães com tropas.

O Idalcão observava aquilo de mau humor, mandando uma guarnição dos Gates a ocupar Pondá, cidade situada num planalto, inacessível por causa dos pântanos e da selva, à qual apenas se podia chegar por caminhos através da floresta — magnífico ponto estratégico para lançar incursões contra Bardez e Salsete.

Tinham começado as chuvas da monção, não podendo empreender-se qualquer campanha regular durante três meses. No intervalo das borrascas, travavam-se escaramuças e havia embates. Os mercenários turcos ao serviço de Bijapor assaltavam as aldeias de Salsete; os portugueses invadiam as terras do Idalcão e mandavam as cabeças dos muçulmanos para enfeitar o pelourinho de Goa.

D. João ordenou ao filho que fôsse fortificar alguns pontos entre os rios, nos territórios contestados, e ali passou o mancebo aquela estação das chuvas. Rui Gonçalves de Caminha tinha-o ao corrente da

bisbilhotice de Goa, e D. Isabel mandava-lhe boas coisas da sua cozinha.

O pai de Álvaro permaneceu em Goa com um ôlho atento aos movimentos do Idalcão e o outro a Cambaia, onde o Sultão vencido continuava a dar sinais de si. Ainda não terminara a guerra. D. João mandou aprontar as suas fustas para assaltar as costas de Cambaia, e submeter as suas tropas a exercícios intensivos durante a monção.

Ao mesmo tempo deixava em Goa rastos da sua passagem. Reparou a brecha feita nas muralhas, onde mandou pôr uma inscrição de ouro para comemorar o seu triunfo. Planeou erguer uma capelinha dedicada a S. Martinho como oferta votiva pela vitória; melhorar o fornecimento das águas a Goa; (1) e embelezar o palácio vice-real com o seu próprio retrato e o de todos os seus antecessores.

Talvez se pense que êstes retratos não se podiam obter na Índia com facilidade, mas por acaso havia em Goa um homem capaz de fornecer dados para os traços fisionómicos. D. João de Castro «chamou a mim, Gaspar Correa, por ter entendimento em debuxar, e porque eu lá tinha vistos os Governadores que tinhão governado nestas partes.» (2)

Executar imediatamente treze retratos, todos de memória, exceptuando o último, podia parecer excessivo a alguns artistas, mas Gaspar Correia não se incomodou nada com isso. Desenhou todos os Governadores, cada um deles em cima de uma

(1) Ver a Carta dos Mesteres de Goa para D. João de Castro, datada de 18 de fevereiro 1548. (Tôrre do Tombo. Col. S. Lourenço III, fl 434): «ha fente he feita e dela sae muita aguoa .. e creya vosa semhoria q̃ ha obra he a mais proveitosa q̃ ẽ esta cidade ha e por ser das suas mãos obra tão necessaria no bem comũ lhe seremos em obriguações e sua memoria sera louvada pera sempre.

(2) Gaspar Correia, *loc. cit.*, pág. 596.

tábua e em tamanho natural, com as cabeças um pouco grandes ou um pouco pequenas, os corpos precàriamente equilibrados e um poucochinho desviados da vertical. Depois, como parece que o seu processo artístico era apenas o prêto e o branco, arranjou um pintor indígena para o ajudar – homem muito hábil, diz êle – o qual «pola enformação que lhe dey, os pintou de natural de seus rostos, que quem os primeiro vio em vendo sua pintura logo os conhecia.» (1)

Sempre preocupado com o pormenor da indumentária, Correia vestiu cada Governador com os seus melhores trajos que lhes vira usar; a alguns dêles deu as «proprias armas em que se armavão, e em cima roupas de seda pretas, com pontas e passamanes d'ouro, muyto louçãos, com suas espadas riquas, e acima de suas cabeças os escudos de suas armas. E ao pé de cada hum escreveo com letras douradas seus nomes, com o tempo que governarão.» (2)

Os treze retratos, na sua semelhança flagrante, senão pouco lisonjeira, foram postos a tôda a volta da sala grande do palácio, onde constituíram «Cousa que muy bem pareceo», diz o artista com orgulho. Em tôda a Índia causaram admiração enorme; todos os que visitavam Goa iam vê-los, e os Príncipes indígenas pediam emprestada a colecção para à vontade poderem contemplar essas obras de arte.

Foi talvez durante esta estação das chuvas em Goa que D. João encontrou tempo para escrever o pequeno *Tratado de Sphaera* – sua última contribuïção para a ciência contemporânea.

Esta obra, no estilo de tantas que desde então apareceram com o fim de ministrar conhecimentos

(1) Ibid., pág. 597.
(2) Ibid.

científicos, sem esfôrço, ao homem da rua, está escrita em forma de diálogo, em que o Mestre erudito expõe a Cosmografia, enquanto o seu inteligente Discípulo, no fim de cada exposição, faz as preguntas convenientes. E assim tratam de todos os problemas do Universo: esfericidade da Terra, sua imobilidade (as teorias revolucionárias de Copérnico ainda não tinham encontrado aceitação entre os homens de ciência), os elementos e o zodíaco, e consideram como «a muyta experiencia dos modernos, e principalmente a muita navegação de Portugal» (1) tinham abalado as opiniões especulativas dos antigos.

O «Tratado da Esfera» devia ser seguido de outra obra sôbre a Geografia, ainda entre o mesmo Mestre sabedor e Discípulo aplicado. Apenas o primeiro fragmento desta obra chegou até nós; naturalmente nada mais foi escrito. Ao autor faltavam tempo e oportunidade. ¿Que possibilidade tinha êle de meditar sôbre o globo terrestre, ou de contemplar as hostes celestiais, quando as fôrças terrestres estavam a reünir-se à volta do Sultão de Cambaia e do Idalcão? Como Governador da Índia, o homem de ciência não podia subsistir em D. João ao lado do homem de acção.

E durante todo êste tempo, o homem de acção estivera de atalaia, mantendo-se em contacto com Álvaro, que se encontrava no continente, onde o rapaz prestava bons serviços, construindo uma pequena fortaleza em Rachol, com Jorge Cabral e João de Magalhães, que D. João considera «perfeytos arquytetos» (2), a auxiliá-lo. «Oulhay muyto bem como se faz esa obra – escreve êle ao filho – pera poderdes mandar fazer outras quando cumpryr.» (3)

(1) *Tratado da Sphaera*, pág 30
(2) Carta de 14 de Agôsto de 1547. *Col de S. Loureuço*, IV, fól. 234.
(3) Carta de 13 de Agôsto de 1547. *Loc cit.*, fól. 231.

Êle sentia-se orgulhoso dos feitos cavalheirescos de Álvaro nas incursões e nas escaramuças–«A vossa carta – escreveu ao filho–foy lyda deamte do Sr dom Bernaldo, Vygayro Geral, Symão Botelho veador da fazenda, Mateus Jaques, e todos fiquarão muyto contentes e satysfeytos, e o vygayro Jeral vos deytou muytas bemçõys.» (1).

O Governador estava impaciente por se juntar ao filho no campo de batalha. «Eu estam me pruýdo os peys pera Ir la sem ẽbarguo de allguũs fidallguos velhos e Ruýs que ha na Imdia, que lhe pareceu mal acodir eu polla homrra, estado, e Remdas delRey noso senhor» (2), escreveu, êle.

Os velhos residentes da Índia constituíam uma chaga viva para D. João. Tôdas as vezes que se lhes refere, geme em espírito. Críticos de todos os recém-chegados, como sempre são os velhos residentes nas colónias, e indiferentes após anos em um clima deprimente, também estavam agarrados aos seus preconceitos como o estão muitas vezes os europeus na Índia, e tinham as suas idéias feitas e inveteradas a respeito do que convinha a um Governador fazer. Em sua opinião, não devia sair em campo senão em campanha de maior vulto, o que irritou profundamente D. João, que disse que o inconveniente da parte dêles era não quererem mexer-se – eram um bando de mandriões, «foragydos na velhaqua desta Imdia, que a poder desporadas os faz homem ir por diamte sem embargo que tamto monta irem adiamte como tornar atras!» (3) D. João convencera-se de que muitos anos de Índia são a ruína de um homem – e pôs todos os seus amigos de sobreaviso contra aquilo: «Esta carta mostray a Vasco da Cunha e a Fernão de Sousa, –

(1) Carta de 16 de Agôsto de 1547. *Loc. cit.*, fól. 235.
(2) Ibid.
(3) Ibid.

disse êle ao filho – e lhes Rogay ha ambos da mynha parte que se vão comyguo pera Purtugual por que não nos sayão cãas na Imdia.» [1]

Parece que houve muitos ditos e gracejos àcêrca dêste assunto, enquanto D. João lia a carta de Álvaro e lhe respondia. ¡O enérgico Rui Gonçalves de Caminha, embora casado e estabelecido em Goa, declarou que não sofrera a influência deprimente do clima! Fôra recentemente nomeado Vedor da Fazenda, e desempenhava-se das suas novas funções com grande dinamismo e fôrça.

«Quoamdo a vosa epystolla foy lyda – acrescenta D. João em *post-scriptum* à carta anterior – estava Ruy Gonçalvez veador da fazenda, nos comtos, damdo chuçadas a feytores, e fazemdo grão Restolhada; e porem la lha mamdey e ele me mamdou dizer que as suas cãas não erão destas que eu dyzia, e eu lhe comfessey que a sua barba era mays preta que huũ corvo e azevyche.» [2]

O sobrinho de Rui Gonçalves fôra juntar-se a Álvaro. – «A Allvaro de Caminha fazei muyto gasalhado e muyta homrra prymcipallmente por se nao aver por morto e perdido por estar ẽ Sallsete» [3], aconselha o Governador ao filho.

Apesar da impaciência de D. João por resolver o caso do Idalcão, parece ter querido prestar atenção em primeiro lugar à guerra do norte. O Rei de Cambaia estava ainda longe de aceitar a derrota. Decapitou um mercador que o aconselhava a fazer a paz, e embora não pudesse de novo cercar Dio, Mascarenhas informou o Governador de que não se podiam comprar provisões no continente, e que na ilha só podia manter-se com os fornecimentos da

(1) Ibid.
(2) Ibid.
(3) Carta de 18 de Agôsto. *S. Lourenço* IV fl 236

carne do gado apanhado durante as incursões ao território de Cambaia.

Mas nem só Dio sofria com a continuação das hostilidades. O prolongado estado de guerra entre os senhores do Oceano e o maior reino comercial do norte estava a arruinar a vida económica da Índia. O bloqueio marítimo que paralisava o comércio de Cambaia, era igualmmente desastroso para os portugueses. Os rendimentos de Goa, Baçaim e até de Ormuz e de Malaca escasseavam, privados como estavam das trocas com o comércio de Cambaia.

D. João jurou levar tôda a costa de Cambaia a ferro e fogo, e obrigar o Sultão a pedir a paz. «Pareceme – escreve êle a Álvaro, a 18 de Agôsto – que daquy pera diamte vos deveys de vyr, pois não ha la que fazer e qua muyto, porque me vay emfadãdo tamto o neguocio que me quero Ir camynho de Cambaya no mays que com cimquoenta homẽse.» [1]

Todavia, parecia que se devia fazer qualquer coisa em Salsete antes de o Governador poder sair para o mar. Precisamente nessa ocasião, o Idalcão reforçou a guarnição de Pondá com um grupo misto de homens de Korassan, da Abissínia e, claro está, de turcos, que caíram sôbre as terras de Salsete perpetrando tôda a espécie de ultrages, extorquindo tributos aos agricultores indígenas e raptando-lhes as mulheres e os filhos. D. João não podia partir para Cambaia e deixar isto por solucionar, pelo que resolveu incendiar Pondá primeiro, enquanto negociava com os inimigos do Idalcão.

Tinham chegado dois emissários encarregados de tratarem com êle: um do grande Rei de Bisnaga e o outro de Isamaluco (Izam Malik), senhor das terras que rodeavam Baçaim. Ambos êstes sobe-

(1) *Loc. cit.*, fól 236.

ranos se haviam malquistado com o senhor de Bijapor e estavam ansiosos por se aliarem aos portugueses.

D. João tinha uma técnica muito sua para receber os embaixadores, que o encontravam na grande sala do palácio, em cima de um estrado com quatro ou cinco degraus, sentado numa cadeira de veludo com armas reluzentes dependuradas da parede que estava por detrás dêles e cercado pelos retratos de todos os Governadores da Índia. Os fidalgos ficavam à frente, sentados em bancos cobertos de tapeçarias; em volta viam-se músicos com trombetas, flautas e atabales; pelas janelas abertas de par em em par, à direita e à esquerda, podiam ver-se as negras bôcas dos canhões.

Tal era o quadro que o enviado viu quando o introduziram. Mas mal teve tempo de se deter nos pormenores, pois foi sobressaltado por tremendo ribombar: tôdas as peças de artilharia disparavam ao mesmo tempo, e a visão desapareceu por entre o fumo.

Quando, meio sufocado pela fumarada sulfurosa, caminhava às apalpadelas por entre as nuvens de fumo, os instrumentos tocaram todos ao mesmo tempo, cada um dêles música diferente, e «faziam tamanho arroido que parecia o proprio inferno, juntamente cõ fumo de mestura que fedia a enxofre» [1].

Enquanto o assustado Embaixador procurava recompor-se, o Governador veio ao seu encontro, e foi ao som dos acordes dissonantes do *jazz-band* que os dois se sentaram um ao lado do outro, e trocaram frases amáveis ao ouvido, «porque hera tamanha a traquinada dos estromentos que se nam podiam ouvir» [2].

---

(1) Leonardo Nunes, *ob. cit.*, pág. 173.
(2) Ibid.

Quando já não podia continuar-se aquela conversação fatigante, e o enviado se retirava, a artilharia voltou a ribombar, lançando o pânico entre os do seu séquito, enquanto os cavalos «hiam saltando como onças».

Por isso o Embaixador retirou-se enervadíssimo, absolutamente convencido de ter de tratar com um terrivel ferrabraz, concluindo «que a bemavẽturança do guovernador hera guerra e destruiçã de Mouros» [1]. ¡Não era sem causa que êle se encontrava tão magro, pois dia e noite os passava a pensar em carnificinas!

De facto D. João emagrecia de dia para dia. Leonardo Nunes diz que «hera tam magro, que parecia cousa morta» [2]. E, no entanto, não havia vinte homens que pudessem suportar o violento trabalho e esfôrço mental de D. João. O seu admirador acrescenta que isso era tanto mais para espantar, quanto «elle nã comia senam dous bocados»! [3] E o nosso autor também se espantava do modo como êle podia usar a couraça noite e dia, uma bela couraça «muyto fermosa e forte e grande, porque elle hera homem comprido, e estava-lhe muy bem [4].

Apesar da sua aparência de ferrabraz diante dos «mouros», D. João de Castro para os seus era um homem amável. Achavam-no «tam gracioso e cõversavel, que nam avia soldado, por muyto apresado que se vise de grandes medos ou trabalhos, que em acabando de lhe ver o Rostro e bom guasalhado d'elle, nam ficase tam forte e animado como Eytor» [5].

---

(1) Ibid.
(2) Ibid., pág. 164
(3) Ibid.
(4) Ibid.
(5) Ibid

Com a couraça, que referimos, seguido de homens preparados para eclipsar o herói troiano, D. João saíu de Goa em Setembro, e dirigiu-se para o continente, em direcção a Pondá.

Com o auxílio de foices e de machados abriram caminho através da selva, removendo os obstáculos com que o inimigo tinha procurado tornar impossível a marcha. De bandeiras desfraldadas à frente, atravessaram pontes e rios e «pasos muy dificultosos», (1) até chegarem por fim a uma planície ridente junto do sopé de um alto monte, parando para descansar à beira de «hũ fermoso e claro Rio». Um soldado subiu a encosta para ver a terra, e no cimo do monte deparou com um «mouro», cuja cabeça decepou, depois de breve luta.

«D'aly, com ajuda de Deus e cõ tam bõo pronostico» (2), o exército escalou o monte, vendo ao longe os «muy fermosos campos de Pondá» a uma légua do cume, e brilhar ao sol as espadas, as plumas de côr e os turbantes vermelhos de quatrocentos guerreiros de albornoz, montados em corcéis árabes, couraçados de aço – «a milhor gente, e milhor armada, e de milhores cavallos que eu nunca na India vy!» (3) Foi assim que Leonardo Nunes descreveu a cena. Na opinião de Gaspar Correia eram «até setenta de máos cavallos»! (4)

Travou-se então violenta batalha, diz Leonardo Nunes, o qual parece ter tomado parte nela. ¡Gaspar Correia, que naturalmente não esteve lá, por seu lado, chama-lhe um simples passeio! Ambos, porém, estão de acôrdo em que os «mouros» fugiram, perseguidos até à selva pelos portugueses que

(1) Ibid., pág. 165.
(2) Ibid.
(3) Ibid., pág. 166
(4) Gaspar Correia, *loc. cit.*, pág. 603.

ficaram de posse do forte vazio, no qual encontraram «vinte peças d'artelharia, e muytas espingardas, e arcos turqueses, e muyta soma de monições» (1), segundo Nunes; nada mais que «humas bombardinhas de ferro» (2), declara Gaspar Correia.

O forte foi incendiado, mas não arrasado. Ambos os historiadores concordam em que êle não fôra construído com solidez, e Leonardo Nunes acrescenta que o Governador impediu a destruïção total com receio de o reedificarem mais fortemente. O que parece mais provável é que êle não tivesse tempo para grandes demolições.

D. João passou a noite em Pondá, passeando em volta do acampamento, e reconduziu o exército a Goa por entre o nevoeiro da manhã. Foi uma violenta marcha pelo meio da floresta e dos pântanos, e sempre que no «caminho se achava algũ soldado muito cansado, e ferido algum tanto, ou trabalhado de maneyra que nam podia andar», o Governador «tomava o nas ancas do seu cavallo, e trazia o até que o desalivava de sua canseyra» (3).

E assim regressaram satisfeitíssimos a Benastarim e, a seguir, a Goa, onde os receberam em triunfo – com grande mofa da parte da Gaspar Correia, que, como vimos, considerava o caso de Pondá insignificante, e também por não gostar muito de triunfos.

Quanto ao Idalcão, o caso pareceu-lhe assaz importante. Furioso, jurou vingar-se. D. João andava outra vez às voltas com aquêle utilíssimo fantoche do Meale, declarando que o ia fazer Rei de Bijapor, e prometia a Bisnaga todos os cavalos de Goa, em troca de mantimentos – trigo e arroz – para

(1) Leonardo Nunes, *ob. cit.*, pág, 167.
(2) Gaspar Correia, *loc. cit.*
(3) Leonardo Nunes, *ob. cit.* pág. 169.

libertar a cidade da dependência alimentar das terras do Idalcão.

Tendo despedido os dois Embaixadores, que aguardavam, e reünida a sua esquadra, D. João fêz-se ao mar para levar a destruição às costas de Cambaia. Resolvido a manter a reputação de ferrabraz terrível, mandou pregar gigantescos espetos de aço brilhante à proa do seu navio, dizendo que era para assar os capitães do Rei de Cambaia!

Depois de estar cinco meses a agüentar privações nas selvas de Salsete, a Álvaro não deixaria de saber bem passar em Goa uma temporada. É certo que disfrutava das comodidades da casa de Rui Gonçalves e da amável espôsa dêste, e o lar daquele era um lugar delicioso, pois D. Isabel sabia proporcionar todo o confôrto aos homens. Esta senhora parece ter feito todo o possível por substituir as mães ausentes dos soldados da Índia. Quando Álvaro andava em campanha, mandava-lhe coisas excelentes: «hũ cestinho cheo de bollos, e asy duas bocetas, hũa de marmellada, outra de pam de loo, e tudo vay cozido e asellado nũa talha,» desculpando-se de não mandar mais nada, «porque tenho aguora tamto trabalho e tamta canseira com estes doemtes que de lla vierão, que quamdo cuydo que os tenho sãos, elles tornão a Recayr.» [1]

D. Isabel que gostava de ver todos a gozarem as suas comodidades, afligia-se por causa do pai de Álvaro: «Faça vosa Merce cõ o Sr. Governador que se venha sedo, pois que ey dó delle, de quamtos trabalhos que me cõtou quá meu sobrinho que elle lla pasa» [2].

---

[1] Carta de D. Isabel Pereira para D. Álvaro de Castro. Tôrre do Tombo. *Col. S. Lourenço*, II, vol II, fól. 103.
[2] Ibid.

Não se sabe quando D. Isabel escreveu isto, porque ela não datou a carta. Não é provável que D. João, naquela altura, estivesse disposto a dar atenção a estas sugestões. De Pangim escreveu a Álvaro, a insistir por que andasse depressa: «diz Bastião Lopez Lobato que se vos estivereys fora da casa da Sra Dona Isabel, que ja foreys aquy cõnosquo.» O pior é que ela estava a estragá-lo com mimo! «vos say da furna e vymde vos, por que todos os que souberem que la estais ão de dizer que eu que mey de tornar pera qa [1].

Álvaro partiu e juntou-se à esquadra, que saíu com dois mil portugueses e trezentos *naires* de Malabar, cujos serviços haviam sido oferecidos graciosamente pelo aliado de Portugal, conhecido pelo nome de «Rei da Pimenta».

O Governador, com cento e vinte pequenos navios e quatro galeões, dirigiu-se a Baçaim e ao norte, para o Gôlfo de Cambaia. Foi uma incursão aterrorizadora, impiedosa como nenhuma outra do século XVI (ou do século XX!). As sementeiras foram destruídas e as casas incendiadas; a desolação varreu toda a costa. Mas, ainda mesmo quando o guerreiro metia no fundo e destruía, o homem de ciência, ao entrar e ao sair de obscuras baías e enseadas, não podia esquecer-se de, «como sabio sõdar todollos portos dos luguares onde entrava, sabẽdo as braças que avia nos canaes, tomando o sol nelles pera saber a que parte demoravã pellas Rotas de nossa naveguaçã.» [2]

O Rei de Cambaia desceu de Amadabade e avançou pelas planícies de aluvião de Baroche. A Leonardo Nunes seis mil cavaleiros transportando

---

[1] Carta de D. João de Castro para D. Álvaro. *S. Lourenço IV.*
[2] Leonardo Nunes, *ob. cit.*, pág. 190.

bandeiras de sêda de mil côres pareciam vista mais bonita do que «campos que a natureza cobrise de flores nas frescas manhãs d'Abril.» (1) Em um vasto semi-círculo que se estendia do rio ao mar, o exército avançava com armas a chispar à luz do sol. À frente iam elefantes armados, todos enfeitados com bandeiras; a artilharia seguia no flanco, e os espingardeiros, prontos a disparar, marchavam alinhados à frente da cavalaria.

Observa o cronista que aquilo teria sido um espectáculo temeroso de ver por quem não tivesse do seu lado «o muy alto e immenso Deus, Rey e senhor de todollos exercitos e batalhas» (2), ou para quem não gozasse do privilégio de servir «o mais catolico e vertuoso Rey e Senhor que ha no mundo (3)

D. João, «confiado nestas cousas que sua descriçam e siso muyto milhor e mais capazmente comprediam» (4), reüniu os seus batalhões e, com arcabuzeiros e espingardeiros, avançou decidido,

Descarregando as bombardas, o inimigo recuou até um milharal. O Governador avançou e ocupou o local abandonado pela hoste de Cambaia; o Rei continuou a recuar com o seu exército, procurando atrair os portugueses para o interior e cortar-lhes a retirada.

D. João percebeu a manobra e parou, ficando com o mar à rectaguarda. O Rei subiu a um monte e os dois exércitos olharam um para outro, enquanto o Governador incendiava tudo em volta. Nem assim os de Cambaia se mexeram, continuando a observar as aldeias a arder. E foi à sua vista que os portugueses completaram a obra de destruïção e com

(1) Ibid., pág 184.
(2) Ibid.
(3) Ibid., pág. 185.
(4) Ibid.,

todos os vagares regressaram aos navios. Um comunicado oficial do Quartel General de um exército moderno teria declarado: «Retirámos depois de ter realizado todos os objectivos».

Mas no século XVI empregava-se linguagem diferente e mais romanesca para dizer o mesmo. Antes de partir, o Governador escreveu ao Rei de Cambaia uma delicada carta de desafio:

«Eu, dom Joham de Castro, do conselho do muyto alto e invencivel Rey de Portugual meu Senhor, seu capitam geral e guovernador da India, faço saber a Vossa Alteza como, os dias pasados, party da cidade de Guoa com determinaçã de o ir ver, por ser certificado por muytas pesoas que estava em guarda da costa do mar de seus Reynos; e foi pera my grande dita achalo aguora nestes estendidos e grandes campos de Baroche cõ todo seu exercito apousentado, que me escusou pasar com minha naveguação por diante, e fazer tantos e tã compridos Rodeos como trazia determinado. Eu vy e notey seu exercito e, posto que mo tivesem guabaado por muyto grande e que universalmente seja tido em toda a Indea pello mais forte e soberano, nam leixou de mo parecer asy. E por me parecerem muyto bem o concerto de suas batalhas e a singular presteza cõ que as ordenou, trabalhey tanto pera cheguar a ellas, pera que milhor as podese consirar, e esperimẽtar os animos das bestas feras, que diante traziam, se deziam com as forças e grandes corpos que mostravam. Porque o dos cavaleyros larguamente conheci na batalha que dey a seus capitães sobre a cidade de Dio. Mas ordenou a fortuna que eu fose a pee cõ meus esquadrões, e os seus estevesem a cavallo em suas batalhas, pera que nam aproveytase nada minha deligencia, nem os Roguos e acenos que a seus capitães e gente mos-

trava. E pois por esta vez nã pude alcançar tamanha merce de V. A., por mais que a eu trabalhase, nam perco a esperança de o tempo me abrir ainda algũa ocasiam pera poder ser, e vir com V. A. há fala. E em quanto nam vier a execuçam este meu desejo, Receberey em gram merce mandarme cousas em que o sirva. Nosso Senhor acrecente seus dias de vida per muytos annos. Escrita neste campo de Baroche, a 7 de Novembro de 1547.» (1)

Soltou-se um prisioneiro para levar a carta, dizendo-se que êle a entregou; ficou, porém, sem resposta.

D. João saíu de Baroche (Bharuch) e navegou pelo Gôlfo, deixando atrás de si um rasto de fumo e de fogo. Passou por Dio e chegou à antiga e forte cidade de Patana, «cõ eyrados mais alvos que a neve» (2), que se erguiam acima das tôrres das muralhas. Patana tinha «a mais forte porta que me parece que pode aver no mundo» (3), diz Leonardo Nunes. Nada a podia arrancar dos gonzos, havendo da parte de dentro uma porta falsa munida de terríveis pontas «muy agudas e penetrantes, que me parece que, ainda que os homẽs foram diamães, os fizeram em pedaços.» (4) Teria constituído formidável defesa, se — como salienta o cronista — a tivessem fechado; mas encontrava-se aberta, e a cidade abandonada.

Leonardo Nunes, que apreciava condignamente os inimigos valentes, parece muito desgostoso com tal desleixo tão pouco belicoso. Em sua humilde opinião «Eys aquy a Rezam porque Deus premite, segundo meu fraco juizo, que em tais povos aja

(1) Ibid., pág. 187 e 188.
(2) Ibid., pág. 191.
(3) Ibid., pág. 192.
(4) Ibid.

sempre Reys tiranos, e que os esfolem, e lhe tomem o seu, pois he gente tam inabel e desventurada, que nam ha força no mũdo que lhe faça ter coraçam pera defenderẽ suas proprias familias e fazendas, e as proprias pessoas; e escolhem antes por milhor emtreguarse hà vileza do bruto fogir e morrer nella que defenderse no cavaleiroso defẽder.» (1)

Os portugueses caíram sôbre ela e fizeram das suas, deixando a cidade de Patana em chamas.

Mais adiante, a nobre cidade de Pate, «tamanha como Coimbra e algũ tanto maior» (2) sofreu a mesma sorte. A cidade, ao mesmo tempo que os navios e as fustas que se encontravam no pôrto, ardeu com «tam vivas e fortes labaredas, que era espantoso e estranho visage.» D. João, sempre interessado pelas curiosidades, salvou da fornalha de Pate o esqueleto de uma baleia, e levou-o para Goa como trofeu para enfeitar um arco.

Depois, tendo espalhado a destruição do modo mais eficaz que pôde, antes da era dos grandes explosivos e dos bombardeamentos aéreos, a armada voltou ao seu melancólico caminho.

D. João regressou a Baçaim, mas não à paz. Durante a sua ausência o Idalcão ocupara Bardez e Salsete. O capitão de Goa propusera uma surtida para o expulsar, mas a Câmara da cidade estava receosa e não o quis deixar partir, dizendo que se esperasse pelo regresso do Governador. ¿Como haviam êles de saber o que êle queria que se fizesse?

D. João ficou aborrecido. Os meninos não podem mexer-se sem licença do papá! — escreveu êle para Goa irritado. Então estejam quietos até o

(1) Ibid., pág. 193.
(2) Ibid., pág. 195.

papá chegar a casa! Havia de chegar e de olhar pelos pequenos e pelas mulheres de Goa, onde supunha ter deixado *homens!* Gaspar Correia diz que êle ornamentou a página com desenhos de *figas*.

É possível que isto seja verdade, embora pareça que a Câmara da cidade – o que não é, talvez, para surpreender – não conservasse tão interessante documento.

Em fins de Novembro D. João saíu de Baçaim, caíu sôbre as terras de Idalcão e tratou-as como acabava de fazer às de Cambaia. Entrou nos rios de Dabul e de Ceitapor e incendiou e devastou tôda a costa.

Claro está que o Idalcão reagiu. Chamou os seus capitães mais decididos, que entraram com as suas tropas nas planícies de Salsete, já em Dezembro.

Parece que os muçulmanos eram na sua maior parte turcos, cuja prudência igualava o seu incontestável valor, pois Leonardo Nunes diz que iam metidos, dos pés à cabeça, dentro de pesadas armaduras: «nũca cuydey que ouvese poder em se fazer os homẽs de ferro como estes estavam» (1); elas «nã heram as peças d'armas a nossa usança, senam d'outra maneyra que elles costumã, fortissima ainda que fea». As sólidas cotas de malha envolviam os guerreiros até ao pescoço e desciam até às mãos, e os rostos estavam tão completamente defendidos que «nam sey por onde viam.» Por cima de todo êste ferro levavam grandes túnicas de algodão acolchoado. É um mistério como podiam suportar tudo isto sob o sol da Índia. Eram homens altos, fortemente constituídos, com compridos estribos e que a cavalo se conservavam firmes como tôrres. Os que não

(1) Ibid., pág. 212.

tinham a certeza de se agüentarem bem, amarravam-se às selas de tal modo que «sam muy maos de derrubar».

A cavalaria portuguesa, muito mais ligeira, contava 200 homens, bem armados e usando bandeiras de sêda de diferentes côres muito bonitas. Levavam armaduras e montavam lindos jinetes árabes trazidos do Gôlfo Pérsico a Goa. Enquanto as espingardas disparavam dos dois lados e as bombas turcas explodiam, avançaram à carga invocando S. Tomé e Sant'Iago: «foy o mais fermoso encontro qu'eu nunca vy antre mouros e christãos». (1) O embate das armas, os gritos, o ruído das espadas sôbre os capacetes de aço, os acordes da música marcial ecoavam por tôda a selva e no fundo dos vales verdejantes. Os capitães muçulmanos eram hábeis guerreiros e obravam «estranhas maravilhas».

O seu chefe montava cavalo castanho escuro «o milhor e mais fermoso que nunca meus olhos viram». (2) Lutou durante horas, todo coberto de sangue de cinco cutiladas e de uma arcabuzada, voltando sempre à carga, até que por fim morreu no meio dos seus homens. Três outros capitães turcos caíram também. Nunes, sempre pronto a admirar os inimigos valentes, presta tributo ao seu valor. Mas êstes homens de ferro não se encontravam à altura dos ágeis e rápidos cavaleiros portugueses.

Caíu a noite sôbre as fôrças muçulmanas, que fugiam através da selva, afogando-se nos pântanos, dispersando-se pela encosta da montanha. Atrás de si deixaram grandes despojos: armas incrustadas de prata, cintos revestidos de jóias, talabartes e fivelas de ouro maciço. Todo o cadáver constituía rica

(1) Ibid., pág. 213.
(2) Ibid., pág. 214.

prêsa, devido à vaidade macabra que levava cada muçulmano a meter moedas entre a armadura e as roupas para que todo aquêle que lhe despojasse o corpo pudesse ver que não era pobre!

Ao outro dia os portugueses voltaram ao mar, parando a descansar junto de um templo sob o calor do meio-dia. D. João sentou-se numa cadeira à sombra de uma árvore à beira da estrada. «Aly comeo hũ bocado, e bebeo hũ pucaro d'aguoa, e, posta hũa perna em Riba da outra, emcostada a cabeça sobre a mãao, e o braço no couro da cadeira, dormyo obra de mea ora, tam quieto como se fora em Rica e branda cama. E hera tamanho o arroido e gralheada da gentalha canarĩs e negros, e da gente d'armas, e o traquejar das lanças e Rĩchar dos cavallos, que fizerã acordar a hũ morto, quanto mais a hũ vivo que tanta necesidade tinha de descanso.» (1) O nosso autor conclui por dizer que êle queria dar um bom exemplo a todo aquêle que gostasse de dar-se ao luxo.

Fôsse qual fôsse a razão, D. João sentou-se ali, ostensivamente mal instalado, e, diz Leonardo Nunes que o observava cuidadosamente, «tam magro que nam fazia seu corpo vulto de carne, senam de cana ou de pedaços de paao.» (2)

(1) Ibid., pág. 217.
(2) Ibid.

Capítulo XXI

Em Baçaim

«Quanto ao que me dizees que procure que vossa estada lá seja breve, – escreve o infante D. Luís ao seu amigo D. João – bem vejo que tendes muita razão de o desejar assi; e me parece mui bem desejardelo; e porem desta materia me parece que se nom pode tratar até nom ver vossas cartas que este ano embora virão; e por isso deixo a reposta deste ponto pera o anno, que emboora virá.» (1)

D. João, ao ler estas palavras, deve ter suspirado. Durante todo o mês de Agôsto tivera um *catur* no mar, em observação para quando se avistasse a primeira vela vinda de Portugal. A monção oriental soprava firme e fresca da banda de Moçambique – precisamente o tempo favorável para vir do reino uma armada. Quando viu passarem as semanas sem aparecer nada no mar deserto, D. João deixou-se embalar pela esperança. ¿Não teria a armada ficado retida mais tempo em Lisboa por causa de preparativos especiais? «Estou doido de prazer, – escrevia êle a Álvaro – porque se vay saymdo Agosto sẽ vyr nao do Reyno que faz gramde sospeyta de vyr governador!» (2)

Mas essas esperanças foram desfeitas pela chegada da armada em Setembro, e com ela não veio nada que se parecesse com um Governador – nem sequer um Capitão-Mor. D. Luís mostrava-se muito

(1) Carta de D. Luís para D. João de Castro, de 16 de Março de 1547, publicada por Fr. Francisco de S. Luís, *op. cit.*, doc n.º 31.
(2) Carta de D. João para D. Álvaro de Castro, de 18, de Agôsto de 1547. *Col. S. Lourenço*, IV, fol. 236.

favorável e escreveu uma carta encantadora, mas foi bem claro: o Rei estava muitíssimo satisfeito com a acção de D. João de Castro como Governador para ter pressa em o substituir.

Os primeiros relatórios de D. João chegados da Índia tinham causado excelente impressão: «estou mui contente do modo que levaes nas cousas dessa terra, — declarava o Infante — e do que nella fazees, e dizees; porque bem se mostra nisto que o passar tantos climas vos não mudou de quem erees, e da conta em que vos eu sempre tive» ([1]).

O Infante mostrava-se também satisfeito com o estilo literário de D. João, louvando-o nos seguintes têrmos: «Vierão vossas cartas mui bem ordenadas e escritas, e nellas todallas cousas necessárias e nehũas superfluas, e bem se vee nellas o mesmo que acima digo, e que entendees as cousas dessa terra, e que tendes zelo e desejo de as fazer sem respeito temporal damor nem interesse... Pello que espero em Nosso Senhor que vos ha de cumprir vossos boõs desejos, e que vos ha de trazer dessa terra com muito vosso contentamento e honra, porque não pode deixar de soceder isto a quem nehũa cousa procura senão o serviço de Deos, e de seu Rey» (563)

Se D. João não mudara, o mesmo acontecia ao seu fiel admirador. D. Luís não perdera nada do seu juvenil entusiasmo pelo herói. D. João continuava a ser ainda o seu modêlo em tudo. Até as suas próprias excentricidades eram dignas de imitação:

«Ho Sr. Infante dom Loys, por imitar a Vossa Mercê, tem cortado quoãtas laramgeyras e Ameyxeiras avia em ha sua terra» ([1]), escreve um certo Pêro Leitão em carta ida no mesmo correio. Mas êle não podia fazer uma segunda Penha Verde: «eu lhe juro que quõ quanto gasta não ha de chegar a poder se cõparar cõ aqueles penedos que estão no eirado de Vossa Senhoria, do Algarve pera o Cabo de Finisterra». ([2])

([1]) Carta de D. Luís, cit.

Ao passo que a fervorosa admiração do Infante pelo amigo se manifestava devastando a sua propriedade, aquêles que haviam ficado com o encargo de olhar pela quinta de D. João aproveitaram-se da ausência do dono para lá efectuarem melhoramentos de carácter prático. «Sey-lhe dizer — informa Pero Leitão — que quando embora vier achará grãde vinha de uvas moscateis mas eu amtes quisera muitos pilryteiros, e giestas, e fayas e assi outras arvores que estão todo ano verdes» ([3]), apressa-se a acrescentar, lembrando-se dos gostos exclusivamente silvestres do dono da Penha Verde.

Pero Leitão e João Fernandes seu amigo, sempre que se encontravam «nã falamos em outra cousa senam em Pena Verde». Mas na carta não pode dar notícias, «porque me parece que escrevem tamtas pessoas que se enfadarieis» — como se um exilado se sentisse aborrecido com as notícias da pátria! — «mas huma lhe quero dar a quall é que, estãdo nũa janela desta quĩta de Alvalade, vinhã hũs homens, que vam pera essa terra (Índia), de ver a senhora dona Leonor, e que hyam dizendo: «forte gemte é esta: ele não quer lá nada, ela nã lhe quer mãodar nada; nã sey em que a de vyr parar esto!» ([4])

([1]) Tôrre do Tombo, *Col. S. Lourenço*, fl. 83.
([2]) Carta de Pêro Leitão, de 15 de Maio de 1547. *Col. S Lourenço*, fól. 83.
([3]) Ibid.
([4]) Ibid.

Mandasse ou não alguma coisa ao marido naquele ano, D. Leonor não deixara de escrever. Lucas Giraldes diz que D. Francisco de Lima levava cartas dela. Felizmente o navio de D. Francisco foi o primeiro a chegar à Índia. As cartas de Lucas Giraldes não tiveram tanta sorte. Mandara cartas por dois outros navios, um dos quais se perdera, e, apesar de a tripulação se ter salvo, os maços foram naturalmente para o fundo com as bagagens. É pena, porque, por uma breve carta de Lucas, que chegou a salvo, ficámos a saber que as outras informavam D. João de «tudo ho que he passado depois da sua partida». [1]

Esta carta, de data posterior, refere-se sobretudo à morte de uma D. Inês – naturalmente qualquer senhora da família Castro. Foi um caso triste, diz Lucas Giraldes, pois «fica hũa casa bem desbaratada» e um caso sério porque uma das filhas da tal senhora ficava «de trimta anos por casar», manifestando Lucas a esperança, não muito firme, de que o Senhor se amerceasse e fizesse algo em favor dela. Entretanto a espôsa de D. João fôra passar um tempo para casa da donzela e das irmãs, oferecendo-se para as levar para sua casa; nada se encontrava, porém, resolvido ainda. «V. S. se agaste ho menos que for possivel, e certamente eu tenho muita rezam, de me agastar, por que tenho perdido hũa Senhora que descansava quando ha hia a visitar». [2]

Outra carta triste era a de D. Álvaro de Noronha, filho da irmã de D. João e do falecido vice-rei D. Garcia. Êste mancebo escreve com grande aflição a respeito da doença da mãe – das suas muitas doenças, diz êle. A pobre senhora estivera de cama onze meses – a doença atacara-lhe primeiro o sangue, diz, e êste sobe-lhe à bôca. Ao mesmo tempo abalava-a uma tosse terrível, que nunca a deixa de todo, apesar de se encontrar um pouco melhor no momento em que escrevia; «despois de ter estas duas doemças que em sim sam muy más, mais na sua opressam lhe veyo febre que lhe aymda agora dura mas o menos». É escusado dizer que a doente está muito fraca: «todas estas doenças a fizeram ser muy doemte». [1] Os médicos ainda esperam salvá-la, e ela manda recados para D. João. Ficara satisfeita por ter recebido notícias dêle e dos filhos.

Ao menos nesta ocasião D. Violante de Távora não se encontrava doente. A velha dama parece estar nos seus momentos felizes e escreve quatro ou cinco cartas. Recomenda a D. João meia dúzia de protegidos; agradece-lhe as cortinas que lhe mandou e um crucifixo: «esta coresma não tive qua mais bem... que ele he ho mais devoto que eu vi»; [2] e comunica-lhe ter ido à igreja da Madre de Deus a pedir por êle a Deus.

D. Violante é mulher prática e expedita, receando manifestamente que o seu caro D. João não esteja a aproveitar tôdas as oportunidades que a Índia lhe oferecia. Claro está que o desinteresse é muito bonito, mas um homem tem de pensar na família: «Peço vos por mercê que vos lembre a Sra dona Lianor vossa molher que pasa por vos imfimdas lagrimas, e tambem se lembre V. S. de suas filhas pera fazerdes de maneira que venhais Riquo, porque esto Senhor, vos a de prestar, e se vierdes prove, prove vivereis!» [3].

---

(1) Carta de Lucas Giraldes, de 28 de Março de 1547. *Col S Lourenço*, IV, fól. 15.
(2) Ibid.

---

(1) Carta de D Álvaro de Noronha, de 20 de Março de 1547. *Col S Lourenço, IV*, fól. 72.
(2) Carta de D Violante de Távora, de 25 de Março de 1547. *Loc, cit*, fól. 35.
(3) Ibid.

D. Violante recomenda com descaro a D. João o nepotismo, acentuando que é de seu dever fazer por que Álvaro faça fortuna: «todolos proveitos que poderdes dar ao Sr. dom Álvaro pera enriquecer, dailhos, e não espereis pera licemça de qua.» [1] Tôda a gente faz isso e ninguém se importa: «temos hum Rei muito bõo e muito vertuoso,» portanto tudo correria bem; «não vos ei medo – diz a boa senhora ao concluir os seus conselhos maternais – se não se quererdes fazer tamtas finezas que vos deitees a perder, e peço vos por merce que criais esta velha que vos quer muito grande bem, e vio ja muitas cousas.» [2]

D. João também recebeu notícias de António de Saldanha, seu comandante no tempo da luta na Tunísia: «Vosa Senhoria me mãoda que lhe mãode novas de mym e da minha casa; as mynhas, senhor, sam qu'eu hey setemta e quatro anos e que de muyto má vomtade sáio já fora de casa.» [3] Deveria ter ainda uma casa muito animada, pois, apesar de o seu filho mais velho ter casado recentemente, «ficam me ẽ casa, outros seis machos, e quatro femeas.» [4] É evidente que o pai sente que dez bênçãos como aquelas são de mais para o confôrto dos últimos dias de um homem, tendo já resolvido a maneira de dispor deles: «aos machos insynarey a serem pilotos e marynheiros... e direy lhe que se vam a Imdia, como a Roma». Quanto às «filhas mete-las-hey nestes mosteiros, e nã ja dos mais apertados mas dos mais larguos, por me não darẽ aho demo tantas vezes!» [5]

---

(1) Ibid.
(2) Ibid.
(3) Carta de António de Saldanha, de 16 de Março de 1547 *Col. S Lourenço, IV*, fól. 36.
(4) Ibid.
(5) Ibid.

Outro correspondente é o Duque de Bragança, todo satisfeito por ter recebido um guarda-sol da Índia: «he a mays lymda peça que numqua vi, tenho vo lo muyto ẽ merce e a duqueza pola parte que lhe dele cabe, em estremo folguamos cõ ele.» [1]

A Rainha também se mostrou muito grata por um presente de benjoim e «com todas as mais cousas, que me enviastes, folgey muito, e era tudo muy bõo, e o istimo como he rezam, e se deve aa muito boa vontade conque sey que foy enviado.» [2]

A piedosa rainha D. Catarina aprovava os actos de D. João. Louva o pelo seu cuidado com as órfãs e manda-lhe agradecimentos para transmitir às pessoas que as receberam em suas casas. Lamenta que o vinho mandado para ser vendido a favor do mosteiro de Faro se deteriorasse, mas ainda assim algum lucro se tirou da venda, ao que parece, e «bem creyo que serya pelo cuidado, que tomastes, de as aproveitar, e muito vo-lo agradeço.»

Declara-se mais sentida do que surpreendida por «achardes a gente desas partes tam contraria ao serviço delrey meu senhor.» Todavia está absolutamente convencida de que D. João meterá tudo na ordem, não se importando com criar inimigos porque «de fazerdes o que deveis, e nam consentirdes que ninguem faça o que nam deve se vos segue ante Deos e ante sua alteza muito merecimento, e podeis estar descansado que quando comprisse terei a lembrança, que me pedis, de tudo o que tocar a vossa homrra e descanço.» [3]

É claro que a Rainha não insiste com D. João

---

(1) Carta do Duque de Bragança, de 10 de Fevereiro de 1547. *Col. de S. Lourenço, IV*, fol 23.
(2) Carta da Rainha, de 17 de Março de 1547. *Vida de D. João de Castro*, doc. n.º 30.
(3) Ibid.

para voltar rico à pátria. Realmente parece pensar que um homem tão bom deve poder arranjar-se sem dinheiro: «do modo que Martý Afonso teve convosquo pera vos nam deixar o dinheiro que vos ficou e prometeo de dar pera a carrega da pimenta me desaprouve pelo descontentamento que sey que disso terieis e pela falta que vos poderia fazer no serviço del rey meu Senhor mas eu confio de vos e de vossa prudencia e virtude, que a suprireis muy bem, e que Nosso Senhor vos ajudaria nisso e o primitiria asy pera que mais claro se mostre a vontade e o desejo que tendes de servir a sua alteza, e pera muito mais vosso merecimento e louvor.»[1]

Era, sem dúvida, um pensamento muito edificante, mas D. João não achava a prudência e a virtude fàcilmente convertíveis em metal sonante. Também não podiam os seus méritos atrair os louvores de homens com os soldos em atraso. Os seus próprios tinham-se gasto antecipadamente, sem que os cofres vazios se enchessem. Na ocasião em que lia as graciosas palavras da sua Soberana, não sabia como havia de liquidar as despesas.

Isto tornou hedionda a sua terceira estação na Índia. Naturalmente escrupuloso na liquidação das dívidas, D. João não podia suportar o encontro com homens a quem se devia dinheiro. Ao passar em Dio no caminho para Patana e na volta, não desembarcara. A razão era não ter dinheiro para pagar à guarnição e não saber como havia de responder ao côro de queixas.

As lamentações dos pobres chegaram-lhe aos ouvidos em Baçaim, «com que o muyto agoniavão» [2], diz Gaspar Correia. Isto levou-o a fugir do

(1) Ibid.
(2) Gaspar Correia, *ob. cit.*, IV, pág. 615.

convívio com os homens e a retirar-se, sempre que podia, para um jardim afastado e solitário, onde passeava de um lado para outro, a meditar nos problemas da Índia; ou então ia sentar-se sòzinho, a escrever despachos noite e dia. As pessoas queixavam-se então de que êle as evitava, afirmando que o dizer que ia escrever ao Rei não passava de um pretexto!

As guarnições das fortalezas resmungavam e criticavam-no. Os funcionários de estabelecimentos de residência, como Cochim e Goa (cujos honorários eram pagos com o dinheiro de impostos fixos e cobrados no próprio local!) adulavam-no, pelo contrário, com entusiasmo. E assim vemos na Índia duas correntes de opinião contraditórias. Os espíritos desgostosos consideravam o cruzeiro de D. João ao longo da costa de Cambaia simples «passarinhar», e declaravam que era descer muito um Governador comandar em pessoa expedições dessas. Os da outra facção não podiam achar palavras para exprimir a sua admiração. E caíam sôbre D. João cartas de parabéns:

«Hos mesteres e povo d'esta mui nobre e liall cidade de Goa, damos llouvores a Noso Senhor que nos deu em tall tempo V. S. por Governador, e assy lhe damos muitas graças pollas boas novas e sosedeo (*sic*) da sua ida... temos e cremos por verdade que o seu justo e honesto vyver de muitas llouvadas vyrtudes tem tanta parte ante ho Senhor Deos, que por seus merytos será sempre vensedor de seus imigos da nosa santa ffe catolica.» [1]

Os Vereadores da Cidade prestavam também o seu tributo: «Muito raro he a todos por as obras que vemos de V. S. que o seu ponto he pôr o risco

(1) Carta dos Mesteres de Goa, de 15 de Novembro de 1547. *Vida de D. João de Castro*, doc. n.º 45.

por cyma dos pasados, e que estes sam seus fundamentos, avante pasalos e precedelos, de que aos por vyr, que o quysesem ymytar, se segyra muito trabalho! Suas obras, he gramdes he belycosos feytos, depois que he nesta terra, em que vemos que aventura e arrisca sua eycelente pesoa, dam diso testemunho.» (1)

Parece que o entusiasmo dêles era perfeitamente sincero, mas Manuel Barradas, ouvidor de Cochim, com certeza o excedeu:

«Qual será aquele que nã entẽda, o Magnanimo Monarca e Invencibile duque e defensor nosso, que se podem aguora dizer muy maiores cousas de V. S. de que se disseram dos muy excelentes romanos d'aqueles que a estoria comta... Sem duvida que foy V. S. inviado do ceo a favorecer Nossas humanas necessidades. E muy ditosa se pode chamar a India em ser socorrida por tam excelente baram, nacido de tam nobelissima e amtiquissima linagem!» (2).

E Manuel Barradas prosegue, com elogio sôbre elogio: «he V. S. hũa maravilhosa obra da natureza humana», exclama êle. «Nenhũ principe dos gregos nẽ dos latinos se pode comparar a V. S.... seus assinalados feitos... tem sobrepujado a todolos passados assi como o sol sobrepuja e respramdece todalas outras costelações.» E continua por aí adiante neste tom, até tornar-se um pouco incoerente, dizendo a D. João que êle «assi respramdece entre os doctos, como o claro nacimẽto do soll resprãdece ao meo dia.» (3)

(1) Ao Senhor Governador da cydade de Goa. 18 de Novembro de 1547. *Loc. cit.*, doc. n.º 46.
(2) Carta de Manuel Álvares Barradas, de 5 de Dezembro de 1547. *Col. S. Lourenço*, III, fol. 1.
(3) Ibid.

Por muito agradável que fôsse ver-se uma pessoa comparada ao sol, às estrêlas e aos heróis da Grécia e de Roma, isso não aliviava em nada a carga que o Governador tinha às costas. D. João de Castro, extenuadíssimo, sentava-se no seu jardim de Baçaim e redigia o relatório confidencial para o Rei.

Na Índia, a mortalidade era grande, o que implicava a freqüente substituição dos cargos administrativos. Desde que escrevera no ano anterior, morrera o pobre Brás de Araújo, vedor da Fazenda, que estivera doente tanto tempo, e, como vimos, Rui Gonçalves desempenhava-lhe as funções com grande energia. D. João informa o Rei de que Rui Gonçalves de Caminha é muito rico, absolutamente incorruptível e hábil homem de negócio. Goza de «muito credito em toda a terra, zeloso de esfolar feitores e almoxarifes, gramde arrecadador da fazenda de V. A. e muy apertado em ha despemder.» (1) Em contraste com estas qualidades úteis, «toca de mexericos», é incapaz de guardar um segrêdo, e responde sempre com acrimónia a tôdas as pessoas que o maçam.

Simão Martins, o íntegro magistrado, também morrera: «faleceo de doemça, foy gramde perda para esta terra.» (2) D. João nomeara Bastião Lopes Lobato para o lugar dêle, dizendo Gaspar Correia que o fizera porque «era seu amigo, não sabendo (Bastião Lopes) letras.» (3) Êste autor crítico, que de dia para dia se tornava mais acerbo, nesta ocasião bem podia deixar de servir-se da sua língua cáustica. «Querendo eu prover deste ofício – explica o Governador ao Rei – chamey os vereadores da fazemda

(1) Fragmento da carta escrita na letra de D. João de Castro, sem data e sem assinatura. *Col. de S. Lourenço*, V, fol. 95.
(2) Ibid.
(3) Gaspar Correia, *loc. cit.*, pág. 663.

chansarel Antonio Cardoso, vigairo jeral, e com eles alguns fidalgos e a todos pareceo nã aver pesoa auta parele salvo Bastiam Lopez Lobato.» [1] Nenhum dos homens letrados que havia podia ser investido naquelas funções «per suas más vidas e costumes.» D. João mostra-se convencido de que Bastião Lopes «servira bem por que he muito bom omẽ e cavaleiro, isemto e de gemtil juizo, que val mais que boas letras em maas cabeças.» [2]

Aos outros juízes, condena-os em globo D. João; estão «tam mortos de fome e vivos na cobiça e desejos de imrriquecer que nenhũa outra temção tem.» [3] E todos os funcionários civis da Índia parecem ter estado em desavença entre si; um desaviera-se com o Dr. Manuel Mergulhão, colega de Rui Gonçalves; outro encontrava-se nas piores relações com o Chanceler; e Rui Gonçalves «diz mal de todos e todos dele—isso he senhor o que pasa emtre seos oficiaes.» [4]

Quanto aos fidalgos—eram um martírio: «eu sam muy mal ajudado dos fidalgos e pior dos capitães e não he despamtar, por que sempre o fizeram asi com seos capitães e governadores, se qua ouuer destar, o que Deus nẽ V. A. mamde, farme a gran de merce em me mandar Lourenço Pires e Tomé de Sousa pera me ajudarem a o servir... o que ao presemte nã tenho quẽ o faça salvo dom Alvaro em quem nã ouso de falar por ser meu filho.» [5]

Se Álvaro não fôsse o seu braço direito, tê-lo-ia feito capitão de Dio, disse êle ao Rei. D. João Mascarenhas queria voltar ao reino, e nenhum dos fidalgos aceitava o cargo. No final de contas voltara a cair em Luís Falcão, ex-capitão de Ormuz. D. João diz que Falcão se mostraria tão relutante como os restantes, se não fôssem certos factos irregulares trazidos a lume por um inquérito respeitante a uns negócios comerciais de Ormuz. Como alternativa para não ir para o reino debaixo de prisão, não podia parecer mau um certo tempo de serviço em Dio. Luís Falcão aceitou o cargo, mostrando nisso grande zêlo: Gaspar Correia diz que êle chegou a oferecer um empréstimo para pagar à guarnição—naturalmente rebate de consciência!

(1) Fragmento da carta, cit.
(2) Ibid.
(3) Ibid.
(4) Ibid.
(5) Ibid.

D. João levou consigo Mascarenhas por ocasião da sua passagem por Dio no seu cruzeiro às terras de Cambaia, pensando Gaspar Correia que entre os dois havia tal ou qual frieza de relações. É possível que em certos sectores indianos se falasse nisso—Goa era um vespeiro de má-língua—mas não se pode encontrar, nas cartas de D. João de Castro, nada em apoio de tal. Pelo contrário, não só êle nunca perdeu oportunidade para elogiar Mascarenhas ao Rei, mas até lhe confiou uma carta e um presente para entregar no reino ao Príncipe de dez anos, herdeiro do trono.

D. João era pai e sabia como se escrevem cartas aos rapazinhos. Dizia êle:

«Senhor,

«Estão todollos Reys da Imdia tão asombrados com as novas que este ano vyerão de V. A. ser tão fragueyro e dado a exercycyo de guerras e batalhas, que bastou esta fama pera os poder amansar e ter quyetos. Prazera a Nosso Senhor, que depois que ele for servydo que V. A. venha a Reynar—vyvemdo porem prymeiro vosso pay nove cemtos Anos como eu qerya e o mundo tem nececydade, lhe metera em coração, de vyr conquistar esta terra e se fazer empe-

rador de todo oryente, de maneyra que a sua nomeada e conquysta seja muyto mayor que a de Alyxamdre o Magno. Busquamdo allgũa cousa com que de quá pudese servyr V. A. não achey outra que tamto me parecese que lhe armava como huũ arquo e alljava que per dom João Mascarenhas lhe mando pera a caça das feras em que me dizem que ao presemte anda ocupado, quando lhe vague o tempo de bater fortalezas e escalar as muralhas. Noso Senhor acrecemte a vyda e Rial estado de V. A. por muytos anos. Escryta no Rio de Baçaym a XXI de Novembro de 1547.

«beijo as ryaes mãos de V. A.
«Dom João de Castro» (1)

E assim voltou a Portugal o herói de Dio para receber a sua recompensa, enquanto o Governador, depois da batalha de Salsete, regressou direito a Baçaim. Êle queria estar junto de Cambaia para ter a oportunidade de fazer a paz. Enquanto a guerra de Cambaia durava, a situação económica da Índia não podia melhorar. O Sultão de Cambaia, ao que parece, sentia exactamente a mesma coisa. Os seus enviados já estavam a ter conversas com os subordinados de Luís Falcão em Dio; mas os vencedores não queriam mostrar-se apressados, enquanto os vencidos tinham relutância em admitir a derrota; portanto não havia probabilidade de que qualquer coisa se resolvesse com rapidez.

Os recados iam e vinham por vias indirectas, o que ambos os lados podiam negar se quisessem. O novo ano encontrou D. João ainda nos pântanos de Baçaim a trocar, com Luís Falcão, notas respeitantes

(1) Tôrre do Tombo, *Corpo Cronológico*, Parte I, Maço 79, doc. 127.

aos têrmos da paz com Cambaia e a ouvir falar das suas questões com a guarnição de Dio. O dinheiro que êle levara gastara-se todo, nada podia arranjar-se para dar de comer aos homens, e o descontentamento era geral. Os soldados iam-se tornando insubordinados, segundo dizia Luís Falcão a D. João, pois atribuíam a miséria geral a culpa dos capitães. Diziam que êstes deviam recusar-se a tomar o comando de fortaleza em que não houvesse dinheiro para pagar às guarnições. Mas para alcançarem o favor do Rei, disseram a Luís Falcão: «vós outros, os capitães tendes a culpa dos padecimentos dos pobres homens, porque pera terdes merecimentos ante El Rey pera vos fazer mercês, aceitaes as capitanias das fortalezas pobres como estão, sem vos lembrar que a gente que nellas está ha de comer e gastar; que se forão bestas humas ferraduras lh'abastarão, mas hão os homens mester tanto como sabeis» (1).

Luís Falcão ficou «muito agastado», e mandou a Baçaim o homem que lhe manifestara êstes sentimentos para o Governador o castigar. O desgraçado foi condenado a ficar sem a mão pelo crime de insubordinação. No seu desespêro, D. João procurava fazer calar as queixas, a que não podia dar remédio, aplicando os terríveis castigos com que os comandantes daquele tempo reforçavam a disciplina.

O único ponto brilhante no meio daquela triste noite eram as notícias recentes de Adém, tão boas que D. João mandou realizar procissões e dar graças nas igrejas; tão boas que mal se podia acreditar nelas: Adém, a cobiçada e inacessível — a fortaleza muçulmana que fechava as portas do Babelmândebe — o prémio que fugira ao maior conquistador dos

(1) Gaspar Correia, *loc. cit.*, pág. 623.

tempos modernos, cuja conquista constituía a missão mais urgente legada aos seus sucessores pelo moribundo Albuquerque — Adém oferecia-se a D. João de Castro!

O facto era que a cidade árabe, ocupada por Solimão Paxá havia mais de dez anos, cansara-se de ter os turcos por senhores. Isto acontecia em geral onde o Sultão fixava a sua bandeira. A Turquia, com os seus vastos recursos de potencial humano e riquezas materiais, dominando o fácil acesso ao Oceano Índico através do Mar Vermelho, encontrava-se em boa posição para unir todo o mundo muçulmano e erguer um poderoso império no Ocidente, contra o qual o heroísmo e a perícia naval dos portugueses não podiam valer. Era fora de dúvida que os otomanos aspiravam a isso, mas isso era precisamente o que nunca puderam realizar. A despeito da sua vocação militar e do seu valor, os turcos careciam das qualidades mais atraentes que levam a unir as nações. Eram tiranos e antipáticos até mesmo para os correligionários, e apesar de os Príncipes indianos lhes pedirem auxílio contra os portugueses, se tivessem de escolher os seus vizinhos, dariam a preferência aos *Frangues*.

E assim foi que o Xeque de Adém, depois de suportar durante alguns anos a suzerania turca, se revoltou, expulsou os homens do Sultão, e receando não poder agüentar-se sòzinho, mandou oferecer ao capitão de Ormuz obediência à Coroa portuguesa.

O capitão de Ormuz despachara D. Paio de Noronha a Adém, onde foi muito bem recebido e ali se conservou com 27 portugueses.

Esperava-se a volta dos turcos qualquer dia, pelo que D. Paio mandou um navio com o tio do Xeque como embaixador, para concluir os têrmos da aliança com o Governador e pedir reforços.

D. João exultou de alegria. Ali estava a oportunidade pela qual Portugal aguardara quarenta anos! O Príncipe árabe foi recebido com honras extraordinárias nos campos de jogos de Baçaim, celebrando-se tratados de eterna amizade.

O Governador preparou uma esquadra, que devia ser comandada pelo filho. Contraíu-se um oportuno empréstimo em Baçaim, que deu exactamente para o equipamento dos navios. Mas ¿que havia de fazer-se a respeito de homens para os tripularem? ¡Eles também queriam dinheiro e a verdade é que não havia nenhum!

Era isso que os homens se recusavam a crer: fizeram greve, dizendo que não embarcariam sem lhe pagarem. O Governador «estava muy agoniado — diz Correia — porque nom tinha dinheiro para lhe pagar, e sabia que tinhão rezão de cramarem por sua muyta pobreza.» (1)

D. João pediu aos fidalgos que o ajudasssem se pudessem. Que cada um deles reünisse à sua mesa o maior número de homens que pudesse e lhes explicasse que na Índia não havia dinheiro devido ao constante estado de guerra. Os soldados ouviram com ar sombrio, dizendo que tudo aquilo era verdade, mas que ninguém podia viver sem comer e sem ter de vestir!

Então Manuel de Sousa, que parece ter-se reconciliado com o Governador, procurou experimentar o efeito da sua fala persuasiva dizendo aos homens que eram excelentes pessoas, a «frol e espelho de todalas gentes que per todo o mundo conquistão.» Disse-lhes que a sua fama estava nos lábios de todos os imperadores e reis da Cristandade — que «todalas

---

(1) Ibid., pág. 631.

gerações do universo cobição ter o nome de portugueses»; e uma coisa acima de tudo os distinguia, continuou o orador de modo insinuante, a qual era a fortaleza com que podiam suportar a fome e a sêde, os trabalhos e a pobreza, nenhum dos quais «nom desvião vossos corações da verdadeira obediencia de pura lealdade». Quão diferentes eram dos dissolutos soldados da Itália, anti-cristãos, «que dereitamente se podem chamar ladrões alevantados, sem nenhuma ley, e direytamente mouros tiranos em seus feitos» (1), ao passo que os portugueses eram estimados em tôda a parte, tôda a gente considerando miraculosos os seus feitos na Índia! «O que agora não deveis de querer escurecer, — continuou Manuel de Sousa — nem abaixar da nobre fama que tendes ganhada; mas agora muyto mais esclarecer.» (2) A sua penúria não era culpa do Governador: êle «he magnifico e verdadeiro pay de todos, e que se fosse possivel venderia o filho por dinheiro pera vos pagar; que muy em conhecimento he de quanta honra lhe fizestes ganhar em todos seus feytos; e de muyta pobreza que em todos ha, e com muyto trabalho pede emprestimos, e os nom pode aver. Polo que he muy feo a Deos e ao mundo ora dizem que nom hirão servir sem primeiro averem pagamento.» ¡E tendo em vista uma cidade tão rica como Adém! Os turcos tinham abandonado tôda a espécie de riquezas, que lá estavam à espera. Iria perder-se tudo aquilo, e iriam ficar à mercê dos turcos os portugueses que já se encontravam na cidade? Porque, se êles não quisessem embarcar sem lhes pagarem, a esquadra não poderia sair do pôrto. Ainda uma vez: queriam ou não partir? Se primeiro quisessem que lhes

(1) Ibid.
(2) Ibid., pág. 643.

pagassem, era inútil continuar os preparativos da esquadra. Dinheiro não havia.

Ninguém proferiu palavra.

— «Senhores, — disse Manuel de Sousa — respondei, que pera isso viemos aquy.» (1)

Os homens olharam uns para os outros com ar sombrio.

— «Senhor — responderam — muyto ha que responder, mas quem falar logo será punido e justiçado.»

— «D'isso dou minha fé e menagem que tal nom seja!», — exclamou Manuel de Sousa.

— «Senhor — disse o que primeiro falara — em todo o que vossa mercê fallou disse muyta verdade, assy da honra dos bons portuguezes como do senhor Governador nom ter dinheiro; mas que remedio? que aquy somos muytos que nom temos huma só camisa, nem de que comprar huns çapatos; que se os homens achassem que roubar antes o farião à ventura da forca, que pedilo com tantos trabalhos. Por tanto nom ha que mais fallar, senão que os homens sem camisas e roupa pera o mar nom se podem embarquar. N'isto aja algum remedio por obra de misericordia, e então hiremos ao inferno, se comprir, que milhor he a morte que os trabalhos da vida». (2)

— «O que dizeys — retorquiu Manuel de Sousa — he tão justo que nom sey quem se nom venda por vos remediar. Assy que os que quiserdes hir, sem engano, que se nom deixem ficar, se vão a nossas pousadas assentados em rol do capitão com que quizerem hir, e nós partiremos comvosco do que tivermos. A mercê que nos

(1) Ibid., pág. 634
(2) Ibid.

farês he que nom aja engano de receber e despois fiquar». (1)

— «O que receber e fiquar moyra por isso!» — exclamaram todos.

E assim os fidalgos juntaram-se e fizeram entre si uma subscrição, conseguindo, ao fim de muitas delongas e arrelias, reünir algumas centenas de homens.

Com êles e com umas vinte e uma fustas, D. Álvaro de Castro partiu para Adém, levando um carregamento de drogas e especiarias para ali serem vendidas e pagar aos 150 homens que tinham de ficar de guarnição.

O pai deu-lhe ainda dois tratados para assinar, cada um dêles escrito em arábico e persa. Se o Xeque pusesse objecções ao tratado n.º 1, que exigia o levantamento de uma fortaleza no seu território, então apresentaria o n.º 2, que não continha tal cláusula.

Álvaro levou também com êle o principículo de Caxem, no Hadramaut, cujo pai fôra destronado por um rival, e que durante muitos anos andara a pedir o auxílio dos portugueses. D. João industriou Álvaro para que, na viagem de regresso, descesse a costa da Arábia e restituísse Caxem ao senhor legítimo. Em qualquer dos casos, devia tentar estar de volta a Dio ou Baçaim nos fins de Abril, para ter tempo de visitar e revitualhar as fortalezas do norte e chegar a Goa antes da monção. Nada de demandar a costa à última hora, como faziam tantas pessoas por puro exibicionismo. «Lembro vos que fares hũua gramde cavalarya em entrardes na cydade muyto cedo e amtes de temporaes e fortunas, sem

(1) Ibid.

embarguo que muytos homẽs da Imdia tem por hombrydade vyrem demandala costa muito tarde e emtrarem no porto casy alagados; dos quaes eu não são, nem vos sejaes; mas daquelles que trabalhão por segurar sua Armada e gente e a trazer toda a salvamento». (1)

Com estas instruções, Álvaro partiu a 28 de Fevereiro. O pai tinha estado doente de febres, mas em nota de despedida assegurou-lhe que já se encontrava de perfeita saúde: «dou vos novas que me não veo febre nem fryo e que estou muito bem Noso Senhor seja louvado», (2) escreveu êle, continuando em Baçaim à espera do que se resolvesse em Cambaia.

Luís Falcão escreveu de Dio a dizer que a fortaleza em breve ficaria deserta. ¡Os homens estavam a fugir-lhe todos! ¿Poderia o Governador mandar-lhe algum dinheiro? ¿Ou então alguns homens em quem pudesse confiar?

Que dinheiro? Que homens? Os de Baçaim eram também muito barulhentos nas reclamações. D. João, a tremer novamente de febre, meditou no problema dia e noite. Quando se encontrava tão doente que não podia ver ninguém, e os descontentes murmuravam que aquilo era fingido — escondia-se para que não se aproximassem dêle a fazer as suas justas queixas.

Um grupo de soldados resolveram obrigá-lo a aparecer. Levando à frente um tambor a rufar e um pífaro a tocar desabaladamente, deram uma descarga de espingardas por baixo da janela do

(1) Regimento dado a D. Álvaro de Castro a 26 de Fevereiro de 1548 *Col. S. Lourenço, IV*, fól 348.
(2) Carta de 27 de Fevereiro, escrita de Baçaim. *Col. S. Lourenço, V*, fól. 387.

Governador, na esperança de que isto o obrigasse a aparecer para saber de que se tratava.

O barulho atravessou a dorida cabeça de D. João, mas êle não pôde erguer-se, pedindo a Manuel de Sousa que persuadisse os homens a porem fim à algazarra e irem-se embora.

Manuel de Sousa apareceu-lhes de barrete na mão e experimentou mais uma vez o poder da sua dialéctica fácil, dizendo-lhes que o Governador estava mais pronto para morrer do que para receber deputações, convencendo-os por fim de que aquilo não era doença diplomática, acabando assim a demonstração.

O Governador mandou para Dio, a Luís Falcão, cento e cinqüenta dêstes homens. Parece que primeiro conseguiu arranjar algum dinheiro – não se sabe como nem onde – e o entregou na presença dêles «pera là pagarem, e assy aos da fortaleza. Com que forão contentes; mas não os que na fortaleza estavão, porque nom tinhão huma camisa pera vestir, e com sete pardaos de pagamento nem pera se vestir de um sayo nom abastava», como diz Gaspar Correia (1).

Durante todo êste tempo as negociações com Cambaia continuaram por ultimar, parecendo provável mais outro ano de guerra.

Debilitado e gasto, ainda a braços com as febres, D. João saíu de Baçaim em Abril para ir esperar o filho em Goa.

(1) Gaspar Correia, *loc. cit.*, pág. 637.

Capítulo XXII

Vice-Rei

D. Leonor foi procurar a Rainha—espôsa e mãe como ela—e implorou-lhe que alcançasse consentimento para o marido regressar à pátria.

«A cerca de vossa vinda em que Dona Leonor vossa mulher (que eu muito folguei de ver polo merecimento de sua pessoa & virtudes, e pola muito boa vontade que lhe tenho) me falou» – escreveu a Soberana benèvolamente — estimára eu muito de com gosto e contentamento de elRey meu senhor, poder nisso satisfazer a vós e a ella; mas polo muito, que S. Alteza tem de vosso tão bom serviço, e pola grande falta, que lá poderia fazer em tal tempo vossa pessoa, houve por bem de se servir ainda lá de vós, outros tres annos» (1).

El-rei era do mesmo modo amável e claro: «desejando muito neste tempo vos fazer mercê em tudo, considerando porèm quanto isto cumpria a meu serviço, e vendo por vossas obras, quanto mais conta tinheis com elle, que com todas vossas cousas, houve por bem de vos não dar licença para vos virdes, como me pedieis. Polo que vos encommendo muito, e mando, que o hajais assi por bem, & que neste carrego me queirais ainda servir outros tres annos, no fim dos quaes vos mandarei licença para vos virdes embora. Porem se por sima do que tanto cumpre a meu serviço, como he ficardes-me ainda servindo nessas partes por este tempo, vós a vós parecer, que tendes necessidade de vos irdes, folgarei de mo escre-

Carta da Rainha, cit. por Jacinto Freire, *ob. cit.* pág. 302

verdes, e entretanto esperareis minha reposta» — o que, de qualquer modo, importava o ter de continuar na Índia mais três anos! «Pero de Alcaçova Carneiro fez em Lisboa a vinte de Outubro de mil quinhentos e quarenta e sete» (1). E quer o Rei quer a Rainha tratavam D. João por Vice-Rei.

«Confiai em Deos, — exclama o infante D. Luís no final da sua carta, ainda mais entusiástica — que vos dará forças para poderdes com os grandes trabalhos e desordens da India, e espero nelle, que fazendo vos assi, venhais encher estes picos da serra de Sintra de Ermidas, e de vossas victorias; e que as visiteis, e logreis com muito descanso vosso» (2).

Mas os airosos cumes de Sintra e as silenciosas florestas, por onde as frescas brisas rumorejam, desvaneciam-se ràpidamente à distância como miragem ante os olhos cansados do doente, estendido numa cama no palácio dos Governadores de Goa. Os cálidos ventos da monção empurravam, através dos mares, as nuvens pejadas de chuva, e por entre o calor que pairava por cima da cidade, subia das ruas estreitas o rumor do regozijo público.

Não era costume chegarem em Maio à India as cartas do reino; só quando qualquer caso urgente obrigava a mandar navios de Lisboa em Dezembro, o que naquele ano acontecera. Portugal inteiro delirava com a epopeia de Dio, desde a chegada de Lourenço Pires de Távora com a armada da pimenta de 1547. Não fôra em vão que êle apregoara aos ventos o nome de seu amigo. O de D. João de Castro e dos filhos andavam em tôdas as bôcas, nenhuma recompensa parecendo digna de tão grandes sacrifícios.

(1) Carta d'el Rey D. João Terceiro, ibid., pág. 299.
(2) Carta do Infante D. Luis. Ibid., pág. 306.

O Rei, os conselheiros e a Côrte, todos vestidos com os seus trajos de gala, assistiram na Catedral a uma missa em acção de graças. Prègaram-se eloqüentes sermões, mandaram-se cartas ao Papa, e todos quantos tinham autoridade para o fazer discutiam qual o melhor modo de honrar o vencedor. D. João de Castro, mais feliz de que outros fiéis servidores da Coroa, não podia queixar-se de os seus créditos não serem reconhecidos.

Pelo contrário, o Rei ficou tão impressionado com êles, que resolveu aproveitar ao máximo pessoa de tanto merecimento. D. João tinha de continuar na Índia durante algum tempo, mas era necessário ainda proporcionar-lhe meios dignos disso. Daí em diante governaria com o titulo de Vice-Rei. O filho havia de por fim receber o cargo de Capitão-Mor do Oceano Índico — função que desempenhara de facto desde que chegara ao Oriente, mas sem título oficial nem emolumentos. O Vice-Rei receberia a garantia de dez mil cruzados da Alfândega de Goa para as suas despesas. O filho perceberia o dôbro dos honorários costumados de um Capitão-Mor. Todos os heróis de Dio que o Governador mencionara em despacho deviam ser recompensados, e, para poder haver na Índia homens em substituição das perdas do cêrco, estavam prontas seis naus para saírem naquele outono.

Tais eram as notícias levadas por Cristóvão de Sá, que chegou a Goa a 22 de Maio, notícias que se espalharam como um incêndio pela cidade. Os sinos das igrejas repicaram em sinal de regozijo, soaram as trombetas, ribombou a artilharia e durante todo o dia houve festas e torneios. A barulhenta população indo-europeia juntou-se nas ruas a aclamar a promoção do querido Governador a Vice-Rei — mas êste encontrava-se moribundo no seu palácio.

Apesar de tudo, porém, parece que sentiu por momentos o orgulho e a alegria. O aprêço do seu Rei foi-lhe direito ao coração. Foram as cartas do Monarca e do infante D. Luís que mais lhe agradaram — ergueu as mãos ao céu, diz Gaspar Correia, e agradeceu a Deus — mas depressa desapareceu qualquer alegria que pudesse ter sentido. ¿Para que serviam honras tão tarde chegadas? ¿Para que lhe havia de servir o título de Vice-Rei, se não mais voltaria a ver a Penha Verde?

Mesmo essa visão lhe ia desaparecendo do coração, enquanto o alegre repique dos sinos e as felicitações lhe chegavam aos ouvidos como ecos distantes. De todos os seus amigos, um só queria a seu lado constantemente, e êsse não lhe falava das afeições terrenas, nem das glórias dêste mundo,

Foi em Baçaim que, pela primeira vez, êle se aproximou de D. João: era um missionário vindo da Côrte de Ceilão. Era alto, embrulhava-se numa roupeta poída, de face iluminada, vasta fronte serena e olhos que haviam visto o Céu. O P.e Mestre Francisco Xavier, da Companhia de Jesus, então Reitor do Colégio de S. Paulo em Goa, convertera o Rei de Candia, em Ceilão, o qual o mandara de novo à Índia com o encargo de negociar aliança com a Coroa Portuguesa

«A gemte — observa o jesuíta Lucena — nam tinha a dom Joam de Castro por muyto affeiçoado ao collegio de Sam Paulo» (1) — e a fazer fé pelas severas observações do Governador referentes ao P.e Diogo, seu fundador, julgamos verídica a suposição. Fôsse qual fôsse a causa dêste preconceito, a verdade é que, desde que o P.e Francisco o procurou, a sua atitude para com o Colégio ocupado pelos Jesuítas, mudara.

(1) Lucena, *Vida de S. Francisco Xavier* pág, 379.

O Santo e o Governador tornaram-se grandes amigos, e o próprio D. João, sempre entusiasta, homem de extremos, que tôda a vida andara em busca da Verdade e desprezara as coisas materiais, sentiu-se fascinado por esta alma que se depojara de tudo e para nada mais vivia senão para o amor de Deus.

D. João não podia suportar a idéia de separar-se do P.e M.e Francisco, pedindo-lhe que não regressasse a Ceilão sem passarem os dois juntos em Goa a estação das chuvas. O missionário concordou prontamente. A sua missão não era apenas para os pagãos. Em Goa visitou D. João de Castro todos os dias, e com «os mesmos affectos tam santos e tam importantes as almas que estam mais de caminho procurava o padre Francisco comunicar ao Governador dom Joam de Castro, muy particularmente depois que vio como Deus o chamava per aquella doença.» (1)

Olhos menos perspicazes do que os do Santo podiam ter descoberto outro tanto vendo a face gasta e cansada pela febre, cuja magreza mortal Leonardo Nunes descrevera. Dizem uns que D. João não conhecera nunca saúde perfeita desde que perdera o filho segundo; o certo é que jamais se curou das febres contraídas em Baçaim. Seguiram-no a Goa, e aqui enfraquecia de dia para dia. Em breve achou demasiadas para as suas fôrças as funções administrativas e teve de nomear um Conselho para tratar dos assuntos de carácter civil. Os assuntos militares e diplomáticos ficaram ainda sob a sua direcção imediata, concedendo até audiência a alguns embaixadores.

Também conseguiu levantar-se para receber Álvaro no seu regresso do Estreito. O mancebo chegou a Pangim a 28 de Abril, antes do mau tempo.

(1) Ibid.

como o pai lhe recomendara: «Dom Alvaro, filho —escreveu o Governador—a vossa vymda seja muyto boa; Vos temdes feyto hũa Jornada de muyto meu comtemtamento, e de que vós a vós sempre de homrrar.» (¹) E preparou ao filho uma recepção triunfal.

Todavia o regresso de Álvaro trouxe grande decepção. Adém, a Inatingível, mais uma vez iludira o domínio, embora a culpa não fôsse dêle. D. Paio de Noronha é quem merecia a censura, e embora pelo seu relato pareça ter bastantes desculpas, o papel que desempenhou foi condenado por inglório.

D. Paio de Noronha era êsse raro fenómeno: — um fidalgo portugues, cuja prudência igualava pelo menos o valor. Ele viu — como era natural — que vinte e sete cristãos dentro de uma fortaleza muçulmana, cercada por terra por dois mil soldados turcos, com quinze galés turcas em frente do pôrto, se encontravam realmente num beco sem saída. D. Paio não confiava nos seus aliados, dizendo que se encontravam divididos em facções rivais, que o povo não obedecia ao Rei, que muita gente comunicava com o inimigo, que as reservas alimentares se tinham esgotado e que as defesas da cidade eram fracas. D. Paio achou também seu dever avisar a esquadra que se aproximava, de que galés turcas bem armadas estavam a investir contra Adém. Movido por considerações semelhantes, resolveu retirar com os seus homens e escapar de noite em um *catur* — excesso de precaução, desconhecida na tradição portuguesa, que hoje podia passar por realismo, mas os coevos conheciam pelo nome de cobardia.

Se Adém poderia salvar-se se êle lá tivesse ficado, é inútil discutir. Gaspar Correia, educado na escola de Albuquerque, estava convencido de que podia.

(¹) *Col. S. Lourenço, IV*, fol. 179. Carta de 28 de Abril de 1548.

É evidente que a retirada oculta de D. Paio abateu o moral dos poucos homens que queriam defender a cidade, e a traição fêz o resto. As suspeitas de D. Paio não eram infundadas, pois os abexins que tinham a artilharia ao seu cuidado deixaram entrar os turcos, e quando a flotilha de D. Álvaro chegou ao Estreito, Adém já se encontrava firmemente na sua posse.

«Achamdo vos nova certa em Çaquotora que estaa gramde armada de turquos sobre Adem, de maneira que não posaes pelejar com ela nem valer a el Rey, em tal caso vos ires camynho de Caxem» (¹). Era isto que Álvaro encontrara determinado no regimento. Como as suas pequenas embarcações eram impróprias para tão grande operação como a reconquista de Adém, obedientemente dirigiu-se à costa da Arábia.

O que êle fêz é relatado pelo grato Xeque de Caxem em carta dirigida «Ao muyto leal amiguo, ao gram capitão dos portugueses, capitão geral e guovernador, mando o salvar como verdadeiro caminho da lealdade e verdade, fazendo saber a sua nobre Senhoria que a sua verdadeyra justiça he pubrica per todo o mundo, do levante ao ponente.

«Como este seu servidor chegou a este porto de Caxem, em companhia do muyto bemaventurado e assinalado capitam, seu filho, que sua nobreza pera todos he aproveytosa, senhor das boas võtades, e a todos muito aprazivel, o qual loguo mandou notificar sua vinda ao capitam e soldados que na fortaleza estavão, dizendo que tornasẽ o seu a seu dono, e que despejassem aquella cidade antes que elle desẽbarcase, o qual elles nom quiserão fazer. Mandou

(¹) Regimento dado a D. Alvaro. Ibid., V fol. 348.

entã desembarcar os soldados dos navios e artelharia, e poslhe loguo bateria dous dias cõ suas noytes, e entrou a fortaleza, e matou quantos nella estavã, e emtregoume a fortaleza, fazendo me muytas avantajẽs e mercees, as quaes tenho pera mim que, ainda principe nam fez a outro qua nestas partes. E deu-me todalas cousas que me heram necesarias. E fico aguora aquy como hũ de vossos espravos e dos mais leaes vasallos, prestes pera o que me mandardes como propriamente pera o que me Deus manda.»

«Eu tenho carguo, de saber todallas novas dos portos dos turcos, e de toda a costa, e farey niso todo o imposivel pera vollo fazer a saber. Eu fico desejoso e prestes pera cõ meu poder e pesoa fazer algũa cousa sinalada per vosso serviço, e asy o farey pello mais pequeno purtugues que a esta terra vier. Senhor dom Álvaro me fez mercê de tres tiros de cobre, e tres caixões de polvora, e chumbo e murriões, e tudo o que me mais hera necesairo.

«Do seu leal servidor

«Çaide Bem Yçabenafram.» (¹)

Ainda assim, bastante satisfatório. Eis um principículo árabe, feliz e contente – aliado modesto que poderia fornecer úteis informações – lição objectiva das vantagens da amizade portuguesa – mas ¿era isso suficiente para justificar a recepção imponente que D. João fizera? Talvez, com alguma boa vontade; mas todos sabem como aos olhos paternos parecem grandes os feitos dos filhos.

Fôsse como fôsse, D. Álvaro chegou a Goa no dia 1 de Maio, e cumpriu o programa traçado pelo pai; «em desembarquando no cays perguntareis pellos

(¹) Leonardo Nunes, *Crónica*, pág. 234 e 235.

vereadores que vos ão destar ahy agardando ẽ a cydade e os abraçareis e fareis muyta cortesya e Reveremcya, e depois pergumtareis pollos mesteres e os abraçareis a todos quoãtos cõ muyto amor. Isto asy feyto falareis a todolos cydadãos, abraçamdo-os e agasalhamdoos, porque todos são muyto vosos amygos e meus.» (¹)

Tendo-se desenvencilhado de todos êstes braços abertos, Álvaro devia fazer a entrada solene na cidade, com as bandeiras desfraldadas à frente e os magnates da cidade a seu lado: «Amtre vos e a bamdeira da cydade, Ira o frade voso companheyro cõ a cruz que levou ao Combate de Caxem, porque estas são as armas e devisa per onde alcamçamos de Deus tamtas mercês e vytoryas.

«Prymeiro que venhais a mỹ emtrareis na Mysericordia pera dar graças a Noso Senhor da Mercê que vos fez... e depois a são Framcysquo a dar graças a Noso Senhor, e como isto tiverdes feyto vos vires pera mỹ a salla omde vos estarey esperamdo, e depois de me fallardes, pedires a mão do Sr. Bispo pera lha beijar.» (²)

A isto seguem-se mais expansões de sentimento. Álvaro devia abraçar «primeyramente os Reverendos padres que ão destar asemtados ẽ hum banquo, e despois delles os desembargadores». Depois podia ir ter com o pai e «asy vos direy o que mays façaes.»

Foi um dia de festa em Goa. Houve danças, torneios e jogos, com fundas a atirarem cestos de figos para as ruas para deleite de todos os rapazes, e pipas de vinho abertas para os homens beberem. Houve touradas «e outros prazeres», embora nos pareçam excessivas as celebrações. Gaspar Correia

(¹) Carta de 10 de Maio de 1548. *Col. S. Lourenço*, IV, fol. 171.
(²) Ibid.

diz que o Governador as ordenara «por encobrir muyta paixão que tinha da perda d'Adem.» [1] Leonardo Nunes, por sua vez, atribui a iniciativa de todos estes divertimentos à Câmara da cidade de Goa, que queria agradar ao Governador prestando-lhe homenagem ao filho.

Foi esta a última vez que D. João apareceu em público. Veio dar as boas-vindas a Alvaro na grande sala, retirando-se depois, não saindo mais do seu aposento, nem mesmo quando, semanas depois, chegou a notícia da sua promoção. Goa – sempre pronta a comemorar qualquer coisa – promoveu novos festejos para honrar o seu Vice-Rei, mas o herói do momento não apareceu.

Jazia na cama atormentado por preocupações de ordem financeira. A bondade real apenas o aliviara em parte. Os dez mil cruzados, levantados imediatamente, derreteram-se quási tão depressa com o pagamento dos empréstimos que o Governador fôra obrigado a contrair para o equipamento das suas esquadras. Nos cofres não ficou absolutamente nada, nem mesmo para fazer face às despesas da sua casa. Nada mais viria até ao mês de Setembro, quando chegassem os navios de Portugal. ¿Como havia êle de viver até essa altura? D. João nunca pedira emprestado para si. E não podia habituar-se à idéia de ter de o fazer agora. Mandou, então, chamar os funcionários do Erário, os clérigos principais e o capitão de Goa, aos quais disse, quando se reüniniram à volta do leito.

– «Mandey vos Senhores, chamar pera vos dizer o estado e necessidade a que sou chegado, que não houve hoje nesta casa dinheiro com que

(1) Gaspar Correia, *ob. cit.*, IV pág. 650.

se comprasse huma galinha pera minha pessoa; porque fiqüei tão despezo e individado pelos grandes gastos que fiz estes dous anos nas guerras passadas, que até dos meus ordenados estou pago adiantado até quinze de Setembro que vem; e confesso que não ouso a pedir dinheiro emprestado a pessoa alguma pera mim, como nunca fiz, porque o houve por mui grande inconveniente pera o homem que está neste cargo, porque lhe convem que esteja livre e isento com os homens, pera fazer justiça direita a todos. E pois não tenho outro Remedio, peço aos Veadores da Fazenda e Oficiaes de El Rey, que aqui estam, que estes quatro mezes que ha daqui até virem as naos do Reyno me queiram ordenar huma despeza honesta da Fazenda de El Rey pera os gastos de minha casa, conforme a minha qualidade e a pessoa que represento. E se virdes que tenho alguns gastos desnecessairos e sobejos, vos peço que os corteis; e pera isso não quero que pessoa de minha casa corra com as despezas dela, pera que o dinheiro de sua S.A. seja despendiado com muito resguardo. Também vos peço que ordeneis um oficial pera se lhe dar aquilo que alvidrardes que se pode despender comsigo, pera correr tudo por sua mão.» [1]

Depois jurou sôbre o Evangelho, que pelo menos que se lembrasse, não devia nada a ninguém; que nunca fizera comércio por sua conta na Índia; que pouco tinha das pratas trazidas de Portugal, porque algumas lhas tinham roubado, e as restantes estavam gastas ou partidas; «não tive alguma hora posse pera comprar outra colcha alem desta que tenho na cama, nem em minha casa se achará peça que eu fizesse neste Estado, tirando huma espada de

(1) Diogo de Couto, *Década VI*, Liv. VI, Cap. VII.

ouro, com algumas pedras de pouca substancia e hum capacete guarnecido de prata que fiz pera meu filho». [1]

Não sabemos qual foi a importância que lhe deram [2] mas, grande ou pequena, não carecia dela por muito tempo. Menos de duas semanas depois de ter notícias da sua promoção, a arrastada doença de D João tomou um carácter de gravidade. A alegria de Goa cessou tão depressa como começara. Uma grande tristeza pesava no ar. Os habitantes enchiam as ruas, aguardando com ansiedade, porque os médicos haviam dito que os dias do Vice-Rei estavam contados.

No dia 1 de Junho, à meia-noite, esteve quási morto, mas reanimou-se na manhã seguinte, confessou-se e tomou os sacramentos. Dspediu-se de todos os amigos, pediu perdão aos que ofendera, e ficou só com o filho.

Lealdade e obediência foi o que recomendou a Álvaro na sua última fala, e gratidão pelos benefícios do Rei. Álvaro devia mostrar-se digno dos favores que lhe fizessem: pelos quais (honras e mercês) — disse o mancebo ao Rei — «m' ele deixou muitas maldiçõs se todolos dias de minha (vida) não gastasse ẽ seu serviço, que eu cõprirei até m' alma sair fora do corpo.» [3] Pai e filho deram uma revista aos seus maços de cartas; muitas destruíram-nas, outras meteram-nas num cofre para serem levadas para o reino. Depois, D. João de Castro abençoou o filho e disse-lhe adeus para sempre. Durante os

[1] Ibid.

[2] É curioso notar que nem Leonardo Nunes nem Gaspar Correia, que parece terem estado em Goa nesta época, fazem qualquer alusão a êste episódio, que Diogo do Couto diz ter encontrado registado nos anais do Município.

[3] Carta de D. Álvaro de Castro ao Rei, de 20 de Junho de 1549. Tôrre do Tombo, *Corpo Cronológico*, Parte I.ª Maço 82. Doc. 112.

quatro dias que ainda viveu, nem o voltou a ver nem lhe tornou a falar, mas abandonou resolutamente todos os assuntos mundanos. Quatro religiosos eram as únicas pessoas que estavam ao seu lado: o vigário geral P.e Pedro Fernandes, Fr. António do Casal, que o acompanhara no campo de batalha, Fr. João de Vila do Conde, outro franciscano, e o mais íntimo de todos: o missionário P.e M.e Francisco Xavier.

Perfeitamente lúcido, falou com todos até final, tendo sido êle quem escreveu as suas últimas disposições. Parece que receava ter exagerado nas cartas para o Rei, no meio das suas preocupações, as culpas de alguns homens bons. Manuel de Sousa de Sepúlveda, por exemplo, e Francisco da Cunha — com ambos estivera zangado D. João por recusarem a capitania de Dio. Mas no entanto, ¡como ambos haviam sido valentes e prestantes em outras ocasiões! O Vice-Rei moribundo lembrava ao Rei os seus bons serviços e pedia a Sua Alteza «que lhe perdoasse se delle tomara allgũ desprazer por nõ tomar a fortaleza de Dio.» [1]

E assim morreu D. João de Castro, em um tempestuoso dia 6 de Junho, longe das montanhas de Sintra onde pensara um dia repousar. Amortalharam-no no hábito de S. Francisco, por cima do da Ordem de Cristo; com as esporas de ouro, a espada ao lado, o rosto descoberto à chuva, levaram-no através da cidade até à igreja franciscana, sepultando-o no altar-mor, do lado do Evangelho.

Perante a multidão de luto, que enchia os degraus do côro, enquanto lá fora a chuva caía e o vento zunia,

[1] Recomendações feitas à hora da morte por D. João de Castro a quatro sacerdotes, entre os quais S. Francisco Xavier, por êles enviadas a D. João III. 22 de Outubro de 1548. *Corpo Cronológico*, Parte I, Maço 81, doc. 66. Publicadas nos *Monumenta Societatis Jesu*, Madride, 1900, e pelo dr. António Baião, *História Quinhentista do Segundo Cêrco de Dio*.

trouxeram-se as Sucessões da Índia mais uma vez, as quais se abriram com tôda a solenidade, e o velho e ingénuo Garcia de Sá soube com espanto que era Governador.

O falecido Vice-Rei deixara em Portugal o testamento, em poder do Bispo de Angra. Desde então não fizera mais nenhum, por não ter adquirido bens na Índia. Em casa não lhe encontraram dinheiro nem jóias, e, como dissera, as suas pratas tinham desaparecido. Dentro de um cofre, cuja chave trazia sempre consigo, nada havia, a não ser três moedas, umas disciplinas já gastas, e os pêlos da barba que mandara de penhor aos habitantes de Goa.

D. Álvaro levou aquelas relíquias para o reino. Chegou aos Açores a 20 de Junho do ano imediato, de onde, em obediência à ordem real, escreveu ao Monarca a relatar as notícias — com repugnância, diz êle, por «aver de falar cousas que me corta a alma.» (1)

D. João de Castro morreu com 48 anos, mas os Governadores da Índia raro chegavam a velhos. Sendo o 13.º na ordem da sucessão desde o tempo de Almeida, era o 7.º que não vivera até voltar ao reino. O Império português do Oriente — último sonho de Cruzados — arena de feitos heróicos — miragem para os Santos cristãos — erguido pelo génio perante o impossível — apenas pôde conservar-se pelo sacrifício daquilo que a Nação tinha de melhor. Houve um tempo em que já não havia quem sacrificar, tempo em que um povo heróico sangrava de morte. É claro que os pescadores de águas turvas continuaram a viver — sempre assim acontece — e, juntamente com os medíocres, sobreviveram até final para colherem a segunda sementeira de glória.

Quando D. João de Castro morreu, o fim ainda

(1) Carta de D. Alvaro ao Rei, cit.

não estava à vista. A tragédia final demorou mais de três décadas, e não se realizaria na Índia. Os seus breves três anos de esforços desesperados haviam impedido o desastre e deixado de pé o império fundado por Afonso de Albuquerque. Tudo quanto o sucessor tinha de fazer era celebrar a paz — a paz por que os inimigos de D. João já suspiravam. As suas vitórias fizeram-nos aceitá-la, e a desculpa de tratarem com um Governador diferente lisonjeou-lhes um tanto a vaidade, pelo que pouco mais deram que fazer.

Não voltou mais a haver cercos a Dio. A ilhota rochosa em frente da costa de Catavar ainda hoje ostenta a bandeira de Portugal, e o forte de D. João de Castro, a desfazer-se inviolado nas mãos do Tempo, é um monumento erguido à memória dos heróis mortos.

O próprio D. João repousa a muitos milhares de léguas dali, no sopé de um monte escalvado, no claustro da igreja de S. Domingos de Benfica, em Lisboa. Para ali, muito tempo após a sua morte, o neto lhe levou os ossos, para descansarem ao lado dos de D. Leonor, sua mulher, que lhe sobreviveu quási trinta anos.

Poucas pessoas pensam em visitar-lhes os túmulos; dois sarcófagos gémeos, cada um dêles com sua urna pesada de mármore rosa e cinzento, sustentada por elefantes cinzentos e com um epitáfio latino adequado. Sólido e liso, frio e pomposo, tudo muito século XVII. Apenas os elefantes, de cabeça inteligente com as trombas torcidas, dão a nota enigmática e exótica. ¿Pertence aquilo na realidade a D. João de Castro? Êste templo, reconstruído numa época que já não era romanesca — definida, terra-a-terra e satisfeita consigo mesma — pouco tem que nos recorde o espírito curioso e indagador de um sonhador do Renascimento — verdadeiro filho daquele estranho século que

contemplava ao mesmo tempo o passado e o futuro' homem que queria rivalizar com os heróis da cavalaria medieval, que disciplinava a carne à moda dos santos, que ambicionava descobrir os segredos da terra, do céu e do mar, que foi pelo seu pé até à cultura da Grécia e de Roma, e pasmava perante as inscrições desconhecidas e os monstruosos ídolos dos templos da velha Índia.

Benfica guarda os ossos de D. João. Corre uma lenda que diz que o coração está sepultado nas florestas da Penha Verde. Materialmente parece não ser verdade, mas as lendas raras vezes corporizam verdades materiais. O espírito de D. João parece, de facto, pairar ainda por aquelas queridas montanhas, pela capela que mandou edificar na floresta e onde esperava repousar. Passaram 400 anos por cima do santuário que construíu, e deixaram-no como êle o queria. Oculto por detrás de um muro elevado cheio de musgo, o jardim que êle amava ainda sonha por baixo das suas árvores. A «fonte d' el rei» ainda corre lá fora. O castanhal que queria – e obteve – ainda reveste as encostas. As árvores que plantou tornaram-se gigantes encanecidos, substituindo outros que êle conhecera, tão velhos como estes, e que desapareceram.

Os caminhos da floresta, que êle delineou, ainda conduzem aos santuários silvestres do alto dos montes – templos frondosos que podiam ser habitados tanto por dríades como por santos. Dos rochedos espreitam-nos inscrições em latim; as pedras de Baçaim – ou de Melinde? – enegrecem à luz velada; e através das árvores brilha o azul iluminado do mar eterno – o mar sôbre cujos mistérios D. João tanto meditou – o mar que seduziu os heróis da sua raça à conquista e à morte em terras distantes, e o levou finalmente, para sempre, do seu jardim.

CRONOLOGIA

Nasce em Lisboa...	1500
Foge para Tânger	1518
Volta ao reino	Depois de 1521
Casa com D. Leonor Coutinho	1524 (?)
Nasce o filho primogénito D. Álvaro	1525
Carta do Rei chamando D. João para a Côrte	25 de Outubro de 1527
O Rei faz-lhe mercê de uma tença anual de 30 000 reais	2 de Novembro de 1532
É enviado ao descêrco de Safim	Maio de 1534

1535

Chega a Lisboa de Tânger	Princípios de Março
Parte para Tunis com a armada de António de Saldanha	Abril
Chega a Barcelona	8 de Abril
A armada larga de Barcelona para Tunis	1 de Junho
Chega à vista de Tunis	12 de Junho
Tomada da Goleta	14 de Junho
Tomada de Tunis	21 de Junho
A armada portuguesa larga de Tunis .	17 de Agôsto
Chega a Lisboa	15 de Outubro

1536-1538

Passados na Penha Verde?

1538

O Rei faz-lhe mercê da comenda de Salvaterra	31 de Janeiro
Embarca para a India na nau *Grifo* ...	6 de Abril
Pôrto-Santo	10 de Abril
Ilhas Canárias	13 de Abril

Cabo Verde	22 de Abril
Cabo das Agulhas	27 de Junho
Moçambique	29 de Julho
Carta para o Rei escrita de Moçambique	5 de Agôsto
Partida de Moçambique	11 de Agôsto
Goa	11 de Setembro
Partida de Goa para Dio	21 de Novembro
Chaúl	6-10 de Dezembro
Baçaim	19-27 de Dezembro

1539

Tempestade	1 de Janeiro
Dabul	3-7 de Janeiro
Quelecim	11 de Janeiro
Danda	16 de Janeiro
Chaúl	24-31 de Janeiro
Dio	11-24 de Março
Regresso a Goa	29 de Março

1539

Escreve ao infante D. Luís	29 de Outubro
É enviado com D. Álvaro de Noronha para assentar pazes com Calecute	Dezembro

1540

Morte do Vice-rei D. Garcia de Noronha	3 de Abril
Escreve ao infante D. Luís	30 de Outubro
Parte de Goa para Suez no galeão *Coulão*, com a armada do governador D. Estêvão da Gama	31 de Dezembro

1541

Chega a Socotorá	13 de Janeiro
Passa à vista de Adém	27 de Janeiro
Entra no Estreito de Babelmândebe	28 de Janeiro
Dalaca	8 de Fevereiro
Maçuá	12-18 de Fevereiro
Suaquém	1-10 de Março
Arequea (Enseada dos Agravados)	28-30 de Março

Alcocer	15-18 de Abril
Toro	21-22 de Abril
Suez	27-28 de Abril
Toro	29 de Abril
Maçuá	22 de Maio a 9 de Julho
Dalaca	11 de Julho
Babelmândebe	18 de Julho
Adém	19 de Julho
Goa	9 de Agôsto

1542

Embarca para o reino	Janeiro
Chega a Lisboa	princípios de Julho
O Rei torna a chamá-lo	25 de Setembro
É nomeado Capitão-Mor da Armada para guarda da costa	1 de Dezembro
Vai desmantelar as fortalezas de Safim e Azamor	Dezembro (?)

1543

Manda o filho a Lisboa no galeão *São João*	25 de Maio
O Rei escreve a felicitá-lo pela tomada da nau de corsários franceses	16 de Junho
É chamado a Sintra pelo Rei	5 de Agôsto
É nomeado Capitão-Mor da Armada da Costa que vai a Ceuta ao encontro dos Turcos	9 de Agôsto
Ceuta	Setembro a Novembro
Encontro com sete naus de piratas franceses	16 de Dezembro
De volta ao Restelo	24 de Dezembro
Faz-se de novo à vela	28 de Dezembro (?)

1544

Regressa ao reino	8 de Fevereiro

1545

É nomeado Governador da Índia	5 de Janeiro
Faz o testamento	19 de Março
Parte com a armada da Índia	28 de Março

Parte de Moçambique	7 de Agôsto
Chega a Goa	2 de Setembro
Troca de cartas com Aleixo de Sousa a respeito dos bazarucos:	6 de 16 de Outubro
Troca de mensagens com o Idalcão àcêrca de Meale	Outubro a Dezembro
Escreve duas cartas para E-lRei	(?) e 24 de Dezembro

1546

Rompimento de hostilidades com o Idalcão...	Janeiro
Novas das actividades turcas no rio Eufrates	30 de Janeiro
Pazes com o Idalcão	2 de Fevereiro
Coge Sofar escreve a D. João Mascarenhas anunciando a sua nomeação como Governador da cidade de Dio	1 de Abril
Chegada a Dio das fôrças de Cambaia	8 de Abril
Em Goa D. João recebe estas noticias	14 de Abril
Manda o filho D. Fernando com socorro	15 de Abril
Coge Sofar chega a Dio	18 de Abril
D. Fernando chega a Baçaim	20 de Abril
Parte de Baçaim	22 de Abril
Chega a Dio	entre 30 de Abril e 3 de Maio
Escreve ao irmão D. Alvaro a contar a viagem	5 de Maio
Morte de Coge Sofar...	24 de Junho
Segunda carta de D. Fernando ao irmão	1 de Julho
Mascarenhas pede socorro	2 de Julho
As cartas chegam a Goa	19 de Julho
D. Alvaro é enviado com socorro ...	24 de Julho
Chega a Chaúl	27 de Julho
Larga de Chaúl	29 de Julho
Morte de D. Fernando	10 de Agôsto
Chegada de D. Alvaro a Dio	28 de Agôsto
O Governador recebe a notícia da morte de D. Fernando	4 de Setembro
Chega a armada do reino	12 de Setembro
D João parte para Baçaim	25 de Setembro
Parte de Baçaim para Dio...	27 de Outubro
Chega à Ilha dos Mortos	3 de Novembro
Vitória de Dio	10 de Novembro
A nova da vitória chega a Goa ...	19 de Novembro
O Governador escreve à Câmara de Goa pedindo dinheiro emprestado sôbre o penhor das barbas ...	23 de Novembro
Começa a reconstrução da fortaleza	24 de Novembro
A carta chega a Goa	6 de Dezembro

D. João escreve ao Rei	16 de Dezembro
Resposta da Câmara de Goa devolvendo as barbas	27 de Dezembro

1547

Carta do Governador para o Idalcão	8 de Janeiro
Regressa a Goa e triunfa	19 de Abril
Permanece em Goa	Abril até Agôsro
Chegada das naus do reino	3 de Setembro
Incursão nas terras do Idalcão até Pondá	Setembro

1547

Partida de Goa para Cambaia ...	Outubro
Encontro com o exército do Rei de Cambaia em Baroche	7 de Novembro
D. Paio chega de Ormuz a Adém	15 de Novembro
D. João de Castro regressa a Baçaim	fins de Novembro
Mascarenhas chega a Goa	25 de Novembro
Nova incursão nas terras do Idalcão e batalha de Salsete	fim de Dezembro

1548

D. João regressa a Baçaim	1 de Janeiro
Negociações com Cambaia sem resultado	Janeiro a Abril
D. Paio sai de Adém	5 de Fevereiro
Embaixada de Adém chega a Baçaim	8 de Fevereiro
D. Alvaro larga de Baçaim para Adem	27 de Fevereiro
Chega às Ilhas de Canacane e sabe da tomada de Adém pelos Turcos	9 de Março
São Francisco de Xavier vai ter com D. João de Castro em Baçaim ...	Fim de Março
Tomada de Caxem por D. Alvaro	Princípios de Abril
D. João de Castro regressa a Goa doente	meados de Abril
D. Alvaro chega à barra de Goa ...	28 de Abril
Piora o estado de D. João de Castro	Maio
Chegam as cartas do reino e a notícia da sua promoção a Vice-Rei	15 de Maio
Morte de D. João de Castro	6 de Junho

BIBLIOGRAFIA

FONTES CONTEMPORÂNEAS

D. João de Castro: *Cartas.* Encontram-se muitas das originais na Tôrre do Tombo. (*Colecção de São Lourenço.* Vols. IV e V), algumas das quais ainda são inéditas, tendo sido outras publicadas em *O Instituto* de Coimbra, Vols I e II, *Archivo Pittoresco*, Vol II, *O Panorama*, Vols IX, XI, e XV, e *O Investigador Português em Inglaterra*, e pelo Dr. António Baião na *História do Segundo Cêrco de Dio*. Existem também cópias manuscritas da Carta que D. João de Castro escreveu da India a D. João III em 1539, e da de 16 de Dezembro de 1546 escrita de Dio, na Biblioteca Municipal do Pôrto.

Roteiro de Lisboa a Goa, anotado por João de Andrade Corvo. Publicado pela Academia Real das Sciencias, Lisboa, 1882

Primeiro Roteiro da Costa da India desde Goa até Dio. Publicado por Diogo Kopke Porto, 1843.

Roteiro em que se contem a viagem que fizeram os portugueses no anno de 154 partindo da nobre Cidade de Goa até Soez que he no fim do do mar Roxo. Paris, 1833.

Tratado da Sphaera. Da Geografia Notação Famosa. Informação sobre Maluco. Prefácio e notas por Fontoura da Costa. Agência Geral das Colónias. MCMXL.

Tôrre do Tombo, *Colecção de São Lourenço*, e muitos documentos do *Corpo Cronologico*, e das Gavetas.

António de Saldanha: *Cartas.* Cópias manuscritas existentes na Biblioteca Municipal do Pôrto. Fundo Azevedo. Cód. 76.

Leonardo Nunes: *História do Segundo Cerco de Diu.* Publicada e prefaciada pelo Dr. António Baião, com Apêndice Documental. Coimbra, 1927.

Crónica de Dom João de Castro. Publicada e prefaciada por D. J. M. Ford. Harvard University Press. 1936.

Gaspar Correia. *Lendas da India III e IV.*

Damião de Góis: *História do Felicíssimo Rei Dom Emmanuel.*

Três Comentários Àcêrca da Segunda Guerra de Cambaia. Tradução do original latino pelo Professor Dias de Carvalho, em *Opúsculos Históricos.* Biblioteca Histórica — Série Cimélia n.o 1. Pôrto, 1945.

Frei Luís de Sousa: *Anais de D. João III,* com prefácio e notas do Prof. M. Rodrigues Lapa. Colecção de Clássicos Sá da Costa.

Lopo de Sousa Coutinho: *História do Cerco de Diu.* Biblioteca dos Clássicos Portugueses.

Diogo do Couto: *Décadas.*

Jacinto Freire de Andrade: *Vida de Dom João de Castro,* publicada com notas e documentos originais por D. Fr. Francisco de S. Luís. Lisboa, 1835.

OBRAS MODERNAS

Manuel de Sousa Pinto: *D. João de Castro* Grandes Vultos Portugueses, Lisboa.

História de Portugal: Edição Monumental de Barcelos. Vols III, IV VI.

História da Expansão Portuguesa no Mundo: Vol. II.

Augusto Reis Machado: *Viagens de D. João de Castro.* Agência Geral das Colónias. Lisboa, 1942.

Índices

ÍNDICE ONOMÁSTICO

Abreu (António de) 28.
Adil-Khan: Veja Idalcão.
Afonso V (D.), rei de Portugal-29, 31.
Aires (Cristóvão)-163.
Albuquerque (Afonso de)-28, 30, 31, 68, 78, 101, 104, 115, 143, 144, 155, 160, 172, 173, 174, 177, 193, 297, 312, 314, 333, 372, 393.
Albuquerque (D. Garcia de)-269, 276.
Albuquerque (D. João de), bispo de Goa-108, 109, 116, 319, 333.
Albuquerque (D. Luis de)-63.
Alcáçova Carneiro (Pêro de)-379.
Alexandre Magno-370.
Alfredo, rei dos Saxões-314.
Almeida (D. Francisco de)-28, 66, 69, 392.
Almeida (Jorge de)-212
Almeida (D. Lourenço de)-88.
Álvares (Fernão de), tesoureiro-mor do reino-273.
Álvares (Pêro)-151.
Álvares (Simão)-304.
Álvares Barradas (Manuel)-366.
Álvares Pereira (Nuno)-278.
Araújo (Brás de)-324, 367.
Arouf, irmão do pirata Barbarroxa-44.
Ataíde, (Nuno de)-29.
Ataíde (Tristão de)-138.
Badur Xá, rei de Cambaia-65.
Baião (António)-153, 189, 319, 391.
Barbarroxa, pirata berberesco-58, 106, 145, 147, 148, 149, 150.
Barbudo (Duarte)-320.
Barros (João de)-20.
Bazán (D. Álvaro de)-148, 149, 150, 154.
Bell (Aubrey)-10.
Bispo de Angra: ver *Pinheiro* (D. Rodrigo).
Bispo de Goa-Ver Albuquerque (D. João de).
Bispo de Lamego-43.
Bispo de Viseu-268.
Bispo do Pôrto-165, 167.
Botelho (Simão)-324, 341.
Byron-10.
Cabral (Jorge)-159, 289, 340
Cardoso (António), chanceler de Goa-368.
Carlos V, imperador-45, 46, 47, 49, 50, 52, 54, 56, 148.
Casal (Fr. António do)-298, 300, 301, 331, 391.
Castelo-Branco (D. Pedro de)-107, 108, 111.
Castro (D. Alvaro de)-15, 21, 22, 24, 25, 27, 34, 35, 41.
Castro (D. Alvaro de), filho de D. João-41, 62, 64, 116, 132, 133, 150, 152, 160, 161, 208, 211, 246, 247, 249, 250, 251, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 264, 266, 267, 272, 273, 278, 282, 283, 284, 285, 289, 298, 299, 316, 317, 318,

319, 331 337, 338, 340, 341, 342, 348, 349, 357, 362, 368, 376, 377, 383, 384, 385, 386, 387, 388, 390, 392.
Castro (D. Fernando de), irmão de D. João-21, 23, 35, 42.
Castro (D. Fernando de), filho de D. João-42, 62, 160, 161, 163, 205, 206, 207, 208 a 241, 242, 253, 254, 256, 257, 258, 269, 278, 311.
Castro (D. Garcia de), filho de D. João-62, 163, 164, 269.
Castro (D Inês de)-15, 23.
Castro (D. Inês de), filha de D. João-42, 63, 163, 164, 269, 360.
Castro (D. Joana de), filha de D João 63, 164
Castro *(D João de)*: pajem de D. Manuel: 20; estudos: 25; fuga para Tânger: 29; volta a Lisboa: 36; casa com D. Leonor Coutinho: 41; morte de seu pai: 42; comanda uma caravela com reforços para Safim: 42; expedição a Tunis: 46; recusa o prémio de Carlos V: 58; regressa a Lisboa: 58; recusa a capitania de Ormuz: 64; parte para a India: 65; chega a Goa: 79; acompanha o Vice-Rei a Dio: 86; de novo em Goa: 99; parte para Suez: 113; chega a Suez: c38; viagem de regresso: 140; 1hega a Lisboa: 145; passa de novo à Áf ica:146; regressa: 147; cruzeiro no Mediterrâneo: 149; regressa a Lisboa: 152; é nomeado Governador da India; 156; partida: 164; em Moçambique: 165; chega a Goa: 168; a questão dos *bazarucos*: 169; a questão do Meale; 176; preparativos de Cambaia para o segundo cêrco de Dio: 195; começa o cêrco: 201; manda o filho Fernando a Dio: 205; morte de D Fernando: sà 240; de auxílio ao Rei dos Patpe 243; manda o filho Alvaro a Dio: 246; recebe a notícia da morte de D. Fernando: 257; parte para Dio: 289; entra na fortaleza: 294; discursa às tropas; 296; começa a batalha; 296; a vitória: 302; funda a nova fortaleza de Dio: 309; pede um empréstimo à Câmara de Goa e oferece as barbas em penhor: 311; relatório a D João III: 321; triunfo em Goa: 329; escreve ao Idalcão: 336; manda executar os retratos dos Vice-Reis e Governadores da India: 338; começa a escrever o *Tratado da Sphaera*: 339; recepção aos embaixadores de Bisnaga e de Baçaim: 344; parte em campanha contra o Idalcão: 346; assola a costa de Cambaia: 349; desafio ao Sultão de Cambaia: 351; toma e incendeia a cidade de Patana: 353; assola os territórios do Idalcão: 354; a guarnição de Goa queixa-se e reclama os soldos em atrazo 364; manda um presente ao Príncipe: 369; as guarnições voltam a reclamar: 371; a cidade de Adém oferece-se aos portugueses: 372; a guarnição recusa-se a partir para Adém: 373; Manuel de Sousa de Sepúlveda intervém e demove os renitentes: 373; partida de D. Álvaro para Adém: 376; parte de Baçaim para Goa: 378; é nomeado Vice-Rei: 379; em Goa: 381: é visitado por S. Francisco Xavier: 383; Álvaro regressa de Adém: 383; juramento no leito de morte: 389; abençoa o filho: 390; sua despedida: 391; sua morte: 391.
Castro (D Leonor de), mãe de D. João, 16, 21, 22, 272
Castro (D. Leonor de), filha de D. João; 63, 164
Catarina (D.), rainha de Portugal; 158, 278, 363, 378
Cidebabega 198
Coelho (Bastião)-214, 216, 227
Coelho (João), vigário de Dio-227, 253, 319.
Coge Sofar 189, 190, 191, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 213, 215, 216, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 228, 237, 253, 291, 292.

Colombo-16.
Conde da Castanheira-47, 61, 168, 268.
Conde de Benavente-51.
Conde de Marialva-40.
Conde de Redondo 33.
Correia (António) 295, 303.
Correia (Gaspar) 20, 81, 86, 171, 226, 258, 289, 294, 299, 302, 303, 304, 308, 311, 315, 325, 328, 338, 339, 346, 347, 354, 364, 367, 369, 373, 378, 381, 384, 387, 388, 390.
Cortesão (Jaime)-162.
Coutinho (Fernão)-278.
Coutinho (Leonel)-40.
Coutinho (D. Leonor), mulher de D. João-40, 41, 58, 62, 64, 164, 268, 270, 271, 275, 277, 286, 360, 301, 378, 379, 393
Couto (Diogo do)-155, 389, 390.
Cunha (Francisco da) 327, 328, 391.
Cunha (Miguel da)-324.
Cunha (Nuno da)-69, 79, 80, 81, 84, 175, 194, 286.
Cunha (Vasco da)-266, 281, 282, 283, 284, 341.
Dias (Isabel), heroína de Dio-235.
Diógenes-77.
Dória (André)-45, 49, 53, 55, 56
Driacão (ministro de Salim Xá)-245.
Duque de Bragança-29263.,
Duque de Cardona-51.
Eça de Queirós-12.
Euclides 29.
Falcão (Luís)-327, 369, 370, 371, 377.
Fernandes (Afonso)-235.
Fernandes (Isabel), heroína de Dio -235.
Fernandes (João)-59, 275, 359.
Fernandes (Pero)-158.
Fernandes (P.^e^ Pero)- 391.
Fernandes (Vasco)-323.
Ferreira (Miguel)-265.
Fídias-94.
Francisco I, rei de França-45.
Francisco Xavier (S.)-187, 382, 383, 391.
Freire de Andrade (Jacinto)-26, 34, 35, 36, 40, 146, 156, 161, 189, 207, 278, 299, 311, 318, 379.
Gama (D. Cristóvão da)-83, 97, 107, 112, 122, 188, 142, 156
Gama (D. Estevão da)-83, 111, 112, 114, 115, 118, 119, 120, 122, 123, 124, 131, 133, 135, 137, 139, 141, 142, 144, 148, 154.
Gama (Vasco da)-69, 100, 172.
Giraldes (Lucas)-62, 63, 153, 155, 164, 167, 268, 269, 270, 271, 272, 273, 274, 275, 276, 277, 278, 360.
Góis (Damião de)-20, 24, 189.
Gonçalo André-318.
Gonçalves (Nicolau)-293.
Gonçalves de Caminha (Álvaro)-342.
Goncalves de Caminha (D. Isabel) 316, 338, 348, 349.
Gonçalves de Caminha (Rui)-316, 317, 337, 342, 348, 367, 368,
Henrique (D.), cardeal-infante-167
Idalcão-28, 65, 78, 99, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 183, 184, 185, 188, 247, 333, 335, 336, 337, 338, 340, 342, 343, 347, 348, 353, 354.
Imperador da Abissínia-120.
Isam Malik: ver Isamaluco.
Isamaluco-343.
Jaques (Mateus)-341.
João II (D.)-38.
João III (D.)-36, 37, 38, 39, 41, 42, 45, 46, 47, 48, 52, 58, 67, 68, 69, 76, 100, 102, 103, 110, 146, 148, 149, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 159, 165, 167, 169, 174, 181, 186, 216, 241, 244, 258, 273, 278, 279, 280, 285, 291, 297, 306, 307, 310, 311, 320, 321, 323, 328, 329, 334, 336, 358, 364, 379, 381, 389, 390, 391, 392.
João Manuel (D.)-299.
Jusarcão-198.
Khair-ed-Din: Ver Barbarroxa.
Leitão (Pêro) 59, 359.
Leonor (D.) rainha viúva-22.
Lima (Francisco de) 282
Lima (D. Francisco de)-360.
Lima (D. Manuel de)-275, 327,
Lopes (Catarina), heroína de Dio -235.
Lopes (Pêro)-53, 55.
Lopes de Sá (Bastião)-212.

Lopes de Sequeira (Diogo)-115.
Lopes Lobato (Bastião)-349, 367, 368.
Luís (D.) infante-26, 37, 47, 48, 52, 54, 56, 60, 61, 63, 67, 70, 76, 82, 87, 102, 104, 112, 114, 144, 154, 155, 156, 168, 358, 379, 381.
Macaulay-12.
Macedo (Henrique de)-55.
Madeira (Isabel), heroina de Dio-234.
Magalhães (Fernão de)-64.
Magalhães (João de)-340.
Malyk Ayaz-192, 193.
Mamude, sultão de Cambaia-190, 191, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 200, 201, 205, 218, 219, 220, 226, 227, 237, 242, 243, 245, 249, 256, 265, 287, 288 296, 305, 307, 329, 332, 338, 340, 342, 343, 348, 349, 370.
Manuel (D.), rei de Portugal- 16, 19, 20, 21, 22, 26, 28, 29, 35, 38, 143, 173.
Mariz (Dr. Francisco de)-160, 166, 279.
Mariz (Pedro de)-34.
Marques (Lourenço) 279.
Martins (João)-226.
Martins (Simão)-324.
Mascarenhas (D. João) 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 205, 207, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 218, 220, 221, 222, 223, 225, 226, 231, 232, 236, 238, 239, 240, 242, 246, 254, 256, 258, 260, 261, 262, 263, 266, 282, 286, 289, 291, 292, 296, 299, 300, 301, 326, 327, 328, 342, 368, 369, 370.
Meale, principe indiano, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 183, 337, 347
Melo (Francisco de)-152, 273, 274
Melo (Luís de) 251.
Melo (Simão de) 55
Mendes (D Henrique) 45.
Mendes de Vasconcelos (Alvaro)-43, 46, 50.
Meneses (D. Afonso de)-163.
Meneses (D. Duarte de)-31, 35, 36
Meneses (D. Francisco de)-248, 249 250, 261, 262, 263, 300.
Meneses (D. Henrique de)-297.
Mergulhão (Dr. Manuel)-368.
Mir Hussein-66, 193.
Mirocem: Ver Mir Hussein.
Moisés-134.
Mojatecão-198
Monis (António)-250, 251, 253, 254, 255, 313, 324, 328.
Mulei Abraão-33, 34.
Mulei Hassan-53, 57.
Mulei Xeque-31.
Nacere (Bernaldo)-270.
Neto (Pêro)-151.
Noronha (D. Álvaro de)-97, 107, 360
Noronha (D. Garcia de)-63, 68, 69, 76, 78, 80, 81, 82, 83, 85, 86, 97, 98, 105, 107, 108, 109, 110, 114, 144, 187, 198, 264, 360.
Noronha (D. Jerónimo de) 159, 208.
Noronha (D. Paio de)-372, 383, 384, 385.
Nunes (Leonardo)-182, 189, 190, 206, 220, 232, 233, 234, 235, 250, 258, 263, 292, 299, 302, 303, 305, 310, 311, 315, 325, 329, 335, 345, 346, 347, 349, 352, 354, 355, 356, 383, 386, 388, 389, 390.
Nunes (Luís)-72.
Nunes (Pedro) 25, 26, 61, 63.
Pacheco Pereira (Duarte) 27.
Paiva (Cosme de) 299.
Patane-198.
Pereira (Duarte) 207, 210, 212, 256, 257, 266, 323.
Pereira (Nuno)-253, 264.
Pessoa (António)-323
Petrarca-298.
Pimentel (D Fr. Vasques)-11.
Pinheiro (D. Rodrigo) bispo de Angra-61, 62, 167, 168, 268, 270, 271, 273, 275, 285, 392.
Pires (Fernão)-160.
Pires Francisco)-309
Pires de Andrade (Simão)-159, 166.
Pires de Távora (Lourenço)-146, 286, 287, 288, 289, 300, 309, 320, 321, 368, 380.
Plínio-128.
Prestage (E.)-10.
Ptolomeu-29, 73, 75, 117, 121.
Prêto (Gaspar)-281.

Ras Xarafo-158, 159, 168.
Rebêlo (Diogo)-159.
Reinel Jorge)-26.
Reinoso (Diogo de)-205, 206, 207, 209, 210, 214, 215, 216, 238, 239, 254.
Ribeiro (Bernardim)40.
Rodrigues (Bernardo)-33.
Rodrigues de Araújo (Paio)-267.
Rodrigues de Azevedo (Diogo)-312, 313.
Rodrigues de Távora (Garcia)-251, 324.
Rumecão-200, 223, 224, 228, 229, 233, 237, 238, 240, 291, 292 293, 299, 300 301, 302, 303.
Rume Khan: Ver Rumecão.
Sá (Cristóvão de)-381.
Sá (Garcia de)-289, 323, 392.
Sá de Miranda-40, 60.
Saide ben Içabenafram-386.
Saldanha (António de) 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55 56, 362.
Salim Xá-242, 244.
Salomão-119, 140, 147, 148, 245.
Santa Cruz (Alonso de)-161, 162.
Santarém (Fr. Paulo de)-283, 284, 309.
Sebastião (D), rei de Portugal-279.
Shelley-10.
Silveira (António da)-79, 98, 215, 242.
Silveira (Heitor da)-89.
Silveira (Manuel da)-159.
Solimão, o Magnífico, sultão da Turquia-44, 46, 65, 66, 67, 139, 174, 190.
Solimão Paxá-65, 67, 85, 98, 106, 195, 372.
Sousa (Aleixo de)-170, 171.
Sousa (Cristóvão de)-281.
Sousa (Fernão de)-341.
Sousa (Fr. Luís de)-146.
Sousa (Manuel de)-194.
Sousa (Martim Afonso de)-84, 110, 144, 154, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 177, 178, 179, 274, 364.
Sousa (Tomé de)-368.
Sousa Coutinho (Lopo de)-174, 190.
Sousa de Sepúlveda (Manuel de)-285, 289, 295, 328, 373, 374, 375, 378, 391.
Southey-10.
Távora (D. Violante de)-62, 268, 273, 274, 285, 361, 362.
Toscano (Dr.)-166.
Vale (Manuel do)-212.
Vaz (João)-34.
Vaz (Miguel)-79, 319.
Vicente (Gil)-29, 40.
Viegas (Galvão) 179, 180, 181, 184.
Vila do Conde (Fr. João de)-391.
Xavier de Lucena (P.e Francisco) -382.
Xeque Ismael-186.
Xer Cã-176, 242.
Xerxes-308.

ÍNDICE DAS GRAVURAS

	PAGS.
Retrato de D. João de Castro, executado por Gaspar Correia para a Galeria dos Governadores no Palácio de Goa	3
Autógrafo de D. João de Castro, da primeira fôlha do Primeiro Roteiro da Costa da India, dedicado ao Infante D. Luís	17
D. João III	48
Mapa da viagem de D. João de Castro, de Lisboa a Goa	64
Tromba vista por D. João de Castro na viagem de Lisboa a Goa e desenhada por ele, «Roteiro de Lisboa a Goa»	72
Goa a Nova – do «Roteiro desde Goa até Dio», por D. João de Castro	80
O Porto de Dabul – do «Roteiro da Costa da India, desde Goa até Dio», por D. João de Castro	96
Mapa do Mar Vermelho – reproduzido do Portulano de Fernão Vaz Dourado (cêrca de 1570)	112
Porto de Maçuá – do «Roteiro de Goa até Suez» de D. João de Castro	120
O Porto de Dradate – hoje Port Sudan – no Mar Vermelho, do «Roteiro de Goa até Suez», por D. João de Castro	128
Desenho do Toro – do «Roteiro de Goa até Suez», por D. João de Castro	136
Ermida de Nossa Senhora do Monte, que D. João de Castro mandou construir na Quinta da Penha Verde	144
A fortaleza de Dio – Desenho de Gaspar Correia, das «Lendas da India»	192
Tipos de embarcações indígenas	208
A fortaleza de Dio – do Primeiro Roteiro da Costa da India; desde Goa até Dio, por D. João de Castro	224
Basilisco «*Tiro de Diu*»	3 5
Inscrição árabe do basilisco «*Tiro de Diu*»	305
Retrato de D. João de Castro – em baixo: Malaca	320
Plantas de Chaúl e Baçaim	336

ÍNDICE DOS CAPÍTULOS

			PAGS.
CAPÍTULO	I	O Moço Fidalgo	15
»	II	De guarnição em África	30
»	III	O filósofo na Côrte	36
»	IV	O pirata Barbarroxa	43
»	V	A Penha Verde	58
»	VI	De Lisboa a Goa	65
»	VII	De Goa a Dio	79
»	VIII	Impressões da Índia	99
»	IX	De Goa a Suez	113
»	X	Outra vez Barbarroxa	145
»	XI	Novamente em trabalhos	154
»	XII	Os problemas da Índia	165
»	XIII	A «nobre e guerreira fortaleza de Dio»	189
»	XIV	D. Fernando	208
»	XV	Tempestade no Gôlfo	141
»	XVI	Intervalo	255
»	XVII	Amigos ausentes	267
»	XVIII	A batalha	286
»	XIX	Após a Vitória	807
»	XX	Bijapor e Cambaia	335
»	XXI	Vice-Rei	379
Cronologia			401
Bibliografia			403
Índice Onomástico			409
Índice das Gravuras			414

ERRATAS

Pág.	Linha	Erro	Correcção
31	20	Mulei Cheque	Mulei Xeque
61	29	Braga	Angra
176	8	Malac	Malaca
204	5	m cha	mecha
228	nota (1)	Caria	Carta
235	4	Foi	Foram
337	12	prosteriormente	posteriormente
358	25	(563)	[eliminar]